Juros
‘Mercado parece ter exagerado’ na alta das taxas futuras, diz Mario Felisberto, da Santander Asset C10

Prática ESG
Mesmo com tecnologia de ponta, o acesso a financiamento é a maior dificuldade das startups de impacto social B7

Nióbio
CBMM investe em novas aplicações para expandir o mercado do metal, diz Rafael Mesquita B7

Quarta-feira, 24 de abril de 2024
Ano 24 | Número 5987 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

Área de ensino superior prepara-se para nova onda de consolidação

Fusões Após recuo de 18% no faturamento entre 2015 e 2022, grandes grupos estão em conversas para unir seus negócios

Beth Koike e Fernanda Guimarães
De São Paulo

Após retração de 18% no faturamento entre 2015 e 2022, o mercado de ensino superior se prepara para nova onda de consolidação, com grandes grupos em conversas para combinar seus negócios e aquisições de faculdades menores a caminho. O **Valor** apurou que Cruzeiro do Sul, Vitru, Yduqs e Clariens (faculdades de medicina do fundo Mubadala), por exemplo, avaliam fusões para destravar valor e dar liquidez às ações. Alguns grupos já contrataram assessores financeiros.

As sete companhias de ensino superior listadas em bolsa, juntas, têm valor de mercado de R$ 21,9 bilhões, queda de 22,3% em relação a 2021.

O mercado de ensino a distância cresceu muito após a pandemia, e hoje já ultrapassa a modalidade presencial. Para analistas, favorecem as negociações a menor alavancagem das companhias, com ações ainda em queda, e o sinal verde do Cade para transações entre Ânima e Laureate Brasil e de Uniasselvi e Unicesumar, em 2021.

Diogo Aragão, do Bank of America no Brasil, diz que o setor vive barreira de crescimento, o que faz das aquisições um caminho para a geração de valor ao acionista.

Com baixo endividamento, forte presença em São Paulo e operação crescente, a Cruzeiro do Sul é o ativo mais cobiçado. Uma fusão seria uma das alternativas para o grupo aumentar a quantidade de ações em circulação na bolsa, hoje de 12,3%, abaixo do mínimo exigido.

Uma união com a Vitru, líder no ensino a distância, surge como possível, pela complementaridade, já que a Cruzeiro do Sul tem solidez no presencial. Além disso, o GIC, acionista majoritário da Cruzeiro do Sul, prefere ativos de maior porte. A transação também daria saída aos fundos Vinci e Carlyle, que estão na Vitru desde 2015.

Outra conversa envolve Cruzeiro do Sul e Yduqs. A dona da Estácio é referência no Rio, mas sua presença é tímida em São Paulo. A Ser Educacional, por sua vez, aguarda o resultado de pedidos de abertura de cursos de medicina, na Justiça, para seguir com conversas. Ainda segundo fontes, o Mubadala estaria disposto a se unir a grupos de ensino de medicina. Ao **Valor**, o fundo nega interesse no processo. As demais empresas não comentaram. **Página B1**

O ‘muro da dívida’

JOHN BOAL/MILKEN INSTITUTE

Empresas americanas terão de refinanciar US$ 330 bilhões em dívidas de alto risco nos próximos três anos, o que pode levar a aumento dos defaults, diz Seema Shah, estrategista-chefe global da Principal Asset. Página C3

Governo impõe cota e aumenta imposto sobre aço importado

Estevão Taiar e Stella Fontes
De Brasília e São Paulo

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou ontem medida para conter o avanço das importações de aço, principalmente da China. Será aplicada uma alíquota de 25% sobre o volume que exceder em 30% a média das importações de 11 produtos entre os anos de 2020 e 2022. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, a medida deve entrar em vigor em cerca de 30 dias, após ser submetida aos parceiros do Mercosul, e valerá por 12 meses. Outros quatro produtos ainda estão sob análise.

O presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, disse que a decisão mostra que o governo “está atento” no sentido de “proteger a indústria” nacional. Apesar da medida, as ações do setor siderúrgico fecharam o dia de ontem em queda, com destaque para a Usiminas, que divulgou os resultados do 1º trimestre e caiu 13,91%. **Páginas A2 e B6**

Emendas ganham peso crescente no Orçamento

Marta Watanabe
De São Paulo

A participação das emendas parlamentares no Orçamento federal avançou com força na última década. Neste ano, o total de emendas autorizadas soma R$ 44,67 bilhões, quase sete vezes os R$ 6,4 bilhões empenhados em 2014, em valores nominais. Nesse quadro, a volta a um passado com poucas emendas, em que o Executivo controlava a execução de gastos, num modelo que permitiu o chamado presidencialismo de coalizão, não é realista, avaliam Manoel Pires e Carolina Resende, do FGV Ibre. “O interesse do Legislativo em avançar no Orçamento é compreensível, faz parte da democracia. A questão é a forma. É mais construtivo entender que o Congresso quer participar e definir mais claramente seu papel na gestão orçamentária do que tentar voltar ao passado”, diz Pires.

Para ele, é válida a crítica de que o grande volume de emendas gera descoordenação na ação pública, porque os gastos não são alocados em programas estruturados. Outro problema é a ação paroquial de muitos parlamentares. “Num processo amadurecido o Congresso participa da definição das políticas públicas, inclusive de metas e prioridades. No Brasil, o parlamentar quer garantir o asfalto em um município. Discute-se o microcosmo.” **Página A4**

Regulamentação da tributária vai ao Congresso

De Brasília

Pressionado pelo calendário eleitoral, o governo entrega hoje ao Congresso o primeiro de três textos para regulamentar a reforma dos impostos sobre o consumo. O projeto terá quase 300 páginas, com cerca de 500 artigos, tratando dos novos tributos criados no ano passado: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal; o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), dos Estados e municípios; e o Imposto Seletivo (IS), para desestimular o consumo de produtos como bebidas alcoólicas e cigarros. Haverá ainda revogação de leis anteriores, normas para regimes específicos e a definição dos itens da cesta básica. **Páginas A2, A10 e A12**

Destaques

Câmara aprova PL sobre o Perse
A Câmara aprovou projeto que restringe o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). O texto estabelece teto de R$ 15 bilhões para a renúncia de receita ou vigência até dezembro de 2026, o que ocorrer primeiro. O PL vai ao Senado. **A12**

Recompras de ações diminuem
Em ambiente de juros altos e performance consistente, ainda que desigual, dos mercados acionários globais, as recompras de ações ao redor do mundo recuaram 14% no ano passado, para US$ 1,11 trilhão, segundo relatório da gestora Janus Henderson. **C2**

Corrida para o cacau
Atraídos pela escalada dos preços do cacau, que alcançaram o recorde de US$ 12.191 por tonelada na semana passada, em Nova York, agricultores da América Latina, principalmente de Equador, Brasil, Colômbia e Peru, correm para aumentar as plantações. **B9**

País precisa de políticas de crédito melhores para as pequenas empresas

Wellington Vitorino **B2**

Indicadores

Ibovespa	23/abr/24	-0,34 % R$ 21,3 bi
Selic (meta)	23/abr/24	10,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	23/abr/24	10,65% ao ano
Dólar comercial (BC)	23/abr/24	5,1620/5,1626
Dólar comercial (mercado)	23/abr/24	5,1298/5,1304
Dólar turismo (mercado)	23/abr/24	5,1598/5,3398
Euro comercial (BC)	23/abr/24	5,5197/5,5224
Euro comercial (mercado)	23/abr/24	5,4899/5,4905
Euro turismo (mercado)	23/abr/24	5,5512/5,7312

Lula: ‘No Brasil, tudo é tratado como gasto’

De Brasília

Em meio a incertezas sobre o cumprimento das metas fiscais, o presidente Lula voltou a criticar a cobrança para que o governo alcance superávit nas contas públicas. Em café da manhã com jornalistas, defendeu que o que considera como investimento é chamado de “gasto”, ao tratar de medidas para elevar despesas com saúde e ampliar o crédito. Para o cálculo do equilíbrio das contas públicas, porém, despesas de custeio da máquina, realização de obras e outros programas pressionam igualmente o limite fiscal. Ele também negou crise na Petrobras, após atritos entre o governo e a direção da estatal, e disse ser normal haver divergências. Depois de reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para encerrar a crise com Congresso, Lula afirmou que os Três Poderes não podem viver em “eterna briga”. **Páginas A5 e A6**

• **Editorial:** Lula crê em contornar problemas com uma retórica otimista. **A14**

Deputados temem alta da carga tributária

Lu Aiko Otta

Quatro meses após a promulgação da emenda constitucional da reforma tributária sobre o consumo, deve chegar hoje ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar que detalhará as principais mudanças. Dirá como funcionarão o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo, criados na reforma.

"O que colocaremos na mesa é a base sobre a qual será feita a discussão no Parlamento", afirmou ontem o secretário especial da Reforma Tributária, Bernard Appy, em almoço com a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), durante o qual foi chamado de "deputado" por engano. "A palavra final é de vocês."

Com o texto ainda tramitando no Executivo, ele não adiantou nenhum detalhe de conteúdo. Disse apenas que serão cerca de 500 artigos distribuídos em perto de 300 páginas. No entanto, a parte que traz as regras gerais sobre o IBS e o CBS é pequena e muito objetiva, assegurou.

O texto ficou grande porque descreve os regimes especiais de tributação (sistema financeiro e combustíveis, por exemplo), e por causa dos anexos (como itens da cesta básica).

A boa notícia, disse, é que há oito páginas de revogações de leis. O secretário não escondeu a satisfação com o fim do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) após 2033. "Dá gosto", brincou. O ICMS é uma espécie de vilão da complexidade tributária brasileira.

Sem poder explicar a proposta, o secretário se colocou à disposição para ouvir. Por isso, foi elogiado.

Na Câmara dos Deputados, onde o projeto começa a tramitar, há uma preocupação quase unânime: o receio de que as leis acabem não refletindo com exatidão os princípios e os acordos presentes na emenda constitucional.

Dois princípios básicos precisam ser preservados, disse à coluna o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP): o da não cumulatividade e o da não elevação da carga tributária. É preciso cuidado para que a legislação complementar não acabe, na prática, se desviando do texto constitucional.

O deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE) dá um exemplo de problema que pode ocorrer. A não cumulatividade, considerada um dos principais ganhos da reforma, garante que a empresa possa abater, em determinada etapa do processo de produção, os tributos recolhidos na etapa anterior. Existe o receio que a lei complementar condicione o abatimento ao efetivo pagamento dos tributos na etapa anterior.

O coordenador da FPE, deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), acha inevitável que haja aumento de carga tributária. Ela ficará igual no conjunto da economia, mas poderá aumentar em alguns setores, comentou.

Sem entrar em detalhes, Appy assegurou que os dois pontos de preocupação estão contemplados na proposta.

"Para que os princípios da reforma sejam preservados, precisamos que a regulamentação não ocorra de forma fragmentada", comentou Jardim. "Ou seja, os projetos precisam ter compatibilidade entre eles."

Além do projeto que deve ser encaminhado hoje, haverá uma proposição que trata do Comitê Gestor e um projeto de lei ordinário elaborado pelos Estados que trata do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR).

Uma forma de garantir a harmonia entre os textos é escolher, para relatar os projetos, deputados que estejam "pactuados entre si", sugeriu Jardim. As frentes parlamentares têm feito chegar ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o desejo que o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) fique responsável por garantir essa compatibilização.

No entanto, Lira tem indicado que poderá escolher outro deputado para a tarefa. Alternativamente, fala-se na possibilidade de Aguinaldo atuar como uma espécie de consultor dos novos relatores.

A proposta de regulamentação da reforma tributária chega ao Congresso no fim de abril de um ano eleitoral. O prazo curto para análise das propostas é também ponto de preocupação dos deputados e senadores.

Outro tema que promete polêmica é a cesta básica. Há grupos no Congresso, como a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que são contrários à criação de um cashback na aquisição de alimentos para as famílias de menor renda. O governo pensa diferente.

Presentes ao almoço da FPE, representantes do setor privado expressaram ainda o receio que o Imposto Seletivo, do qual se sabe quase nada, seja utilizado para fins arrecadatórios. Appy negou que isso vá ocorrer.

A insegurança em relação à manutenção da carga tributária e a não cumulatividade tem um contraponto importante: a emenda constitucional. Aguinaldo Ribeiro tem lembrado a seus pares que a legislação complementar não pode inovar em relação ao que está na Constituição.

"Vamos ter embates", disse Ribeiro na semana passada. "Estamos numa Casa sujeita a pressões." No entanto, ressaltou, existe um propósito comum de se chegar a uma estrutura tributária que seja benéfica ao país: permita melhorar a competitividade, o ambiente de negócios, aumentar a geração de emprego e de receitas.

Eis aí algo que deve ser mantido em mente durante os debates, que estão só começando.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
E-mail lu.aiko@valor.com.br

Contas públicas Melhora do mercado de trabalho e volta de tributos sobre combustíveis colaboram para alta de 7,2%, segundo Receita

Arrecadação perde ritmo, mas tem novo recorde em março

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Apesar da desaceleração, a arrecadação federal seguiu forte em março e somou R$ 190,6 bilhões, alta real (descontada a inflação) de 7,2%, em relação ao mesmo período de 2023. Foi um valor recorde para meses de março na série histórica iniciada em 1995. O resultado foi influenciado pelo desempenho da atividade econômica e pela última parcela da tributação do estoque dos fundos exclusivos.

Já no primeiro trimestre deste ano, arrecadação teve alta real de 8,4%, para R$ 657,8 bilhões, valor também recorde para o período.

Em fevereiro, a arrecadação havia crescido 12,3% mas, na visão do chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita , Claudemir Malaquias, é que preciso esperar "um pouco mais" para verificar se essa é uma tendência.

"Uma quebra no índice [em março] não significa imediatamente uma desaceleração", disse Malaquias em entrevista coletiva ontem. Segundo ele, será possível ter uma visão mais clara a partir de maio.

A desaceleração no resultado do mês passado já era esperada nos bastidores do governo. Na semana passada, a administração federal zerou a meta de superávit fiscal para o ano que vem — a expectativa anterior era de superávit de 0,5% do PIB —, mas não mudou a deste ano.

Sobre o resultado de março, Malaquias citou que a massa salarial está empurrando para cima a arrecadação previdenciária e a cobrança de Imposto de Renda sobre o trabalho. No caso do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o crescimento acontece porque a alíquota média dos produtos é superior neste ano em relação ao ano passado.

Outro fator que ajuda o bom desempenho da arrecadação no primeiro trimestre é o retorno da cobrança da Cide e do PIS e Cofins sobre combustíveis, que estavam desonerados no ano passado.

O último fator destacado foi um possível "esgotamento dos direitos creditórios" que as empresas têm para abater de tributos devidos. Esse esgotamento é fruto tanto do limite ao uso das compensações tributárias oriundas de decisão judicial imposto pelo governo quanto ao fato de a maioria dos créditos ser referente à "tese do século" (decisão do Supremo que excluiu o ICMS da base de cálculo de PIS e Cofins) e parte já ter sido usada pelas empresas.

Considerando somente as receitas administradas pela Receita, houve alta real de 6,1% da arrecadação em março, para R$ 182,9 bilhões. Já a receita própria de outros órgãos federais (royalties de petróleo, por exemplo) foi de R$ 7,7 bilhões no mês passado, crescimento real de 44,9%.

DIOGO ZACARIAS/MF

Claudemir Malaquias, da Receita: é preciso esperar "um pouco mais" para verificar se desaceleração é tendência

Ainda de acordo com a Receita, a arrecadação administrada teria ficado em R$ 179,5 bilhões em março se não fossem considerados fatores atípicos, ou seja, que tendem a não se repetir. O principal deles foi a tributação do estoque dos fundos exclusivos, que rendeu R$ 3,4 bilhões à União em março.

Ao todo, a tributação do estoque dos fundos dos super-ricos rendeu R$ 15,4 bilhões aos cofres públicos, recurso que entrou de dezembro do ano passado a março deste ano nos cofres públicos. Março foi a última parcela. A partir de agora, haverá somente a tributação pelo regime semestral do come-cotas, e a previsão do fisco é que entrem R$ 3 bilhões ainda neste ano, em duas parcelas.

> "Nós esperamos que os resultados percam força ao longo do ano"
> *Ítalo França*

Ítalo França, economista do Santander, avaliou, em relatório, que é importante observar se o desempenho observado da arrecadação resulta numa tendência ou é meramente temporário. "O primeiro trimestre apresentou bom desempenho, mas nós esperamos que os resultados percam força ao longo do ano, dependendo de receitas extraordinárias."

Tiago Sbardelotto, economista da XP, afirma que há notícias positivas e negativas para o futuro. "Do lado positivo, uma atividade econômica e um mercado de trabalho aquecidos, juntamente com uma taxa de câmbio e preços de commodities mais altos, podem apoiar ganhos nos próximos meses. Do lado negativo, as medidas de aumento de receita, que são fundamentais para aumentar a arrecadação de impostos e atingir a meta de resultado primário, parecem ter um desempenho muito abaixo das expectativas", diz.

País adota medidas contra aço importado

Estevão Taiar
De Brasília

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou ontem duas medidas voltadas para as importações de 11 produtos de aço: criação de cotas e nova alíquota do imposto de importação. A alíquota, de 25%, só será aplicada sobre a quantia que superar em 30% a média do volume importado dos 11 produtos entre 2020 e 2022. As informações foram divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), após reunião do Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Camex. Até ontem, a alíquota estava em 10,8% ou 12,6%, dependendo do produto.

Segundo a pasta, as mudanças deverão entrar em vigor em aproximadamente 30 dias, já que elas precisarão ser analisadas pelos demais países do Mercosul.

"O processo envolve ainda ajustes junto à Receita Federal, bem como publicação de portaria regulamentando as cotas", disse o Mdic em comunicado.

Caso aprovada, a medida valerá por 12 meses. Além disso, a situação de outros quatro produtos de aço segue em análise pela Camex. Eventualmente, esses quatro produtos "poderão receber o mesmo tratamento" dos outros 11 tipos de aço.

A importação de aço pelo Brasil ganhou relevância nos últimos meses do ano passado, com o aumento principalmente dos produtos vindos da China, e vem opondo dois setores importantes da indústria nacional.

De um lado, estão os produtores brasileiros do metal, que alegam estar sendo prejudicados pelas importações originárias do país asiático. Do outro lado, estão fabricantes de automóveis, máquinas e equipamentos e eletrônicos, que afirmam que um aumento do imposto de importação elevaria também o preço final dos bens produzidos por eles.

Nos últimos meses, fontes do governo federal relatavam que a pressão de ambos os lados para que seus pleitos fossem atendidos estava "muito grande". A economia de outros países, como EUA, também vem sendo impactada pelo aumento das exportações siderúrgicas chinesas.

No ano passado, o Brasil importou US$ 1,6 bilhão em produtos que agora podem receber cota — a China respondeu por 83% das vendas desses itens.

Em setembro, a Camex já tinha elevado em 10% a taxa que incide sobre 12 produtos de aço vindos do exterior. O aumento foi uma reversão de corte feito em 2022. Como justificativa, o Mdic afirmou na ocasião que a alta foi uma "resposta às preocupações da indústria nacional de aço, dado o aumento substancial das importações a preços muitas vezes objeto de práticas desleais nos últimos anos".

Em entrevista coletiva ontem após a decisão da Camex, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse que a expectativa do governo federal é que "grande parte" das importações dos 11 produtos fique "dentro da cota". Ele defendeu as alterações aprovadas pela Camex, afirmando por exemplo que entidades siderúrgicas tinham pedido aumento de alíquota para 31 produtos, um número ainda maior.

"Algumas indústrias [siderúrgicas] estão com mais de 40% de ociosidade", disse.

Curta

Invasão ao Siafi

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a investigação para identificar os responsáveis pela invasão ao Siafi, sistema de pagamentos do governo, já foi iniciada e um dos responsáveis já teria sido reconhecido. Haddad afirmou ainda que as investigações correm em sigilo, "justamente para evitar que as coisas não cheguem ao fim".

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Contas públicas Participação de deputados e senadores na definição das despesas discricionárias saltou de 4% para 16,7% em dez anos, aponta Ibre

Emenda parlamentar cresce e afeta controle sobre o Orçamento

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Manoel Pires: "O interesse do Legislativo em avançar no Orçamento é compreensível; a questão é a forma"

Marta Watanabe
De São Paulo

As emendas parlamentares no Orçamento federal se avolumaram na última década. O total de emendas autorizadas para 2024 soma R$ 44,67 bilhões, quase sete vezes os R$ 6,4 bilhões empenhados em 2014, em valores nominais. A fatia de emendas parlamentares no total de despesas discricionárias empenhadas saltou de 4% em 2014 para 16,7% em 2023.

Em meio ao debate do ajuste fiscal, o quadro tornou cada vez mais relevante a necessidade de o governo negociar com o Congresso a destinação de recursos das emendas para cumprir regras orçamentárias, legais e constitucionais, levantando a preocupação sobre governabilidade. A volta a um passado com poucas emendas no qual o Executivo controlava a execução, num modelo que permitiu o chamado presidencialismo de coalizão, porém, não é algo realista, avaliam Manoel Pires, coordenador do Centro de Orçamento e Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), e Carolina Resende, pesquisadora do mesmo centro.

"É muito difícil voltar ao que era. A experiência de democracias mais avançadas, com processos orçamentários fortalecidos, mostra papel muito mais relevante do Poder Legislativo em coordenar políticas públicas com o Executivo do que o que vemos aqui", compara Pires. "O interesse do Legislativo em avançar no orçamento é compreensível, faz parte da democracia. A questão é a forma. É mais construtivo entender que o Congresso quer participar e definir mais claramente seu papel na gestão orçamentária do que tentar voltar ao passado."

Para Pires, é válida a crítica de que o grande volume de emendas gera descoordenação na ação pública porque os gastos não são alocados em programas estruturados. Isso, explica, se insere no contexto de rigidez orçamentária cada vez maior, com aumento de despesas obrigatórias. "À medida que a despesa discricionária cai, o Legislativo quer se proteger buscando elevar o nível de obrigatoriedade das emendas." Por outro lado, diz, também é papel do Congresso definir prioridades orçamentárias, o que confere legitimidade política ao orçamento público. É preciso, diz, achar um ponto de equilíbrio.

Para Pires, o parlamentar hoje tem visão "itenizada". "Num processo amadurecido, o Congresso participa da definição das políticas públicas, inclusive de metas e prioridades. No Brasil o parlamentar quer garantir o asfalto em um município. Discute-se o microcosmo." Isso, reconhece, Pires, se reflete nas chamadas emendas paroquiais, com alocação de recursos para manter apoio de bases eleitorais.

Outro ponto, diz, é que existe uma visão distorcida da significado de impositividade orçamentária. "Num orçamento impositivo é no processo orçamentário que os 'trade offs' são resolvidos, e as restrições, obedecidas. Quando o Orçamento é definido, cabe ao Executivo executá-lo. No Brasil o Orçamento é autorizativo, o que confere ao Executivo poder que não existe em processos convencionais. Cabe ao Executivo executar o Orçamento e definir políticas."

Por isso, diz Pires, a impositividade virou garantia para o Congresso fazer determinadas despesas e se proteger dessa arbitrariedade. "Ficamos no pior dos mundos. Não se define as prioridades alocativas do Orçamento dentro das restrições existentes para conferir ao Executivo apenas o poder de executar. E as emendas criam rigidez cada vez maior. Essa visão de impositividade orçamentária precisa ser corrigida."

O tamanho do problema já é grande, mostra levantamento de Pires e Resende. "Saímos de um modelo que custava R$ 6 bilhões em emendas em 2014 para o que está hoje, ao redor de R$ 35 bilhões a R$ 40 bilhões anuais", diz Pires. Ele lembra que dos R$ 44,67 bilhões em emendas autorizadas para 2024, R$ 5 bilhões foram vetados, embora seja esperada a derrubada do veto. Mas há também uma ineficiência de execução que deve levar o valor de 2024 para algo perto do observado nos últimos anos. Em 2023 foram R$ 35,38 bilhões em emendas empenhadas.

"Com o processo de instabilidade e fragmentação democrática dos últimos anos observamos que houve elevação do piso de barganha no nosso presidencialismo de coalizão e as emendas parlamentares refletem isso", diz Resende.

O aumento no volume de emendas vem de longo processo. Pires aponta a Resolução do Congresso Nacional 2/1995, que trouxe a concepção original das emendas. Elas, explica Rezende, estavam divididas em dois tipos: as individuais, que eram 20 por parlamentar, mas a execução dependia de negociação com o Executivo. Também havia as emendas coletivas: de bancada ou de comissão, com viés mais estruturante e volume de recursos maior. Havia limite de emendas, mas nessas também não tinha obrigatoriedade de execução. "Dada a natureza autorizativa do Orçamento, a execução ficava com o Executivo, o que deu origem ao presidencialismo de coalizão. A partir dessas emendas se estruturava apoio político aos projetos do Executivo."

> "Temos certa visão de criminalização da política"
> *Carolina Rezende*

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), diz Pires, foi importante ao regular o contingenciamento de despesas. Até 2001 o Executivo decidia isso livremente. A LRF estabeleceu que só se pode contingenciar se a meta fiscal não for obedecida.

Disso, lembra Pires, resultou o "tax-and-spend", ou "tributar para gastar". "Basicamente nos anos 2000 a economia cresceu bastante e as receitas cresciam mais do que se esperava. O governo definia as metas fiscais, inflava a receita no Orçamento e fazia o regramento da meta a partir da execução."

Naquele período, diz Pires, as metas fiscais foram cumpridas com facilidade e o Congresso conseguia o que queria em termos de valor de emendas. "Muitas vezes ele não precisava de emenda. Como o governo conseguia financiar a política pública, o Congresso se beneficiava indiretamente. A alta popularidade gerada pelas políticas do governo beneficiava o parlamentar que o apoiava."

Mas o modelo se fragilizou desde 2011, com a desaceleração econômica, diz Pires "Governo e Congresso continuam inflando receitas e não resolvem o conflito distributivo no processo orçamentário. As receitas já não surpreendem para cima e durante a execução, para obedecer as metas, o governo começa a contingenciar muito." Em 2011 e 2012, lembra, esses bloqueios atingem recordes.

"Os contingenciamentos começam a afetar emendas parlamentares de forma desproporcional em relação às demais despesas do Executivo. Quando isso fica evidente para os congressistas, surge um conflito distributivo muito maior", observa Pires. Entre 2012 e 2015 são sucessivos contingenciamentos, principalmente de emendas.

Por volta de 2013/2014, lembra, o Congresso pressiona o governo para reduzir os bloqueios. Isso resulta na EC 86/2015 estabelecendo que 1,2% da Receita Corrente Líquida (RCL) devia atender emendas individuais, já com certa impositividade: o governo só poderia contingenciá-las na proporção do bloqueio de despesas discricionárias. A emenda, diz Pires, veio no governo Dilma Rousseff. O Congresso se aproveitou da baixa popularidade do governo, que aceitou porque viu na negociação possibilidade de estabelecer novas bases de coordenação política.

A nova regra da EC 86/2015 foi aplicada a partir de 2016 e isso explica o novo patamar do volume de emendas parlamentares naquele ano e seguintes, até 2019. As emendas, que representaram 6,1% das despesas discricionárias em 2014, saltam para nível acima de 12% da RCL anuais de 2016 a 2019.

Em 2019, com a EC 100/2019, surgem as emendas de bancada, correspondentes a 1% da RCL e com impositividade. "Então as emendas saltaram de 1,2% da RCL para 2,2% da RCL, considerando as individuais e de bancada." Ainda em 2019 surgiu a EC 105/2019, que criou as transferências especiais, conhecidas como "pix orçamentária". Essas, diz Pires, não se vinculam à RCL, mas são decididas dentro do processo orçamentário.

Outra mudança, prossegue Pires, veio na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020, que estabeleceu as emendas de comissão e de relator geral, no chamado orçamento secreto. Em 2020 e 2021 as emendas ficaram acima de 33% dos gastos discricionários anuais do governo federal. A multiplicidade de eventos do período, lembra Pires, aconteceu sob governo [de Jair] Bolsonaro. "Um governo que "terceirizou" a função política de coordenar base para determinadas figuras políticas, principalmente o presidente da Câmara."

O governo atual, diz, Pires, rompe com isso. "O governo Lula [de Luiz Inácio Lula da Silva] tenta restabelecer o modo como as coisas sempre foram feitas, de tentar trazer parlamentares para base de apoio a partir de políticas públicas desenhadas pela União. Começa uma disputa mais nítida de poder e de barganha."

Os vários episódios desde o período de transição do governo Bolsonaro para Lula, ao fim de 2022, mostram a intensificação da disputa. Ainda na transição, o Supremo Tribunal Federal (STF), lembra, declarou inconstitucional o orçamento secreto. O governo Lula, então, negociou pagar uma parte do orçamento secreto e aumentar as emendas individuais.

A chamada Emenda da Transição (EC 126/2022) aumentou as emendas individuais de 1,2% para 2% da RCL. "Esse 0,8 ponto percentual de diferença era muito próximo à metade do valor do orçamento secreto. A outra metade foi para a programação de despesa discricionária, para voltar a recompor base de política do governo."

"Nesse aumento de orçamento discricionário é que o governo tenta trazer apoio dos parlamentares. Mas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023 há aumento das emendas de comissão, o que reflete o Congresso tentando recuperar valor maior das emendas", cita. "No Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária (PLDO) de 2024 o governo acena com a necessidade de indicar beneficiário para maior controle das emendas e o Congresso vem com cronograma de pagamento para reduzir a discricionariedade do Executivo. A partir de 2022 temos dinâmica muito mais explícita em que o governo puxa o orçamento para ele e o Congresso também tenta obter isso de volta, com maior conflito."

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) mostra também a intenção do governo de tentar usar o Orçamento público para montar a base de apoio parlamentar. Logo no lançamento do programa, diz Pires, o governo declarou desejo de que os parlamentares indiquem programações de emendas no PAC. Além disso há as chamadas "emendas cashback". Os parlamentares que indicaram verbas para projetos no PAC vão ganhar direito à paternidade de uma segunda emenda.

"Dentro dessa confusão se conseguirmos migrar o processo orçamentário para que o Congresso consiga obedecer as restrições e estabelecer as prioridades, teremos processo orçamentário mais forte. Sem isso só conseguimos criar mais rigidez orçamentária", diz Pires. Ele lembra que as pressões gerais de gastos no Congresso acabam colocando qualquer limite em questão, inclusive o das despesas discricionárias. A discussão atual sobre a PEC do quinquênio para o Judiciário e a da vinculação de gastos para garantir investimentos em defesa são exemplos. "As emendas integram um combo que pressiona o fiscal fortemente. A longo prazo é difícil saber o que pode acontecer."

O estudo traz sugestões de medidas de curto prazo para amenizar o conflito político. A primeira seria capacitar o Congresso para melhorar sua estrutura técnica. "Hoje ele tem pouca condição de fazer a definição das emendas de forma adequada", afirma Pires.

A segunda proposta é realizar avaliação de retorno econômico social das emendas estabelecendo critérios mínimos para inclusão no Orçamento, num incentivo para melhorá-las. Outra sugestão é regulamentar a indicação de beneficiários nas emendas de comissão, o que não é feito hoje.

É preciso também pensar, defendem, numa solução mais estruturada em que o Congresso seja dotado de condições de acompanhamento de políticas de uma forma mais recorrente tanto na elaboração do orçamento quanto na sua execução. "Muito se fala em reforma orçamentária, mas discute-se muito as regras, como uma avaliação de despesas ou para pagamento de restos a pagar. Regras já temos muitas. A discussão da reforma precisa trazer uma nova cultura orçamentária, na qual o Congresso saiba exatamente qual seu papel e tenha condições de exercê-lo. E o governo precisa aceitar ser fiscalizado pelo Congresso, de forma que essa interação feita de forma responsável consiga melhorar a qualidade da política pública."

Resende defende uma mudança no tom do debate. "Temos certa visão de criminalização da política. Então se olha o Congresso como incapaz de assumir suas responsabilidades no processo orçamentário. Esse processo tradicional propõe um afastamento. O retorno ao passado é de certa forma o afastamento do Congresso do processo orçamentário." O estudo de experiências internacionais, diz, mostra que o caminho é o contrário.

"Não é com discurso de afastamento, de infantilização e de desresponsabilização e de certa forma de despolitização social que teremos avanço. Temos problemas no Congresso, mas o Congresso reflete grande parcela da nossa sociedade", avalia Resende.

Para Luiz Guilherme Schymura, diretor do FGV Ibre, as discussões fazem parte da democracia. "O Congresso está se manifestando mais e há deficiências alocativas, há muitas emendas descosturadas umas das outras, mas houve avanço nesses últimos 30 anos. Esse mesmo Congresso aprovou a reforma da previdência, que foi uma mostra de democracia amadurecida."

Para Bráulio Borges, pesquisador do Ibre e consultor da LCA, o Congresso poderia ter um assessoria no sentido de aprimorar toda sua estrutura em busca de maior discricionariedade, governança e monitoramento. "Há o modelo do CBO [Congressional Budget Office], que presta serviços ao Congresso dos EUA como um todo, no sentido de avaliar políticas não somente pelos impactos orçamentários, fiscais mas também pelos macroeconômicos. A decisão política obviamente cabe ao Congresso." Também seria importante, diz, robustecer no caso brasileiro a própria CGU (Controladoria-Geral da União), que diminuiu muito de tamanho nos últimos anos e mal consegue fiscalizar 60 a 70 municípios a cada ciclo orçamentário.

Avanço das emendas parlamentares
No orçamento federal - R$ bilhões*

Fatia nos gastos aumentou
(Participação no conjunto das discricionárias* - %)

Evolução por tipo
(Emendas no orçamento federal* - R$ bilhões)

Destino dos recursos em 2023**
(Para quais áreas foram as emendas - %)

Fonte: Siop, com elaboração do FGV Ibre. *Dados consideeram valores empenhados para 2014 a 2023. Para 2024, foram considerados valores autorizados. ** Valores empenhados. Encargos Especiais: 98% se referem a Transferências Especiais (PIX Orçamentário). As transferências especiais decorrem de emendas individuais e conferem maior agilidade de repasse, não sendo necessário firmar convênios ou instrumentos congêneres para repasse de recursos a estados e municípios. De acordo com o art. 166-A da Constituição, ao menos 70% deve ser destinado a despesas de capital.

Contas públicas Presidente defende incentivos à economia e volta a criticar preocupação com área fiscal

Lula repete que, no Brasil, ‘tudo é tratado como gasto’

Renan Truffi, Marcelo Ribeiro, Caetano Tonet e Gabriela Pereira
De Brasília

Em meio às incertezas sobre o cumprimento das metas fiscais fixadas para os próximos anos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a criticar a cobrança feita por analistas e agentes do mercado financeiro para que o governo alcance superávit nas contas públicas. Em café da manhã com jornalistas, Lula defendeu que o que ele considera como investimento é chamado de “gasto”, ao defender medidas para ampliar despesas com saúde e ampliação do crédito.

“Aqui no Brasil, tudo é tratado como se fosse gasto. Emprestar dinheiro para pobre é gasto, colocar dinheiro na saúde é gasto, colocar dinheiro na educação é gasto. A única coisa que parece investimento é superávit primário”, disse o presidente.

A declaração foi dada em um contexto em que o presidente defendia medidas para incentivar o crescimento econômico (ampliação de investimentos e incentivo ao crédito, por exemplo), como o pacote lançado pelo governo na segunda-feira, com foco em micro e pequenos empresários. O programa, no entanto, não é baseado em novos desembolsos por parte do Tesouro Nacional, mas sim no remanejamento de recursos de fundos garantidores já existentes e na capitação de um fundo pelo Sebrae.

“O que fizemos ontem [segunda-feira] foi fazer com que a roda possa girar envolvendo a grande maioria do povo brasileiro. O Desenrola vai abater dívidas em até 90%. Esta foi possivelmente a última proposta que anunciamos porque agora precisamos saber o tamanho da safra que vamos colher. Mas estou altamente convencido de que vamos colher um sucesso extraordinário”, afirmou o presidente, em outro momento da entrevista.

Desde o início do mandato, Lula defende a argumentação de que gasto e investimento são conceitos diferentes. Para o cálculo do equilíbrio das contas públicas, no entanto, tanto as despesas de custeio da máquina pública como a realização de obras e outros programas pressionam o limite fiscal.

A nova declaração do presidente em defesa de uma ampliação de despesas ocorre após a repercussão negativa da revisão das metas fiscais para os próximos anos. De acordo com o novo plano do governo, o objetivo para 2025, inicialmente fixado em superávit primário de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), passou a ser zero. A meta de déficit zero para 2024 não foi alterada.

A mudança de rumos, aliada às incertezas em relação ao comportamento da taxa de juros nos Estados Unidos, fez agentes do mercado revisarem as projeções para a trajetória da taxa Selic, hoje em 10,75% ao ano.

Questionado sobre essa revisão de expectativas, Lula defendeu que o Brasil é um país seguro. “Este país é muito seguro”, disse. “O que precisamos é que as pessoas preocupadas com o mercado se preocupem com o Brasil”, complementou.

RICARDO STUCKERT/PR

“A única coisa que parece investimento é superávit primário” *Lula*

Lula voltou a criticar o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, cujo mandato à frente do órgão termina no fim do ano. Desde o início do mandato, o petista tem criticado a condução da política monetária de Campos Neto, indicado pelo governo do então presidente Jair Bolsonaro.

O presidente não antecipou quando pretende decidir sobre a indicação do novo chefe da autarquia e ironizou sua relação com o economista, ao afirmar que “quem conviveu” com o atual presidente do BC por um ano e quatro meses, não tem problema em fazer isso por “mais seis meses”.

“Tenho que ter paciência porque tenho que esperar até o fim do ano. Com todo respeito ao mercado, eu gosto mais do Brasil do que o mercado. O que martelo minha cabeça não é o mercado, não sou movido ao mercado. Sou movido pelo povo pobre e para a classe média”, afirmou, ao comentar a reação de agentes do setor financeiro, normalmente motivadas por incertezas em relação à sustentabilidade das contas públicas.

Em outra frente relacionada ao quadro fiscal, Lula afirmou que sinalizou que seu governo considera conceder reajuste salarial para “todos” os servidores federais. A promessa tem relação com a ameaça de greve pelo país.

“O pessoal estava muito, muito, muito reprimido [nos governos anteriores], eles não faziam greve há muito tempo, não tinha aumento de salário há muito tempo. Nós estamos preparando aumento de salário para todas as carreiras e vão ter aumento. Nem sempre é tudo que a pessoa pede. Muitas vezes é aquilo que a gente pode dar”, disse.

O presidente não sinalizou quando os reajustes seriam concedidos. No início do mês, antes do envio do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, descartou um aumento linear para este ano, já que o Orçamento estava fechado.

Lula fez um aceno aos grevistas dizendo que “ninguém será punido” por eventuais paralisações.

Ver também página A6

Presidente nega crise na Petrobras e diz que divergências são normais

Renan Truffi, Marcelo Ribeiro, Caetano Tonet e Gabriela Pereira
De Brasília

Após semanas de turbulência envolvendo atritos entre o governo e o comando da Petrobras, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta terça-feira que a petroleira nunca teve crise. Lula pontuou que é normal haver divergências, sem citar o presidente da empresa, Jean Paul Prates, e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), e destacou que a situação na estatal é tranquila.

“A Petrobras nunca teve crise. A crise da Petrobras é pelo fato de ela ser uma empresa muito grande. A capacidade de investimento da Petrobras é maior do que a do país”, afirmou Lula em café da manhã com jornalistas. “A Petrobras tem essa crise de crescimento, de descobrir novos poços de petróleo, de se transformar em uma empresa de energia, e não apenas de óleo e gás”, completou.

Em março, a Petrobras decidiu reter R$ 43,9 bilhões em dividendos extraordinários, justificando que a distribuição poderia dificultar o plano de investimentos da companhia. A decisão levantou temores sobre intervenção do governo na companhia. O tema colocou em lados opostos Prates e Silveira.

O episódio teve como pano de fundo a cobrança de Lula para que a Petrobras amplie seus investimentos. Nos bastidores, há a percepção de que o petista está insatisfeito com o posicionamento considerado independente de Prates. Apesar de ser controlada pela União, a Petrobras é uma empresa de capital aberto, regida por regras de governança e pela Lei das Estatais.

Ao comentar a situação da companhia, Lula destacou que fazer colocações equivocadas faz parte da existência do ser humano, sem mencionar diretamente Prates ou Silveira.

“Nem sempre a boca fala somente as coisas que são boas. Às vezes, uma palavra mal colocada gera uma semana de especulação, mas posso te dizer que a Petrobras está tranquila. E se ela está tranquila, posso dizer que o Brasil está tranquilo.”

Na segunda-feira, Alexandre Silveira afirmou que a diretoria da Petrobras demonstrou para o conselho de administração que as recentes movimentações no preço do petróleo e no câmbio geraram melhora para o caixa da companhia. Portanto, o colegiado deve decidir pela distribuição dos dividendos extraordinários. A expectativa é que 50% dos recursos sejam liberados, o que renderia R$ 6 bilhões ao Tesouro Nacional.

Contas públicas Proposta de aumento salarial em carreira jurídica põe resultado em risco, diz secretário

Meta fiscal de 2024 não muda, mas precisa ser acompanhada, afirma Durigan

DIOGO ZACARIAS/MF

Dario Durigan: "Não estamos mudando em nada a nossa agenda; tudo que fizemos no ano passado, numa parceria muito bem-sucedida com o Congresso, tem de seguir"

Lu Aiko Otta e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que uma mudança da meta fiscal de 2024 "não está em jogo", mas é preciso acompanhar a evolução do ano para saber se será possível atingi-la. Um percalço no meio do caminho, disse, poder ser a proposta que instituí um acréscimo salarial por tempo de serviço para carreiras jurídicas. Porém, o objetivo da equipe econômica segue sendo o de atingir o déficit zero ainda neste ano.

"Isso não está em jogo. Não está em discussão [mudança na meta de] 2024. O que nós estamos fazendo agora é garantir que o Orçamento aprovado pelo Congresso em 2023 tenha o exato equilíbrio entre receitas e despesas", disse em entrevista exclusiva ao **Valor**. Ele ponderou que, caso medidas não previstas no Orçamento pressionem as contas públicas, o plano de ação aprovado pelo Legislativo não conseguirá ser cumprido.

Por isso, disse, é preciso "acompanhar como o ano vai se decorrer, porque há outros temas que podem machucar o fiscal que estão em discussão no país", numa referência à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do quinquênio, em tramitação no Senado Federal. Parecer da consultoria de Orçamento da Casa estima que a medida pode ter impacto fiscal de R$ 81,6 bilhões em três anos. O texto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e agora segue em análise no Plenário. A medida é defendida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Apesar dos percalços que podem surgir no caminho, Durigan descartou uma mudança da meta mesmo que haja risco de o déficit ser maior do que o intervalo de tolerância, acionando gatilhos de contenção de gastos no ano que vem. "Quando essa meta está fixada, vamos procurar cumprir com afinco. Não tenho dúvidas quanto a isso."

O recado surge uma semana após a equipe econômica flexibilizar a trajetória de ajuste fiscal, reduzindo de superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para zero o resultado esperado para as contas do governo central em 2025. Já as metas de 2026, 2027 e 2028 apontam superávits crescentes, de 0,25%, 0,5% e 1% do PIB. Antes da revisão, o governo pretendia atingir superávit de 1% do PIB já em 2026.

Na avaliação do secretário, a mudança foi feita para tornar a meta do próximo ano "mais crível". Ainda assim, haverá desafios — o governo precisará aprovar neste ano cerca de R$ 50 bilhões em receitas extras para viabilizar a meta de déficit zero em 2025. Durigan não antecipou quais são as medidas estudadas para envio ao Congresso Nacional, mas disse que, a princípio, a equipe econômica não conta com a reforma da renda, que trará a taxação de dividendos, para a arrecadação do ano que vem.

Confira, a seguir, as principais declarações do secretário:

Arcabouço e corte de despesas

"É importante reforçar que não estamos mudando em nada a nossa agenda. Tudo que fizemos no ano passado, numa parceria muito bem-sucedida com o Congresso, tem de seguir. Claro que há dificuldades para atingir os resultados, mas do ponto de vista da agenda não há descolamento sobre o que devemos fazer. O país vem desde 2015 gastando mais, em proporção do PIB, do que arrecadando. No ano passado apontamos esse problema, dissemos qual caminho a ser trilhado para começar a resolver esse problema, e fizemos, em grande medida, isso. Tanto que estamos vendo no começo deste ano a recomposição fiscal do Estado brasileiro [arrecadação forte]. O Brasil segue gastando em torno de 19%, 19,5% em relação ao PIB. Este ano teremos um pouco menos que isso, porque na parte da despesa, o arcabouço já está cumprindo o seu papel. No ano passado, a economia cresceu 2,9%. A receita esse ano está crescendo quase 10%, nominal. E a despesa [neste ano] cresceu 1,7% [real]. Então, a despesa está crescendo menos. O arcabouço vai cumprir esse objetivo de ir reduzindo, em proporção do PIB, a despesa do país ao longo do tempo."

Ajuste fiscal

"O governo faz o ajuste fiscal não de qualquer jeito, mas corrigindo injustiça: vendo o que é benefício ineficiente, indo atrás de grandes distorções. Nós estamos fazendo um ajuste fiscal muito dosado, muito conversado, muito negociado. E por que a gente faz ajuste fiscal? Queremos cumprir com esse objetivo de estabilizar a dívida do país, porque o Orçamento público tem um colchão social importante. Gastamos quase R$ 1 trilhão com a Previdência, quase 1% do PIB com o BPC [Benefício de Prestação Continuada], 1,5% do PIB com o Bolsa Família. E essas despesas sociais só vão se manter. De um lado, fazemos o ajuste fiscal para manter íntegros os colchões sociais. De outro, fazemos o ajuste fiscal para ter credibilidade, porque com credibilidade o custo do crédito diminui. O segundo efeito é a inflação. O fiscal, principalmente no mundo pós-pandemia, tem um bom impacto na inflação. O anúncio que foi feito no PLDO [Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, com metas menores] e o ajuste temporal que o Congresso fez [ao adiantar a autorização do governo para um crédito suplementar de R$ 15 bilhões] não mexem qualitativamente no arcabouço. O arcabouço segue íntegro."

Cenário externo

"Tem muito do cenário externo trazendo impactos importantes para o Brasil e para o mundo. Se compararmos o impacto que teve no mundo as declarações do Fed [Federal Reserve, banco central dos EUA] da semana passada, o Brasil, inclusive, fica melhor que outros países, como o México e a Indonésia, por exemplo. Mas as bolsas do mundo sentiram e as moedas sentiram essa reprecificação global de ativos que se deu a partir da semana passada e que seguimos vendo, com menos intensidade."

Judicialização de medidas

"Conseguiremos avançar nessa agenda econômica não é quebrando o prédio público, é avançando e prestigiando as instituições. Então, repropusemos ao Congresso e ao debate público temas que estavam fora do orçamento. Aqui nós estamos, de fato, prestigiando o Congresso. Ao repropor as quatro medidas que estavam na MP 1.202/2023 [desoneração da folha de setores, municípios, fim do programa de incentivo ao setor de eventos e limitação de compensações tributárias], dissemos que há uma incongruência entre algumas coisas que foram aprovadas e as grandes decisões do Congresso do ano passado que estão cristalizadas no Orçamento. Esses quatro temas que são os que estamos agora tratando de fechar a discussão, antes de abrir a discussão da tributária. Então, se alguns desses temas não conseguem avançar no Congresso, dada a realidade política do ano, dadas as eleições municipais e outros temas políticos, talvez tenhamos que nos socorrer do Judiciário, mas garantindo que o espaço de acordo político tenha sido ofertado ao Congresso. Agora, o debate político não avançando, é preciso garantir que a gente tenha o olhar do Supremo aqui sobre esses temas que afetam a Previdência. Será feito, sim, o questionamento no Supremo sobre esses dois temas. [desoneração da folha dos setores e dos municípios]."

> "Para seguir nessa trajetória crível de cumprimento de meta, precisamos aprovar em 2024 novas medidas"

Dívida dos Estados

"Esse é um tema que tem sido estudado pelo Tesouro em reunião com secretários dos Estados. Isso ainda está pendente de fechar uma avaliação técnica para levar à consideração do ministro [da Fazenda, Fernando Haddad]. O ministro é sensível a esse tema e tem se mostrado aberto a esse diálogo com todos os Estados — do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste, do Sul e do Sudeste. E é importante ter esse olhar de sensibilidade, porque é um tema que também gera judicialização, e o nosso espírito aqui é tentar resolver."

Meta de 2024

"Isso [mudar a meta] não está em jogo. O que foi projetado para os próximos anos é manter a trajetória de estabilização da dívida. O que foi anunciado na semana passada foi a trajetória da meta para os próximos anos. Estamos vendo que temos um espaço político menor do que tivemos, por exemplo, em 2023. Atualizando os contextos, chegamos em novos números, que são críveis. Ou seja, a gente fixa uma meta e, quando essa meta está fixada, vamos procurar cumprir com afinco. O que estamos fazendo em 2024 é garantir que o Orçamento aprovado pelo Congresso em 2023 tenha o exato equilíbrio entre receitas e despesas. Então, as medidas que nós temos adotado são justamente para prestigiar o Orçamento aprovado pelo Congresso. Para chegar nesse zero. Porque se temos um Orçamento aprovado pelo Congresso e uma série de obrigações extraorçamentárias, como é o caso da desoneração da folha dos municípios, o Perse, não conseguimos cumprir o plano de ação passado pelo Congresso."

Vai atingir meta zero em 2024?

"Para 2024, o que precisamos é acompanhar como o ano vai se decorrer. Porque há outros temas que podem machucar o fiscal que estão em discussão no país. Já para 2025 e para os próximos anos, teremos de adotar novas medidas. Para 2024, o que nós aprovamos no ano passado é suficiente desde que outras pautas não nos impactem no meio do caminho."

Novas medidas

"Não posso antecipar nada, mas vão ser necessárias medidas em torno de R$ 50 bilhões. Então, para seguir nessa trajetória crível de cumprimento de meta, precisamos aprovar em 2024 novas medidas para que o governo cumpra a meta em 2025."

Revisão de gastos

"O arcabouço fiscal cumpre esse primeiro grande objetivo de conter a evolução dos gastos. Eu tenho reconhecido que o governo precisa acelerar e aprofundar essa agenda de revisão de gastos. Revisão de gastos é como escovar os dentes, precisamos fazer sempre. E revisar para priorizar. Então, temos que olhar os gastos que temos no Orçamento e canalizá-los para o que é decisão do governo, para o que é correto, para o que é necessário ser investido. Mas esse é um tema que é liderado pelo Ministério do Planejamento. Eu tenho o propósito de que a Fazenda fortaleça essa agenda junto com o Planejamento, para que aceleremos daqui em diante."

Reforma da renda

"A reforma da renda está no nosso radar, mas a princípio é algo que não contamos para a arrecadação de 2025."

Reforma tributária

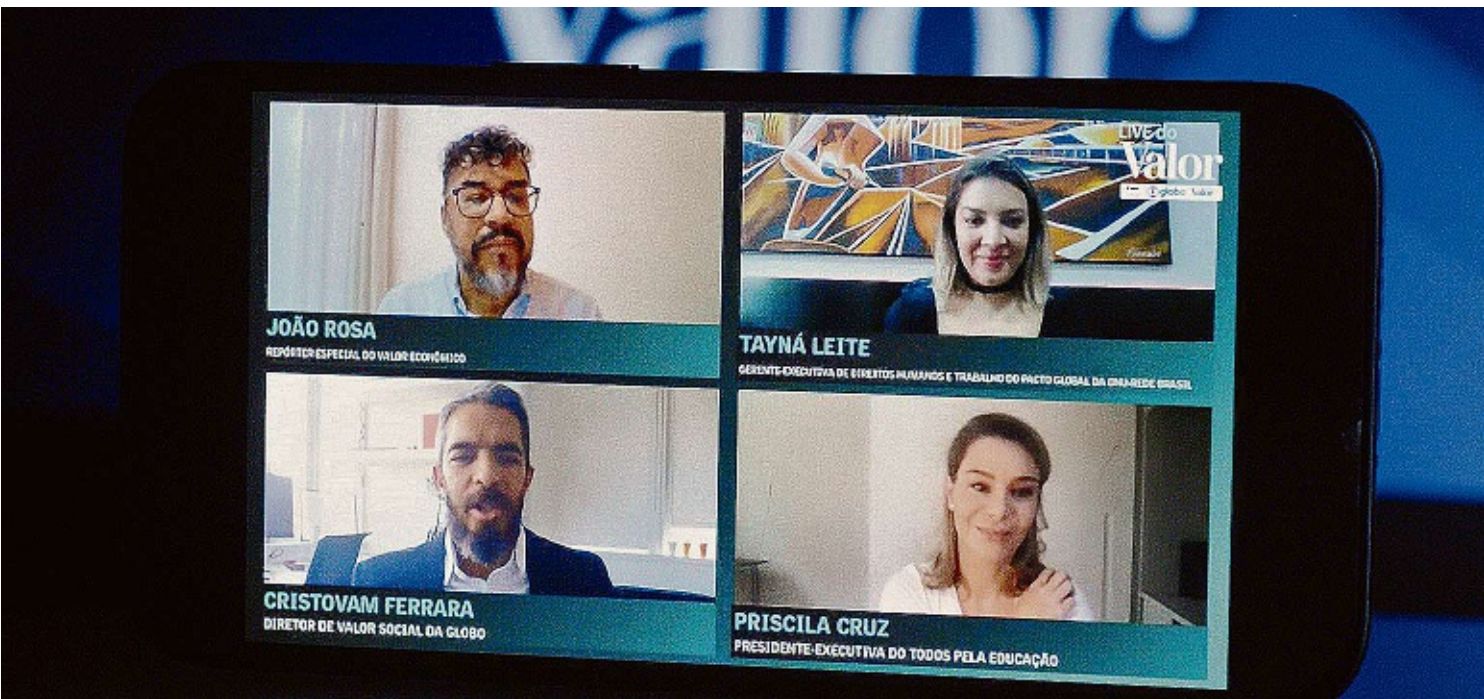
"Toda essa agenda, MP 1.185/2023 [da subvenção de investimentos], [tributação de] fundos fechados, revisão dos títulos isentos, a reforma da renda que vem por aí, isso é curto e médio prazos [como revisão de gastos tributários]. No longo prazo, é a reforma tributária quem vai, de alguma maneira, sacramentar os nossos buracos fiscais, resolver a grande distorção que temos com gasto tributário. É a reforma tributária quem dá a resposta definitiva. Os benefícios ligados a PIS/Cofins, por exemplo, eles acabam, mas haverá uma transição lenta e gradual. A reforma vai começar a entrar em vigor em 2026 e vai fazer a transição completa em 2032, com o ICMS nos Estados."

Curta

Tebet contra pauta bomba

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse nesta terça-feira que "sem dúvida alguma" tem preocupação com as pautas-bombas que podem minar os esforços da equipe econômica para tentar atingir a meta de um resultado primário equilibrado neste ano. "Não temos gordura, margem de gordura, não temos espaço fiscal", afirmou. "A gente tem que agora todo mundo sentar na mesa, dialogar e ver que uma medida, qualquer medida, qualquer projeto de impacto econômico, orçamentário que é aprovado no Congresso Nacional impacta todo o Brasil" disse. A ministra disse ainda que o momento é de "responsabilidade" e está otimista com o Congresso Nacional.

Empresas pela educação

LEO PINHEIRO/VALOR

A capacidade das empresas de influenciarem os governos para fortalecer a educação no país é considerada essencial para reduzir os índices de desigualdade no país. Esta foi a conclusão de especialistas em educação ao debaterem o tema na live "Educa 2030: Movimento da ONU para incentivar empresas a investir em educação", feita pelo Valor em parceria com o Valor Social, área de responsabilidade social da Globo. Participaram do encontro Tayná Leite, gerente-executiva de Direitos Humanos e Trabalho do Pacto Global da ONU-Rede Brasil, Priscila Cruz, presidente-executiva do movimento Todos Pela Educação, e Cristovam Ferrara, diretor do Valor Social. A reportagem completa sobre o encontro está no site do Valor.

Temas abordados

- Como intensificar a relação comercial Brasil-EUA
- O efeito dos juros americanos nos mercados mundiais
- Eleições americanas e a relação com o Brasil
- Estabilidade do ambiente de negócios no Brasil
- Como a energia verde pode atrair investimentos
- As oportunidades do agronegócio

Empresários, autoridades e especialistas se reúnem para discutir temas essenciais para ampliar as oportunidades entre os dois países.

Acompanhe notícias sobre o evento e a transmissão ao vivo em valor.com.br

Apresentação

Master

Patrocínio

Apoio

Companhias Aéreas Oficiais

Realização

Congresso Parlamentares apontam complexidade e duvidam de aprovação no primeiro semestre

Primeira regulamentação da tributária chega ao Congresso pressionada pela eleição

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Renan Truffi, Jéssica Sant'Ana, Guilherme Pimenta e Gabriela Pereira
De Brasília

Pressionado pelo calendário eleitoral, o governo entrega nesta quarta-feira o primeiro de três textos para regulamentar a reforma dos impostos sobre o consumo. O projeto de lei complementar terá quase 300 páginas e cerca de 500 artigos e vai detalhar as regras do novo sistema, inclusive a transição do regime atual para o futuro, que deve começar a entrar em vigor a partir de 2026.

Esse primeiro projeto tratará das regras de funcionamento dos novos tributos criados por emenda constitucional no ano passado: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal; o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), dos Estados e municípios; e o Imposto Seletivo (IS), para desestimular o consumo de produtos que causem “externalidades negativas”. Serão ainda oito páginas apenas com revogações de leis anteriores, capítulos à parte para os regimes específicos, e a definição dos produtos da cesta básica.

O tamanho e complexidade do texto torna improvável a aprovação ainda este semestre, afirmam parlamentares. O projeto chegará ao Legislativo com um cronograma apertado. Após a entrega da matéria, restarão apenas sete semanas para o recesso parlamentar — e, na próxima, a Câmara quase não terá atividades por conta do feriado do Dia do Trabalho (1º de Maio) na quarta-feira. De agosto a outubro, a Casa deve ficar praticamente parada por causa das eleições municipais.

A expectativa é que, na semana que vem, o governo envie outro projeto de lei complementar, que tratará da regulamentação do comitê gestor do IBS e questões administrativas. Haverá ainda o envio de um projeto de lei ordinário para regulamentar o funcionamento do fundo para compensar Estados pelas perdas de arrecadação ao longo da transição para o novo sistema.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Fernando Haddad: “É uma pequena revolução tributária que está acontecendo, mais do que uma reforma”

Os ajustes finais foram validados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na segunda-feira. Após a entrega do texto ao Congresso, caberá ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), designar o relator da proposta. Nessa terça-feira, Lula sinalizou que o Palácio do Planalto tem preferência pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) para relatar os projetos de regulamentação do texto principal porque o paraibano já foi o relator da proposta de emenda constitucional (PEC) que modificou o sistema.

Lula, porém, ponderou que a designação é do chefe do Legislativo. “Ontem [segunda-feira] fechamos a proposta final daquilo que vai para regulamentação da reforma tributária. Obviamente que a Câmara pode mudar. O que seria ideal é que você tivesse o mesmo relator, porque a gente ganharia tempo. Quem indica o relator é o presidente da Câmara, mas se pudesse ser o mesmo...”, sugeriu Lula em café da manhã com jornalistas. O mandatário defendeu, sem citar Lira diretamente, que esse fator é preciso ser levado em consideração e reforçou que a designação de Ribeiro poderia “facilitar”.

> “Esperamos que as regras sejam bastante duradouras”
> *Bernard Appy*

Lira vem dizendo, desde o ano passado, que Ribeiro não deveria ser escalado para a função novamente, diante de inúmeros pedidos de outros deputados para assumirem a relatoria. Aliados de Ribeiro, contudo, acreditam que o presidente da Câmara está cada vez mais propenso a mudar de ideia e escolher o correligionário para evitar um atraso muito grande. Integrantes do governo, do mercado financeiro e do setor produtivo têm defendido isso em conversas com Lira.

Nessa terça, ao confirmar a data de envio da proposta, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, classificou a medida de uma “pequena revolução tributária” e voltou a afirmar que a expectativa do Executivo é aprovar a proposta na Câmara e no Senado ainda neste ano. “É uma pequena revolução tributária que está acontecendo, mais do que uma reforma”, afirmou. “É uma lei que abrange todo o sistema tributário nacional e revoga uma enormidade de leis”, destacou.

O novo sistema unifica ICMS, PIS, Cofins e ISS, que serão transformados na CBS e IBS, tributos que terão legislação única e federal, com cobrança “por fora” e arrecadação no destino. Além disso, reformula o IPI, que continuará a existir apenas para taxar produtos produzidos fora da zona franca de Manaus e concorram com aqueles fabricados na região. As diretrizes foram definidas na PEC promulgada pelo Congresso em dezembro, mas, para entrarem em vigor, precisam ser regulamentadas por leis ordinárias e complementares.

As alíquotas dos novos tributos não serão detalhadas no projeto de lei. A expectativa é que o texto contenha os parâmetros para calcular a cobrança, de forma que a carga tributária sobre o consumo se mantenha neutra. Esse cálculo será feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e validado pelo Senado.

Segundo o secretário extraordinário para a Reforma Tributária, Bernard Appy, apesar de a proposta ser extensa, “aquilo que 99% das empresas vão precisar conhecer é relativamente bastante curto”. “Uma das grandes preocupações é ter regras objetivas, que evitem a litigiosidade e ao mesmo tempo, um grau de generalidade, que não precisa ficar entrando no detalhe de bastante coisas”, afirmou Appy em reunião com a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE). “Esperamos que as regras sejam bastante duradouras”, disse.

Appy defendeu que o novo sistema será “muito, muito, muito mais simples” e que a única obrigação do contribuinte para saber quanto terá que pagar de impostos será emitir documento fiscal eletrônico, o que já é uma obrigação hoje. A exceção, afirmou, será no caso dos regimes específicos, que terão regras diferentes de cálculo. “Mas para 90% dos contribuintes será apenas isso [a emissão da nota fiscal]”, afirmou.

A fala ocorreu para rebater o pedido de empresários, advogados e deputados que solicitaram que não haja punição para os contribuintes que errarem no pagamento dos novos impostos durante a fase de transição.

O secretário também defendeu que não haverá como usar o Imposto Seletivo com fins arrecadatórios e que o objetivo é desestimular o consumo de produtos e serviços nocivos ao ambiente e à saúde. 60% do imposto, que é federal, será repassado para Estados e municípios. “Quem vai fazer arrecadação com imposto que só fica com 40%?”, questionou.

Appy destacou ainda que a política de “cashback” (devolução de impostos para famílias de baixa renda) e os itens da cesta básica serão sugeridos pelo Poder Executivo no projeto de lei, mas a palavra final será do Legislativo.

Atividade econômica
Indicadores agregados

	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23	jun/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,40	0,52	0,70	0,08	-0,01	-0,04	-0,60	0,29	0,25
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,3	-1,5	1,5	0,6	0,0	0,2	0,4	-0,4	0,0
Indústria de transformação	-	0,0	0,0	0,4	-0,1	0,2	-0,5	1,1	-0,4	-0,2
Indústrias extrativas	-	-0,9	-6,9	3,8	3,4	-0,5	6,2	-4,9	-1,3	2,9
Bens de capital	-	1,8	9,3	-0,4	-0,9	-0,3	-2,5	5,8	-7,4	-2,3
Bens intermediários	-	-1,2	-2,7	1,8	1,6	0,7	0,7	-0,4	-0,5	-0,3
Bens de consumo	-	1,3	-0,9	1,1	-0,1	-0,9	-1,7	2,4	1,4	0,3
Faturamento real (CNI - %)	-	2,4	0,3	1,8	0,7	-0,4	-0,9	1,3	-2,3	0,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,3	0,2	1,5	0,6	-0,3	-0,6	0,0	-0,8	0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	1,0	0,3	0,9	-0,1	0,9	0,6	1,0	0,8
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,0	2,8	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-1,7	2,4	0,1	1,0	0,0	1,0	-0,4	0,3	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,9	0,5	0,5	0,5	-0,3	-0,1	-1,3	0,9	0,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9	8,0
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	0,6	0,1	0,3	0,5	-0,1	-0,3	0,1	0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2	2,2
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	27.980	23.494	26.798	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300	29.600
Importações	20.498	18.186	20.510	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121	19.524
Saldo	7.483	5.308	6.287	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179	10.077

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
set/22	0,1805	0,6814	0,6814	1,0020	1,07	0,5662	0,4670	0,4276	-0,06	23,67	1.212,00
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	-	24,38	1.412,00
2024	**0,23**	**2,25**	**2,25**	**3,19**	**3,53**	**2,16**	**1,80**	**1,22**	**0,20**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,37**	**7,63**	**7,63**	**11,26**	**12,32**	**6,91**	**5,46**	**4,41**	**2,31**	**1,33**	**8,45**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para abril projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	4º Tri/23	3º Tri/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	abr/24	mar/24	2024	2023	12 meses	abr/24	mar/24	dez/23	abr/23
IBGE									
IPCA	-	0,16	1,42	4,62	3,93	-	6.869,14	6.773,27	6.649,99
INPC	-	0,19	1,58	3,71	3,40	-	7.064,43	6.954,74	6.868,53
IPCA-15	-	0,36	1,46	4,72	4,14	-	6.742,72	6.645,93	6.511,32
IPCA-E	-	0,36	1,46	4,72	4,14	-	6.742,72	6.645,93	6.511,32
FGV									
IGP-DI	-	-0,30	-0,97	-3,30	-4,00	-	1.094,76	1.105,54	1.128,81
Núcleo do IPC-DI	-	0,27	1,07	3,48	3,64	-	-	-	-
IPA-DI	-	-0,50	-1,84	-5,92	-6,79	-	1.270,47	1.294,35	1.341,66
IPA-Agro	-	0,92	-1,59	-11,34	-11,56	-	1.756,96	1.785,32	1.926,82
IPA-Ind.	-	-1,02	-1,94	-3,77	-4,89	-	1.073,32	1.094,53	1.117,39
IPC-DI	-	0,10	1,27	3,55	2,93	-	743,02	733,67	725,48
INCC-DI	-	0,28	0,68	3,49	3,36	-	1.095,74	1.088,31	1.061,64
IGP-M	-	-0,47	-0,91	-3,18	-4,26	-	1.113,84	1.124,07	1.152,31
IPA-M	-	-0,77	-1,75	-5,60	-7,05	-	1.310,88	1.334,20	1.389,86
IPC-M	-	0,29	1,41	3,40	3,14	-	726,53	716,46	707,62
INCC-M	-	0,24	0,68	3,32	3,29	-	1.093,50	1.086,15	1.061,07
IGP-10	-0,33	-0,17	-0,73	-3,56	-3,81	1.135,05	1.138,81	1.143,35	1.180,05
IPA-10	-0,56	-0,40	-1,62	-6,02	-6,40	1.344,60	1.352,24	1.366,78	1.436,52
IPC-10	0,21	0,48	1,78	3,43	3,13	733,68	732,11	720,87	711,43
INCC-10	0,33	0,27	1,09	3,04	3,32	1.081,84	1.078,34	1.070,21	1.047,12
FIPE									
IPC	-	0,26	1,18	3,15	2,87	-	683,22	675,27	667,00

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia abr/24 -0,12% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana abr/24 0,23%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.693,6**	**60,91**	**6.565,1**	**60,06**	**5.706,7**	**55,70**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-28,1	-0,26	-37,0	-0,34	4,9	0,05
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-743,3	-6,76	-749,0	-6,85	-748,0	-7,30
Dívida fiscal líquida	**7.465,0**	**67,93**	**7.351,1**	**67,26**	**6.449,8**	**62,95**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.340,8	66,80	7.219,4	66,05	6.396,4	62,43
Dívida externa líquida	-647,2	-5,89	-654,3	-5,99	-689,7	-6,73
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.749,5	52,32	5.619,3	51,41	4.806,1	46,91
Governos Estaduais	841,2	7,66	842,3	7,71	807,5	7,88
Governos Municipais	53,5	0,49	54,0	0,49	36,3	0,35
Empresas Estatais	49,4	0,45	49,6	0,45	56,8	0,55
Necessidades de financiamento do setor público	**fev/24**		**jan/24**		**fev/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.015,1**	**9,24**	**991,9**	**9,07**	**565,9**	**5,52**
Governo Federal**	846,6	7,70	818,0	7,48	458,1	4,47
Banco Central	77,9	0,71	86,3	0,79	75,9	0,74
Governo regional	83,0	0,76	80,4	0,74	25,0	0,24
Total primário	**268,2**	**2,44**	**246,0**	**2,25**	**-93,2**	**-0,91**
Governo Federal	-28,6	-0,26	-44,4	-0,41	-301,4	-2,94
Banco Central	0,7	0,01	0,6	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-15,2	-0,14	-18,4	-0,17	-58,4	-0,57

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência abr/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-março		Var.	março		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**221,4**	**202,2**	**9,48**	**56,4**	**54,0**	**4,43**
Imposto de renda pessoa física	7,6	6,9	10,45	2,0	2,2	-8,91
Imposto de renda pessoa jurídica	100,1	100,5	-0,34	20,0	22,2	-9,93
Imposto de renda retido na fonte	113,6	94,8	19,83	34,5	29,7	16,14
Imposto sobre produtos industrializados	17,8	14,8	20,28	5,8	5,0	16,67
Imposto sobre operações financeiras	15,7	14,7	6,70	5,3	4,6	16,33
Imposto de importação	15,4	13,5	14,45	5,1	4,6	10,80
Cide-combustíveis	0,7	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	96,7	78,1	23,81	31,8	25,6	24,45
CSLL	53,9	50,9	6,05	10,2	11,7	-12,31
PIS/Pasep	27,4	22,4	22,31	9,1	7,2	25,94
Outras receitas	208,9	185,4	12,67	66,5	58,3	13,99
Total	**657,8**	**581,8**	**13,06**	**190,6**	**171,1**	**11,43**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor**	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
ICMS - Brasil	**49,2**	**-18,56**	**60,4**	**-7,24**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2023

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2023		-	Campo 7
2ª	30/06/2023		1,00%	
3ª	31/07/2023		2,07%	+
4ª	31/08/2023	Valor da declaração	3,14%	Campo 8
5ª	29/09/2023		4,28%	
6ª	31/10/2023		5,25%	+
7ª	30/11/2023		6,25%	Campo 9
8ª	28/12/2023		7,17%	
Pagamento com atraso				

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/23 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de fevereiro*

Discriminação	Janeiro-fevereiro		Var.	fevereiro		Var.
	2023	2022	%	2024	2023	%
Receita total	**470,7**	**431,7**	**9,05**	**189,4**	**160,4**	**18,05**
Receita Adm. Pela RFB**	320,7	288,6	11,11	120,3	101,3	18,81
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	100,1	94,8	5,61	47,9	46,1	4,01
Receitas Não Adm. Pela RFB	49,9	48,3	3,47	21,1	13,0	61,77
Transferências a Estados e Municípios	**98,5**	**91,6**	**7,52**	**56,9**	**53,0**	**7,29**
Receita líquida total	**372,2**	**340,1**	**9,45**	**132,5**	**107,4**	**23,36**
Despesa Total	**350,6**	**299,4**	**17,12**	**190,9**	**149,8**	**27,42**
Benefícios Precidenciários	140,7	134,1	4,92	71,7	68,1	5,41
Pessoal e Encargos Sociais	59,6	57,5	3,63	28,4	27,5	3,45
Outras Despesas Obrigatórias	78,7	43,8	79,68	51,6	21,0	145,60
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	71,5	63,9	12,00	39,2	33,3	17,60
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**21,6**	**40,7**	**-46,94**	**-58,4**	**-42,4**	**37,71**
Discriminação	**fev/24**		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**
Ajustes metodológicos	-0,2	-	0,8	-	-0,1	-
Discrepância estatística	0,8	-27,56	1,1	-140,57	1,6	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-57,8**	**-**	**82,0**	**-**	**-41,0**	**-**
Juros Noniminais	**-56,9**	**-21,18**	**-72,2**	**30,46**	**-57,8**	**23,20**
Result. Nominal do Gov. Central	**-114,7**	**-**	**9,7**	**-**	**-98,8**	**-**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

Poderes Após cobrança a ministros, presidente afirma que não há crise, mas 'coisa normal da política'

Lula diz que governo não quer 'eterna briga'

Renan Truffi, Marcelo Ribeiro, Gabriela Pereira e Caetano Tonet
De Brasília

Após se reunir com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) para colocar um fim à crise entre governo e Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu nessa terça-feira que os três Poderes não podem viver numa "eterna briga".

A afirmação do petista contrasta com a troca de farpas entre aliados de Lira e a equipe de articulação política do Executivo, liderada pelo ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha. Nos últimos dias, os dois lados se desentenderam publicamente, o que provocou uma retaliação contra o governo no Parlamento.

"Tem muita gente que gostaria que os Poderes vivessem uma eterna briga. A gente não vai viver em uma eterna briga. Porque se você optar pela briga não aprova nada. O país é prejudicado, vamos conviver com todo mundo", disse Lula, durante café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto.

Apesar disso, Lula adotou tom evasivo quando foi questionado sobre como foi a conversa entre ele e o deputado alagoano no domingo, quando os dois se reuniram sem que isso fosse divulgado à imprensa.

Na visão do presidente da República, como se tratou de uma "conversa" e não de uma reunião de trabalho entre Planalto e Câmara, não há razão para divulgar o resultado do encontro.

> "Sinceramente não acho que a gente tenha problemas no Congresso"
> *Lula*

"Sobre o Lira, se eu fizesse uma reunião com o Lira e quisesse que a imprensa soubesse, eu falaria isso. Eu não tive uma reunião com o Lira, eu tive uma conversa. É diferente. Se fosse uma reunião, eu teria levado meus líderes. Então, não sou obrigado a dizer o que eu conversei com Lira", disse o presidente.

Em seguida, Lula tentou negar que sua gestão enfrente dificuldades na relação com os congressistas. "Eu sinceramente não acho que a gente tenha problemas no Congresso. O que temos é uma coisa normal da política", acrescentou.

Neste mesmo sentido, o presidente buscou defender seu "time" de ministros, quando ouviu questionamentos sobre a possibilidade de a cúpula do governo promover uma nova reforma ministerial. "O time está jogando do jeito que precisa jogar. O país tem que dar certo", afirmou.

Apesar do tom conciliador, Lula cobrou nos últimos dias que seus ministros sejam "mais ágeis" e atuem junto à articulação política no Congresso Nacional. A cobrança foi direcionada, na segunda-feira, aos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin.

Após a repercussão da fala, entretanto, o titular da Secretaria de Comunicação Social, ministro Paulo Pimenta, disse que se tratava de uma "brincadeira" do presidente. Nos bastidores, porém, outros auxiliares contaram em condição de anonimato que se tratava de uma cobrança para integrantes do governo que não estavam presentes no evento.

Em meio à expectativa de que o Congresso derrube vetos presidenciais, Lula também minimizou essas eventuais derrotas e disse, mais uma vez, que isso faz parte do jogo político. O petista destacou ainda não ficar nervoso com decisões do Congresso, mas reconheceu irritação por não convencer os parlamentares a concordarem com seu governo sobre alguns temas.

Em relação à eventual derrubada de seu veto parcial ao projeto que restringe a "saidinha" para detentos do regime semiaberto, Lula destacou que, se o Congresso revogar a decisão presidencial, é um problema dos congressistas.

"No caso das saidinhas, como é que vamos proibir o cidadão de visitar os parentes sendo que está cumprindo pena e não cometeu crimes hediondos? É normal a família querer ver o cara que está preso. Se o Congresso derrubar isso, é um problema do Congresso", pontuou.

> "Tenho clareza do que prometi ao povo, de todas as coisas que farei"
> *Lula*

Por fim, Lula disse que não esqueceu das promessas que fez durante a campanha eleitoral e que compreende o mau humor da população na avaliação de seu terceiro mandato. O assunto veio à tona porque o governo tem enfrentado dificuldades entre segmentos específicos da população, como os evangélicos.

"Um político qualquer que tiver preocupação com pesquisa no começo de seu mandato, efetivamente não está preparado para ser político. Eu tenho clareza de tudo que eu prometi para o povo brasileiro, de tudo que eu disse que ia fazer e todas as coisas que eu vou fazer. Quando sai uma pesquisa no primeiro ano de mandato é normal que a expectativa que não foi atendida gere um mau humor na sociedade", argumentou.

REPRODUÇÃO TV

Lira no "Conversa com Bial": presidente da Câmara reconhece que cometeu um erro ao dizer que o ministro Alexandre Padilha é um "desafeto pessoal"

'Trato a política com seriedade'

De São Paulo

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reconheceu em entrevista ao programa "Conversa com Bial", exibido na TV Globo na noite dessa terça-feira (23), que errou ao chamar o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) de "desafeto pessoal" e creditou o bom ano de 2023 do governo Lula aos esforços do Congresso em aprovar medidas que ajudaram no desempenho do Executivo.

Em tom ameno, Lira também negou ser um "antagonista" do governo e disse que nunca atuou, como presidente da Câmara, para criar dificuldades — seja na gestão passada, de Jair Bolsonaro (PL), ou mesmo na atual, de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Não tenho problema em reconhecer o erro quando eu faço", respondeu Lira sobre o ataque feito a Alexandre Padilha no dia 11 deste mês. "Vinha alertando há alguns meses que não funciona a articulação do governo. Há esforço da presidência da casa, do líder do governo na Câmara, em convergir [com o governo]."

Indagado pelo apresentador Pedro Bial sobre o que teria feito Padilha para o presidente da Câmara chamá-lo de "desafeto pessoal", Arthur Lira respondeu sem se aprofundar: "Fez várias [coisas], mas vamos tratar disso com muito cuidado e cautela."

O clima ruim entre Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, em especial a Câmara dos Deputados, ficou evidente nas declarações do presidente Lula na segunda-feira (22) ao cobrar dos seus ministros mais empenho na articulação política. O próprio Lula se reuniu com Lira no fim de semana para tentar aparar arestas dessa conturbada relação. Na manhã dessa terça, em café da manhã com jornalistas, o presidente da República negou haver "problema no Congresso".

Na entrevista, Lira disse que não tinha o que se queixar da relação com Lula: "Ele é um político que se preocupa com a equiparação do nível de crescimento, principalmente das camadas mais pobres, as desigualdades de saúde, educação, de assistência, de acesso aos bens mínimos. É o que o move."

O presidente da Câmara também creditou aos parlamentares, em especial aos deputados federais, parte do êxito do primeiro ano do presidente no seu terceiro mandato no Planalto.

"Demos ao presidente Lula a condição de fazer acontecer tudo o que ele prometeu em palanque. Penso que o povo escolheu e tem que ser dada a oportunidade a qualquer governante de praticar aquilo que prometeu. O presidente Lula teve um ano de 2023 espetacular por tudo aquilo que o Congresso fez, em especial a Câmara dos Deputados", afirmou, citando medidas como a reforma tributária, o arcabouço fiscal, entre outras.

O azedume entre Executivo e Legislativo ficou mais uma vez nítido na semana passada, quando Lira fez acenos à oposição ao sinalizar a instalação de até cinco CPIs na Câmara, o que geraria desgaste para o governo. Na "Conversa com Bial", ele disse que o assunto ainda será discutido com os líderes partidários, sobretudo se haveria viabilidade para essas comissões funcionarem em um ano de eleições municipais, com a agenda do Congresso praticamente parada no segundo semestre.

"Não existe isso de colocar a faca no pescoço de nenhum governo. Sou um político que faz uma atividade reta. Quando dou a palavra, cumpro. Quando faço um acordo, entrego. Trato a política com seriedade", disse Arthur Lira, que ocupará a presidência da Câmara até 1º de fevereiro do próximo ano.

Por fim, o político também comentou a sua rivalidade com um conterrâneo, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), um dos principais aliados de Lula no Congresso. Em 2026, a depender dos cenários, Renan e Lira podem ser rivais na disputa para o Senado por Alagoas.

"Quando me elegi e reelegi presidente da Câmara, em especial num governo que ele votou e eu não votei [Lira votou em Bolsonaro], as agressões ficaram frequentes. Na minha posição, de presidente da Câmara, não cabe ficar discutindo ou rebatendo aquele nível de provocação. Ocupei ali uns advogados, e a gente tem conversado com uma dezena de ações que o senador fica respondendo", declarou.

CCJ tira benefício de condenado por invasão de terra

De Brasília

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou nessa terça-feira (23) projeto de lei que impõe sanções administrativas e restrições a ocupantes e invasores de propriedades rurais e urbanas. O governo Lula (PT) defendeu a rejeição da proposta, mas o texto foi aprovado por 38 votos a 8. É necessária agora a análise pelo plenário da Câmara.

Na semana passada, a Câmara já tinha aprovado requerimento de urgência ao projeto por 293 votos a 111. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), contudo, até agora não reincluiu o tema na pauta nem nomeou um relator. O requerimento entrou em discussão em meio à crise entre Lira e o Executivo e logo após as invasões de propriedades promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por causa do "Abril Vermelho".

O parecer do deputado Ricardo Salles (PL-SP) proíbe pessoas condenadas pelos crimes de invasão de domicílio e de esbulho possessório de participarem de programas do governo federal. Eles não poderão contratar com o poder público, se inscrever em concursos públicos ou assumir cargos comissionados por oito anos.

Além disso, proíbe que o condenado receba auxílios, benefícios e demais programas do governo federal por prazo indeterminado. Quem já tiver cargo público, contrato governamental ou auxílio do governo "será desvinculado compulsoriamente, respeitados o contraditório e a ampla defesa".

Salles afirmou que as invasões de terras pelo MST como método de pressão pela reforma agrária são "práticas criminosas" e geram "instabilidade social". "Tais ações configuram-se como uma ameaça ao Estado democrático de direito, ferindo não apenas a lei, mas também os direitos fundamentais dos cidadãos, como o direito à propriedade", disse.

O deputado Bacelar (PV-BA) rebateu que o projeto é "absolutamente inconstitucional" e uma proposta da "extrema direita" contra os movimentos sociais. "Ele estabelece um Estado de exceção para as populações mais pobres deste país", disse. "Não há pena de caráter perpétuo, mas está ausente aqui o prazo de duração do veto ao recebimento de auxílios", criticou. *(RDC e MR)*

O delicado jogo para aprovar a reforma

Fernando Exman

A tentativa do governo de dar um novo gás às articulações com o Congresso ocorre no momento em que, pressionados pelo calendário eleitoral, os parlamentares precisarão intensificar os trabalhos até o recesso de julho. O saldo dessa equação terá impacto direto na percepção de risco do mercado em relação ao Brasil.

Na política, costuma-se dizer em Brasília, não existem coincidências. Cada gesto é pensado, cada movimento é calculado: para influentes fontes do Parlamento, o governo tardou a enviar a regulamentação da reforma tributária de forma proposital, justamente para reduzir a margem de manobra de lobbies e evitar maiores mudanças no texto que será protocolado nesta quarta-feira (24).

Em paralelo, o governo visa aprovar as propostas da equipe econômica que patinam desde o início do ano no Congresso e evitar o avanço das chamadas "pautas-bomba", aquelas com alto potencial de prejudicar as contas públicas. A expectativa é que no período também ocorra uma enxurrada na liberação de emendas parlamentares ao Orçamento, instrumento dos congressistas para fazer política em seus redutos eleitorais.

Percebendo a estratégia do governo, setores da Câmara se anteciparam e iniciaram há meses o debate com setores produtivos que se sentiram excluídos das discussões conduzidas pelo Ministério da Fazenda com Estados e municípios. Faz parte do jogo. Mas o que todos os lados envolvidos não podem perder de vista é que a conclusão da reforma tributária é, sim, fundamental para o país. E o mais rápido possível.

Nesse contexto, vale lembrar do dia 19 de dezembro de 2023, véspera da promulgação da emenda constitucional da reforma tributária.

Já estava evidente para todos que o processo de regulamentação que se seguiria à promulgação seria trabalhoso e poderia consumir grande parte de 2024. Ainda assim, a simples aprovação da PEC já começava a produzir efeitos positivos para a economia: naquela terça-feira à tarde, a poucos dias do recesso de fim de ano, a agência de classificação de risco S&P elevava a nota do Brasil em um degrau, para "BB", com perspectiva estável.

Em seu informe, a S&P citava de forma objetiva a importância da aprovação da reforma tributária para justificar a sua decisão. E a despeito de sua implementação gradual, destacava como ponto positivo a capacidade da reforma de promover ganhos de produtividade a longo prazo e ampliar um "histórico de pragmatismo político".

Em entrevista a jornalistas naquele mesmo dia, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comemorou. Disse que as agências de rating estavam percebendo "que o país tem um projeto" e uma harmonia entre o Executivo, Legislativo e Judiciário. "Há uma coordenação em torno de um objetivo maior, e a reforma tributária foi o ponto alto" dessa trajetória, pontuou. Em outro momento da entrevista, reiterou que a busca pelo equilíbrio fiscal depende também do Congresso — um alerta que permanece atual.

Mas já naquele momento a visão predominante era que o Brasil iria levar mesmo alguns anos para reconquistar o grau de investimento, espécie de "selo de bom pagador" que chegou a ter entre 2008 e 2015.

Em seu informe, em contraponto à aprovação da reforma tributária, a S&P lembrou os déficits fiscais consistentes nos últimos anos. "O componente ausente tem sido a falta de progresso para lidar com os gastos grandes, rígidos e ineficientes do governo", disse, enfatizando também que a administração federal vinha enviando "sinais divergentes" em relação ao compromisso com o novo arcabouço fiscal.

Em meio a crescentes provas do apetite intervencionista do Palácio do Planalto e mais uma crise na relação com o Legislativo, tais sinais divergentes em relação à política fiscal permanecem.

Em café da manhã com jornalistas nessa terça-feira (23), um dia antes de enviar ao Congresso o principal projeto de regulamentação da reforma tributária, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva relativizou as recentes turbulências nas relações com o Congresso. Reiterou o discurso segundo o qual ele, chefe do Poder Executivo, é quem depende dos presidentes das duas Casas do Legislativo para conseguir transformar 2024 em um ano de colheita. Não o contrário. E falou sobre os movimentos de aproximação em direção à cúpula do Congresso.

Ao mesmo tempo em que o governo conseguia na Câmara um acordo para limitar benefícios fiscais ao setor de eventos, Lula reforçava aos jornalistas sua disposição de manter os gastos públicos em expansão. Mais sinais divergentes, em um momento de deterioração do cenário internacional na comparação com o observado no fim do ano passado.

Dias depois da promulgação da PEC da reforma tributária, e da elevação da nota de crédito do Brasil pelas agências internacionais de rating, o risco Brasil encerraria 2023 com uma expressiva baixa. Segundo o **Valor Data**, o índice EMBI+ Brasil encerrou o ano passado aos 195,0 pontos, uma queda de 23,83% ante 2022. O CDS Brasil, outro indicador do risco país, bateria os 132,2 pontos, queda de 48,02%.

O EMBI+ Brasil encerrou o dia 22 de abril aos 215,0 pontos, alta acumulada de 10,26% neste ano. Já o CDS subiu 19,38% no mesmo período, para 157,8 pontos. O cenário atual exige responsabilidade.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail fernando.exman@valor.com.br

Congresso Governo precisou ceder e recuar de proposta original, que era revogar o programa completa e imediatamente

Câmara aprova limite de R$ 15 bilhões para o Perse

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou nessa terça-feira o projeto de lei que restringe o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) como forma de ajudar no ajuste fiscal e a diminuir o déficit nas contas públicas. O texto determina que o impacto do programa será limitado a mais R$ 15 bilhões de renúncia de receita ou até dezembro de 2026, o que ocorrer primeiro. O texto segue para análise do Senado Federal.

A proposta original do governo era revogar completamente e de forma imediata o programa, mas o Executivo precisou ceder e recuar desse objetivo. Foram abandonadas as ideias de volta gradual dos impostos e de exclusão das grandes empresas (com faturamento superior a R$ 78 milhões), mas o projeto impõe um limite de R$ 15 bilhões para a desoneração de impostos até 2026.

Há dúvidas sobre a real efetividade disso. O setor calculava que o custo ficou em R$ 6,9 bilhões ano passado, enquanto o Ministério da Fazenda acusava gasto de R$ 13 bilhões. Como o cálculo dos R$ 15 bilhões só ocorrerá após a sanção, o teto deve durar cerca de dois anos e meio — ou seja, será superior aos R$ 5 bilhões por ano desejado pela equipe econômica do governo.

A deputada Renata Abreu (Pode-SP), relatora do projeto, queria ainda que o valor de R$ 15 bilhões fosse corrigido pela inflação, o que poderia ampliar o alcance em mais R$ 2 bilhões, mas um acordo foi negociado diretamente pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para que isso não ocorra. A sugestão dela também era não vincular o fim imediato do Perse a esse valor, mas ela acabou vencida e a versão aprovada acaba com o programa no mês seguinte a esse "estouro" no orçamento projetado. Além disso, o programa acabará de qualquer forma em dezembro de 2026, mesmo que não preenchido todo o montante permitido.

O projeto contou com apoio de quase todos os partidos, inclusive do PL, principal sigla da oposição. Só o partido Novo se posicionou contra o texto. Líder do maior bloco parlamentar, que inclui União Brasil e PP, o deputado Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) defendeu a aprovação do parecer. "Entendemos que a matéria é fundamental para geração de emprego e renda", afirmou.

Uma das mudanças mais comemoradas pelo governo é a exigência de habilitação prévia na Receita Federal para que a empresa possa utilizar a isenção tributária de PIS/Cofins, CSLL e IR. O governo federal terá 30 dias para responder a solicitação. Se não cumprir o prazo, o CNPJ estará automaticamente habilitado.

Secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan disse ao **Valor** que a lógica em vigor hoje "é perversa" porque é uma autodeclaração das empresas sobre o direito de utilizarem o benefício e é a Receita que precisa fiscalizar. "Como são dezenas de milhares de beneficiários do Perse, é impossível que se faça a fiscalização efetiva", afirmou.

Segundo Durigan, passará a existir um "filtro de entrada" para atender ao pedido dos parlamentares por "um programa com menos abusos". "Vai ser necessário um recadastramento das empresas do Perse, caso queiram continuar gozando do benefício. Esse é o primeiro ponto que garante um controle prévio e uma restrição a abuso", declarou.

> "Vai ser necessário recadastramento das empresas do programa"
> *Dario Durigan*

Outra alteração negociada por Haddad é a exclusão de 14 dos 44 setores até então beneficiados pelo programa. Perderão o direito à isenção tributária os museus, pensões (alojamentos), produção de filmes para publicidade, serviços de montagem de móveis e transporte aquaviário para passeios turísticos, por exemplo.

Por outro lado, ficarão mantidos no programa atividades como hotéis e apart-hotéis, parques de diversões, casas de eventos, bares e restaurantes, artes cênicas, filmagem de festas, agências de viagem, operadores turísticos, produção musical, cinemas, espetáculos de dança, organização de férias, entre outros. Ao todo, 30 atividades econômicas (CNAEs) terão direito.

O relatório estabelece também que apenas as empresas que tinham essas atividades como seu CNAE principal em 18 de março de 2022 terão direito à isenção tributária (considerando aquela atividade de maior faturamento). Ainda será vedado o uso do benefício por aqueles que existiam entre 2017 e 2021, mas não tinham operação, e responsabilizado solidariamente o proprietário da empresa que vendê-la e o comprador fizer uso indevido do Perse para não pagar seus impostos. Essas medidas foram criadas para evitar um "mercado paralelo" de CNPJs habilitados.

O projeto também prevê um programa de "autorregularização", em que empresas que utilizaram indevidamente o Perse anteriormente poderão confessar a irregularidade em até 90 dias e quitar os impostos atrasados sem multa. *(Colaboraram Lu Aiko Otta e Jéssica Sant'Ana)*

ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Renata Abreu: relatora queria que os R$ 15 bi fossem corrigidos pela inflação

PGR denuncia Zambelli e hacker por invadir sistema do CNJ e cometer falsidade ideológica

Isadora Peron
De Brasília

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou denúncia contra a deputada Carla Zambelli (PL-SP) e o hacker Walter Delgatti Neto por invasão de dispositivo informático e falsidade ideológica. Eles são acusados de invadirem o sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e expedirem, entre outros documentos, um falso mandado de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo a PGR, a deputada de "maneira livre, consciente e voluntária, comandou a invasão a sistemas institucionais utilizados pelo Poder Judiciário, mediante planejamento, arregimentação e comando de pessoa com aptidão técnica e meios necessários ao cumprimento de tal mister".

Já Delgatti, sob o comando de Carla Zambelli, mas também de maneira "consciente e voluntária", invadiu dispositivos informáticos utilizados pelo Poder Judiciário, com o fim de adulterar informações, pelo menos entre o período de agosto de 2022 e janeiro de 2023.

O órgão apontou que o hacker, que foi preso preventivamente em agosto do ano passado, confessou a participação no crime e que as suspeitas foram confirmadas pelas análises periciais de dispositivos eletrônicos e, ainda, pelos depoimentos colhidos pela Polícia Federal (PF). Já em relação à deputada, a PGR afirmou que o "contato entre ambos é incontroverso" e que eles próprios "confirmam a existência de prévias interações".

Em seu depoimento, Delgatti disse que Carla Zambelli prometeu a ele um emprego e também pagou valores pelos serviços que foram prestados. Além disso, providenciou internação hospitalar e tratamento gratuitos, por aproximadamente uma semana.

Para a PGR, as investigações demonstraram que a parlamentar "adotou meios que visavam a encobrir a relação" com Delgatti e que o pagamento pelos serviços prestados pelo hacker foi "escamoteado", realizado por um funcionário e uma empresa contratada para cuidar das redes sociais dela e de candidatos do PL.

De acordo com o órgão, a dupla atuou com o objetivo de "prejudicar a credibilidade e o regular funcionamento do Poder Judiciário, com vistas a gerar vantagens de ordem política para a denunciada e vantagens econômicas e pessoais para o denunciado".

Após a apresentação da denúncia, Moraes, que é o relator do caso no STF, deu 15 dias para os investigados se manifestarem. Ele também decidiu retirar o sigilo da investigação.

Em nota, a defesa de Carla Zambelli afirmou que recebeu "com surpresa" o oferecimento da denúncia e alegou que "inexiste qualquer prova efetiva que ela tivesse de alguma forma colaborado, instigado e ou incentivado o mitômano Walter Delgati a praticar as ações que praticou".

Segundo o advogado Daniel Bialski, a narrativa do hacker "foi desmentida pela própria investigação". "A defesa irá exercer sua amplitude para demonstrar que ela [Zambelli] não praticou as infrações penais pelas quais foi acusada", afirmou.

Já a defesa de Delgatti disse que ele "é réu confesso na invasão do CNJ, portanto não é surpresa a denúncia em seu desfavor". "Com relação a denúncia perpetrada a Carla Zambelli só confirma que Walter falou a verdade", afirmou o advogado Ariovaldo Moreira.

Moraes pede mais apuração sobre cartões de vacina

De Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o retorno, à Polícia Federal (PF), da investigação que envolve o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em um esquema de falsificação de certificados de vacina contra a covid-19. Ele atendeu a um pedido apresentado pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

No mês passado, a PF enviou o relatório final do caso ao Supremo, em que pedia o indiciamento de Bolsonaro, do tenente-coronel Mauro Cid e de outras 15 pessoas. Ao analisar o material, porém, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, apontou a necessidade de aprofundamento das investigações e pediu novas diligências.

Entre os pedidos feitos pelo PGR está o de que a PF esclareça se Bolsonaro e aliados usaram os cartões falsificados para entrar nos Estados Unidos. Segundo ele, ainda não houve resposta do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DOJ) sobre o assunto. Bolsonaro deixou o Brasil em 30 de dezembro de 2022, para não participar da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Gonet apontou ainda que, em relação ao deputado Gutemberg Reis (MDB-RJ), também indiciado pela PF, "sobram ainda alguns pontos de esclarecimento sobre o seu envolvimento na associação criminosa" que atuou no município de Duque de Caxias (RJ) para fraudar os certificados. Ele é irmão de Washington Reis, ex-prefeito da cidade fluminense.

O PGR também apontou que ainda estão pendentes de conclusão e de juntada aos autos dos laudos e dos relatórios de análise de conteúdo da maioria dos celulares apreendidos durante a investigação. *(IP)*

Mão de obra envelhece e ameaça economia da AL, diz FMI

Luiza Palermo
De São Paulo

A América Latina enfrenta um grande desafio para seu crescimento econômico nos próximos anos com a piora nas tendências demográficas apontando para um crescimento mais lento da força de trabalho, alerta um estudo divulgado ontem pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

"Prevemos que, nos próximos cinco anos, o crescimento na América Latina seja de cerca de 2% ao ano, em média, o que é inferior à já baixa média histórica", projeta o FMI, completando que o resultado é mais fraco do que os de outras economias emergentes na Europa e na Ásia, que esperam crescer 3% e 6% ao ano, respectivamente.

De acordo com o estudo, o crescimento mais fraco reflete, em parte, os problemas crônicos de baixo investimento e lento crescimento da produtividade. A novidade agora é a combinação desses fatores com a desaceleração do crescimento populacional da região, de cerca de 1% ao ano nas duas décadas anteriores à pandemia para em torno de 0,6% ao ano nos próximos cinco anos.

"Mais importante ainda, o dividendo demográfico está desaparecendo à medida que a população da região está envelhecendo e a parcela em idade ativa está atingindo seu pico. Isso significa que a parcela capaz de gerar renda deixará de crescer", aponta o estudo.

Essa é uma mudança significativa para a região, onde a parcela da população em idade ativa vinha aumentando, possibilitando que a força de trabalho se expandisse em 0,5% ao ano desde 2000. O Fundo alerta que não prevê crescimento da população em idade ativa nos próximos cinco anos, em média.

Nesse cenário, para que o motor do trabalho continue funcionando nos países da região, o Fundo alerta para a necessidade de aumentar a participação na força de trabalho, principalmente incorporando mais mulheres.

"A participação feminina continua baixa, com apenas 52% das mulheres em idade ativa, em comparação com 75% dos homens", indica o FMI.

Algumas políticas podem ajudar na participação feminina, como os programas de creches, oferta de mais capacitação e evitar que a tributação interna desincentive os trabalhadores secundários nas famílias. Além disso, para o Fundo, seria útil eliminar a assimetria entre os benefícios na forma de creches e licenças parentais concedidos a homens e mulheres, que acabam desestimulando a contratação do público feminino ou afetando seus salários.

O estudo também destaca que a necessidade de combater a criminalidade, "uma importante causa de emigração em algumas partes da região, também deve estar na pauta".

"Os países também podem aumentar a força de trabalho com oportunidades de formação profissional, aumento da idade de aposentadoria, e retirada dos desincentivos ao trabalho após a aposentadoria", diz o estudo.

Disputa Washington ameaça bloquear o acesso de alguns bancos da China ao sistema financeiro mundial pelo apoio a Moscou

Bancos chineses que auxiliam a Rússia entram na mira dos EUA

Ian Talley e Alan Cullison
Dow Jones

Os EUA preparam sanções que ameaçam cortar o acesso de alguns bancos chineses ao sistema financeiro mundial e servem para armar o principal enviado de Washington com munições diplomáticas que, esperam as autoridades americanas, ajudem a interromper o apoio comercial de Pequim à produção militar russa, segundo fontes a par do assunto.

Mas enquanto o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, se dirigia ontem a Pequim, a dúvida é se mesmo a ameaça de que os EUA usem uma de suas ferramentas mais potentes de coerção financeira seria capaz de atrapalhar o complexo e cada vez maior comércio entre Pequim e Moscou, que permitiu ao Kremlin reconstruir um setor militar surrado duramente por mais de dois anos de combates na Ucrânia.

Após o início da guerra, a China deu ouvidos aos alertas ocidentais para não enviar armas à Rússia, mas desde a visita de Blinken a Pequim, em 2023, houve um aumento nas exportações chinesas de bens comerciais que também podem ter uso militar. Sendo a China o principal fornecedor de circuitos, peças de aeronaves, máquinas e ferramentas, autoridades dos EUA dizem que a ajuda de Pequim permitiu a Moscou reconstruir sua capacidade industrial militar.

O Ocidente agora teme que a Rússia possa vencer a Ucrânia em uma guerra de desgaste, em particular se os aliados não mobilizarem suas próprias indústrias para se equipararem à produção russa. Blinken e outras autoridades têm soado o alarme entre os aliados ocidentais, inclusive na semana passada em uma reunião do G7 (grupo das sete maiores economias ricas) em Capri, na Itália.

Nesta viagem a China, Blinken contará com o poder de ameaçar os bancos chineses de perderem acesso ao dólar e com o risco de turbulências nos laços comerciais com a Europa para persuadir Pequim a mudar de comportamento. Os bancos servem como intermediários fundamentais para as exportações à Rússia. Lidam com os pagamentos e fornecem crédito às empresas clientes para as transações de comércio exterior.

"A China não pode ter as duas coisas", disse Blinken, em Capri. "Não pode ter relações amistosas positivas com países na Europa e, ao mesmo tempo, alimentar a maior ameaça à segurança europeia desde o fim da Guerra Fria."

Autoridades americanas dizem que colocar os bancos como alvo de sanções é uma opção para elevar o tom, caso as abordagens diplomáticas não consigam persuadir Pequim. Nas últimas semanas, também intensificaram a pressão sobre Pequim, em reuniões e ligações privadas nas quais avisaram que Washington está preparada para agir contra as instituições financeiras chinesas que intermedeiam o comércio de bens de uso duplo, militar e civil.

As autoridades esperam que a pressão diplomática combinada do Ocidente evite a necessidade de tomar uma ação que possa romper a atual frágil "détente" entre as duas potências. Cortar o acesso dos bancos ao dólar — a moeda da maioria das transações internacionais — tem implicações muito maiores do que as sanções normais contra indivíduos e empresas, por isso é usado como recurso de última instância. Tais sanções muitas vezes levam os bancos a falir, afetando a sua base de clientes, e isso representa um risco particular para a China, que enfrenta crescentes problemas de crédito.

Mas no passado ameaçar direcionar a mira contra os bancos só teve resultados de curta duração. Em dezembro, o presidente Joe Biden assinou um decreto que deu ao Departamento do Tesouro autoridade para impor sanções a bancos que ajudam o complexo militar-industrial da Rússia.

Isso, de fato, criou gargalos nas transações de comércio exterior entre China e Rússia, já que grandes bancos chineses recuaram de qualquer papel na facilitação dos acordos, segundo Alexandra Prokopenko, pesquisadora do centro de estudos Carnegie Russia Eurasia Center, que já trabalhou no Banco Central da Rússia.

Mas aos poucos esses grandes nomes foram substituídos por bancos regionais chineses mais obscuros, com pouca atuação em atividades econômicas em dólar, e, portanto, menos a perder no caso de sanções dos EUA. "As cadeias de pagamento estão sendo reconstruídas lentamente", disse Prokopenko. "Tanto russos quanto chineses estão constantemente se adaptando às novas condições."

> As vendas chinesas de bens de uso duplo mais críticos para o Exército russo aumentaram desde 2023

O comércio de alguns dos bens de uso duplo mais críticos para as Forças Armadas russas aumentou após o encontro entre Xi e Putin em março de 2023, segundo uma análise recente publicada pelo centro de estudos Center for Strategic and International Studies (CSIS), com sede em Washington. O CSIS destaca que o número de envios de bens críticos de uso duplo, como peças de helicópteros, equipamentos de navegação e máquinas usadas para fabricar peças de precisão para armas e aeronaves, aumentou de algumas milhares de remessas mensais para quase 30 mil por mês.

"Isso permitiu ao Kremlin acelerar sua produção armamentista, como blindagem, artilharia, mísseis e drones, e montar uma defesa eficaz contra a contraofensiva de 2023 da Ucrânia", disse Max Bergmann, pesquisador sênior do CSIS.

No início da guerra, Xi parecia receptivo aos apelos do Ocidente para se abster de enviar equipamento militar à Rússia, mas desde então os chineses encontraram formas de contornar isso. "Os chineses não fornecem nada que se pareça a uma arma", disse um alto diplomata europeu que trabalha em Washington. "Os componentes de que falamos — chips, máquinas, ferramentas — são peças que se coloca em uma arma." ***(Colaborou Lingling Wei)***

Barracas elevam temor de ataque ao sul da Faixa de Gaza

SATELLITE IMAGE MAXAR TECHNOLOGIES VIA AP

Um novo conjunto de barracas foi construído próximo da cidade de Khan Younis, no sul da Faixa de Gaza, segundo fotos de satélite analisadas pela agência Associated Press (AP), enquanto o exército de Israel se prepara para uma ofensiva em Rafah, perto da fronteira com o Egito. O premiê israelense, Benjamin Netanyahu, informou que planejava retirar os civis para Khan Younis e áreas próximas antes da invasão em Rafah, onde a maioria da população palestina buscou refúgio durante a guerra. O exército disse que não estava envolvido na instalação das tendas, segundo a AP. Khan Younis tem sido alvo de operações militares israelenses nas últimas semanas, incluindo em hospitais. Na foto, imagem de satélite mostra fileiras de tendas erguidas no sul do território.

Columbia adota aulas online para conter atos sobre Gaza

Agências internacionais

A Universidade Columbia, na cidade de Nova York, anunciou ontem que adotará aulas híbridas pelo restante do semestre, à medida que os protestos sobre a guerra entre Israel e Hamas se intensificaram no campus e em outras universidades ao redor dos EUA.

Columbia afirmou que os alunos poderão optar por assistir às aulas online — em meio às dificuldades para conter protestos pró-palestinos que se intensificaram desde a semana passada.

A universidade chegou a pedir à polícia de Nova York que ajudasse a conter os atos — que em várias ocasiões exibiram viés antissemita —, o que exacerbou os conflitos no campus. Estudantes pró-Palestina afirmam que a medida suprimiu o direito de expressão. Outros grupos estudantis disseram que suas manifestações eram pacíficas e respeitavam religiões.

Os protestos se espalharam para outras universidades no país, incluindo Harvard, Berkeley, MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) e NYU, na maior escalada das tensões estudantis desde o começo da guerra, após os ataques do Hamas em 7 de outubro.

Na Universidade Yale, a polícia prendeu ontem cerca de 50 manifestantes. Anteriormente, presidentes de Harvard e da Universidade da Pensilvânia renunciaram — em parte cedendo às críticas que se seguiram às suas respostas aos crescentes níveis de antissemitismo nos campus.

Portos do Mediterrâneo no limite

Perturbações no Mar Vermelho têm reflexos na Europa

Fonte: Pesquisa FT, Maersk *A rota é um exemplo ilustrativo

Bloqueio no Mar Vermelho leva portos europeus à exaustão

Robert Wright
Financial Times, de Algeciras

Os portos de contêineres em todo o Mar Mediterrâneo ocidental estão perto de sua capacidade máxima, o que aumenta o risco de custos de estocagem mais altos e de falta de componentes para varejistas e fabricantes europeus, no mais novo problema para as cadeias de fornecimento da região.

Executivos do setor portuário disseram que precisam lidar com áreas de armazenagem superlotadas e demoras na atracação de navios na sequência dos ataques houthis a embarcações no Mar Vermelho, e isso levou a uma explosão do tráfego nos portos de Algeciras e Barcelona, na Espanha, e Tânger Med, no Marrocos.

A dinamarquesa Maersk avisou recentemente seus clientes que a "densidade da área de estocagem" no porto de Barcelona cresceu muito por causa da alta capacidade, já que o porto trabalha com movimentos de transferência de cargas muito superiores aos normais. A Maersk acrescentou que os terminais de Algeciras e Tânger também sofrem com o problema.

Alonso Luque, executivo-chefe da TTI Algeciras, um dos dois terminais de contêineres em Algeciras, disse que seus armazéns estavam "bastante lotados" e só conseguiram evitar congestionamentos graves porque limitaram a quantidade de negócios que aceitam.

"A capacidade está muito restrita", afirmou ele.

A maioria das grandes empresas de transporte marítimo de contêineres que operam na rota entre a Ásia e a Europa redirecionou seu tráfego para contornar o Cabo da Boa Esperança, em vez de passar pelo Canal de Suez, depois do início dos ataques dos houthis, que têm apoio do Irã.

Os desvios obrigaram as empresas de transporte marítimo de carga a desenvolverem novos esquemas para as mercadorias que circulam entre a Ásia e portos na Itália, na Grécia e na Turquia.

Depois de contornar a África do Sul, muitos navios deixam seus contêineres em portos na parte ocidental do Mediterrâneo, como os de Algeciras e Tânger. A partir daí, serviços "auxiliares" de curta distância transportam as mercadorias para outros terminais do sul da Europa.

Os transtornos surgiram porque portos cruciais têm tido dificuldades para lidar com o forte aumento no tráfego de "transferência de cargas" resultante. Daniel Richards, diretor da consultoria marítima MSI, que tem sede em Londres, afirmou que os atrasos nos portos podem obrigar algumas empresas a manterem estoques extras ou por mais tempo.

"[Um elemento] seria se os custos de estocagem subissem por causa disso", disse Richards. Ele acrescentou que também havia riscos para o fornecimento de componentes para fabricantes.

Essa questão aparece porque os terminais que lidam com automóveis prontos também sofrem fortes congestionamentos, causados em grande parte pela disparada no número de unidades exportadas da Ásia para a Europa e a América do Norte e por uma desaceleração nas vendas de veículos.

Algeciras e Tânger Med ainda não publicaram estatísticas a respeito do tráfego este ano, mas Barcelona registrou um aumento de 17% na movimentação de contêineres em fevereiro, comparada com o mesmo mês de 2023.

A expectativa de muitos operadores de terminais é que os problemas não acabem enquanto os desvios de rotas dos serviços continuarem.

Nabil Boumezzough, presidente do conselho de administração da Tangier Alliance, operadora do terminal de contêineres TC3 no Marrocos, contou que este ano o terminal tem operado constantemente com área de armazenamento perto da capacidade máxima.

"Isso tem desafiado sua eficiência, desafiado sua produtividade e desafiado a forma como você administra seu porto", explicou Boumezzough.

A APM Terminals, braço que opera terminais da AP Møller-Maersk, informou que sofreu "pressões de curto prazo" em suas instalações em Barcelona, Algeciras e Tânger, mas agora podia observar "melhoras significativas".

Contudo, os serviços de rastreamento de navios mostram que tanto em Algeciras como em Tânger eles frequentemente precisam esperar fundeados no mar antes de conseguirem atracar. Essas demoras costumam ser um sinal de que os portos estão ficando congestionados.

Luque afirmou que, por causa da falta de capacidade em Algeciras e Tânger, que ficam em lados opostos do Estreito de Gibraltar, as empresas de transporte marítimo de carga eram obrigadas a ir para portos menos convenientes e mais distantes.

Ele contou que as empresas estão usando instalações tão longínquas como as de Malta e Gioia Tauro, na Itália.

Valor ECONÔMICO

Lula crê em contornar problemas com uma retórica otimista

O presidente Lula deu ontem entrevista à imprensa para dizer o que todo governante diz: o presente é melhor que o passado e o futuro será ainda mais incrível. Lula não vê problemas na trajetória de sua administração até agora nem prevê que haverá, até onde sua vista alcança. Com velha hipérbole, o presidente repetiu que nunca neste país houve um programa de crédito como o Desenrola, linhas de crédito e renegociação de dívidas para pequenas e médias empresas, bancadas por um fundo garantidor com dinheiro do Tesouro. Para ele, a economia superar á todas as previsões, apesar da ação "nefasta" do Banco Central.

Lula ensaia uma fuga para a frente. Seu governo está sendo emparedado pela oposição e por aliados de ocasião dispostos a aprovar pautas-bomba no Legislativo. No Congresso, tem um adversário poderoso, o presidente da Câmara, Arthur Lira, e no Senado, Rodrigo Pacheco está trazendo as maiores dores de cabeça recentes, com a PEC do quinquênio, prebenda para a elite do funcionalismo no Judiciário, e para os Estados mais endividados, aos quais quer brindar com descontos em juros e abatimento do estoque de dívidas.

O presidente da República está reagindo a sua perda de prestígio nas pesquisas. Após ser eleito com pouco menos de 2 pontos percentuais de vantagem sobre seu rival Jair Bolsonaro, a avaliação de sua atuação ao longo de 16 meses de mandato não melhorou substancialmente. A diferença entre os que aprovam sua gestão e os que a desaprovam mal escapa da margem de erro. No Congresso, a base governista não passa de um terço, insuficiente para evitar que os vetos presidenciais a políticas que não aprova — muitos deles corretos — sejam derrubados em série. Nada disso ocorreu em seus dois primeiros mandatos.

Uma atitude recomendável seria apresentar o quadro político como ele é: quais são os problemas, suas causas, os meios de superá-los e as chances de sucesso. Lula, porém, vê empecilhos onde há vitórias, como na atuação sóbria e eficiente de sua equipe econômica, e trunfos garantidos em apostas fracassadas no passado, como a neoindustrialização e os investimentos para todos os lados da Petrobras.

Lula voltou a ser indelicado com Roberto Campos Neto, presidente do BC, bem-sucedido em sua tarefa de debelar a inflação, a baixo custo para a atividade econômica, o emprego e a renda, todos em alta. "Quem conviveu com Campos Neto por 1 ano e 4 meses não tem problema mais 6 meses", disse Lula, para quem "essa taxa de juros é muito alta para o povo brasileiro". O futuro da política monetária, com essas declarações, corre riscos, pois elas sugerem que o novo comando do BC diminuirá a Selic a um ponto considerado "baixo", independentemente do nível de inflação, que está fora da meta e que começou a se distanciar dela.

Para Lula, isso não tem importância. "Com todo o respeito ao mercado, eu gosto mais do Brasil do que o mercado. O que martela minha cabeça não é o mercado, não sou movido ao mercado. Sou movido pelo povo pobre", afirmou. O presidente não agiu assim em seu primeiro mandato, quando convocou um time com perfeitas credenciais ortodoxas para dirigir o Banco Central, comandado pelo tucano Henrique Meirelles, e se esmerou para produzir enormes superávits fiscais, que hoje abomina. Foi um sucesso.

O Planalto interpreta da forma que lhe convém os obstáculos que enfrenta, as fraquezas de sua base governista e de sua articulação política. Anteontem poupou seu ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, para delegar suas funções de articulação a todos, inclusive ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que, segundo Lula, deveria deixar de lado os livros para se empenhar no convencimento de parlamentares recalcitrantes. Lira, no comando da Câmara, não conversa mais com Padilha, encarregado do governo de fazer a ponte com os deputados, mas Lula atribuiu o problema aos livros que Haddad mal tem tempo de ler.

Experiente, o presidente se reuniu com Lira para discutir a relação, mas, para não dar sinais de fraqueza evidente, disse que não foi bem isso. "Não tive uma reunião com o Lira, eu tive uma conversa. É diferente. Se fosse uma reunião, eu teria levado meus líderes", afirmou. "Eu sinceramente não acho que a gente tenha problemas no Congresso". Um dia antes o presidente se reuniu com quatro ministros do Supremo Tribunal Federal tendo a seu lado o ministro da Justiça, que deixou há pouco o STF — e nenhum de seus líderes.

Lula disse que a economia vai crescer mais do que os analistas pensam, o que é possível em função da quantidade de estímulos fiscais e creditícios em cena, na direção contrária à política do BC para reduzir a inflação. "Vamos colher um sucesso extraordinário", afirmou. O cenário externo piorou, o real se desvaloriza, os juros futuros, que não dependem de Campos Neto, estão subindo, há saída de investidores estrangeiros da bolsa e as expectativas de inflação aumentam, em um contraponto preocupante à fala presidencial. Lula deveria usar seu inegável talento oratório para afiançar que deseja contas públicas em equilíbrio e que o crescimento virá em seguida, com a queda da inflação. Infelizmente, faz o contrário, com o risco de colher tempestades na economia e na política.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Custo reputacional e político da inflação acelerar é maior do que manter os juros onde estão. Por **Joaquim Levy**

Uma opção barata para o Federal Reserve

A política monetária apresenta um dilema ao redor do mundo. Independente das tensões geopolíticas e da necessidade de mudanças estruturais em alguns países, é difícil dizer que há grande excesso de demanda global, ou mesmo nos EUA. Por outro lado, há uma preocupação legítima com a inflação.

A preocupação com a inflação vem da possível inércia na alta dos preços dos serviços, da menor queda dos preços industriais e de que choques nos preços de energia venham a se propagar pelas economias. Há ainda uma preocupação mais velada com a sustentabilidade fiscal à luz dos gastos com a covid, envelhecimento da população, limitações ao comércio e riscos climáticos.

Nos EUA, reporta-se um curioso incômodo das pessoas, apesar do PIB crescendo, desemprego baixo e queda da inflação. Ele é atribuído por uns aos preços dos serviços ainda subirem acima dos 3% anuais e por outros ao sentimento de que os salários não acompanharam o aumento dos preços desde a covid.

Houve de fato uma alta de preços em todo o mundo, e a inflação americana não vem caindo tão rápido em 2024. Mas sua difusão calculada pelo time de macroeconomia do Safra, ou seja, a proporção dos itens com altas, está próxima aos níveis pré-covid. A menor difusão sugere mais a continuidade de ajuste de preços relativos do que alta generalizada de preços típica da inflação persistente. Mesmo em serviços, mais da metade dos preços cresceu menos de 0,2% em março de 2024, proporção semelhante ao pré-covid e bem maior do que em março de 2022 ou 2023. A maior diferença com o pré-covid é a persistência de um grupo limitado de serviços que tem crescido acima de 0,5% ao mês.

Infelizmente, os índices de preços americanos são caprichosos, em geral por razões técnicas. O índice da moradia, por exemplo, não foca na alta dos novos aluguéis, mas na variação do custo da moradia para a média das pessoas, inclusive as que moram na casa própria. Assim, seu cálculo requer hipóteses e ajustes técnicos que podem confundir quem busca um sinal de curto prazo, como aconteceu em janeiro agora.

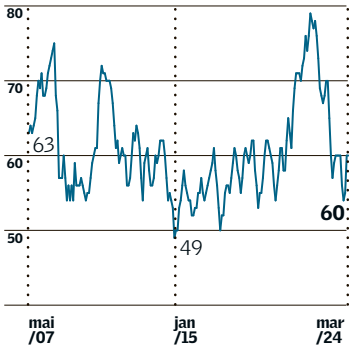
A inflação de serviços também pode ser volátil pela forma como se decompõe a variação nominal do consumo entre preço e quantidade. A incerteza dessa decomposição no caso da saúde, por exemplo, e a estimativa dos efeitos sazonais também tem sido exacerbada pela ruptura das séries pela covid.

Também há ambiguidade quando se olha para o consumo. Sua aparente força tem consternado analistas que clamam por mais juros. De fato, a transmissão da política monetária para o consumidor tem sido mais lenta do que o habitual, porque as famílias têm menos dívida que no passado e a dívida existente é geralmente com juros pré-fixados, pouco sensíveis à ação do Banco Central. Além disso, elas ainda têm rescaldos da poupança acumulada durante a pandemia e beneficiaram-se do valor das ações terem recentemente subido US$ 4 trilhões (quase 20% do PIB americano), o que dá conforto ao consumo.

As empresas também estão pouco alavancadas e com bons lucros: seu endividamento nominal subiu apenas 1,5% no último ano, com queda do estoque de empréstimos e estagnação no volume de títulos corporativos.

GERD ALTMANN/PIXABAY

EUA: Difusão do CPI
Média Trimestral. em %

EUA: Déficit Primário (% PIB)
Com ajuste de crédito estudantil 2022-23

Há trincas no quadro do consumo, com o aumento da inadimplência e o crescimento nominal das vendas no primeiro trimestre de 2024 de provavelmente apenas 0,1%. Apesar de certa disposição dos bancos de rolarem as dívidas, a reticência ao crédito é grande, já que são os bancos — especialmente os médios e pequenos — que têm sofrido as maiores perdas com a alta de juros. Menos crédito e o provável esgotamento dos recursos poupados na covid, junto com a modicidade dos aumentos salariais, apesar do desemprego baixo, e a contração fiscal em curso, acabarão esfriando o consumo. O impulso fiscal que somou 1 ponto percentual. ao PIB de 2023, ajustado ao cancelamento do perdão dos empréstimos aos estudantes, será negativo esse ano, em que o déficit primário federal cai de 5% para 2,7% do PIB.

Outro fator que o time de macroeconomia do Banco Safra aponta como sinal de moderação da economia é a diminuição do déficit em conta corrente dos EUA nos últimos tempos.

Conforme observado pelo Fed, o dinamismo da economia americana se deve em parte à expansão da oferta puxada pelas novas tecnologias e correspondente aumento de produtividade do trabalho e pelo salto da imigração. O número anual de novos imigrantes saltou da média de 0,9 milhão do pré-pandemia e dos menos de 500 mil em 2020 para 2,7 milhões em 2023, devendo ir para 3 milhões em 2024, contribuindo com 4 milhões de pessoas para a oferta de trabalho no período.

O Fed tem reagido com imaginação à ambiguidade dos indicadores, sem deixar de se fundamentar nos dados. Independentemente de qualquer certeza sobre a taxa de juros "neutra", tem ficado evidente que o custo reputacional e político de o índice de inflação acelerar, apesar dos sinais de arrefecimento da economia e dos preços, é maior do que o de manter os juros onde estão. A inflação é sentida por todos, enquanto os juros não estão aumentando a prestação da casa própria ou machucando muito as empresas.

Assim, é atraente deixá-los parados, com a opção de cortá-los rapidamente se a bolsa ou a economia esfriarem de repente. Essa opção é barata para as autoridades americanas apesar do possível impacto no serviço da dívida pública, que deverá quase triplicar ano que vem em relação aos US$ 350 bilhões pagos 2021. Isso porque se estima que a economia responderia rapidamente ao exercício da opção de corte, salvo se um choque no custo da energia trouxer estagflação.

A manutenção dos juros pelo Fed no atual patamar até os sinais de desaceleração da economia serem indiscutíveis não é tão barata para outros países, especialmente os mais frágeis e endividados. Ela pode agravar a saída de capital dos países emergentes que foi sinalizada pelo relatório Summers-Singh divulgado no recente encontro das instituições de Bretton Woods, com impacto no desenvolvimento ao redor do mundo.

Joaquim Levy é diretor de Estratégia Econômica e Relações com Mercado do Banco Safra. Foi ministro da Fazenda e diretor- gerente do Banco Mundial.

Opinião

Embate político e seu custo fiscal

Nilson Teixeira

O histórico recente revela um enfraquecimento gradual do apoio parlamentar ao longo do mandato presidencial. Essa dinâmica tende a ser mais desafiadora agora, pois o governo Lula não conseguiu consolidar uma maioria coesa e comprometida com sua agenda. O desgaste para aprovação de suas propostas já é notório, com alterações substanciais dos textos originais e custosas negociações para evitar a derrubada de vetos presidenciais.

O ambiente deve continuar conturbado, com frequentes embates, velados ou não, entre membros do Executivo e líderes políticos, retardando a tramitação de propostas de interesse do país e elevando o risco da aprovação de medidas com custo fiscal. O prognóstico para esse relacionamento até o fim da atual gestão tampouco é estimulante, pois os novos presidentes das duas casas legislativas não serão dos partidos mais fiéis da base de apoio, não sendo possível descartar certa instabilidade política.

O poder de direcionar grande parte dos recursos discricionários do orçamento era um importante instrumento para construção de uma base aliada robusta. Essa habilidade foi corroída nos últimos 10 anos por conta da diminuição da parcela discricionária do orçamento e da conquista de maior independência dos congressistas na sua definição. Em vez de uma reversão dessa autonomia, os próximos anos testemunharão a ampliação das emendas parlamentares e a alta do percentual dessas verbas com liberação obrigatória. Além disso, o espaço de negociação com base na data de desembolso diminuirá nos próximos anos, com os congressistas impondo prazos mais rígidos para liberação das emendas.

Como essa dinâmica não será revertida, o governo terá de mudar por completo a negociação no âmbito das contas públicas. O Executivo precisará profissionalizar o relacionamento com o Legislativo e melhorar a coordenação com Estados e municípios no intuito de convencer os parlamentares a patrocinar com suas emendas projetos com maior retorno econômico e social. Para ser bem-sucedido, esse trabalho terá de ser abrangente, com participação dos parlamentares em todas as fases, em particular nas inaugurações, e constante prestação de contas, em especial a análise dos retornos. Ademais, será imperativo um monitoramento mais eficiente dos projetos para evitar os frequentes malfeitos e usos improdutivos.

Em combinação com essa profissionalização, o governo precisa adotar campanha de esclarecimento sobre o direcionamento do dinheiro público. A população dificilmente manifesta insatisfação com as notícias de má aplicação e desvios de verbas, muito provavelmente por não perceber que o orçamento é limitado e que o seu mau uso impede ações em áreas prioritárias. Essa baixa preocupação é assumida igualmente por seus representantes, conforme demonstrado pela tranquilidade com que se aprovam despesas e se prorrogam renúncias tributárias.

Por ora, os conflitos entre o Executivo e o Legislativo e os problemas de coordenação elevam os riscos de aumento de gastos tributários e de despesas fiscais. A reação tardia do governo a propostas muitas vezes com tramitação já avançada no Congresso demanda negociações demoradas, que requerem, para sua reversão ou arquivamento, contrapartidas políticas que trazem mais ineficiência à operação da máquina pública.

Há vários exemplos, sendo os mais recentes a equivocada proposta de retorno dos quinquênios e o acordo para manutenção do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou a volta do pagamento de quinquênios para várias categorias do serviço público. A reação do governo foi tardia, o que exigirá, agora, maior empenho na negociação com os congressistas. Esse processo desviará a atenção de medidas mais relevantes, além de agregar custos para o setor público. A negociação sobre o Perse foi igualmente tardia e mal conduzida, com o empenho do Executivo sendo insuficiente para mostrar aos parlamentares a injustiça da manutenção desse programa, bem como seus enormes desvios e custos fiscais. No fim, a ação morosa resultará na manutenção do privilégio sem data de expiração e um custo anual superior a R$ 5 bilhões.

Governo terá de mudar como negocia com o Congresso, já que atual dinâmica orçamentária não será revertida

A forma de elaboração de propostas pelo Executivo também parece deslocada da realidade no Congresso. Um exemplo atual é a regulamentação da 1ª parte da Reforma Tributária, para a qual o governo não criou um fórum de negociação com as frentes parlamentares. Essa falta de comunicação e a demora no encaminhamento dessas propostas contribuíram para que a Câmara de Deputados tenha recebido 13 projetos de regulamentação dessas frentes. Como consequência, a tramitação da regulamentação será mais extenuante, com o resultado terminando ainda mais distante de um modelo ótimo.

O próprio anúncio das propostas do Executivo é disfuncional. A mudança da meta de resultado primário é um dos exemplos, com membros do governo apenas repetindo o mantra pouco convincente de responsabilidade fiscal e culpando, mesmo que indiretamente, o Congresso. Essa estratégia é errada e só cria animosidades. A correta atitude seria o governo dedicar mais energia no convencimento dos parlamentares sobre os benefícios da consolidação fiscal para a melhoria do bem-estar dos seus eleitores, apesar dos custos de curto prazo e da redução de privilégios para alguns grupos. Para isso, porém, os próprios membros do governo precisariam crer nessa tese.

Em certa medida, o embate político se deve à dificuldade de membros do governo para lidar com o novo cenário de maior autonomia dos parlamentares na alocação de recursos orçamentários. Nesse sentido, o Executivo tem de melhorar a coordenação política para conter a deterioração fiscal. O governo, com apoio das administrações regionais, também precisa instituir uma sólida estrutura para a promoção de um relacionamento contínuo com os congressistas, inclusive para estimular o uso de emendas parlamentares para projetos bem estruturados e considerados relevantes pelos políticos. Não é uma tarefa fácil, mas não há alternativa viável.

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço.

Frase do dia

"A Petrobras nunca teve crise. A crise da Petrobras é pelo fato de ela ser uma empresa muito grande".

Do presidente Lula em entrevista ontem, ao dizer que a capacidade de investimento da estatal é maior do que a do país

Cartas de Leitores

Retrocesso da indústria

O artigo de Pedro Cafardo (22/04) é extremamente atual e relevante. Gostaria de trazer um ponto de vista que raramente é tratado na questão de desenvolvimento industrial no Brasil: o fato de que a indústria é extremamente dependente de multinacionais estrangeiras, as quais têm vida própria. Numa multinacional, a estratégia é global e as subsidiárias respondem prioritariamente à matriz; em segundo plano ao país hospedeiro. Então, duas questões estão sendo deixadas de lado: o papel atribuído pelas matrizes às subsidiárias operando no Brasil e a dinâmica das cadeias globais de valor, que são comandadas por multinacionais estrangeiras.

Por exemplo, a frase inicial do artigo "a indústria brasileira perdeu sua extraordinária pujança do período 1930-1980", tem que contemplar que nesse momento as multinacionais ocidentais (que foram "a locomotiva" da indústria) estavam passando por um profundo processo de reestruturação devido à emergência das multinacionais asiáticas, especialmente as japonesas. Nesse contexto, o Brasil começa a perder protagonismo. Hoje em dia, as multinacionais estão novamente num profundo processo de reestruturação, cujas tendências não estão claras.

Sem questionar nenhum dos pontos levantados no diagnóstico Marquetti e Fonseca, fica evidente que é necessário entender e prever os movimentos das multinacionais estrangeiras para que se chegue a uma proposta de reindustrialização factível.

Entendo que esse é um argumento politicamente sensível, mas não me parece haver alternativa do que entender melhor o jogo que está sendo jogado e como o país poderá participar.

Afonso Fleury
acfleury@usp.br

Lula e ministros

O presidente Lula foi, no mínimo, deselegante com o ministro Fernando Haddad, pedindo que ele pare de ler livros e faça articulação com o Congresso. Ou será o início de sua "fritura" no cargo?

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

•

Lula sugeriu, com tinturas de ordem, a Fernando Haddad, que perca tempo conversando com a Câmara e o Senado ao invés de ler um livro, a seu vice Geraldo Alckmin que seja mais ágil e converse mais. Como interpretar tais recomendações? Insatisfação do chefe em relação aos desempenhos dos auxiliares? Pode ser. Mas, afinal, o exercício da política não é só conversa como orienta Lula. Há que eventualmente ler-se um livro, embora o atual mandatário não confirme tal preceito por não ter o hábito. Além disso, as conversas e as falas precisam ser dosadas e criteriosas para que produzam bons resultados. Caso contrário, há o risco de se jogar conversa fora. Quem sabe, trata-se de ansiedade por resultados rápidos.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

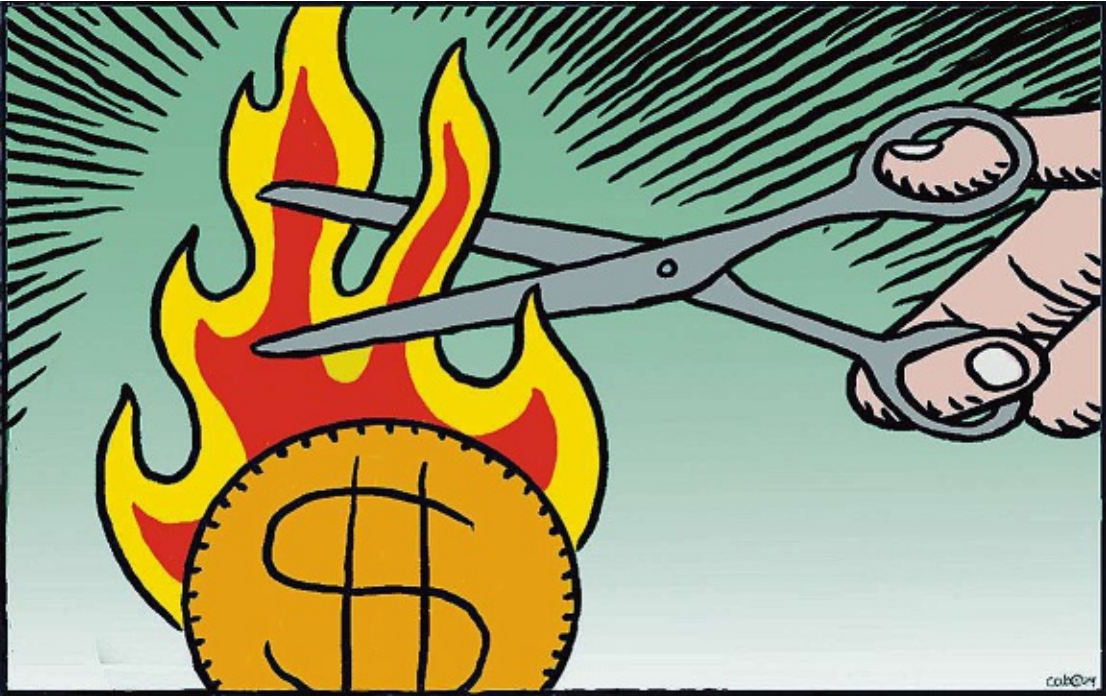
Corte imediato pelo BCE faz sentido, mas situação do Fed é mais difícil. Por **Martin Wolf**

A complicada arte de baixar os juros

O curso da desinflação nunca é suave. No fim do ano passado, os mercados de futuros embutiram em seus preços seis cortes nas taxas de juro dos Estados Unidos em 2024. Minhas próprias expectativas também tinham se tornado bastante otimistas. Mas hoje, depois de três trimestres consecutivos de inflação alta persistente, o presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, avisa que é provável que demore "mais do que o esperado" para que a inflação volte à meta de 2% e justifique cortes nas taxas de juro. As previsões do mercado para cortes nas taxas foram devidamente modificadas. Alguns sugerem que serão adiadas para dezembro, em parte para evitar cortes antes das eleições presidenciais marcadas para novembro. No entanto, nenhuma reavaliação semelhante surgiu na zona do euro: o primeiro corte ainda é esperado para junho.

Há lições a tirar desta história. Uma delas é a incerteza inerente a qualquer processo desinflacionário. Outra é a dificuldade de leitura dos dados: neste caso, uma parte da explicação para os números robustos recentes do "núcleo" da inflação dos preços ao consumidor é o "Owners Equivalent Rent of Residences" (quanto teria de ser pago para substituir uma casa própria por uma alugada). No entanto, este é apenas um valor atribuído. Ainda não está claro se alguma mudança fundamental aconteceu no processo desinflacionário dos EUA. Uma última lição é que, embora seja evidente que há alguns fatores em comum com o processo inflacionário do outro lado do Atlântico, as economias dos EUA e da zona do euro têm sido diferentes: a primeira é muito mais dinâmica.

O último relatório Perspectivas da Economia Mundial do Fundo Monetário Internacional (FMI) oferece uma comparação quantitativa esclarecedora dos processos inflacionários nos EUA e na zona do euro, derivada da média de três meses da inflação anualizada. O aperto do mercado de trabalho tem sido muito mais significativo em alimentar a inflação nos EUA do que a da zona do euro e, o que é crucial, este continua a ser o caso.

Ao mesmo tempo, os efeitos do "repasse" dos preços mundiais mais altos, em particular os da energia, foram muito maiores na zona do euro. Isso tornou crível a ideia de que a inflação na zona do euro é mais "temporária" do que a dos EUA. O que tem implicações para a política monetária.

Há dois anos, era evidente que a política monetária tinha de ser mais apertada. Hoje está claro que o BCE deve começar um relaxamento muito em breve. A situação subjacente nos EUA é mais equilibrada, mas o Fed também não pode esperar eternamente

Mais dois dados ajudam a elucidar o que está acontecendo. Um deles é a demanda interna nominal. Tanto nos EUA como na União Europeia, a demanda nominal agregada durante a pandemia de covid-19 caiu muito abaixo da tendência de níveis de crescimento de 2000-2023. No segundo trimestre de 2020, a demanda nominal ficou até 12% abaixo da tendência nos EUA e 14% abaixo da tendência na zona do euro.

No quarto trimestre de 2023, pelo contrário, estava 8% acima da tendência nos EUA e 9% acima da tendência na zona do euro (onde a tendência de crescimento também era mais fraca). Esse crescimento explosivo da demanda nessas duas economias decisivas deve ter causado choques de oferta, além de meramente acomodá-los. Mas esse é o passado. No ano de 2023 até o quarto trimestre, a demanda nominal cresceu apenas 5% nos EUA e 4% na zona do euro. O primeiro ainda está um pouco alto, mas mesmo assim está cada vez mais próximo do que é necessário.

Um segundo dado relevante diz respeito ao dinheiro. Continuo com a opinião de que essas quantidades não devem ser ignoradas ao avaliar as condições monetárias. A pandemia teve não só enormes aumentos nos déficits fiscais, como também um crescimento explosivo do agregado monetário amplo. No segundo trimestre de 2020, por exemplo, a relação entre o M2 dos EUA e o Produto Interno Bruto (PIB) ficou 28% acima da tendência linear de 1995-2019. Já no quarto trimestre de 2023, voltou a ser apenas 1% mais alta. Para a zona do euro, essas proporções foram de 19% e de menos 7%, respectivamente. Esses números mostram um movimento monetário enorme de expansão e queda. No futuro, a pressão desinflacionária pode revelar-se excessiva.

Então, o que precisa ser feito agora? Ao responder esta questão, os diretores dos principais bancos centrais precisam lembrar-se de quatro pontos cruciais.

O primeiro é que terminar com a inflação muito abaixo da meta é, como já aprendemos, muito ruim, porque corre-se o risco de tornar a política monetária ineficaz. Os bancos centrais devem agir com base na premissa de que as consequências de ser restritivos demais podem revelar-se quase tão ruins como as de um relaxamento excessivo. Além disso, não é uma questão trivial que a primeira atitude possa ser particularmente prejudicial para devedores vulneráveis em todo o mundo.

Um segundo ponto é que a incerteza é uma faca de dois gumes. É uma verdade evidente que a demanda, e portanto a inflação, podem mostrar-se grandes demais, em especial nos EUA. Mas também podem se revelar muito fracas. As políticas que eliminariam a mera possibilidade da primeira acontecer poderiam transformar a segunda em uma certeza. Assim, embora o objetivo seja, corretamente, fazer que a inflação esteja dentro da meta, não faz nenhum sentido pagar qualquer preço para alcançar esse objetivo: ele não é infinitamente valioso.

O terceiro ponto é que existem problemas criados pela determinação de eliminar a própria possibilidade de precisar mudar de rumo. Se partimos da premissa de que o primeiro corte nas taxas de juro precisa ser seguido por muitos outros na mesma direção, o grau de certeza necessário antes de começar será demasiado grande. O preço de esperar até ter certeza provavelmente será o de esperar tempo demais.

O último ponto é que ser dependente de dados de fato faz sentido. Mas novos dados só têm importância se afetam materialmente as previsões para o futuro. O que importa não é o que está acontecendo neste momento, mas o que acontecerá nos próximos meses ou mesmo anos, à medida que as políticas anteriores tiverem seu efeito no sistema. Novas informações devem ser vistas por essa lente. Há boas razões para supor que as notícias recentes sobre a inflação nos EUA não são muito significativas. A menos que o Fed esteja razoavelmente seguro de que são, deve ignorá-las.

É agora que as decisões começam a ficar realmente complicadas. Há dois anos, era evidente que a política monetária tinha de ser mais apertada: o risco de entrar em um mundo de inflação alta era grande demais. Mas hoje está claro que o Banco Central Europeu (BCE) deve começar um relaxamento muito em breve. A situação subjacente nos EUA é mais equilibrada. Mas o Fed também não pode esperar eternamente.

Martin Wolf é o principal comentarista econômico do Financial Times.

Especial

Contas públicas Economista vê ‘desperdício de recursos’ e propõe novo olhar sobre o tema pobreza

Debate sobre desigualdade passa pela questão fiscal, diz Pedro Nery

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

Pedro Nery: "Questão de renda não diz respeito só a um debate de desigualdade, mas à própria natureza da crise fiscal"

Lucianne Carneiro
Do Rio

Uma viagem para oito locais do país é o pano de fundo para o debate do economista Pedro Fernando Nery sobre as desigualdades brasileiras. No livro "Extremos — um mapa para entender as desigualdades no Brasil" (Editora Zahar/Companhia das Letras), o consultor do Senado que hoje é parte da equipe do vice-presidente Geraldo Alckmin visita locais-símbolo de extremos em temas como desenvolvimento, renda, expectativa de vida e aposentadoria. Entre esses locais, estão de Pinheiros, em São Paulo, a Ipixuna, na divisa do Amazonas com o Acre, passando por Maranhão ao Distrito Federal, onde vive.

Nery classifica a desigualdade como um desperdício de recursos e fala sobre a difícil percepção de cada um sobre a própria riqueza, já que em geral as pessoas se veem menos ricas do que são. Essa tendência dificulta, segundo ele, a aceitação de perdas em reformas necessárias para reorganizar o orçamento e financiar iniciativas para a redução das desigualdades.

Na sua avaliação, o debate deveria orientar a questão fiscal. "Não dá para a gente dissociar a questão fiscal da desigualdade."

A seguir os principais pontos da entrevista:

Extremos

Tem uma curiosidade do próprio trabalho, de quem está em Brasília, no ar-condicionado, e às vezes se sente um pouco impostor com aquelas planilhas e dados. O empurrão foi o livro do Richard Davies, ex-editor da "Economist" que lançou "Extreme Economies". Junto com isso veio aquela angústia do isolamento por causa da pandemia e vi ali uma abordagem legal para falar de desigualdades.

Desigualdades além da renda

A desigualdade de renda é a mais fácil de compreender com dados, mas não é o único tipo de desigualdade. É importante entender como diferentes problemas se relacionam, como a questão da desigualdade de expectativa de vida, que muitas vezes está associada à violência urbana. Então vamos ao local com maior expectativa de vida, mas também ao que tem menos, para entender a realidade da mortalidade infantil e dos assassinatos, que por sua vez se liga à crise da juventude, com dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. Eu queria que o livro não fosse só para economistas ou para quem está familiarizado com dados econômicos. A desigualdade de renda é um fio condutor relevante, mas não diz tudo sobre a realidade.

Percepção sobre própria riqueza

Em qualquer lugar do mundo, pessoas acham que são mais pobres ou menos ricas do que realmente são. Há uma dificuldade de perceber essa relação frente à distribuição de renda da sociedade. Isso é uma questão antiga, mas não sei o quanto é exacerbada hoje pela exposição às redes sociais, com mais referências ao que é o consumo de luxo. Isso acontece no mundo todo, só que me parece mais pronunciado no Brasil, talvez até pela profundidade de desigualdade. Um juiz acha que não é tão rico assim, porque conhece advogados que ganham mais, o advogado diz que é o fazendeiro... E isso é ruim porque, se não tenho consciência sobre dados, fica difícil mudar, né? É difícil aceitar perdas em reformas necessárias [no Orçamento]...

Conhecimento sobre pobreza

Há uma certa miopia sobre os pobres. Muitas vezes as pessoas não têm a clareza de que as crianças são muito pobres ou que famílias com crianças são as mais necessitadas e não necessariamente as que têm pessoas mais velhas. Fala-se muito sobre a necessidade de avaliação de políticas públicas e ajuste de gastos, mas isso é muito difícil se a sociedade não reconhece quem é o mais pobre e quem é o mais rico... Para essa discussão importante sobre desigualdade, é preciso uma noção melhor sobre os números. E isso nem sempre é simples em um país tão grande e diverso como o Brasil.

Número que define desigualdade

Um número mais conhecido para dar a dimensão da desigualdade de renda no Brasil e que precisa ser enfatizado sempre é o que trata da concentração da riqueza. O grupo do 1% mais ricos da população se apropria de quase 30% da renda. E o 0,1% da população se apropria de 10%, 12% da renda. Isso é bastante impressionante, frustrante, gera indignação, mas também revela que existe um potencial redistributivo grande no topo. No caso da pobreza, é sempre doloroso ter em mente que 60% das crianças negras vivem abaixo da linha da pobreza. Ter como regra a maioria dos bebês negros nascendo na pobreza é muito duro.

Reforma do IR e déficit fiscal

A disparidade na cobrança de tributos sobre a renda é enorme, temos taxação zero para distribuição de lucros e dividendos por empresas para pessoas físicas, por exemplo. O sintoma se dá na própria questão fiscal. O déficit fiscal é uma medida dessa desigualdade porque reflete o quanto se pega emprestado com as elites brasileiras através dos títulos públicos, que poderia ser recebido como arrecadação de impostos. É uma situação confusa pensar em um exemplo ilustrativo de alguém muito rico que não precisa pagar imposto sobre lucros e dividendos e usa esse dinheiro para emprestar para o próprio Estado e receber juros altos. Fico imaginando se todo mundo pudesse, em vez de pagar Imposto de Renda, pegar o dinheiro, comprar títulos do Tesouro e receber depois seu imposto de volta e com juros. Não dá para a gente dissociar a questão fiscal da questão da desigualdade. O debate da desigualdade deveria orientar a questão fiscal como um todo. É claro que muito provavelmente não dá para fazer superávit primário só arrecadando mais sobre os mais ricos, mas essa é uma dimensão muito importante. A gente tem por ano R$ 400 bilhões, ou a depender do ano até R$ 500 bilhões, de lucros e dividendos sem pagar nenhum centavo de Imposto de Renda. Ainda que exista alguma divergência sobre como será a tributação ou a dose da alíquota, é evidente que tem um ganho de arrecadação. Essa questão de renda não diz respeito só a um debate de desigualdade, mas diz respeito à própria natureza da crise fiscal que temos hoje. Uma forma de organizar esse debate complicado do déficit e da nossa trajetória rumo ao superávit é ter atenção com os mais ricos, do ponto de vista das receitas, e com os mais pobres, do ponto de vista das despesas.

Tributação de renda sem tabu

A sociedade brasileira está madura para o debate sobre a tributação da renda. Basta lembrar que, no governo anterior, o ministro Paulo Guedes mandou uma proposta para o Congresso Nacional que teve suas controvérsias, claro, mas chegou a ser aprovada. Se até um governo mais à direita, e considerado elitista por alguns, conseguiu pautar em algum grau a questão da tributação da renda, não precisamos achar que esse tema é intocável ou um tabu. Fizemos nos últimos anos muitas reformas que pareciam que não estariam maduras, como a da Previdência, a trabalhista e a reforma tributária do consumo.

> "Seria interessante que todo gasto público ou tributário fosse desafiado a ser tão bom quanto o Bolsa Família"

Adiamento da reforma

Se for para ter uma discussão melhor ou evitar o risco de a reforma ser deixada de lado ou desidratada, é uma tranquilidade a ideia do adiamento do envio da reforma do Imposto de Renda. Sabemos que tem uma pauta importantíssima e difícil que é a regulação da tributação do consumo e que o diabo mora nos detalhes.

Benefício Universal Infantil

O Benefício Universal Infantil (BUI) é uma ideia que causa alguma estranheza, mas é tão vitoriosa que é discutida até pelos republicanos nos Estados Unidos. A ideia é que é necessário proteger as famílias com crianças porque são mais vulneráveis à pobreza e isso traz um retorno grande para a sociedade depois, se a criança tiver boa formação. Boa parte da OCDE tem aplicado um benefício universal. No Brasil, ele faz sentido se for integrado com outras políticas existentes. Há crianças no Bolsa Família, mas tem muita gente fora e é vulnerável à pobreza. Já tem um benefício indireto para as crianças das famílias mais ricas que é a dedução do Imposto de Renda, mas os filhos do porteiro do meu prédio não, por exemplo: ele não é pobre o suficiente para estar na Bolsa Família e não recebe nenhum benefício nesse sentido.

Bolsa Família

É interessante pensar o Bolsa Família dentro discussão de qualidade dos gastos públicos, que está na ordem do dia. Há uma ONG nos Estados Unidos chamada Give Well, que orienta doadores para causas que teriam maior impacto, uma espécie de avaliação da efetividade de iniciativas. Ela tem um benchmark: só justifica doação a um projeto se o retorno for pelo menos oito vezes maior ao daquele de uma transferência de renda direta para a população vulnerável. O que basicamente estão dizendo é que é muito melhor dar dinheiro para os mais pobres do que tentar beneficiá-los indiretamente. Essa régua de oito vezes é muito alta e polêmica. Mas seria interessante que todo gasto público ou tributário fosse desafiado a ser tão bom quanto o Bolsa Família, considerando resultados em consumo, combate à pobreza, desenvolvimento infantil, nutrição e saúde da família. O Bolsa Família deveria ser usado como régua para balizar outros programas, ainda que se saiba muitas das avaliações sobre o Bolsa Família são de quando os valores eram menores [antes do aumento para R$ 600]. Claro que agora, naturalmente, com o super Bolsa Família, a gente pode acabar tendo que rever parte dessas evidências.

Efeito no mercado de trabalho

É verdade que até agora as avaliações apontavam que o Bolsa Família não afetava o mercado de trabalho, quer dizer, que ninguém deixava de procurar emprego para receber o benefício. Com valor maior, é natural que esse tipo de decisão mude. Mas ainda assim são valores relativamente baixos, né? O valor médio do Bolsa Família é de R$ 700, R$ 800. Se alguém deixa de procurar emprego formal ou informal por causa disso, tem que pensar que talvez seja uma decisão adequada. Às vezes é uma mãe que está em casa cuidando dos filhos em vez de deixar trancados ou de qualquer jeito com uma vizinha. Às vezes é alguém que aproveita para estudar. Há um pouco desse estigma do nem-nem, que não estuda nem trabalha, mas pode cuidar de alguém e é importante reconhecer a economia do cuidado. Tem uma questão ainda mais importante que é a decisão de participar ou não da força de trabalho, que é racional para um certo tipo de trabalhador quando se leva em conta que o Bolsa Família ainda tem filas, né? Se alguém perde o benefício, pode ser muito difícil ou demorado voltar porque essa despesa ainda não tem a proteção que outras despesas têm [na Constituição], de que depois de o direito da pessoa ser reconhecido o Estado é obrigado a fazer os pagamentos. Isso é importante porque, se tenho R$ 700 no Bolsa Família e consigo emprego de salário mínimo, eu fico com o benefício, porque se eu for desligado posso cair na fila e ficar meses para retomar o benefício enquanto minha família passa por privações. Então vale pensar sobre como resolver a questão da fila ou na renda universal infantil, em que a pessoa não perde o benefício se entrar no mercado de trabalho porque é um benefício universal, não importa quanto você ganha.

Incentivo para empregar jovens

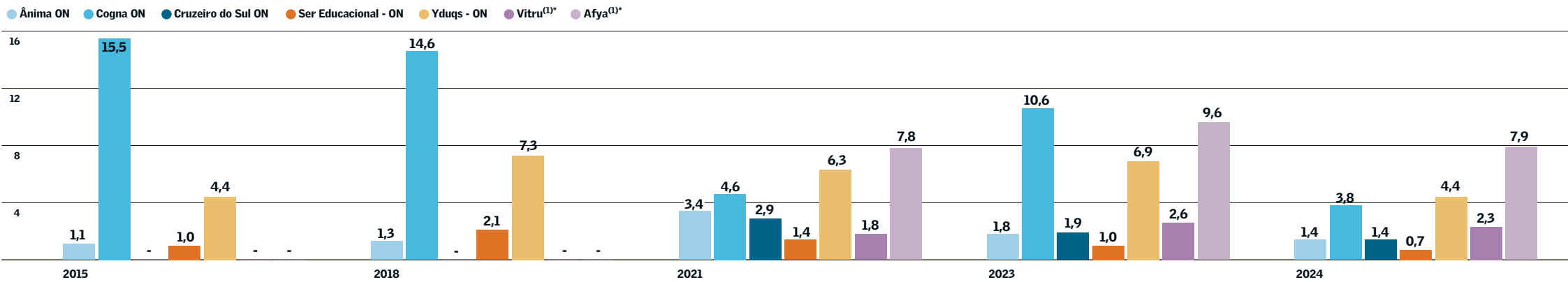
Uma provocação que gosto fazer é o contrato de estágio: super flexível, não paga nenhum tributo e não é visto necessariamente como uma forma de precarização, mas como uma oportunidade de o jovem ser incluído no mercado de trabalho. Só que é permitido apenas para estudantes do ensino técnico ou superior, quando boa parte da população não conclui o ensino médio. É claro que tem um custo fiscal deixar todo mundo estagiar até certa idade, mas tem algumas coisas que só se permite aos filhos da elite. A inclusão no mercado de trabalho é fundamental. A transferência de renda é importante, mas há limite para sua capacidade de melhorar a vida das pessoas. O governo anterior chegou a discutir isso, com a ideia da carteira verde e amarela e o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego. Mas parece que havia uma defesa um pouco envergonhada. É preciso uma discussão mais aberta sobre esse problema do jovem e de sua inclusão no mercado de trabalho.

Finanças
Com juros mais altos, recompra de ações recua 14% no mundo em 2023
C2

Siderurgia Chara, presidente da Usiminas, apresenta balanço com queda de 93% no lucro líquido do 1º tri B6

Metais CBMM investirá R$ 270 milhões na criação de novas aplicações para o nióbio B7

Governança Petrobras escolhe nesta quinta-feira novos conselheiros B2

Marketing Investimento em publicidade digital soma R$ 35 bilhões em 2023, diz IAB B8

Educação Após queda de 18% na receita entre 2015 e 2022, rivais iniciam conversas para unir negócios

Grupos de ensino superior se preparam para nova onda de consolidação no setor

Beth Koike e Fernanda Guimarães
De São Paulo

Uma nova onda de consolidação no setor de ensino superior começa a ser desenhada, com grandes grupos educacionais em conversas para uma possível combinação de negócios e faculdades menores também em busca de aquisições para este ano. Entre os players, Cruzeiro do Sul, Vitru, Yduqs e Clariens (faculdades de medicina do Mubadala) têm se mostrado abertos à tese de que uma fusão poderia destravar valor, gerar mais liquidez ao papel das empresas do setor, que tem ficado fora do radar dos investidores. Alguns deles já estão com assessores financeiros para dar andamento a essas tratativas, segundo o **Valor** apurou.

Entre 2015 e 2022, a receita líquida do setor de ensino superior (considerando apenas graduação) caiu de R$ 71 bilhões para R$ 58 bilhões. Essa queda de 18,3% é devido à redução do Fies, programa de financiamento estudantil do governo, e à crise econômica. Os nove maiores grupos — Afya, Ânima, Cruzeiro do Sul, Kroton, Ser Educacional, Vitru, Yduqs, Unip e Uninove — detêm 58% de participação de mercado. Os dados são da consultoria Hoper Educação.

Essa não é a primeira vez que transações de M&As (fusões e aquisições, na sigla em inglês) no setor são aventadas. Outras conversas semelhantes já surgiram entre 2021 e 2022, mas não seguiram em frente. Um dos maiores temores é que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) barre a transação como ocorreu com Kroton e Estácio, em 2017. Um dos principais entraves dessa fusão foi a dificuldade em impor medidas anticoncorrenciais no ensino on-line, uma vez que esse segmento não tem barreiras geográficas devido à própria natureza do negócio.

Na época, a Kroton era a líder disparada no EAD (ensino a distância) — esse mercado era fechado, a legislação não permitia abertura de novos cursos on-line e uma combinação entre as duas maiores do ensino superior levaria a superconcentração no segmento de educação digital.

Mas, nos últimos anos, as regras do EAD foram flexibilizadas e esse mercado cresceu exponencialmente, em especial, após a pandemia. Atualmente, no setor privado, há cerca de 4,1 milhões de alunos em cursos on-line e 3,2 milhões no presencial. É com base nessa mudança de cenário associada à redução da alavancagem das companhias, valor das ações de educação patinando e o sinal verde do Cade nas transações que juntaram Ânima com Laureate Brasil e Uniasselvi com Unicesumar, ambas em 2021, que os grandes grupos agora voltaram a conversar, de acordo com fontes a par do assunto.

EDILSON DANTAS / O GLOBO

Entre 2015, com a crise do Fies e da economia, e 2022, a receita das faculdades privadas caiu 18%. O número de alunos em cursos on-line disparou e essa modalidade já representa a maioria das matrículas

A Cruzeiro do Sul é o principal ativo de interesse. Isso porque a companhia não está alavancada, seu balanço é redondo, tem uma marca reconhecida, forte presença em São Paulo e cresce, inclusive, nos cursos presenciais. Por outro lado, a empresa tem buscado soluções para aumentar sua fatia na bolsa ("free float"), que hoje é de apenas 12,4% e uma fusão é um dos caminhos para equacionar essa questão. Além disso, o GIC, que é o maior acionista da Cruzeiro do Sul, prefere ativos de maior porte e faria sentido ao perfil do seu portfólio uma combinação de negócios, ainda de acordo com fontes.

Há uma série de combinações que podem dar "match" na visão de quem aposta nessas movimentações.

Uma possibilidade seria uma associação entre Cruzeiro e Vitru, uma vez que essa última atua basicamente em ensino a distância (é a líder deste mercado) e a outra é forte no presencial — seriam operações complementares. Essa transação também poderia ser uma alternativa de saída para os fundos Vinci e Carlyle que estão na Vitru desde 2015, quando ambos estrearam no setor de educação comprando a Uniasselvi por R$ 1 bilhão.

Outra ideia que está sendo apresentada ao mercado envolve Cruzeiro com Yduqs. A dona da Estácio é referência no Rio, mas a sua presença ainda é tímida em São Paulo. Uma das negociações recentes foi com a Universidade São Judas, da Ânima, mas não houve acordo devido a valores.

Uma terceira alternativa seria combinar as operações de Yduqs com a Vitru, que além de ser líder em EAD é dona de uma faculdade de medicina no Paraná bastante cobiçada. Os acionistas de Vitru têm ainda a opção de vender apenas essa faculdade de medicina.

Ainda segundo fontes, o Mubadala Capital, private equity do fundo soberano de Abu Dhabi que, recentemente, montou uma operação de faculdades de medicina, batizada de Clariens, também está no jogo. Em 2023, o Mubadala fez oferta para comprar faculdades de medicina da Estácio no Norte do país. Além de adquirir ativos de medicina, o Mubadala estaria aberto a se juntar a outros grupos que tenham cursos dessa área.

O racional da expectativa do mercado em torno de movimentações está na busca de crescimento, em um momento pós-pandemia em que as empresas estão com balanço mais saudável e melhor preparadas para iniciar conversas. O chefe da área de fusões e aquisições do Bank of America no Brasil, Diogo Aragão, aponta que o setor vive, depois de um impulso que veio com as vagas do EAD, uma barreira de crescimento e que, ao se pensar em geração de valor ao acionista, o M&A acaba se tornando uma das saídas.

O responsável pelo banco de investimento do Citi no Brasil, Eduardo Miras, afirma que as fusões poderiam ainda endereçar falta de liquidez em bolsa de algumas das empresas listadas. Quando uma empresa tem baixa liquidez na bolsa, ou seja, poucas negociações diárias, grandes fundos, incluindo estrangeiros, acabam se afastando do papel, tanto pela dificuldade em se montar uma posição ou para ter certeza sobre a porta de saída do investimento.

Nos últimos três anos, o valor de mercado combinado das sete companhias listadas na B3 e Nasdaq — Ânima, Cogna, Cruzeiro do Sul, Yduqs, Ser Educacional, Afya e Vitru — caiu 22,3% para R$ 21,9 bilhões.

Já a Ser Educacional, que no passado já teve conversas nesse sentido, está aguardando a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as liminares nos cursos de medicina. A companhia tem sete ações judiciais que, se aprovadas, colocam a companhia num outro patamar de valor, na visão de Janguiê Diniz, fundador da companhia, disseram fontes.

Há vários anos citadas como potenciais protagonistas nesses movimentos, fontes de mercado já descartam a presença de Unip e Uninove, uma vez que elas sempre se desviaram de aproximação de outros "players" do setor. Na Unip, há um processo complexo envolvendo a herança de João Carlos DiGênio, fundador do grupo que morreu em 2022.

> "Setor vive barreira de crescimento e M&A poderia ser uma das saídas"
> *Diogo Aragão*

Em paralelo à combinação de negócios entre os líderes de mercado, há chances de empresas de menor porte iniciarem o processo de consolidação devido ao processo de análise no Cade não ter tanta complexidade. Segundo uma fonte, que falou na condição de anonimato, as empresas menores têm mais liberdade para iniciar uma fusão, ao contrário das grandes, que precisam se atentar às questões de concentração frente ao regulador.

O mercado de ensino superior tem em andamento uma série de questões regulatórias envolvendo o EAD e a medicina — os dois segmentos de maior crescimento e que serão decisivas para o crescimento do setor.

Na graduação digital, o ministro do MEC, Camilo Santana, está apertando o cerco e criando um novo marco regulatório para impedir o crescimento desenfreado e sem qualidade. Desde novembro, está proibida abertura de novos cursos EAD de licenciatura e formação de professores. Na sexta-feira, o Conselho Nacional de Educação (CNE) divulgou uma diretriz determinando que essas duas graduações tenham 50% de conteúdo presencial. Há diversas faculdades em que apenas o estágio é presencial.

Em medicina, há uma longa e complexa discussão. Após a pandemia, houve uma avalanche de pedidos de liminares para abertura de cursos fora do programa Mais Médicos, que é o caminho oficial para atuar nessa área. Há uma discussão no STF, cuja votação está empatada, para decidir se algumas dessas ações judiciais podem seguir com seus pleitos. Em caso positivo, haverá a inclusão de cerca de 10 mil novas vagas.

Para efeitos de comparação, há no Brasil cerca de 32 mil vagas de medicina nas escolas particulares e 9,7 mil na rede pública. A nova edição do Mais Médicos, por sua vez, planeja a abertura de outras 10 mil vagas. Diante desse crescimento, há questionamentos sobre quanto tempo essa graduação ainda será tão rentável. Hoje, o curso de medicina tem mensalidade acima dos R$ 10 mil, baixas taxas de inadimplência e evasão.

Para Aragão, do BofA, uma decisão do STF sobre a abertura de novas vagas no curso de medicina pode funcionar como um gatilho de curto prazo para movimentos de consolidação, já que trará melhoria para a estrutura de capital dessas empresas. "Se as vagas não saírem, posterga, mas não tira o ímpeto das empresas se juntarem", comenta o executivo do BofA.

Procurados pela reportagem, a Yduqs, Vitru, Cruzeiro Sul e Vinci informaram que não comentam rumores de mercado. A Clariens, do Mubadala, negou que esteja interessada em se associar a grupos consolidadores e que fez proposta à Yduqs. A Ser, Carlyle e GIC não retornaram até o fechamento da edição.

INÊS249

Governança Cope se manifesta antes de assembleia; para "chairman" não houve vedações

Comitê da Petrobras sugere voto restrito de minoritários

Kariny Leal, Francisco Góes e Fábio Couto
Do Rio

A distribuição dos dividendos extraordinários pela Petrobras continua no radar do mercado e deve ter uma solução na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da estatal nesta quinta-feira (25). A expectativa é que se aprove na reunião o pagamento, a título de dividendos, de 50% do lucro remanescente de 2023, como indicou o governo, que controla a companhia. Se no caso dos dividendos parece haver certa convergência para a AGO depois de muita polêmica, a eleição para o conselho de administração da estatal ainda promete discussões e disputas.

Na semana passada, o comitê de elegibilidade (Celeg), ligado ao comitê pessoas da Petrobras (Cope), concluiu a análise dos 14 nomes que disputam dez das 11 vagas do colegiado da estatal para um mandato até 2026. Ainda que não haja vedações aos candidatos, o Cope/Celeg fez diversas recomendações a vários dos postulantes, entre nomes da União e dos acionistas minoritários. A décima primeira posição do conselho será ocupada por Rosangela Buzanelli Torres, reeleita pelos trabalhadores.

O Cope/Celeg indicou não haver vedações sobre Pietro Mendes, presidente do conselho da Petrobras e candidato à reeleição, indicado pela União. A ata do comitê aponta que a atuação de Mendes, que acumula o cargo de secretário de óleo e gás do Ministério de Minas e Energia (MME), "não configura conflito formal, a priori", e recomenda que o indicado registre abstenção em casos que representem situações "potencialmente conflituosas".

Mendes enfrenta, desde setembro de 2023, um processo sancionador na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por suposto conflito de interesses entre a função que exerce no MME e as atribuições de chairman da Petrobras. No dia 11 de abril, a Justiça de São Paulo acatou um pedido de suspensão de Mendes do cargo, mas a decisão foi derrubada seis dias depois pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3).

A avaliação de Mendes feita pelo Cope/Celeg difere, por exemplo, daquelas elaboradas pelo mesmo comitê em relação a alguns dos candidatos dos minoritários. No caso do advogado Marcelo Gasparino e do empresário José João Abdalla Filho, que vão concorrer contra os candidatos da União em eleição pelo sistema de voto múltiplo, o comitê também não fez vedações, mas apontou restrições de voto para ambos caso sejam eleitos.

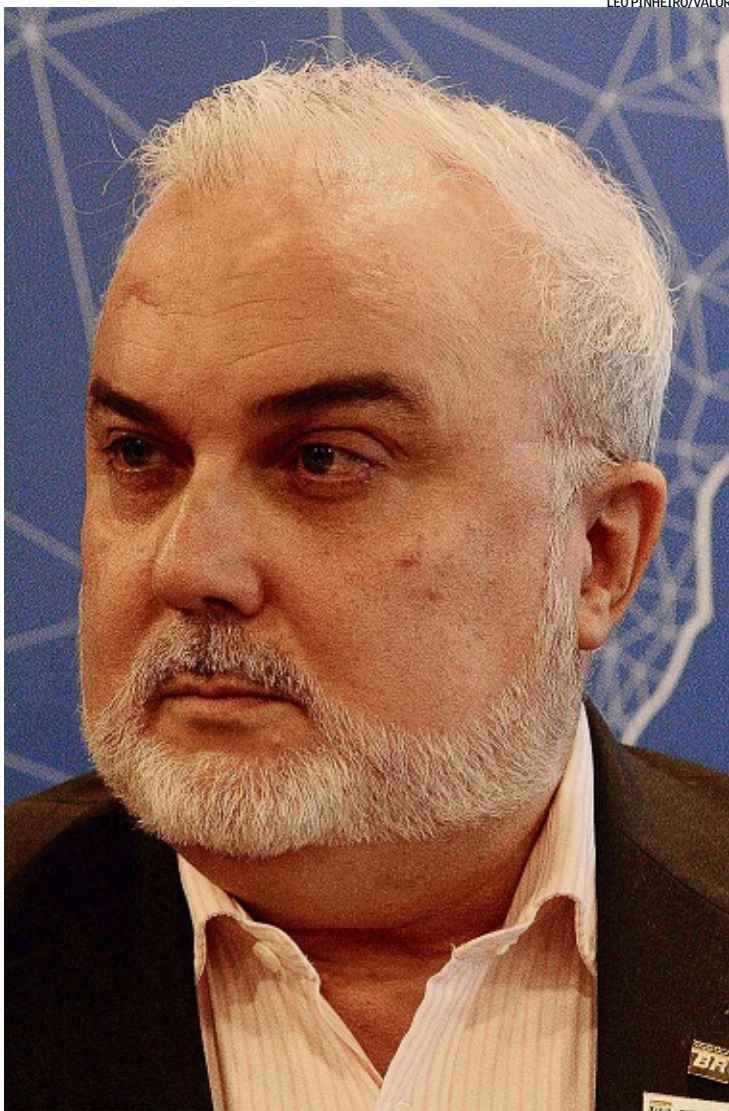
14
é o número de candidatos na AGO

Pietro Mendes concorre a um novo mandato como presidente do conselho

Gasparino, se eleito, teria que renunciar como conselheiro da Eletrobras — um dos colegiados que ocupa paralelamente ao da Petrobras — ou abster-se de votar em matérias sobre transição energética na petroleira. Procurado, Gasparino disse que, enquanto não houver decisão da CVM sobre potencial conflito, vai respeitar a decisão do conselho da Petrobras e não irá participar em discussões sobre matérias de transição energética na empresa. Ele criticou a composição dos comitês de assessoramento ao colegiado da Petrobras por serem formados por membros externos que não têm experiência nos assuntos tratados pelos respectivos comitês.

Perguntado sobre a situação do chairman do conselho, Gasparino disse haver "perplexidade" pelo fato de Pietro Mendes, mesmo sendo secretário de óleo e gás do MME, não receber restrição de voto do Cope/Celeg, como aconteceu com alguns candidatos dos minoritários, incluindo ele próprio e José João Abdalla Filho. No caso de Abdalla, o comitê recomenda que ele não tenha acesso ou tome parte de pautas relacionadas à transição energética ou gás natural, uma vez que o empresário tem participações acionárias em empresas com contratos ativos com a Petrobras ou linhas de negócios similares. A reportagem não conseguiu contato com Juca Abdalla. Procurado, Mendes não retornou o contato.

Outro a sofrer restrições foi Jeronimo Antunes, indicado por minoritários preferencialistas. Ainda que não haja vedações sobre o candidato, o Cope recomenda que Antunes renuncie de posições de membro do comitê de auditoria "das empresas que possuem contratos ativos com a Petrobras". Procurado, Antunes afirmou que irá renunciar às posições que ocupa na Vibra e na Oceanpact, caso seja eleito para a Petrobras.

As recomendações do Cope/Celeg são, como o nome indica, sugestões à assembleia, sem caráter vinculante. Mas nos últimos anos a CVM tem aberto processos contra nomes que recebem avaliações contrárias da governança interna da Petrobras e, mesmo assim, terminam sendo eleitos na assembleia. Há quatro nomes, entre conselheiros e ex-conselheiros da Petrobras, sendo processados pela autarquia, incluindo Mendes.

Jean Paul Prates é CEO e também vai disputar reeleição como conselheiro da companhia

Neste ano, o Cope também não faz vedações à indicação de Francisco Petros, indicado por minoritários ordinaristas, mas sugere que o jurídico da empresa acompanhe "processo em que o indicado figura como parte". Procurado, Petros informou tratar-se de representação que envolveu todo o colegiado da Petrobras à época, em 2017-2018. "Não houve ainda nem pronunciamento de mérito", afirmou.

No caso de Thales Kroth, indicado para disputa pelos preferencialistas, o comitê opina que o candidato não atende aos requisitos legais para ser eleito ao conselho de administração. Segundo a ata, apesar de não haver vedações legais, Kroth não apresentou documentos para comprovar a experiência profissional necessária ao cargo. Procurado, Kroth disse que cumpre os requisitos legais.

Os outros nomes que concorrem ao conselho da Petrobras não tiveram vedações ou recomendações do Cope. Entre os indicados pela União, estão: Jean Paul Prates, presidente da estatal; Bruno Moretti, secretário especial de análise governamental da Presidência da República; Vitor Saback, secretário de geologia e mineração do MME; Ivanyra Correia, indicada como independente; Renato Galuppo e Rafael Dubeux, secretário-executivo adjunto do Ministério da Fazenda.

No caso de Benjamin Rabello Filho, presidente do comitê de investimentos da Petrobras, o Cope não faz recomendação, mas sugere que, se eleito, o indicado "envide os melhores esforços" para atender um dos itens da análise de capacitação e gestão, sem dar detalhes. Entre os indicados por minoritários que não tiveram vedações ou recomendações do Cope está Aristoteles Nogueira Filho, apontado por preferencialistas.

Morre Samuel Barata, controlador da DPSP, aos 93 anos

Memória

Adriana Mattos e Helena Benfica
De São Paulo

O empresário Samuel Barata, controlador do grupo DPSP, formado pelas Drogarias Pacheco e São Paulo, morreu nesta segunda-feira (22) no Rio de Janeiro aos 93 anos. A causa da morte não foi divulgada.

Em 2023, Barata ocupava a 74ª posição na lista de bilionários da Forbes no país, com um patrimônio de cerca de US$ 1 bilhão, ou aproximadamente R$ 5 bilhões. Ele deixa quatro filhos, oito netos e doze bisnetos.

A história de Barata com o segmento começou quando ele adquiriu, nos anos 1970, uma distribuidora de produtos farmacêuticos no Rio de Janeiro, e como era comum nesse mercado, pouco tempo depois, em 1974, comprou a Drogaria Pacheco, fundada em 1892. Nas mãos de Barata, a empresa se tornou a maior rede de farmácias no Estado do Rio e a 4ª maior do país.

Foi com o avanço da consolidação do setor no Brasil que a Pacheco se mexeu e reagiu, no fim de agosto de 2011, ao anúncio da união de Raia e Drogasil (RD).

Menos de um mês após a formação da RD, a Pacheco e a Drogaria São Paulo — já com negociações em andamento — informaram a combinação das redes, criando o grupo DPSP, a segunda maior cadeia do setor no país.

Após a transação, o empresário ocupou a posição de presidente do conselho de administração da empresa criada, com divisão de 51% das ações para a família Barata e 49% aos Carvalho, da Drogaria São Paulo. Atualmente a família fundadora da rede Pacheco é sócia majoritária do grupo.

Com perfil mais "low profile", Barata sempre foi considerado um dos empresários com visão mais racional no setor, pouco impulsivo, e muito atuante no dia a dia da empresa até a fusão dos negócios.

Foi também na gestão das famílias controladoras que a DPSP foi ficando mais para trás no retrovisor da RD em termos de número de lojas e receita — mas, mesmo assim, o interesse na aquisição da DPSP crescia no mercado até alguns anos atrás.

A posição de destaque da rede, num mercado altamente pulverizado, aumentava a atenção de investidores e grupos internacionais no negócio. Fundos de private equity e varejistas estrangeiras tentaram acordo com a empresa de Samuel Barata e Ronaldo Carvalho na última década, mas o acordo emperrava, segundo fontes, nas visões diferentes sobre o tema entre os acionistas das duas famílias.

Barata e acionistas ligados a ele não estavam abertos a negociar, enquanto os fundadores da Drogaria São Paulo tinham visão oposta, diziam fontes.

US$ 1 bi
é a fortuna estimada de Barata

As conversas esfriaram e acabaram não evoluindo na época, apesar de a família Carvalho manter interesse em ouvir propostas, apurou o **Valor**.

Segundo dados de 2020, a DPSP somava R$ 9,8 bilhões em receita líquida e lucro líquido de R$ 7,6 milhões. São cerca de 1.550 lojas em nove estados do Brasil, além do Distrito Federal.

Em nota, o Grupo DPSP lamentou o falecimento. "O empresário Samuel Barata foi responsável por revolucionar o varejo farmacêutico fluminense, ainda na década de 1970", escreveu.

Crédito já!

Gestão

Wellington Vitorino

Fala-se muito na importância de os empreendedores possuírem competências técnicas e sociais. Esses seriam os atributos decisivos para o sucesso ou fracasso de um negócio. Tudo isso é verdade, claro, mas há outro fator, bem mais objetivo e concreto, que também joga papel decisivo nessa equação: acesso ao crédito.

Empresas quebram por falta de receita ou de fluxo de caixa. Mesmo assim, segundo o Sebrae, quase 40% dos empreendedores brasileiros usam o cartão de crédito pessoal para cobrir custos de seus negócios. Essa não parece ser a fórmula de uma economia saudável.

Neste mês, durante a mais recente edição da Brazil Conference, evento organizado por estudantes brasileiros da Universidade Harvard e do MIT (Massachusetts Institute of Technology), tive a oportunidade de conversar com Daniel Vorcaro, sócio e presidente do Banco Master. Falamos sobre como a falta de crédito pode impedir um negócio de crescer ou de honrar suas obrigações no tempo correto, o que torna urgente um aprofundamento da desburocratização do crédito que vem ocorrendo nos últimos anos, além da criação de novas linhas de incentivo aos empreendedores.

O país precisa também de produtos e serviços financeiros que atendam pequenos e médios negócios. Cerca de 30% do PIB brasileiro vem dessas empresas, mas só 7% do mercado de crédito é destinado a elas. Tamanha disparidade torna evidente que as ferramentas atuais de análise de risco não contemplam a realidade dos players menores.

Conversei recentemente com dois empreendedores cujos negócios abrem trilhas importantes para a superação desse gargalo. O primeiro é Thiago Teixeira, da Justa, fintech que se tornou referência por seu ecossistema de soluções em meios de pagamento. A Justa é a primeira startup da América Latina a receber investimentos da American Express; hoje ela emite um cartão bandeira Amex voltado a pessoas jurídicas de pequeno e médio porte.

O segundo é Ricardo Gottschalk, sócio fundador da Conta Simples, outro bom exemplo de empresa focada em soluções para a gestão de despesas corporativas e acesso ao crédito.

Iniciativas como as lideradas pelo Thiago e pelo Ricardo são fundamentais para a superação do problema. É verdade que o BNDES, por exemplo, vem atuando fortemente nos últimos anos, criando oportunidades e linhas de crédito para pequenos e médios empreendedores, mas nenhum esforço será bem-sucedido sem uma articulação melhor com o setor privado.

Vale destacar iniciativas como o fundo Estímulo, criado ainda durante a pandemia de covid-19 e que oferece apoio financeiro e capacitação de pequenos negócios, ou a parceria entre Banco Afro e o fundo Impacto, que promove, via clube de benefícios, microcrédito para pessoas que trabalham com entregas por aplicativo.

Oferta de crédito não é um fenômeno mágico, ou algo decidido por decreto. Fatores externos e incontroláveis, como os juros altos (e persistentes) nos Estados Unidos, influenciam as condições do endividamento aqui no Brasil.

Mas isso não equivale a dizer que estamos completamente à mercê dos movimentos econômicos globais. É preciso fazer o dever de casa. O Brasil precisa de políticas melhores, mais bem desenhadas, de fomento ao crédito das pequenas e médias empresas. Acesso ao crédito, afinal, é ingrediente obrigatório em qualquer fórmula de sucesso.

Wellington Vitorino é diretor-executivo do Instituto Four
E-mail wvitorino@institutofour.org

Moda Marca se vende como rede para cliente de menor renda, mas tem preços para classes mais altas

Marisa quer ser mais popular para sair da crise

Adriana Mattos
De São Paulo

A Marisa chegou a conclusão que é uma rede de moda popular, mas não popular o bastante a ponto de conseguir sair da difícil fase de reestruturação. Em crise de identidade há algum tempo, a cadeia fala agora em voltar ao seu DNA, de rede focada no cliente de renda mais baixa, quase cinco anos depois de ter apostado em coleções com maior qualidade, mas preços mais altos, para melhorar margens.

O comando detalhou a forma como a empresa avançou nessa discussão em apresentação dos resultados do quarto trimestre de 2023, em teleconferência ontem. A varejista percebeu que encerrou lojas no ano passado que, meses depois, na mão dos rivais, deram melhor resultado. Entre os concorrentes do grupo estão redes como Caedu, Pernambucanas e a Torra.

“No quarto trimestre não atingimos as metas e isso fez o conselho repensar o posicionamento de mercado. Por que não temos vendido? [...] Vimos que as lojas que fechamos o ano passado foram adquiridas por concorrentes que venderam alguns dígitos acima da Marisa”, diz Andrea Menezes, presidente do conselho de administração, ao lado do novo CEO, Edson Garcia, no cargo desde abril.

A rede fechou 93 lojas de um ano para cá e opera com 237 pontos.

A questão central é que há uma desconexão entre posicionamento de marca e o valor na prateleira. A varejista se vende como uma rede popular e democrática, porém com preços de produtos para classes B e C+. A renda média familiar da cliente Marisa é de até R$ 4 mil por mês, e essa faixa responde por 75% da população na pirâmide social, segundo disse ontem a rede.

Ocorre que, a proposta de valor nos últimos anos mirava um segmento mais restrito de clientes, “mais em B2 e C1”, disse Garcia.

Entre as ações que serão implementadas, testadas em projeto piloto, ficou definido que as lojas terão uma vitrine diferente da atual — na visão de consultores, com menos referências de Riachuelo ou C&A, e mais próximo da Caedu e Leader, com base nas fotos apresentadas na teleconferência.

Há mais peças coloridas e básicas expostas na entrada da nova loja, e com os preços baixos em destaque maior. Haverá 40 mesas espalhadas pelas unidades por lojas e as mesas terão preços destacados e com uma exposição adensada para tentar mostrar variedade.

Na conversa com analistas, um investidor perguntou a razão pela qual, “com tantas decepções nos resultados”, Garcia decidiu entrar na empresa. “A Marisa é uma grande marca, há desafios, há um caminho à frente e os números têm que falar. Eu me senti honrado com o convite”, respondeu.

Duas lojas da Marisa, em São Paulo, passaram pelas mudanças, e, para defender a ideia de que a rede está no caminho correto, Garcia publicou dados sobre melhora nas vendas antes e depois dos ajustes.

A Marisa sugere que a crise que ela atravessa tem mais relação com o crescimento das marcas de baixo preço do que com a expansão das plataformas estrangeiras asiáticas.

A operação on-line de marcas internacionais ganharam 3,5 pontos percentuais de mercado em 2023 diz a Marisa, sem informar o índice de participação. Desse total, 2,7 foram perdidos pelas redes voltadas para a classe de maior renda, e 0,8 ponto pelas cadeias populares.

“Isso ocorre porque a consumidora de classe C e D não pode errar na compra e não pode ficar esperando a mercadoria chegar para ela usar”, disse Garcia.

A varejista publicou o balanço do quarto trimestre na noite de segunda-feira, com recuo de 43,5% na receita líquida, para R$ 417,4 milhões, afetado pelo fechamento de lojas. O canal digital caiu 61%, por conta da estratégia de defender margens.

Ao mesmo tempo, as despesas operacionais caíram 21% após o corte de custos ao longo de 2023, mas menos do que a queda da receita (43%). A rede teve melhora no prejuízo líquido — recuo de 42%, para R$ 169,3 milhões — pelo ganho tributário com imposto de renda e contribuição social de R$ 83 milhões, o que não ocorreu em 2022.

Sobre as vendas menores, ainda houve efeito do fato de a empresa ter sido mais lenta no processo de desenvolvimento de sua coleção junto aos fornecedores, e isso levou a um baixo volume de estoques. Esse cenário impediu que a empresa conseguisse atender as vendas num ritmo normal.

Auditoria reitera alerta sobre incerteza relativa à continuidade da rede

De São Paulo

Os auditores da rede Marisa apontaram, pelo segundo ano consecutivo, incerteza relevante relacionada à continuidade operacional da empresa.

A Marisa publicou na segunda-feira, com atraso, as demonstrações financeiras de 2023 auditadas e os dados do quarto trimestre. A rede havia divulgado em março os números não auditados.

Indefinições sobre o posicionamento do Banco Central, relativo a um pedido da empresa, e uma piora na relação entre passivo e ativo circulantes levaram a EY a incluir o tema em seu relatório que acompanha o balanço.

A auditoria chama a atenção para o fato de o passivo circulante consolidado da rede ter excedido o ativo em R$ 664,8 milhões em 31 de dezembro. No ano anterior, a empresa ainda tinha um capital circulante líquido positivo de R$ 130,8 milhões.

Quando o passivo circulante supera o ativo, significa dizer que o total de dívidas de curto prazo, com vencimento em até 12 meses, como impostos, salários de empregados, aluguel e pagamento de fornecedores, supera o total ativo circulante, que são os recursos financeiros disponíveis da empresa para pagar dívidas e despesas.

Procurada para comentar, a varejista não se manifestou até o fechamento desta edição.

A Marisa vem recebendo alertas sobre sua continuidade operacional pelos auditores desde o último trimestre de 2022, mas no relatório atual da EY, além da expansão do passivo circulante, há uma diferença em relação a um posicionamento do BC relativo à M Pagamentos, controlada do grupo.

A EY chama a atenção para o fato de o BC ainda não ter autorizado a varejista a cancelar o funcionamento da controlada indireta MPagamentos, após a empresa ter se desenquadrado dos limites operacionais mínimos requeridos pelo BC.

Sem retorno do órgão, a EY decidiu considerar o tema dentro da análise de incerteza relativa à continuidade operacional da rede.

Em 20 de dezembro de 2023, a M. Pagamentos enviou ao BC o pedido de cancelamento no seu funcionamento, e outro pedido de dispensa de cumprimento de Basileia mínima exigida.

Também solicitou a dispensa de obrigação de baixa de ativos fiscais diferidos, segundo notas explicativas do balanço publicado.

No fim de dezembro, a rede estava desenquadrada no limite mínimo de Basileia exigido pelo órgão regulador de 10,5% — estava em pouco mais da metade, 5,39%.

Depois do desenquadramento, já neste ano, em janeiro, o BC fez outra exigência para a empresa: o reenquadramento do limite de operações com partes relacionadas da varejista em 30 dias.

Dias depois, o BC indeferiu os pedidos da empresa.

Houve indeferimento do pedido de cancelamento de autorização de funcionamento da M. Pagamentos e a condução do processo ao Departamento de Organização do Sistema Financeiro.

Um mês depois, em fevereiro, o órgão também indeferiu o pedido de dispensa de obrigação de baixa dos ativos fiscais.

Por conta disso, no fim de fevereiro a Marisa, por meio da M Pagamentos, teve que reenquadrar o limite de operações com partes relacionadas e regularizar a sua situação da baixa de ativos fiscais.

Até a data da publicação do balanço, na segunda-feira, a rede ainda aguardava a resposta do BC sobre o funcionamento do seu braço de pagamentos.

Varejista de moda em reestruturação, a Marisa buscou cortar despesas e focar em aumento de caixa e redução de endividamento no ano passado. Já neste ano, tenta voltar a gerar vendas e melhorar eficiência operacional.

Em seu relatório, a EY também fez ressalvas sobre os números, o que indica que há erro na demonstração financeira.

A justificativa formal nesses casos é que há, na demonstração financeira, aspectos que não apresentam, de forma adequada, a posição patrimonial e financeira da empresa auditada.

No caso da Marisa, a M. Serviços (anteriormente M. Cartões) possui processos judiciais e administrativos e tenta anular autos de infração. Os autos alegam omissão de receita tributável nos anos de 2011, 2012 e 2015, que deveria ter a cobrança de imposto de renda e contribuição social.

Esse autos não foram registrados, com base na avaliação da diretoria de que a probabilidade de perda é possível. Ou seja, a chance do evento ocorrer é menor que provável, mas maior que remota.

No entanto, a EY discorda e entende que há perda provável com base em critérios de classificação contábil. A cadeia avalia que a perda é possível baseada em avaliações legais da área jurídica. *(AD)*

INÊS249

UNINTER EDUCACIONAL S.A.

CNPJ/MF 02.261.854/0001-57

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Uninter S.A. apresenta-lhes a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e fundamentadas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB, bem como as que são efetivas para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Sobre a Uninter

A história do Grupo Uninter, sob a liderança visionária do professor Wilson Picler, é uma jornada inspiradora no setor educacional brasileiro. Por 27 anos, a Uninter tem impulsionado a democratização do ensino superior com soluções educacionais inovadoras e acessíveis. O Centro Universitário Internacional Uninter, parte fundamental do grupo, é reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) com nota máxima, destacando-se no ensino a distância brasileiro.

Com sede em Curitiba, no Paraná, e atuação em todo o Brasil e no exterior, o Centro Universitário Internacional Uninter já formou mais de 650 mil alunos e hoje conta com mais de 580 mil alunos ativos. São mais de 500 cursos disponíveis entre graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, ensino técnico e extensão, nas modalidades presencial e a distância (EAD).

Atualmente, a infraestrutura da Uninter conta com mais de 750 polos de apoio presencial no Brasil, dois *campi* em Curitiba (PR) e 17 polos ativos no exterior. Destes, nove estão nos EUA, cinco se encontram em países da Europa e três se localizam no Japão. A Uninter também conta com superpolos em várias cidades brasileiras, com uma estrutura robusta, equipados com laboratórios de última geração para os cursos de graduação semipresencial na área de saúde, exemplificando o compromisso da Uninter com a qualidade e a inovação.

Com os avanços da tecnologia, a Uninter desenvolveu métodos adaptáveis à rotina dos estudantes. Seja na modalidade a distância, ao vivo, semipresencial ou presencial, todos os conteúdos podem ser acessados de *smartphones*, computadores ou *tablets*, possibilitando o estudo a partir de qualquer lugar conectado à internet. Com aulas dinâmicas e conteúdo disponível em diversos formatos, o aluno também conta com suporte *on-line* e presencial, além da possibilidade de realizar atividades práticas em laboratórios disponíveis nos polos nacionais.

A jornada do Grupo Uninter não é apenas uma história de sucesso no mercado educacional, mas um testemunho do poder transformador da educação. Eliminando fronteiras e obstáculos, a Uninter continua a abrir caminhos para quem busca formação e profissionalização.

Relatório da Administração

Palavra do CEO. O ano de 2023 foi mais um ano de crescimento consistente e orgânico da Uninter Educacional, no qual ampliamos nosso portfólio e investimos fortemente na instalação e na manutenção de laboratórios didáticos nos polos de apoio presencial, a fim de oferecer aos estudantes o suporte necessário às atividades práticas, em especial nos cursos das áreas de saúde, licenciatura e engenharia.

Foi também um ano de melhoria no desempenho operacional, fruto da otimização de custos e despesas administrativas, de processos mais ágeis e da aplicação racional dos recursos humanos e materiais. Foi um ano em que melhoramos todos os indicadores financeiros, mesmo em um mercado acirrado e marcado pela forte concorrência. Em comparação com o ano de 2022, crescemos 11,4% na Receita Líquida, 18,9% no Lucro Bruto, 21% no Ebitda ajustado e 20,5% no Lucro Líquido.

A melhoria dos resultados financeiros foi acompanhada pelo constante aprimoramento do serviço que prestamos aos nossos estudantes, seja no material didático, na qualidade das disciplinas, no corpo docente, no atendimento ao discente ou na infraestrutura. Esse zelo brindou nossa equipe acadêmica com notas máximas nas avaliações de reconhecimento de cursos pelo MEC/Inep.

Chegamos ao final de 2023 com muitos motivos para comemorar e reconhecer o empenho de nossas equipes, que superaram as metas orçamentárias e provaram a força de um trabalho em equipe bem orquestrado e comprometido.

Desempenho Acadêmico. A Uninter orgulha-se em manter um forte compromisso com a qualidade dos serviços de ensino, pesquisa e extensão prestados aos alunos e à comunidade externa. Esse compromisso pode ser comprovado, dentre outras formas, pela inserção de egressos no mercado de trabalho e por suas participações em eventos ofertados pela Uninter, bem como por suas contribuições com as pesquisas institucionais que abordam o perfil socioeconômico do aluno Uninter e a sua inserção no mercado de trabalho após sua formação. Além disso, ainda há a forte atuação dos alunos em atividades práticas e projetos educacionais, vinculados à IES ou a empresas parceiras. A Pró-Reitoria de Assuntos Institucionais, além de gerenciar os setores que prestam serviços acadêmicos aos alunos, é também responsável pela coordenação das avaliações institucionais e de cursos, onde mantém um apoio continuo junto às direções e coordenações de cursos. Até dezembro de 2023, 20 cursos passaram por avaliação externa, dos quais 19 obtiveram o conceito 5, o mais elevado possível, totalizando 95% dos cursos avaliados. Vale destacar, para o ano de 2024, além de atuar fortemente junto à Escola Superior de Saúde para auxílio nos processos regulatórios para lançamento de novos cursos da área da saúde, a Pró-Reitoria de Assuntos Institucionais está coordenando o processo de renovação do recredenciamento da EAD. O último processo de recredenciamento foi em 2017, e culminou no conceito final 5, colocando o Centro Universitário Internacional, naquele momento, como a única IES do país a atingir esse resultado. De 2017 a dezembro de 2023, a IES também recebeu visitas de avaliações externas para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Foram 75 comissões de avaliação nesse período. Desse conjunto, 90% obtiveram conceito 5, 8% conceito 4, e apenas um curso atingiu o conceito 3, representando 1,3 % do total dos cursos avaliados. Para o ano de 2024, até 12/03/2024, 61 processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos já estão protocolados junto ao MEC e em andamento. Destes, cinco já foram finalizados com a visita virtual do MEC para processos de reconhecimento, sendo que um curso foi avaliado com conceito 4 e cinco cursos obtiveram o conceito 5. É importante esclarecer que a escala do Inep varia de 1 a 5, sendo que são considerados satisfatórios conceitos iguais ou superiores a 3. Para otimização e melhoria de processos, a Pró-Reitoria de Assuntos Institucionais vem atuando junto às áreas da IES na organização de fluxos de trabalho, assim como no fluxo de aprovação de novos cursos e nas ações junto às áreas da IES, voltadas à organização eletrônica de documentos, em atendimento à legislação. A Uninter tem, ainda, dois programas de pós-graduação *stricto sensu*: O PPGD, ao qual está vinculado o Mestrado Acadêmico em Direito, e o PPGENT, ao qual se vinculam o Mestrado Profissional e o Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, já no seu décimo primeiro ano de funcionamento, com nota 4 na avaliação da Capes. A partir do ano de 2023, a Escola Técnica e de Formação Profissional Uninter – Unintertech vinha trabalhando para a aprovação de novos cursos junto aos órgãos regulamentadores. Para o ano de 2024, a partir do parecer favorável, a Escola Técnica passará a ofertar dezenove novos cursos profissionalizantes, bem como ampliará a oferta de cursos nacionalmente, já considerando as aprovações das readequações exigidas pelo MEC/Setec, em todas as matrizes curriculares.

O Desempenho Operacional em 2023 performou com um crescimento de **17,2%** da base de alunos em comparação com o ano de 2022. Houve aumento do portfólio de cursos de graduação EAD e pós-graduação EAD, e oferta de cursos técnicos EAD e formação inicial EAD. Na modalidade de graduação semipresencial, houve captação expressiva na oferta de 6 cursos da saúde com aulas práticas de laboratórios.

A Base de Alunos encerrou o ano de 2023 com mais de **550** mil alunos, representando um crescimento de **17,2%** em comparação a 2022. No segmento EAD, fechou com **538 mil** alunos, impulsionada pelo aumento de cursos no portfólio e pelo lançamento de cursos técnicos e profissionalizantes. No segmento semipresencial, concluiu o exercício com **10,8 mil** alunos, **9,9 mil** nos cursos da área da saúde. No segmento presencial, fechou com **1,2 mil** alunos.

O Ticket Médio líquido de 2023 do segmento EAD se encerrou com o valor de **R$ 206,00**, apresentando queda de **6,9%.** Com acirrada concorrência no segmento da educação, a instituição promoveu ações promocionais de descontos na captação de novos alunos, gerando valor de mensalidades abaixo do aplicado em 2022. No semipresencial (cursos da área de saúde), encerrou o período com o valor de **R$ 288,50** e aumento de **3,1%** na comparação com o ano de 2022. No segmento presencial, encerrou-se com variação inferior de **4,0%** em relação ao mesmo período do ano anterior.

Desempenho Financeiro

Em R$ ('000)	2022	∆V %	2023	∆V %	∆H %
Receita Oper. Bruta	**933,2**	**100,0%**	**1165,7**	**100,0%**	**24,9%**
Deduções Receita Bruta	(348,2)	-37,3%	(514,3)	-44,1%	47,7%
Receita Oper. Líquida	**585,0**	**100,0%**	**651,4**	**100,0%**	**11,4%**
Custos dos Serviços Prestados	**(339,6)**	-58,1%	**(359,7)**	-55,2%	5,9%
Lucro Bruto	**245,4**	**41,9%**	**291,60**	**44,8%**	**18,9%**
Margem Bruta	*41,9%*		*44,8%*		*2,8%*
Despesas Comerciais	(108,5)	-18,6%	(120,8)	-18,5%	11,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(56,4)	-9,6%	(68,1)	-10,5%	20,8%
Outras Receitas/ Despesas Opercionais	2,3	0,4%	3,5	0,5%	53,2%
Despesas Gerais	**(162,7)**	**-27,8%**	**(185,5)**	**-28,5%**	**14,0%**
Depreciação e Amortização	(32,3)	-5,5%	(34,7)	-5,3%	7,7%
Despesas Não Recorrentes e Operacionais	10,2	1,7%	10,4	1,6%	2,5%
EBITDA	**125,1**	**21,4%**	**151,3**	**23,2%**	**21,0%**
Margem EBITDA	*21,4%*		*23,2%*		*1,8%*
Resultado Financeiro	10,6	1,8%	9,5	1,5%	-10,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6,6)	-1,1%	(11,3)	-1,7%	71,6%
Lucro Líquido	**86,7**		**104,4**		**20,5%**
Margem	**14,8%**		**16,0%**		*1,2%*

A **Receita Bruta** encerrou o exercício de 2023 totalizando **R$ 1,165 bilhão**, apresentando crescimento de **24,9%** em relação ao exercício 2022, que se se perfez pelo aumento da base de alunos e pelo lançamento de novos cursos.

A Receita Líquida encerrou-se em **R$ 651,4 milhões** ao final do exercício de 2023, índice **11,4%** superior ao exercício 2022.

Os Custos dos serviços prestados foram na ordem de **R$ 359,7 milhões**, **5,9%** a mais do que no exercício anterior, e representaram **55,2%** da Receita Líquida do exercício. Houve um aumento nos custos de **R$ 20,1 milhões**, distribuídos por: folha de pagamento (R$ 13,6 milhões), comissões de representantes (R$ 11,0 milhões), depreciação e amortização (R$ 1,6 milhões), redução na conta de material didático (R$ 1,8 milhões), laboratórios portáteis **(**R$ 1,0 milhão) e serviços de terceiros (R$ 3,1 milhões).

O Lucro Bruto encerrou o exercício de 2023 no valor de **R$ 291,60,** que representou **44,8%** da Receita Líquida e aumento de **18,9%** + 2,8 p.p. em relação a 2022.

As Despesas Comerciais totalizaram **R$ 120,8 milhões**, o equivalente a **18,5%** da Receita Líquida. Contempla na somatória PDD no valor de R$ 33,3 milhões com variação maior de 25,5% do ano 2022 e obtém **5,1%** da Receita Líquida; gastos com Propaganda e Publicidade no valor de R$ 60,6 milhões, que representam **9,3%** da Receita Líquida; e as Despesas com Pessoal Comercial no valor de R$ 26,9 milhões, correspondentes a **4,1%** da Receita Líquida.

As Despesas Gerais e Administrativas totalizaram **R$ 68,1 milhões**, com variação de **20,8%** em comparação a 2022, representando **10,5%** da Receita Líquida. As Despesas com Folha de Pessoal encerram com valor de R$ 32,9 milhões, e demais Despesas somam o valor de R$ 35,2 milhões. Entre as despesas, os impactos de maior relevância foram nas contas de Serviços de Consultorias PJ e Assessoria Jurídica (R$ 2,7 milhões); Hardware/Software (R$ 7,8 milhões), Despesas para manutenção de Utilities e Facilities (R$ 3,7 milhões), Despesas de Viagens e Feiras (R$ 859 mil), Depreciação e Amortização (R$ 9,3 milhões), Publicidade (R$ 2,8 milhões) e outras despesas gerais (R$ 8,1 milhões).

O Ebitda Ajustado de 2023 finalizou em **R$ 151,3 milhões**, o que representou uma margem de **23,2%** da Receita Líquida + 1,9 p.p. em relação a 2022.

O Lucro Líquido de 2023 fechou em **R$ 104,4 milhões** e margem de **16,0%** da Receita Líquida + 1,2 p.p. em relação a 2022.

O Investimento (CAPEX) realizou **R$ 45 milhões** e índice de **10,1%** em relação ao exercício de 2022. Os investimentos foram destinados à Produção de acervo vinculado a Aulas EAD e Biblioteca Virtual, Laboratórios para os cursos da área de saúde. No que diz respeito às inovações tecnológicas, a Uninter investiu em proteção de dados e segurança da informação, e em Compliance, contemplando a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, ferramentas e procedimentos estes que buscam manter a administração em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, adotando regras para aprimorar a gestão, fomentar a integridade e fortalecer o compromisso com a transparência e com a cultura de *compliance*, mantendo o compromisso de melhoria contínua nos processos.

O Desempenho Financeiro, em 2023, projetou um crescimento de Caixa de aproximadamente 10,5% em relação ao ano anterior, contudo, devido à concorrência acirrada e à redução do *ticket* médio líquido, o crescimento fechou o ano em 9,1%.

A geração de caixa operacional apresentou um crescimento de 7,9% quando comparada a 2022, sendo positiva em todos os meses, um resultado satisfatório que demonstra a forte capacidade de geração de caixa operacional.

A Posição de Caixa e disponibilidades, em 31/12/2023, considera somente o numerário disponível e os depósitos de curto prazo, totalizando **R$ 55 milhões** contra **R$ 41,7 milhões** na comparação com o exercício findo em dezembro de 2022.

O endividamento bruto de 2023 encerrou-se em **R$ 10,6 milhões,** relativos ao parcelamento de tributos no curto e no longo prazo.

Inadimplência. Nos últimos anos, a Uninter trabalhou na melhoria contínua do sistema interno de cobrança (Sicob) para reduzir a inadimplência. Temos facilidades no recebimento de mensalidades em atraso com o parcelamento no cartão de crédito via *e-commerce*, com taxas reduzidas e prazos para ofertar condições mais atrativas aos alunos. Com a implantação da ferramenta de autoatendimento, na qual o próprio aluno simula e contrata o parcelamento ou a quitação de sua dívida, *on-line*, de forma rápida e segura. Inclui-se o pagamento por PIX e a opção de débito automático. Houve uma redução na inadimplência mensal (30 dias), de 16,1% para 15,3% -0,8 p.p., e na inadimplência LTM, de + 0,29 p.p., saindo de 9,22% para 9,51%. Isso ainda é decorrente da crise causada pela pandemia e do aumento da inflação. Nesse período, os brasileiros perderam seus empregos e suas rendas. Em 2023, as famílias brasileiras registraram endividamento de 77,8%, percentual 0,1 p.p. menor que o registrado em 2022 (77,9%).

A base de funcionários encerrou o ano de 2023 com **1.572** funcionários. O quadro de colaboradores da Uninter é formado por 642 homens e 930 mulheres, ou seja, **59%** são do sexo feminino, e **49%**, do sexo masculino.

Mudanças nas Políticas Contábeis e divulgações. As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: alteração ao CPC 26 (R1), divulgação de políticas contábeis; alteração ao CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; alteração ao CPC 32 — Tributos sobre o Lucro. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro", para permitir a isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. Tal isenção foi adotada pelo Grupo.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

UNINTER EDUCACIONAL S.A.
CNPJ/MF 02.261.854/0001-57
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Wilson Picler - Presidente do Conselho de Administração
Edimilson Picler - Vice-Presidente do Conselho de Administração
MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Gabriel José Picler
Raul Meira Picler
Marlene Aparecida Pazetto Antunes Telles
Jorge Luiz Bernardi
DIRETORIA
Marco Antonio Masoller Eleuterio – Diretor Executivo
Jorge Luiz Bernardi – Vice-Diretor Executivo
Marlene Aparecida Pazetto Antunes Telles – Diretora Financeira
Mauro Sergio Gomes Noé – Diretor Comercial
Mario Henrique Thomé da Cruz – Diretor de Marketing
Moacir Gomes da Silva – Diretor Administrativo
Benhur Etelberto Gaio – Diretor Acadêmico
Anderson Julio Silva Adorno – Contador CRC 056245/O-4

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro, em milhares de reais

Ativo	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	55.056	41.669	60.401	44.861
Contas a receber de clientes	220.241	177.542	221.196	178.111
Adiantamentos	12.516	7.233	12.516	7.233
Despesas antecipadas	5.607	5.440	6.024	5.796
Tributos a recuperar	10.896	6.309	10.896	6.309
Material de consumo	10.538	10.879	10.538	10.879
	314.854	249.072	321.571	253.189
Não circulante				
Partes relacionadas	5.150	1.734	-	-
Depósitos judiciais	932	920	932	920
Tributos a recuperar	1.226	1.226	1.226	1.226
Outros ativos	-	-	533	535
	7.308	3.880	2.691	2.681
Investimentos	2.172	2.936	-	-
Imobilizado	53.165	43.718	53.237	43.734
Ativos de direito de Uso	11.885	16.801	11.885	16.801
Intangível	92.618	85.316	92.618	85.316
	167.148	152.651	160.431	148.532
Total do ativo	482.002	401.723	482.002	401.722

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022
Circulante				
Empréstimos e financiamentos		648	-	648
Passivos de arrendamentos	5.290	5.816	5.290	5.816
Fornecedores	9.355	10.597	9.355	10.597
Salários e encargos sociais	29.961	22.524	29.961	22.524
Tributos a recolher	7.385	6.538	7.385	6.538
Imposto de renda e contribuição social	289	79	289	79
Dividendos a pagar	25.069	23.950	25.069	23.950
Adiantamento de clientes	9.607	10.754	9.607	10.754
Outros passivos	703	258	703	257
	87.659	81.164	87.659	81.163
Não circulante				
Passivos de arrendamentos	5.071	9.678	5.071	9.678
Tributos a recolher	10.630	10.842	10.630	10.842
Provisão para ações judiciais	263	822	263	822
	15.964	21.342	15.964	21.342
Total do passivo	103.623	102.506	103.623	102.505
Patrimônio líquido				
Capital social	140.000	100.000	140.000	100.000
Ajuste avaliação patrimonial	(781)	(572)	(781)	(572)
Reserva de lucros	239.160	199.789	239.160	199.789
Total do patrimônio líquido	378.379	299.217	378.379	299.217
Total do passivo e patrimônio líquido	482.002	401.723	482.002	401.722

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro, em milhares de reais

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	115.711	94.166	115.711	93.250
Ajustes por:				
Resultado de equivalência patrimonial	555	135		
Depreciação e amortização	34.517	32.281	34.517	32.281
Baixa de bens do ativo intangível e do ativo imobilizado	478	3.058	478	3.058
Provisão para ações judiciais	(559)	(2.355)	(559)	(2.355)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	31.559	24.835	31.559	24.835
Juros e variações monetárias, líquidas	1.400	1.106	1.137	1.079
	183.660	153.226	182.842	152.148
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(74.258)	(55.850)	(74.644)	(56.359)
Adiantamentos	(4.283)	6.646	(4.283)	6.646
Tributos a recuperar	(4.587)	(2.113)	(4.587)	(2.113)
Despesas antecipadas	(167)	(57)	(228)	(405)
Depósitos judiciais	(12)	1.277	(12)	1.277
Outros ativos	(3.416)	2.825	2	(656)
Material de consumo	341	(6.123)	341	(6.123)
Fornecedores	(1.242)	2.056	(1.242)	2.057
Salários e encargos sociais	7.437	2.310	7.437	2.309
Tributos a recolher	636	362	636	361
Adiantamento de clientes	(1.147)		(1.147)	
Outros passivos	446	1.794	446	1.755
Caixa proveniente das operações	103.409	106.353	105.562	100.897
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(17)	(151)	(17)	(151)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.063)	(6.653)	(11.063)	(6.653)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	92.329	99.549	94.482	94.093
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aumento de capital em controlada	-	(6.253)	-	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(45.556)	(44.894)	(45.555)	(44.894)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	(45.556)	(51.147)	(45.555)	(44.894)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(646)	(1.673)	(646)	(1.673)
Liquidação de juros sobre passivos de arrendamento	(1.385)	-	(1.385)	
Pagamento de passivo de arrendamento	(6.405)	(6.656)	(6.405)	(6.656)
Distribuição de lucros	(24.950)	(34.897)	(24.950)	(34.897)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(33.386)	(43.226)	(33.386)	(43.226)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	13.387	3.317	15.540	5.030
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	41.669	38.352	44.861	39.831
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	55.056	41.669	60.401	44.861

Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de dezembro, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Operações continuadas				
Receita	651.407	584.971	661.852	590.692
Custo dos serviços	(359.720)	(339.611)	(363.371)	(339.243)
Lucro bruto	291.687	245.360	298.481	251.449
Despesas com vendas	(120.816)	(108.342)	(121.539)	(114.609)
Despesas gerais e administrativas	(68.175)	(56.441)	(74.798)	(56.441)
Resultado de equivalência patrimonial	(555)	(135)	-	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.059	2.229	4.070	2.274
Lucro operacional	106.200	82.670	106.213	82.674
Receitas financeiras	13.908	15.608	13.908	15.608
Despesas financeiras	(4.396)	(5.028)	(4.410)	(5.032)
Resultado financeiro, líquido	9.512	10.580	9.498	10.576
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	115.711	93.250	115.711	93.250
Imposto de renda e contribuição social	(32.461)	(24.749)	(32.461)	(24.749)
Incentivo fiscal - PROUNI	21.188	18.177	21.188	18.177
Lucro líquido do exercício	104.438	86.678	104.438	86.678
Ações/Quotas em circulação no final do exercício (em milhares)	140.000	100.000		
Lucro líquido por ações (em milhares), no fim do exercício - R$	1,03	0,87		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - em milhares de reais

	Capital social	Reservas: Incentivos fiscais	Reservas: Legal	Reservas: Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Em 31 de Dezembro de 2021	100.000	87.011	10.888	68.026	(545)	-	265.380
Lucro líquido do exercício					-	86.678	86.678
Variação cambial de investidas localizadas no exterior					(27)		(27)
Reserva legal			3.425			(3.425)	
Dividendo adicionais deliberados				(32.000)			(32.000)
Dividendo obrigatório						(20.813)	(20.813)
Constituição de reserva de incentivo fiscal - PROUNI	-	18.177	-			(18.177)	-
Constituição de reserva de lucros				44.263		(44.263)	-
Em 31 de dezembro de 2022	100.000	105.188	14.313	80.289	(572)		299.217
Aumento de capital	40.000			(40.000)			-
Lucro líquido do exercício						104.438	104.438
Variação cambial de investidas localizadas no exterior					(209)		(209)
Reserva legal			4.163			(4.163)	
Dividendo obrigatório						(25.069)	(25.069)
Constituição de reserva de incentivo fiscal - PROUNI		21.188	-			(21.188)	
Constituição de reserva de lucros				54.019		(54.019)	-
Em 31 de dezembro de 2023	140.000	126.376	18.476	94.308	(781)		378.379

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Uninter Educacional S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Uninter Educacional S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 15 de março de 2024
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
Ltda. CRC 2SP000160/F-6
Daniel Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP247874/O-3

Siderurgia Companhia encerrou o 1º trimestre com lucro líquido 93% menor, com impacto negativo do câmbio e desvalorização do minério

Usiminas vê cenário difícil para o ano com entrada de matéria-prima barata

Stella Fontes
De São Paulo

O ano de 2024 começou com um cenário desafiador no mercado doméstico de aço, com forte pressão das importações em condições desleais e previsão de crescimento econômico moderado no Brasil, segundo o presidente da Usiminas, Marcelo Chara.

Em março, ressaltou o executivo, o volume de importações de produtos siderúrgicos foi o terceiro maior para um mês desde 2010. "O Brasil precisa implementar medidas para promover a competição justa", afirmou, horas antes de o governo anunciar a adoção de um sistema de cotas de importação e tarifa de 25%, que vai vigorar por 12 meses para determinados produtos.

Apesar do momento desafiador, observou Chara, há sinais favoráveis vindos do lado da indústria automotiva, com previsão positiva das montadoras mesmo com a pressão do aumento das importações. Há ainda boas oportunidades em construção, infraestrutura e indústria, na esteira dos recentes programas do governo federal.

A Usiminas encerrou o primeiro trimestre com lucro líquido de R$ 35,65 milhões, uma queda de 93% na comparação anual, refletindo o impacto negativo do câmbio e da desvalorização do minério de ferro. O recuo dos preços do aço vendido ao mercado externo também contribuiu para o desempenho mais fraco.

De janeiro a março, a receita líquida da siderúrgica totalizou R$ 6,22 bilhões, baixa de 14% na comparação anual. A companhia vendeu 1,04 milhão de toneladas de aço, alta de 1% na mesma base de comparação, e 1,96 milhão de toneladas de minério, volume 4% superior. Já o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) somou R$ 433,9 milhões, 45% menor do que o registrado um ano antes. Pela métrica ajustada, o Ebitda ficou em R$ 416 milhões, queda de 47%.

Sobre os números do primeiro trimestre, Chara destacou a reversão dos resultados na siderurgia, com o lucro operacional (Ebitda) positivo após dois trimestres negativos. Melhora dos custos, mix de produtos e o religamento do alto-forno 3 contribuíram para esse desempenho — embora o mercado esperasse um efeito maior em termos de redução de custos e não tenha ficado nada satisfeito com as projeções para os resultados do segundo trimestre (veja abaixo).

93%
foi a queda no lucro líquido no trimestre

Para o período de abril a junho, a Usiminas espera vendas totais de aço estáveis, ainda sob pressão da entrada crescente de importados. Também na unidade de mineração a expectativa é de volumes estáveis no segundo trimestre, frente ao primeiro trimestre.

Assim como para os contratos firmados em janeiro, a Usiminas renovou os acordos com montadoras que valem a partir de 1º de abril com desconto de 12% nos preços do aço fornecido, de acordo com o vice-presidente comercial da siderúrgica, Miguel Homes. Os contratos válidos a partir do início deste mês representam cerca de 70% dos clientes do setor.

O nível de descontos acertado com as montadoras explica a expectativa de resultados, na siderurgia, estáveis em relação ao primeiro trimestre, sobretudo em termos de receita líquida por tonelada. Além disso, a valorização do dólar frente ao real e o mix de vendas, voltado a produtos de maior valor agregado para compensar a maior concorrência com as importações, devem resultar em custo do produto vendido (CPV) por tonelada "ligeiramente superior" no intervalo.

NILANI GOETTEMS/VALOR

Marcelo Chara: Há sinais favoráveis vindos do lado da indústria automotiva, com previsão positiva das montadoras

"Brasil precisa implementar medidas para ter competição justa no mercado"
Marcelo Chara

"Ainda assim, a Usiminas espera um Ebitda no segmento de siderurgia relativamente estável", informou. No trimestre, o Ebitda da unidade ficou em R$ 334 milhões, de R$ 267 milhões no quarto trimestre — quando o resultado teria sido negativo se não fosse pelo impacto de itens não recorrentes. A companhia investiu R$ 268 milhões em suas operações no período, 54% abaixo do valor desembolsado um ano antes.

Mercado tenta medir impacto de cota para importação de aço e ações caem

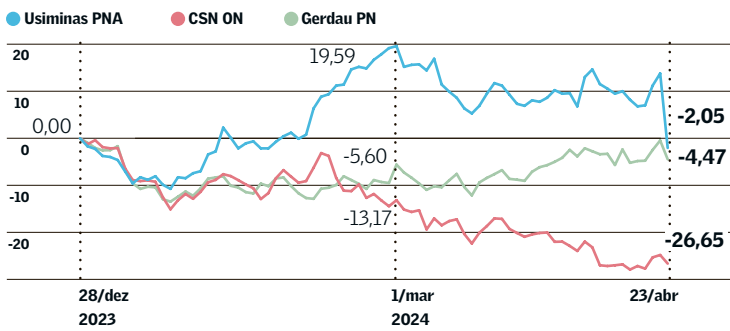
Análise

Stella Fontes
São Paulo

As medidas anunciadas ontem pelo governo federal com vistas a conter o avanço das importações de aço, sobretudo da China, podem ter efeitos limitados sobre o mercado brasileiro, a depender do tipo de produto, e para as siderúrgicas instaladas no país.

Ao menos essa foi a percepção inicial de analistas e investidores, que ainda avaliavam a lista de produtos (NCMs) para entender como cada empresa será beneficiada. O tamanho da cota — de até 30% a mais sobre a média de 2020 a 2022 antes da incidência de tarifa de 25% — é um dos pontos de atenção neste momento.

Apesar do aumento do imposto ter sido o grande pleito do setor há meses, as ações das principais usinas brasileiras encerraram o dia em queda na B3, com destaque para a Usiminas — que inicialmente poderá ser uma das mais beneficiadas. Para o analista Daniel Sasson, do Itaú BBA, as medidas são mais relevantes para aços planos, principalmente bobinas a quente, do que para os longos.

Sob pressão
Importação tira mercado das usinas locais

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. Obs.: desempenho acumulado das ações no ano, em %

Ao ritmo atual, disse Sasson, é possível que a cota de importação do produto seja alcançada já na metade do ano, "o que significaria que as importações de bobina a quente no segundo semestre passariam a ser taxadas em 25%". "Isso poderia ajudar os produtores a aumentar preços. Ou no mínimo diminui a pressão para que reduzam preços, em um cenário de demanda meio de lado", afirmou.

Um dos autores dos pedidos de aumento da alíquota de importação, dos atuais 10,8% a 12,6% para 25%, o Instituto Aço Brasil disse que a adoção de um sistema de cota-tarifa demonstra o olhar atento do governo à indústria siderúrgica brasileira. "É uma decisão histórica e importante, porque sinaliza aos exportadores que o mercado brasileiro não é terra de ninguém, que há um governo que está atento ao que está acontecendo no mercado interno, e com um olho no sentido de proteger sua indústria", afirmou o presidente-executivo da entidade, Marco Polo de Mello Lopes.

"O detalhe da sistemática ainda não é conhecido e há nuances que precisamos entender melhor", afirmou o executivo. "Mas o governo tem consciência dos prejuízos e agora é uma questão de operacionalizar", acrescentou.

A Associação Brasileira de Embalagens de Aço (Abeaço), por sua vez, disse que foi acertada a decisão do governo de não elevar as alíquotas de importação de folhas metálicas de aço, usadas em embalagens de alimentos e produtos para a construção civil. Conforme a entidade, a majoração das importações desse tipo de produto teria impactos sobre os preços de alimentos, incluindo itens da cesta básica, como leite em pó.

Depois da confirmação das medidas, as ações ON da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) fecharam o dia com queda de 2,4%, a R$ 14,42. Já os papéis preferenciais da Gerdau caíram 4%, a R$ 18,83, enquanto as ações preferenciais classe A da Usiminas cederam mais de 14%, cotadas a R$ 9,10.

A Usiminas divulgou ontem os resultados do primeiro trimestre e, além de não entregar a redução de custos esperada com o religamento do alto-forno 3 da Usina de Ipatinga (MG), sinalizou que o desempenho do segundo trimestre não será muito diferente. Diante disso, e da expectativa de um primeiro semestre de resultados piores que o esperado, analistas avaliam revisar as projeções para os números anuais da companhia.

SPX e GTF Capital ampliam participação no GPA

Ações

Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

A ação do GPA disparou ontem na bolsa, na segunda sessão consecutiva de alto volume de negociação. Quem está raspando o mercado na compra do papel são as gestoras SPX e GTF Capital, firma de investimentos de Rafael Ferri, ex-sócio do TC, apurou o **Pipeline**. Os dois movimentos não são coordenados entre os dois grupos.

Uma compra relevante, num bloco de cerca de 20 milhões de ações, teve a SPX na ponta compradora, segundo fontes. A gestora carioca havia comprado ações no follow-on do GPA e já se aproxima de 7% a 8% do capital, estima um executivo, o que deve ser comunicado em breve ao mercado (investidores que passam de 5% tem sete dias para comunicar a posição à CVM). O papel subiu 12,1% ontem.

Já na GTF as compras têm sido feitas de forma mais pulverizada. Boa parte do capital é do próprio Ferri, que é investidor no mercado financeiro e levantou capital recentemente com a venda de sua posição no TC, mas há outros investidores alocando em conjunto.

Esse grupo de investidores organizados pela GTF já tem quase 6% da companhia. A intenção é chegar a 10% do capital, o que vai depender de preço, e participar da assembleia na semana que vem indicando um nome para o conselho.

Procurado pelo **Pipeline**, Ferri confirmou a posição atual em ações da varejista.

A GTF não abordou Ronaldo Iabrudi, o ex-CEO do GPA que montou posição no follow-on, sobre o investimento e potencial coordenação de administração. O cálculo da firma é que, para chegar ao múltiplo dos pares, essa ação teria que subir seis vezes.

Os vendedores dos papéis estão pulverizados e não incluem o Casino desta vez — os franceses têm lock-up até 13 de junho para a posição de cerca de 22,5%.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Mineração Estratégia da empresa da família Moreira Salles é desenvolver mais aplicações para o metal

CBMM investe para ampliar o uso do nióbio

Stella Fontes
De São Paulo

Maior produtora mundial de nióbio, a brasileira CBMM, controlada pela família Moreira Salles, está elevando os investimentos para desenvolver novas aplicações para o metal. Depois de desembolsar R$ 230 milhões para este fim em 2023, a companhia reservou outros R$ 270 milhões para essa frente em 2024.

"A grande aposta da empresa é em pesquisa e desenvolvimento. É isso que garante que o mercado tenha condições de crescer", disse ao **Valor** o diretor de tecnologia da CBMM, Rafael Mesquita.

O uso do nióbio na siderurgia ainda representa a fatia mais importante das vendas. Mas, no ano passado, os segmentos de baterias e de nanomateriais avançaram em ritmo mais acelerado do que a siderurgia no uso do metal. No total, as vendas de produtos de nióbio da companhia subiram 5%, para 92 mil toneladas, das quais 95% exportadas.

Com capacidade de produção de 150 mil toneladas por ano de ferro-nióbio, a CBMM optou por "andar à frente do mercado" — que hoje é de 124 mil toneladas anuais —, justamente para dar suporte à frente de inovação.

Conforme Mesquita, 2023 foi um ano de "bom crescimento" do mercado, refletindo principalmente o êxito no desenvolvimento de novas aplicações para baterias. "É um crescimento muito associado a investimentos em tecnologia e inovação aberta, com desenvolvimento junto a clientes e instituições de pesquisa", disse.

Para 2024, a empresa prevê manter na casa de R$ 80 milhões os investimentos na divisão de materiais e tecnologia para baterias, repetindo o tamanho da aposta no ano passado.

De acordo com o chefe da divisão de baterias da CBMM, Rodrigo Amado, 2022 marcou o início das vendas mais significativas do metal para aplicação em baterias, com 400 toneladas. Em 2023, foram 600 toneladas. Para este ano, a expectativa é superar 1 mil toneladas.

Conforme o executivo, hoje há três grandes aplicações para produtos de nióbio em baterias, a maior delas em revestimentos de materiais — que responde por 70% das vendas da empresa nesse segmento. Atualmente, as baterias representam a quinta maior frente de negócios da CBMM, mas em dois anos devem alcançar a segunda posição.

5%
foi o crescimento das vendas em 2023

Em parceria com a Toshiba Corporation e a Volkswagen Caminhões e Ônibus, a companhia planeja apresentar, ainda em 2024, o primeiro ônibus elétrico do mundo com tecnologia de óxidos mistos de nióbio e titânio em baterias de lítio, possibilitando carregamento rápido com maior durabilidade e segurança.

Ainda assim, também há horizontes de inovação no aço, alguns de crescimento acelerado e mais conhecidos, como o uso do nióbio para a obtenção de estruturas mais leves na construção, comentou Mesquita. Outras áreas promissoras são as de superligas para aplicação médica e a nanotecnologia.

Em parceria com a WEG, a companhia está trabalhando na aplicação de um material nanocristalino, que leva nióbio, em motores elétricos, com ganhos importantes de rendimento nos testes de validação experimental. Há ainda a possibilidade de uso na composição de um defensivo agrícola que não é tóxico e tem desempenho superior aos tradicionais.

No ano passado, a CBMM viu sua receita líquida crescer 3,6%, para R$ 11,4 bilhões, enquanto o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) somou R$ 7,9 bilhões e o lucro líquido foi a R$ 4,9 bilhões, frente a R$ 4,5 bilhões em 2022.

Financiamento é a principal 'dor' de startups de impacto

PRÁTICA ESG

Inovação

Suzana Liskauskas
Para o Prática ESG, do Rio

As dificuldades na mobilidade e transporte entre os municípios da região amazônica inspirou mestrandos do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em São José dos Campos (SP), a criarem a startup Aeroriver. Ao concluírem o mestrado no ITA, Lucas Guimarães, Felipe Bortolete e Tulio Silva criaram, em 2021, o projeto do primeiro veículo de "efeito solo" do Brasil. Na prática, trata-se de um barco com capacidade de voar sobre os rios da região com uma velocidade de 150 km/hora, transportando até 10 passageiros ou uma tonelada de carga.

Com potencial de resolver o problema de transporte da população amazônica, uma vez que o custo do veículo é 40% mais barato do que um avião, a Aeroriver ainda precisa captar R$ 10 milhões. O valor foi calculado para que o primeiro Volitan, nome dado ao barco voador, esteja pronto no início de 2026.

Em Goiás, o engenheiro agrônomo Samuel Amorim, fundou em 2023 a startup Anakainosis, para desenvolver uma nova forma de transformar os resíduos sólidos em adubo orgânico, a partir de uma tecnologia de biocatálise Db2e. A solução faz a transformação em três horas — processos tradicionais para a produção desse tipo de adubo podem levar mais de uma semana.

Embora tenha captado R$ 60 mil do Programa Centelha, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Anakainosis, palavra originária do grego que remete a um novo olhar para uma questão, ainda não encontrou a fórmula perfeita para atrair investimentos. Amorim sente dificuldade de acessar investidores, por falta de formação adequada para construir esse diálogo.

Já Guimarães, da Aeroriver, ressalta o desafio de atrair investidores dispostos a aportar uma quantia maior em projetos em que o retorno não será tão rápido, como é o caso do Volitan. Com tecnologias consideradas de ponta, a Aeroriver e a Anakainosis têm mais elementos em comum, além de serem classificadas como startups de impacto, negócios que nascem com a intenção clara de endereçar um problema socioambiental.

Os dois empreendimentos exemplificam o maior desafio apontado pelo estudo "Startups de Impacto Report Brasil 2023", elaborado pelo Observatório Sebrae Startups: acesso a financiamento e capital. As duas startups integram o levantamento realizado pela primeira vez no país. Foram observados no total 408 negócios inovadores de impacto socioambiental em todas as regiões do Brasil durante 2023.

O estudo revela ainda que 36% desse tipo de negócio estão baseados na região Norte, onde está a maior concentração de startups de impacto. Roraima e Amapá apresentam, pelo menos, 50 startups de impacto por habitante. Já o eixo Sudeste tem apenas duas por habitante.

DIVULGAÇÃO

Ex-alunos do ITA desenvolveram avião para transporte em rios da Amazônia

Cristina Mieko, gestora de Startups do Sebrae Nacional, conta que o estudo é fundamental para entender o perfil das startups de impacto no país e poder direcionar as melhores oportunidades para garantir o crescimento sustentável desses negócios. "Queríamos descobrir o perfil das empresas e suas necessidades, porque vínhamos trabalhando com companhias de base digital e percebemos que muitos empreendedores que trabalham com a questão da sustentabilidade social, e atendem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, não se reconhecem como startups de impacto", diz.

Um dos gargalos para o caminho do financiamento é a ausência de métricas bem definidas e alinhadas aos requisitos de governança. O Sebrae apurou que 65% das startups de impacto possuem processos direcionados para a mensuração de impacto socioambiental. Mieko destaca que as métricas são cruciais para que as startups obtenham certificações e possam acessar investimentos, como no mercado europeu, por exemplo.

> "Empreendedores que trabalham com sustentabilidade social não se reconhecem como startups de impacto"
> *Cristina Mieko*

"As métricas de uma empresa de impacto são diferentes de uma fintech, por exemplo. Elas precisam apontar a abrangência do impacto causado por elas. Isso a princípio pode não ser levado em conta no capital social, mas é o que vai dar corpo à startup mais adiante", reforça o neurocientista e professor Leandro Mattos, que fundou com Andressa Roveda a startup CogniSigns.

Também mapeada pelo estudo do Sebrae, a CogniSigns desenvolveu um chatbot que pode ser usado por professores de Ensino Básico para identificar crianças e adolescentes com sinais comportamentais do Transtorno do Espectro Autista, portadores e múltiplas inteligências, superdotação e saúde mental (estresse, ansiedade e depressão).

Diretor de crescimento (CGO) do fundo de investimento em corporate venture capital (CVC) Maritaca, Daniel Pisano, destaca que não abre mão da governança dos dados nas empresas investidas. Isso é determinante, inclusive, para ele decidir alocar ou não recursos. "A governança e a rastreabilidade dos dados são inegociáveis", diz.

Baseado na Holanda, o fundo Maritaca direciona investimentos de empresas intensivas em emissões do Norte da Europa para projetos na América do Sul focados em energia renovável, mudanças climáticas e impacto social. A contrapartida para as empresas liberarem o dinheiro é justamente a rastreabilidade dos dados, com métricas de impacto bem reportadas, afirma Pisano, que também é cofundador da Vurdere, plataforma de soluções para e-commerce.

Artur Faria, CEO do Oxygea, veículo de CVC e Corporate Venture Building (CVB), com US$ 150 milhões para investir em startups com foco em sustentabilidade e indústria 4.0, observa que outra dificuldade frequente dos negócios de impacto é comprovar que resolvem uma "dor" do mercado. "Há uma diferença entre dor e problema. Muitas só resolvem um problema, enquanto a dor representa um custo adicional que o mercado quer eliminar. Se a startup de impacto comprovar ter condições de resolver a dor, o caminho do financiamento fica mais fácil", afirma.

No dia a dia com as startups, Faria percebe que a maioria, "90% delas", não tem conteúdo tecnológico para se qualificar em programas de financiamento, inclusive do governo, como Finep e Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). "Parte do nosso trabalho junto às startups é ajudá-las a captar financiamento, porque são poucos os fundos no Brasil que têm a questão do impacto em sua tese", ressalta.

A Fundação Dom Cabral também tem se dedicado, nos últimos quatro anos, a investigar o comportamento de empresas e empreendedores de impacto social. A fundação está desenvolvendo o Selo iImpact, com o objetivo de reconhecer as melhores práticas geradoras de impacto positivo.

A base de dados da FDC, que apresenta mais de 2.380 empreendedores sociais de 25 países, tem sido utilizada para gerar levantamentos sobre essas startups. Um dos dados mais recentes analisou as energytechs, que se dedicam a promover transformações na matriz energética. Segundo a FDC, nove em dez energytechs são negócios considerados conscientes, buscando propósito para além do lucro e com gestão mais humanizada. Cerca de 80% delas impactam positivamente mais de 100 pessoas.

Marketing Anunciantes de vestuário e beleza aumentam gastos, mas há retração nos setores financeiro, de turismo e de alimentos

Investimento em publicidade digital soma R$ 35 bi em 2023

Daniela Braun e Natália Flach
De São Paulo

Os investimentos em publicidade digital somaram R$ 35 bilhões no mercado brasileiro no ano passado. Isso mostra alta nominal de 8% ante os R$ 32,4 bilhões de 2022 — a inflação em 2023 teve alta de 4,6%, segundo o IPCA/IBGE.

Em 2022 o aumento foi de 7%. E em 2021, quando o país estava no auge da pandemia, com boa parte do comércio físico de portas fechadas, abrindo mais espaço para os canais digitais, houve um salto de 27% no investimentos de publicidade on-line.

Os dados são do estudo Digital AdSpend 2023, divulgado nesta quarta-feira (23) pelo IAB Brasil, entidade que reúne anunciantes, agências e empresas de tecnologia, e elaborado em parceria com a Kantar Ibope Media.

Anunciantes dos segmentos de vestuário e beleza foram os que mais elevaram os aportes em campanhas on-line em 2023, com verbas 50% e 42% superiores aos valores de 2022, respectivamente.

Por outro lado, houve retração de 9% nos investimentos do setor financeiro, no segundo ano consecutivo de diminuição de verbas, bem como queda de 6% dos investimentos em turismo e 5% em alimentos. Um ano antes, o setor de alimentos havia direcionado somas 83% maiores para campanhas e turismo apresentava um aumento de 10% nas verbas.

A divisão do bolo publicitário entre as mídias on-line permaneceu estável em relação ao ano passado, com 52% das verbas alocadas em redes sociais (52%), 29% em buscadores e 19% em sites de notícias e especializados.

O segmento de publicidade de varejo ("retail media") ganhou espaço no estudo do IAB, em 2023. A estimativa do IAB e da Kantar é de que este segmento tenha recebido R$ 2,6 bilhões em investimentos no ano passado, o que elevaria para R$ 37,6 bilhões o total dedicado à publicidade on-line em 2023. A vertente de "retail" media engloba tanto campanhas de marcas feitas dentro de marketplaces como ações das marcas realizadas em outros sites com base em dados dos clientes dos varejistas.

Os cinco setores da economia que mais investem em campanhas on-line — comércio, serviços, mídia, financeiro e eletroeletrônicos — geraram 58% do total investido em publicidade no ano passado, ante 68% em 2022. A redução partiu do setor de serviços, cuja representatividade na verba de publicidade digital recuou dez pontos percentuais, em base anual, para 12% em 2023.

> A publicidade de varejo, ou 'retail media', somou R$ 2,6 bilhões no ano passado

O investimento em publicidade on-line divulgado pelo IAB é quase quatro vezes maior do que o divulgado em março pelo Cenp-meios, do Fórum de Autorregulação do Mercado Publicitário (Cenp).

O balanço do Cenp referente ao ano passado considerou os faturamentos informados por 336 agências de publicidade. Segundo o Cenp-meios, a internet representou 38,2% do bolo de publicidade, com R$ 8,96 bilhões em investimentos em 2023, crescimento de 18% em base anual.

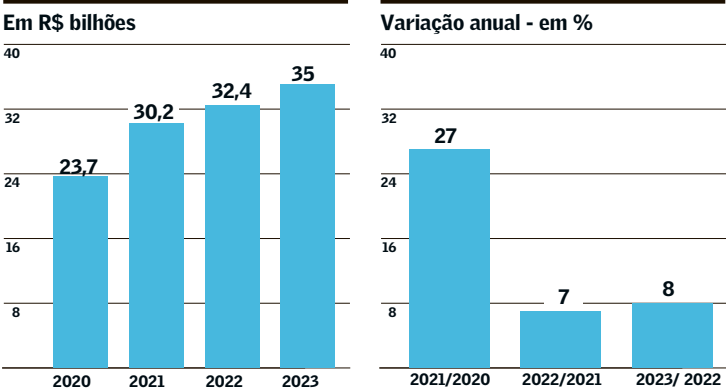
O levantamento do IAB e da Kantar considera os investimentos em publicidade on-line informados pelas plataformas digitais, sejam redes sociais, buscadores e sites especializados. O balanço considera tanto investimentos feitos por meio de agências, pelas quais passaram 67% das verbas de campanhas digitais, em 2023, como os feitos diretamente pelos anunciantes (33%), ou seja, sem a intermediação de agências.

Por causa das inúmeras campanhas publicitárias nas redes sociais, o IAB Brasil decidiu lançar um guia de boas práticas para ajudar anunciantes e influenciadores a fazer acordos que resguardem os dois lados de riscos. O guia recomenda, por exemplo, que o influenciador deixe claro que o vídeo que o internauta está vendo é um anúncio comercial, cumprindo, por sinal, o que determina o Código de Defesa do Consumidor.

O IAB não tem poder regulador, mas espera garantir, com as diretrizes, que padrões éticos sejam respeitados. A iniciativa ocorre depois que o Conar (Conselho de Autorregulamentação Publicitária) lançou, em 2021, um guia para orientar a atividade de influenciadores. E depois que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) decidiu estudar uma nova regulação com foco em influenciadores que dão conselhos financeiros.

O mercado dos influenciadores mostra números vultosos. De acordo com uma pesquisa da Adobe, o segmento de criação de conteúdo na internet movimenta no mundo cerca de US$ 300 bilhões anualmente – e a previsão é que essa cifra chegue a US$ 480 bilhões até 2027.

Mercado on-line

Dados sobre investimentos em publicidade digital

74% é a fatia da publicidade digital dirigida a dispositivos móveis como celulares e tablets

26% é a fatia da publicidade para computador de mesa (desktop)

Fonte: IAB Brasil e pela Kantar IBOPE Media.

Lucro da Tesla desaba e receita encolhe 9%

Tecnologia

Ana Beatriz Bartolo
De São Paulo

O lucro da empresa de tecnologia e montadora de veículos elétricos Tesla, comandada pelo empresário Elon Musk, caiu 55% no primeiro trimestre em comparação com o mesmo período de 2023, atingindo US$ 1,13 bilhão. Diluído por ação, o lucro encolheu de US$ 0,73 para US$ 0,34.

Na mesma base de comparação, a receita da companhia recuou 9%, para US$ 21,3 bilhões, impactada pela redução do preço médio da venda, assim como um mix desfavorável de veículos.

A Tesla é a primeira do grupo as "Sete Magníficas" — Apple, Amazon, Alphabet, Meta, Tesla, Microsoft e Nvidia — a divulgar os resultados do primeiro trimestre deste ano. Na semana passada essas grandes empresas de tecnologia perderam US$ 950 bilhões em valor de mercado. Mas nesta semana os investidores voltaram a comprar seus papéis nas bolsas de valores de Nova York, na expectativa de resultados positivos em seus balanços. Microsoft, Alphabet, Meta e Intel devem publicar seus resultados nesta semana.

As vendas do segmento automotivo da Tesla caíram 13%, para US$ 17,38 bilhões, enquanto as receitas de geração e armazenamento de energia subiram 7%, para US$ 1,63 bilhão. E as da divisão de outros serviços avançaram 25%, para US$ 2,29 bilhões.

Os resultados ficaram abaixo do esperado pelo mercado, que projetava um lucro por ação de US$ 0,42 e receitas de US$ 22,22 bilhões, segundo analistas ouvidos pela consultoria FactSet.

"As vendas globais de veículos elétricos continuam sob pressão, já que muitos fabricantes de automóveis priorizam os híbridos em vez dos veículos elétricos (VE). Embora seja positivo para o nosso negócio de créditos regulatórios, preferimos que a indústria continue a promover a adoção de VE, o que está alinhado com a nossa missão", escreveu a Tesla em carta aos acionistas. A empresa também atribuiu as dificuldades enfrentadas no primeiro trimestre aos conflitos na região do Mar Vermelho e ao ataque à sua megafábrica em Berlim, na Alemanha.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado somou US$ 3,38 bilhões no primeiro trimestre, queda de 21% no ano, enquanto a margem Ebitda ajustada ficou em 15,9%, ante os 18,3% apresentados um ano antes.

Tesla

Cotação* dia a dia - em US$/ação

Variações

1,85% no dia | -10,99% 12 meses

Valor de mercado **US$ 460,5 bilhões**

Fonte: Yahoo Finance. Elaboração: Valor Data
*Listada na Nasdaq

A produção total da Tesla recuou 2% no primeiro trimestre, na comparação anual, para 433,4 mil veículos, enquanto as entregas caíram 9%, para 386,8 mil unidades. Segundo a empresa, a queda na produção pode ser explicada, em partes, pelo início da produção do Modelo 3 atualizado na fábrica de Fremont, nos Estados Unidos. A sua produção em Xangai, na China, também foi afetada pelas paralisações durante o feriado de ano novo chinês no país.

As despesas operacionais avançaram 37%, para US$ 2,52 bilhões entre janeiro e março. Sobre essa questão, a Tesla afirmou que já está tomando medidas para aumentar a sua eficiência operacional e reduzir seus custos, incluindo o custo de produção vendida por veículo.

Nos últimos 12 meses, a Tesla acumula queda de 10,99% na Nasdaq. Ontem, fechou em alta de 1,85%. Encerrado o pregão, as ações da companhia continuaram subindo, após a empresa anunciar no seu balanço que irá antecipar o lançamento de novos veículos que tinham o início produção previsto para o segundo semestre de 2025.

"Estes novos veículos, incluindo modelos mais acessíveis, utilizarão aspectos da plataforma de próxima geração, bem como aspectos das nossas plataformas atuais, e poderão ser produzidos nas mesmas linhas de produção da nossa atual linha de veículos", declarou a companhia em carta aos acionistas.

Segundo a Tesla, essa atualização poderá resultar em uma redução de custos menor do que a esperada até então, porém, ela permitirá "aumentar os volumes de veículos de uma forma mais eficiente em termos de investimentos durante tempos de incerteza".

"Isso nos ajudaria a utilizar plenamente a nossa atual capacidade máxima de produção esperada de cerca de três milhões de veículos, permitindo um crescimento de mais de 50% em relação à produção de 2023, antes de investir em novas linhas de produção", informou a empresa.

> Vendas de veículos caem, enquanto as áreas de energia e serviços mostram crescimento

Curtas

Prejuízo da Mattel

A fabricante de brinquedos Mattel registrou prejuízo líquido de US$ 28,3 milhões no primeiro trimestre de 2024, uma redução de 73,4% sobre o valor de US$ 106,5 milhões apresentado no mesmo período do ano passado. Na mesma base de comparação, a receita teve um leve recuo de 0,6%, para US$ 809,5 milhões, abaixo dos US$ 833,5 milhões esperados pelos analistas entrevistados pela FactSet.

Vendas da Barbie

A boneca Barbie, carro-chefe da companhia, registrou vendas de US$ 177,5 milhões, montante estável em relação ao primeiro trimestre de 2023.

Vendas de Hot Wheels

As vendas da marca de carrinhos Hot Wheels tiveram expansão de 5%, para US$ 258,1 milhões. O resultado antes juros, impostos, depreciações e amortizações (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado ficou em US$ 53,5, revertendo o resultado negativo de R$ 13,9 milhões apresentado um ano antes. Outras despesas comerciais e administrativas somaram US$ 352,9 milhões entre janeiro e março, queda anual de 3%.

Agenda Tributária

Mês de Abril de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Março/2024
24	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053*	11 a 20/abril/2024
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426*	"
	Fundo de Investimento - Renda Fixa	6800*	"
	Fundo de Investimento em Ações	6813*	"
	Operações de swap	5273*	"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468*	"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557*	"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9º da Lei nº 9.249/95)	5706*	"
	Fundos de Investimento Imobiliário - Resgate de quotas	5232*	"
	Demais rendimentos de capital	0924*	"
	Tributação Exclusiva - Art. 2º da Lei nº 12.431/2011	3699*	"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos (art. 1ª da Lei nº 13.043/2014)	5029*	"
	Empréstimo de Ativos - Fundos de Investimento (art. 8ª da Lei nº 13.043/2014)	5035*	"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Aplicações Financeiras - Fundos/Entidades de Investimento Coletivo	5286*	11 a 20/abril/2024
	Aplicações em Fundos de Conversão de Débitos Externos/Lucros/Bonificações/Dividendos	0490*	"
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453*	"
	Outros Rendimentos		
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916*	11 a 20/abril/2024
	Prêmios obtidos em bingos	8673*	"
	Multas e vantagens	9385*	"
24	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)		
	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica	1150*	11 a 20/abril/2024
	Operações de Crédito - Pessoa Física	7893*	"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290*	"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220*	"
	Aplicações Financeiras	6854*	"
	Factoring (art. 58 da Lei nº 9.532/97)	6895*	"
	Seguros	3467*	"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028*	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Power Moendas Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 08.571.526/0001-33 - Endereço: Av. Antonio Waldir Martinelli, 3013, Sala 01, Distrito Industrial - Requerente: New Trade Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial - Vara/Comarca: 2a Vara de Sertãozinho/SP

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Call Med Comércio de Medicamentos e Representação Ltda. -** CNPJ: 05.106.015/0001-52 - Endereço: Rua Herbene, 471, Bairro Messejana - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE

Empresa: **Jf Transportes Ltda. -** CNPJ: 42.858.686/0001-04 - Endereço: Rua Daura, 495, Bairro Barroso - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Capo Indústria e Comércio de Móveis S/A -** CNPJ: 10.295.298/0001-68 - Endereço: Rodovia Rs 444, Km 26, Sala A, Monte Belo do Sul/rs - Administrador Judicial: Cb2d Serviços Judiciais Ltda. - Vara/Comarca: Vara Empresarial de Caxias do Sul/RS

Empresa: **Cozy Indústria e Comércio de Móveis Ltda. -** CNPJ: 10.479.428/0001-12 - Endereço: Av. Planalto, 1029, Apto. 03, Bairro São Bento, Bento Gonçalves/rs - Administrador Judicial: Cb2d Serviços Judiciais Ltda. - Vara/Comarca: Vara Empresarial de Caxias do Sul/RS

Empresa: **Cz Comércio de Móveis Ltda. -** CNPJ: 37.097.991/0001-82 - Endereço: Rua Olavo Bilac, 1085, Apto. 201, Bairro Imigrante, Bento Gonçalves/rs - Administrador Judicial: Cb2d Serviços Judiciais Ltda. - Vara/Comarca: Vara Empresarial de Caxias do Sul/RS

Empresa: **Deivid Empreendimentos Imobiliários Eireli -** CNPJ: 23.205.622/0001-51 - Endereço: Av. Planalto, 1045, Bairro São Bento, Bento Gonçalves/rs - Administrador Judicial: Cb2d Serviços Judiciais Ltda. - Vara/Comarca: Vara Empresarial de Caxias do Sul/RS

Empresa: **Ditália Móveis Industrial Ltda. -** CNPJ: 73.289.050/0001-04 - Endereço: Rodovia Rs 444, Km 26, S/nº, Prédio Administrativo, Monte Belo do Sul/rs - Administrador Judicial: Cb2d Serviços Judiciais Ltda. - Vara/Comarca: Vara Empresarial de Caxias do Sul/RS

Empresa: **Ditália Produção e Logística Ltda. -** CNPJ: 09.470.545/0001-36 - Endereço: Rodovia Rs 444, Km 26, S/nº, Prédio Industrial, Monte Belo do Sul/rs - Administrador Judicial: Cb2d Serviços Judiciais Ltda. - Vara/Comarca: Vara Empresarial de Caxias do Sul/RS

Empresa: **Dtl Participações Societárias Ltda. -** CNPJ: 93.447.530/0001-63 - Endereço: Rua Refatti, 46, Portão C, Bairro Maria Goretti, Bento Gonçalves/rs - Administrador Judicial: Cb2d Serviços Judiciais Ltda. - Vara/Comarca: Vara Empresarial de Caxias do Sul/RS

Empresa: **Enatec Engenharia Ltda. -** CNPJ: 41.607.813/0001-21 - Endereço: Rua Ary Barroso, 70, Sala 1003, Torre 01, Bairro Papicu - Administrador Judicial: Bravia Administração Judicial Ltda., Representada Pela Dra. Lara Vasconcelos Barroso - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE

Empresa: **Roda Comércio de Combustíveis Ltda. -** CNPJ: 27.003.598/0001-29 - Endereço: Av. Dom João Becker, 170, Centro, São Leopoldo/rs - Administrador Judicial: Francini Feversani & Cristiane Pauli Administração Judicial S/s Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Novo Hamburgo/RS

Empresa: **Roda Ii Comércio de Combustíveis Ltda. -** CNPJ: 40.386.573/0001-10 - Endereço: Av. Nicolau Becker, 1340, Bairro Guarani - Administrador Judicial: Francini Feversani & Cristiane Pauli Administração Judicial S/s Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Novo Hamburgo/RS

Empresa: **Roda Iii Comércio de Combustíveis Ltda. -** CNPJ: 44.588.756/0001-79 - Endereço: Rua Voluntários da Pátria, 12, Centro Feliz/rs - Administrador Judicial: Francini Feversani & Cristiane Pauli Administração Judicial S/s Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Novo Hamburgo/RS

Empresa: **Roda Iv Comércio de Combustíveis Ltda. -** CNPJ: 44.627.703/0001-10 - Endereço: Rodovia Rs 452, Nº 1304, Km 03, Bairro Bom Fim, Feliz/rs - Administrador Judicial: Francini Feversani & Cristiane Pauli Administração Judicial S/s Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Novo Hamburgo/RS

Empresa: **Roda Ix Comércio de Combustíveis Ltda. -** CNPJ: 50.960.980/0001-42 - Endereço: Av. Professor Oscar Pereira, 2728, Bairro Glória, Porto Alegre/rs - Administrador Judicial: Francini Feversani & Cristiane Pauli Administração Judicial S/s Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Novo Hamburgo/RS

Empresa: **Roda V Comércio de Combustíveis Ltda. -** CNPJ: 44.588.827/0001-33 - Endereço: Rodovia Rs 122, Nº 30, Km 30, Bairro Santa Teresinha, Bom Princípio/rs - Administrador Judicial: Francini Feversani & Cristiane Pauli Administração Judicial S/s Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Novo Hamburgo/RS

Empresa: **Roda Vi Comércio de Combustíveis Ltda. -** CNPJ: 44.588.560/0001-84 - Endereço: Rodovia Rs 122, Nº 15, Km 29, Bairro Santa Teresinha, Bom Princípio/rs - Administrador Judicial: Francini Feversani & Cristiane Pauli Administração Judicial S/s Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Novo Hamburgo/RS

Empresa: **Roda Viii Comércio de Combustíveis Ltda. -** CNPJ: 48.693.768/0001-14 - Endereço: Av. Sertório, 1700, Bairro São João, Porto Alegre/rs - Administrador Judicial: Francini Feversani & Cristiane Pauli Administração Judicial S/s Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Novo Hamburgo/RS

Empresa: **Rodo Tambara Transportes Ltda. -** CNPJ: 06.208.030/0001-74 - Endereço: Rua H4, Nº 113, Quadra 04, Lote 04, Setor H, Querência/mt - Administrador Judicial: Bino Sociedade Individual de Advocacia, Representada Pelo Dr. Agenor Diego da Cruz Bino - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Gold Armazéns Logística e Distribuição Ltda. -** CNPJ: 03.685.405/0001-07 - Endereço: Rua José Semião Rodrigues Agostinho, 272, Galpões 1 e 2, Bairro Quinhau - Vara/Comarca: 3a Vara de Embu Das Artes/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Alfani Confecções e Comércio Ltda. -** CNPJ: 02.524.216/0001-81 - Endereço: Av. Conde da Boa Vista, 332, 1/a e 1/b, Bairro Boa Vista - Vara/Comarca: 30a Vara de Recife/PE - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Ambientec Consultoria de Segurança e Higiene do Trabalho S/s Ltda. Epp -** CNPJ: 72.105.745/0001-26 - Endereço: Rua Corupa, 109, Bairro Anita Garibaldi - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Catão Confecções Ltda. Ou Catão & Companhia Ltda. -** CNPJ: 10.775.286/0008-07 - Endereço: Rua Duque de Caxias, 275 a 299, Bairro Santo Antonio - Vara/Comarca: 30a Vara de Recife/PE - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Dantas Confecções e Comércio Ltda. -** CNPJ: 08.627.082/0001-00 - Endereço: Rua Padre Lemos, 158, Bairro Casa Amarela - Vara/Comarca: 30a Vara de Recife/PE - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Jn Auto Posto Tanabi Ltda. -** CNPJ: 11.958.569/0001-80 - Endereço: Rodovia Euclides da Cunha, S/nº, Km 487 + 218,04 Mts, Piso Superior, Setor B, Zona Rural - Vara/Comarca: 2a Vara de Tanabi/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Nelblu Confecções Ltda. -** CNPJ: 08.621.276/0001-07 - Endereço: Av. Sete de Setembro, 51/265, Lojas 01 e 02, Bairro Dois de Julho, Salvador/ba - Vara/Comarca: 30a Vara de Recife/PE - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Posto Jn Trevo Tanabi Ltda. -** CNPJ: 09.593.412/0001-57 - Endereço: Rua João Covizzi, 10, Parque Residencial - Vara/Comarca: 2a Vara de Tanabi/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Cenários Matéria-prima do chocolate atinge preços recorde em função da queda da produção no oeste da África e da disparada da demanda

Produtores da América Latina correm para ampliar área de cacau

Susannah Savage e Joe Daniels
Financial Times,
de Londres e Bogotá

Agricultores na América Latina estão correndo para plantar mais cacau, depois que os preços do principal ingrediente do chocolate dispararam em meio à redução na oferta global.

Fontes do setor dizem que os produtores em países como Equador, Brasil, Peru e Colômbia se apressam em adquirir mudas e expandir a área de terra dedicada à cultura. Segundo a associação de exportadores de cacau do Equador, a área total plantada de cacau no país deve passar dos 500 mil hectares, em 2023, para mais de 600 mil hectares neste ano.

Embora dados sobre novos plantios de muitos outros países da região ainda não estejam disponíveis, os compradores vêm notando um aumento significativo.

"Não é apenas o Equador. Vimos um crescimento significativo no Peru, vimos isso na Colômbia, no Brasil", disse Paul Hutchinson, diretor estratégico de compras e vendas da Olam Food Ingredients, um dos maiores fornecedores mundiais de commodities agrícolas. "Todo mundo quer estar envolvido no cultivo de cacau."

Na semana passada, os contratos do cacau em Nova York chegaram ao recorde de US$ 12.191 por tonelada. Há 12 meses, eram negociados a US$ 3 mil por tonelada.

Se você é um agricultor e vê esses preços, "o que você vai fazer?", questionou Nicko Debenham, ex-chefe de sustentabilidade da Barry Callebaut, maior fabricante de chocolates do mundo. "O que você vai plantar na terra? Você não vai plantar inhame, meu Deus. Você vai plantar cacau."

O aumento do preço do cacau se dá em meio ao impacto de doenças nas plantações e condições climáticas adversas, que provocaram fortes quedas na produção na África Ocidental, enquanto a demanda por chocolate aumenta nos países emergentes e os consumidores em países ricos compram mais chocolates "premium".

Os fabricantes de chocolate estão repassando os custos maiores do cacau para os consumidores por meio da remarcação de preços, da redução do tamanho das barras ou de ajustes nas receitas.

Gana e Costa do Marfim fornecem mais de 65% do cacau do mundo, mas em ambos os países o governo fixa o preço pago aos agricultores para protegê-los da volatilidade do mercado. Dessa forma, os produtores não se beneficiam diretamente da alta dos preços, o que reduz o incentivo para que invistam em suas plantações para aumentar os rendimentos.

Por sua vez, os produtores em mercados livres na América Latina vêm aproveitando para lucrar. Edgar Zambrano, que cultiva cacau em um área de um hectare na província litorânea de Manabí, no Equador, para atender à própria empresa de chocolate, disse que os agricultores locais estão sendo encorajados a produzir mais.

"Mais de 80% do preço [da colheita] fica com o produtor, e isso é importante porque significa que a maior parte do boom chega diretamente ao produtor", disse Zambrano, que também faz parte do conselho de uma associação local de produtores.

Alguns agricultores vêm abandonando outras culturas, como banana e óleo de palma, para plantar cacau, disse Hutchinson, da Olam. "O que temos visto em lugares como o Equador, que é o local de origem que se expande mais rápido, é uma demanda sem precedentes por mudas para aproveitar esse aumento nos preços do cacau. Viveiros estão sendo construídos a toda velocidade."

Carentes de recursos, os pequenos produtores de Gana e Costa do Marfim usam poucos fertilizantes e pesticidas e exploram árvores antigas, menos produtivas e mais vulneráveis a doenças e condições climáticas adversas, enquanto na América Latina o cultivo é uma operação industrial, segundo Hutchinson.

Plantações em larga escala, com irrigação avançada e amplo uso de pesticidas, contam com sementes híbridas, resistentes a doenças. Como resultado, "os rendimentos estão em um nível completamente diferente", acrescentou.

Um risco é a onda de crimes que vem sendo fomentada pelas drogas no Equador. O governo está empenhado em uma guerra contra grupos criminosos organizados, mas a atividade criminosa também afeta a produção de cacau no país andino.

"Sofremos muito com o roubo de cacau na fazenda", disse Zambrano. "Mas, também, quando o agricultor colhe e leva sua [colheita] para vender, ele sofre o roubo não apenas dos grãos, mas até dos veículos." Ainda assim, o Equador logo poderia superar Gana, segundo analistas.

DADO GALDIERI/BLOOMBERG

Com alta dos preços do cacau, área de plantio deve avançar no Equador, Brasil, Peru e Colômbia, segundo a indústria

As previsões mais atuais da Organização Internacional do Cacau (ICCO, na sigla em inglês) estimam que Gana produzirá 580 mil toneladas e o Equador, 430 mil toneladas, na safra atual de 2023/24.

A produção no Equador — que não acompanha o mesmo ritmo do plantio, já que as plantas levam de três a cinco anos para dar frutos — deve crescer 6% em 2024, segundo a associação de exportadores de cacau do Equador.

A falta de investimento faz com que as doenças e as más condições climáticas possam vir a reduzir ainda mais a produção de Gana, enquanto os agricultores equatorianos direcionam o aumento do lucro para elevar a produção, segundo Jonathan Parkman, um dos líderes de agricultura da corretora de commodities Marex.

6%
deve ser o aumento da produção no Equador nesta safra

Fuad Mohammed Abubakar, chefe da Ghana Cocoa Marketing Company, disse não estar preocupado. "Os agricultores no Equador estão produzindo em níveis de rendimento próximos ao ideal", disse. "Os agricultores na África Ocidental estão produzindo entre 40% e 50% do ideal. Isso te diz que há oportunidade para crescer".

Por outro lado, especialistas dizem que a onda de alta pode ter vida curta. Debenham ressalta o tempo que é necessário para as plantas darem frutos, acrescentando: "Quando elas começarem a produzir, todos terão plantado cacau e de repente [o preço] cairá."

"Todo mundo está comprando e estocando" disse Luís Simo, gerente da cadeia de suprimentos a empresas no Peru, Colômbia e Equador da Confiteca, uma fabricante de confeitos. "Muitas pessoas veem uma bolha, que em algum momento vai murchar." *(Colaborou Michael Pooler, em São Paulo)*
Tradução Sabino Ahumada.

Lácteos Ranking com 17 das principais companhias do setor mostra que o volume de matéria-prima recebido cresceu 5%, apesar da saída de pecuaristas da atividade

Captação de leite das maiores empresas do país superou 9 bilhões de litros em 2023

Nayara Figueiredo
De São Paulo

Num cenário de preços deprimidos para os produtores de leite, reflexo sobretudo do aumento das importações de lácteos, a captação da matéria-prima por 17 das maiores empresas do setor no país cresceu 5% em 2023, e alcançou 9,017 bilhões de litros, segundo levantamento realizado pela Associação Brasileira dos Produtores de Leite (Abraleite) em parceria com mais seis instituições. A alta na captação refletiu a estratégia dos laticínios de elevar o volume de industrialização para ganhar escala.

Outras seis grandes empresas do setor foram consultadas para fazer parte do ranking, mas não responderam ao levantamento.

A Laticínios Bela Vista, dona da marca Piracanjuba, ficou na liderança da lista, com recebimento de 1,77 bilhão de litros, avanço de 13,3%. Na segunda posição aparece a Unium, grupo de intercooperação formado pelas cooperativas Frisia, Castrolanda e Capal, com 1,48 bilhão de litros e uma alta de 14%. A Nestlé vem na sequência e depois, a Cooperativa Central dos Produtores Rurais (CCPR). Ficaram de fora da lista a Lactalis, Italac, Alvoar, Tirol, Vigor e DPA.

Em entrevista recente, a Lactalis informou que seu processamento de leite no Brasil estava em 2,5 bilhões de litros — o que a colocaria no topo do ranking, caso tivesse participado do levantamento.

Apesar de estar na quarta posição da lista, a CCPR foi uma das poucas que teve queda (-3,9%) na captação leiteira, ao lado de Aurora, Tirolez e Cativa.

"Tivemos um 2022 muito conturbado, com custos altos e desvalorização do preço pago ao produtor, e 2023 começou na mesma linha, com um viés não muito favorável. Tanto que acabamos fechando o ano com queda", disse Leandro Sampaio, gerente-geral de suprimento de Leite da CCPR.

FERNANDO DIAS/SEAPI

Animais de leite em pastagem; queda dos preços da matéria-prima levou alguns produtores a deixarem a atividade

De acordo com Geraldo Borges, presidente da Abraleite, esse cenário de margens apertadas levou pecuaristas a saírem do setor leiteiro. O número de produtores rurais que entregam leite às empresas que compõem o ranking caiu 4,2% em 2023, para 43 mil.

"Nessas condições, uma das teses é o produtor de leite deixar a atividade e substituí-la por outra, ficando na produção somente propriedades com maior escala, mais tecnificadas e mais condições de gestão, que conseguem reduzir custos e ter rentabilidade", disse o dirigente.

Para Borges, foi justamente essa a estratégia das indústrias de maior escala: aumentar o volume de industrialização para reduzir custos, o que impulsionou o resultado geral da captação.

A queda no índice de ociosidade na capacidade de produção das indústrias participantes do ranking, de 35% em 2022 para 15% em 2023, é um indicativo de que houve uma aceleração nos trabalhos entre as empresas que decidiram continuar no mercado, apesar das condições adversas de preço do leite, segundo ele.

Dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) mostram que o preço líquido pago ao produtor de leite começou o ano de 2023 em R$ 2,6619 por litro, na média nacional. Entre altas e baixas, esse valor chegou a R$ 1,9675 por litro em outubro. Em 2024, a cotação mais recente indica que o produtor recebeu, em média, R$ 2,2347 por litro em fevereiro, valor que representa uma recuperação comparada às mínimas do ano passado, mas ainda inferior à média obtida no início de 2023.

"O aumento do preço que houve para os produtores de leite nos primeiros meses de 2024 é incipiente. E a queda do preço do leite ao produtor também foi muito maior que a queda observada nos insumos", comentou o presidente da Abraleite.

Mesmo com o recuo nas despesas com grãos como soja e milho, que são matéria-prima para a alimentação do gado leiteiro, não há expectativa de que os produtores rurais que saíram da atividade possam voltar.

Para este ano, Leandro Sampaio, da CCPR, vê um horizonte positivo e espera que a captação leiteira supere os 897,9 milhões de litros do ano passado. "Para os produtores mais eficientes, o atual patamar de preços está gerando lucro", disse.

"Somos otimistas em pensar num crescimento do consumo, decorrente de melhoria na renda dos consumidores, redução nas importações, que foi o principal gargalo em 2023, e estabilidade nos preços", afirmou Geraldo Borges.

A captação total de leite no país também avançou em 2023. De acordo com o IBGE, os laticínios com algum tipo de serviço de inspeção sanitária captaram 24,52 bilhões de litros, alta de 2,5%.

No topo

Ranking das maiores empresas de laticínios do Brasil em 2023

Recepção de leite (em mil litros)

	2022	2023
Laticínios Bela Vista	1.566.287	1.775.055
Unium	1.302.029	1.486.247
Nestlé	1.048.154	1.048.155
CCPR	934.400	897.900
Aurora Coop	530.160	504.398
CCGL	467.665	502.400
Laticínios Porto Alegre	341.292	388.872
Jussara	375.479	376.109
Cooperativa Santa Clara	287.359	310.229
Tirolez	291.549	273.246
Frimesa	249.364	261.203
Centroleite	228.735	234.220
Cativa	265.098	212.135
Grupo Scala	202.813	205.953
Davaca	192.100	203.320
Danone	170.237	182.642
Cemil	132.255	154.971

9,017 bilhões de litros foi a captação total das empresas em 2023, alta de 5%

4,2% foi a queda no número de produtores que forneceram leite a essas empresas

Fonte: Abraleite, CNA, Embrapa Gado de Leite, G100, OCB e Viva Lácteos

Demanda faz etanol subir, mas a expectativa é de acomodação

Cenários

Camila Souza Ramos
De São Paulo

Os preços do etanol hidratado, que abastece diretamente os tanques dos veículos flex, começaram a safra de cana 2024/25 em alta em decorrência da demanda aquecida. Mas a expectativa é de que comecem a se acomodar nas próximas semanas, segundo analistas.

O valor do biocombustível vendido pelas usinas de São Paulo já subiu 4,7% nas três primeiras semanas de abril, segundo o indicador Cepea/Esalq. A alta acontece desde a terceira semana de março — nesse período, o indicador já subiu 18,9%. Para os motoristas, a variação foi menor: desde meados de março, o preço nos postos paulistas subiu 7,6%, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Como o preço da gasolina vendida nos postos de São Paulo ficou estável, a correlação entre o etanol e o combustível fóssil aumentou, saindo de 61% em meados de março para 65% na semana passada — o que ainda favorece o consumo do biocombustível. O etanol só perde vantagem econômica para a gasolina, para a média da frota flex brasileira, quando seu preço está acima de 70% do valor da gasolina.

Segundo Martinho Ono, diretor da SCA Trading, a valorização do etanol refletiu o aumento expressivo na demanda nos últimos meses, que enfim respondeu à elevada competitividade do etanol.

Em março, as vendas de etanol hidratado chegaram a quase 1,9 bilhão de litros, alta de 50% na comparação anual, segundo dados preliminares da ANP. Em janeiro e fevereiro, as vendas ficaram próximas a 1,7 bilhão de litros em cada mês. Nos mesmos meses de 2023, haviam ficado em 1 bilhão de litros.

Além disso, a oferta de etanol na transição das safras 2023/24 para a atual estava concentrada na mão de poucas usinas, enquanto as distribuidoras estavam à procura de ofertantes para atender à demanda aquecida, segundo Ono.

Para Willian Hernandes, sócio da consultoria FG/A, também colaboraram para a alta do etanol as chuvas recentes levemente acima do esperado. Além disso, já começa a entrar nas contas do mercado a perspectiva de redução da produção de etanol nesta temporada. A consultoria projeta uma diminuição de 1 bilhão de litros.

Para as próximas semanas, os analistas acreditam que os preços devem ceder com o avanço da moagem de cana e mais usinas iniciando as atividades.

O comportamento dos preços do etanol depende também de como a Petrobras vai administrar a pressão do mercado global. O último reajuste da gasolina A (pura) foi em 1 de abril — desde então, o dólar subiu 3% e o Brent, 1%.

No médio prazo, como a perspectiva é de redução da produção de etanol em relação à safra passada, os analistas avaliam que os preços ainda podem subir. Para Ono, o valor médio do hidratado neste ciclo deve ficar 20% acima da temporada passada.

Valorização

Evolução do indicador do etanol hidratado Cepea/Esalq (em R$ por litro)

Fonte: Cepea

Seca afetou embarques de grãos pelos portos do Arco Norte em 2023

Logística

Fernanda Pressinott
De São Paulo

As exportações brasileiras de soja e milho alcançaram 180,4 milhões de toneladas em 2023, alta de 26,7% em relação ao ano anterior. Desse total, 36,8% saíram pelos portos do Arco Norte e o restante pelos portos do Sul do país, segundo o Anuário Agrologístico 2024, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Em 2022, o Arco Norte fora responsável por 40,3% do escoamento de soja e milho.

Entre os portos do Arco Norte, o destaque em 2023 foi Itaqui (MA), com 20,3 milhões de toneladas e 11,3% do total escoado pelo país; seguido por Barcarena (PA), com 19,1 milhões e 10,6% do total dos embarques de soja e milho.

"Há um crescimento constante na movimentação pelo Arco Norte, que acompanha o aumento da produção do norte de Mato Grosso e do Matopiba", disse o superintendente de logística operacional da Conab, Thomé Guth, em evento online. Segundo ele, nos últimos cinco anos, o volume de soja exportada por Itaqui cresceu 59,2% e, por Barcarena, 90%.

Mas, em 2023, o Arco Norte perdeu participação nos embarques sobretudo por questões de navegabilidade de hidrovias do Norte do país, em função da forte seca. Também contribuiu o aumento na produção de soja e milho da região Sul, na ordem de 63,6% e 15,5%, respectivamente, em relação a 2022, o que estimulou os embarques pelos portos de Rio Grande (RS) e São Francisco do Sul (SC), segundo a Conab.

Conforme o anuário, o porto de Santos continua sendo o maior corredor logístico de saída do país, com 61,4 milhões de toneladas de soja e milho movimentados em 2023, ou 34% das vendas externas.

Entre os modais logísticos internos, o uso de hidrovias tem crescido, mas as rodovias representavam 45% do total utilizado em 2023, um crescimento de 11 pontos percentuais em relação ao ano anterior, segundo o anuário. A seca também prejudicou o avanço das vias fluviais como alternativa.

Ainda assim, Guth destacou que o modal hidroviário saiu da movimentação de 3,4 milhões de toneladas de soja e milho em 2010 para 30 milhões de toneladas em 2023. Em termos percentuais, o modal, que representava 8% em 2010, chegou a 23% em 2022 e 19% em 2023.

O anuário mostrou ainda que houve uma queda de 18,6% na importação de fertilizantes no ano passado, para 34,6 milhões de toneladas. Em 2022, a guerra entre Ucrânia e a Rússia estimulou compras antecipadas, o que elevou os volumes.

Entre 2019 e 2023, houve alta de 22,9% no total de fertilizantes recebidos pelo país, com alta das importações pelo Arco Norte. Segundo a Conab, 20% das compras em 2023 entraram por Itaqui, Santarém, Salvador, Barcarena, Itacoatiara (AM), Maceió (AL), Recife (PE) e Aracaju (SE).

36,8% foi a fatia dos portos do Arco Norte no embarque de grãos

valor.com.br

Nutrição animal

Produção de rações deve crescer 2,4% em 2024

A produção nacional de rações e suplementos minerais deve alcançar 88,3 milhões de toneladas este ano, alta de 2,4% em relação a 2023, estima o Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindirações). Só a alimentação de aves, suínos, bovinos e outros animais deve representar 84,8 milhões de toneladas. No ano passado, a produção total de rações e sais somou 86,2 milhões de toneladas. O sindicato prevê avanço em todos os segmentos da alimentação animal este ano. O setor de aves (corte e postura) deve responder por 44,7 milhões de toneladas, alta de 3,1%.

valor.com.br/agro

Commodity
Com alta dos preços do cacau, produtores da América Latina correm para ampliar cultivo B9

Gestão de recursos
Felisberto, da Santander Asset, vê oportunidade tática em disparada de juros futuros C10

Cartões
BB e Bradesco vencem e OPA da credenciadora Cielo deve prosseguir C10

Renda fixa
Cerca de 21% da dívida ‘high yield’ terá de ser rolada em 3 anos, diz Shah, da Principal C3

Habitação Especialistas apontam dificuldades operacionais e dúvidas em relação ao formato de securitização de crédito pela estatal

Proposta da Emgea esbarra em indexador do setor imobiliário

Sérgio Tauhata
De São Paulo

A iniciativa do governo de autorizar a Empresa Gestora de Ativos (Emgea) a adquirir e securitizar carteiras de crédito imobiliário tende a impulsionar um mercado secundário ainda incipiente de negociação de recebíveis de operações de financiamento habitacional. Se o modelo da Emgea funcionar, outras casa podem entrar nesse mercado, ampliando os recursos disponíveis, afirmam especialistas ouvidos pelo **Valor**. A proposta, no entanto, esbarra na dificuldade para a troca de indexador dos contratos do setor imobiliário, em sua maioria a TR (Taxa Referencial), que tem origem na captação de recursos por meio da poupança. O indexador não mitiga riscos de aplicações em prazos maiores.

Na visão dos especialistas, a Emgea poderia tanto comprar carteiras de crédito originadas nos bancos como CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários) com base nesses contratos, liberando espaço para os originadores fazerem novas operações. Já esses títulos têm potencial para ser agrupados e distribuídos para os investidores na forma de fundos imobiliários ou de recebíveis. Inicialmente, a maior parte das negociações tende a ocorrer com instituições que tenham carteiras indexadas ao IPCA, como a Caixa e o Banco do Brasil.

A maior parte desse mercado, no entanto, carrega taxas prefixadas mais TR. Como os juros já estão em dois dígitos há quase dois anos, o desafio maior em relação ao “descasamento” de indexadores seria com as carteiras mais antigas. Um dos caminhos seria a própria Emgea criar um mecanismo para assumir esse risco de conversão de indexador.

Para atrair recursos, a perspectiva é que a securitização ou fundo imobiliário feitos pela Emgea ofereçam retornos semelhantes às NTNBs de prazo equivalente, com IPCA mais 5% ou 6%. O juro real poderia, em tese, ser até menor do que 6% porque os prazos de securitização alcançam períodos mais longos, por exemplo, de 10 ou 15 anos. Isso seria algo, no momento, em torno de 9% ou 10% ao ano, um retorno considerado atrativo para investidores com olhar de longo prazo.

> “Retornos que o mercado pode pedir vão estar alinhados com as NTN-Bs com IPCA mais 5% ou 6%”
> *Carlos Ferrari*

As carteiras também deverão ser adquiridas com desconto, o que pode viabilizar a mudança de indexador. Nesse caminho, o maior desafio para a Emgea é convencer o mercado a negociar com descontos que sejam vantajosos, mas que não sejam prejudiciais às instituições compradoras. Os recebíveis das carteiras vêm ainda com a alienação fiduciária, ou seja, com a garantia do próprio imóvel financiado, o que torna mais segura a operação.

Segundo o presidente da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), Sandro Gamba, é positiva “qualquer oportunidade que estimule o crédito imobiliário” no país. Por outro lado, há questões operacionais para serem endereçadas, como o modelo de securitização e a forma como os recursos serão reciclados para estimular novos contratos.

Na visão do sócio do escritório NFA, Carlos Ferrari, especialista em crédito imobiliário, “a ideia parece boa e tende a criar um caminho, melhorar a vazão [de recursos] e aumentar a possibilidade de concessão”. Para o advogado, um dos principais acertos da MP é fomentar uma mecânica de reequilíbrio de alocação de crédito imobiliário por meio do mercado secundário.

Na avaliação de Ferrari, o valor que a Emgea tem à disposição para injetar no setor, de cerca de R$ 10 bilhões, não representa um grande salto no volume do crédito. Para efeito de comparação, outra medida pleiteada pelo setor injetaria quase R$ 40 bilhões. Trata-se da ampliação em cinco pontos percentuais do direcionamento obrigatório do estoque de poupança ao financiamento habitacional, dos atuais 65% para 70%.

O sócio do NFA, porém, reconhece que a proposta é um “primeiro passo” de uma mecânica nova de mercado que talvez traga outras empresas para esse segmento, com potencial de multiplicar os recursos.

Criada em 2001, a Emgea tem como função a gestão de ativos, em sua maioria créditos de difícil recuperação. A MP cria o Programa Acredita e autoriza a Emgea a atuar como securitizadora no mercado imobiliário. “Essa é a principal decisão trazida pela MP e o que vai acontecer daqui para a frente, qual estrutura será utilizada [para securitização], teremos de aguardar e participar das discussões”, disse Gamba, da Abecip.

O principal desafio para o sucesso da iniciativa, avalia o presidente da Abecip, é o fato de que a maior parte das carteiras de crédito imobiliário são atreladas à TR. No mercado de capitais, porém, investidores preferem títulos com retornos de IPCA mais um “spread” [prêmio de risco]. Ou seja, para o mercado “comprar” os ativos da estatal será necessária uma conversão de indexadores, em um processo ainda não definido.

De acordo com Gamba, “não existe no mercado hoje um instrumento financeiro de hedge que permita a troca de TR por IPCA”.

Na análise de Ferrari, do NFA, a queda da taxa básica Selic e a redução da inflação ajudam nas condições para viabilizar as operações. “Os retornos que o mercado pode pedir vão estar alinhados com as NTN-Bs de prazos equivalentes. Para investidores de longo prazo pode fazer sentido algo como IPCA mais 5% ou 6%. Em uma securitização com prazo de 10 anos a 15 anos, um retorno de IPCA mais 5% seria algo como 9% ao ano, bem factível.”

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Sandro Gamba, da Abecip: não existe no mercado um instrumento financeiro que permita a troca de TR por IPCA

Destaques

BCE e Fed
O Banco Central Europeu (BCE) terá em conta o progresso do Federal Reserve (Fed, banco central americano) na redução da inflação quando decidir o ritmo dos cortes na sua taxa de juro após uma primeira medida em junho, disse o vice-presidente Luis De Guindos ao “Le Monde”. “Suponho que não haja surpresas até lá; é um ‘fato consumado’”, disse. O BCE sinalizou que irá reduzir a sua taxa diretora em junho, mas o Fed indicou recentemente que é provável que o faça no final do ano, uma vez que a inflação nos EUA permanece mais elevada do que o previsto. Essa divergência poderá enfraquecer o euro e fazer subir os preços dos bens e serviços importados, alimentando a inflação na zona euro. *(Dow Jones Newswires)*

Fintech Clara
A fintech Clara está em negociações para angariar novos aportes de investidores e financiamento de dívida para apoiar seu crescimento, em um momento em que o CEO vê um retorno do capital de risco. Fundada em 2021 no México e agora sediada no Brasil, a Clara ajuda empresas a controlar custos e processar pagamentos. A startup atingiu o status de unicórnio, com avaliação de pelo menos US$ 1 bilhão, em apenas oito meses de operação após uma rodada de financiamento série B de US$ 70 milhões, liderada pela Coatue. Um ano depois, obteve uma linha de crédito de US$ 150 milhões do Goldman Sachs. *(Bloomberg)*

Seguro para MEI
O Santander lançou um novo seguro para empresas de qualquer tamanho, desde que sejam clientes do banco. O produto vai atender, principalmente, o microempreendedor individual (MEI) e pequenas e médias empresas (PMEs), mas abarca também companhias com faturamento até R$ 200 milhões por ano. Segundo a instituição, a proposta é ter um seguro corporativo flexível, com alta capacidade de personalização. A contratação é feita sem a inspeção em apólices tradicionais. A jornada foi simplificada para que o empreendedor consiga obter as proteções por meio do aplicativo ou do internet banking em apenas sete cliques. *(Sérgio Tauhata)*

Mudanças na Metrix
A gestora Metrix, que desenvolveu um fundo de criptoativos baseado em análise de dados, trouxe Glauco Cavalcanti, ex-sócio da BLP Crypto, para seu conselho. Com 21 anos de carreira no antigo Banco Garantia, depois Credit Suisse, Cavalcanti ocupou o posto de CIO (executivo-chefe de investimentos) da asset e foi gestor do primeiro fundo de criptoativos criado no Brasil. Com a chegada de Cavalcanti, a Metrix pretende ampliar portfólio de fundos, acelerar o ritmo de crescimento dos negócios e avançar em direção a tornar-se uma “full asset” com várias famílias de fundos no segmento de criptoativos. *(Toni Sciarretta)*

Bancos veem desafios no Desenrola para MPE e em crédito para MEI

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro
De São Paulo

Pelo menos dois pontos da medida provisória (MP) do crédito, publicada ontem no Diário Oficial, são vistos como desafiadores pelos bancos. O primeiro deles é a operacionalização do Desenrola para micro e pequenas empresas (MPEs). Não será usada a mesma plataforma do Desenrola para pessoa física e, apesar de o governo ter dito que essa parte do programa já começaria imediatamente, ninguém sabe como vai funcionar a renegociação. O outro ponto é o crédito para microempresas e microempreendedores individuais (MEIs). A garantia que o governo determinou é bem abaixo do que o setor propôs e, com juros limitados, há risco de a oferta de crédito ficar comprometida.

Procurado sobre o início do Desenrola MPE, o Ministério da Fazenda repassou a demanda para o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que não respondeu. O titular da pasta, Márcio França, havia dito na segunda-feira, durante o lançamento do programa Acredita, que a renegociação começaria ontem. Questionada sobre o assunto, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirmou que seus membros dependem do detalhamento das medidas anunciadas. “O governo ainda não detalhou o programo, o que impede os bancos de aderir ao Desenrola Pequenos Negócios.”

Um ponto positivo destacado pelo setor bancário é a possibilidade de renegociação das dívidas do Pronampe. Como o programa tinha garantias do governo, em caso de inadimplência elas eram exercidas pelos bancos, mas a empresa continuava negativada. Agora, o empresário poderá renegociar essa dívida, e o que o banco receber será repassado ao fundo para ressarcir as garantias utilizadas.

Um ponto do Acredita que pode enfrentar dificuldades é o ProCred 360, linha de até R$ 12 bilhões voltada para MEIs e microempresas, que deve entrar em vigor em 60 dias e que contará com R$ 4 bilhões do Fundo Garantidor de Operações (FGO). Nesse caso, as garantias serão utilizadas para cobrir até o limite de 60% da carteira.

Quando o Pronampe foi lançado, em 2020, no contexto da pandemia, a garantia era total até 85% da carteira — percentual que hoje é de 15%. Além disso, o programa atende também pequenas empresas, grupo que apresenta garantias mais fortes e riscos menores aos bancos do que os microempreendedores. “Tínhamos sinalizado para o governo que o percentual de cobertura tinha de ser um pouco maior, e não veio. O ProCred tem um público mais arriscado. A cobertura tem de ser mais alta para que as instituições financeiras tenham apetite”, diz um interlocutor. De acordo com ele, o texto está agora sendo analisado para que sejam construídos os pedidos de mudanças na medida provisória, via emendas. “O objetivo é cobrir melhor o risco e fazer com que o programa tenha mais chance de sucesso”, acrescenta.

Para o CEO de um banco de médio porte, o programa é bem intencionado, mas a definição dos detalhes técnicos pode afetar seu sucesso. “Ainda tem muita incerteza, mas no geral tenho dúvidas se decola. Se nem o Desenrola pessoa física foi o que se esperava, não sei como será a demanda dos pequenos empresários e, principalmente, o apetite dos bancos.” Outro executivo do setor, que tem uma operação de microcrédito significativa, é um pouco mais otimista sobre a vertical do Primeiro Passo, que atenderá beneficiários do Cadastro Único. “A demanda por crédito sempre existe, é praticamente infinita nesses segmentos, mas temos de ver exatamente como serão as condições oferecidas.”

> **60%**
> **é o índice de garantia no ProCred, visto como muito baixo**

A ideia do governo é conceder R$ 7,5 bilhões nos próximos três anos no Primeiro Passo. Para isso, será criado um FGO específico, que neste ano receberá aporte de R$ 500 milhões. Metade das concessões será destinada a mulheres. Nesse caso, a cobertura será total até 20% da carteira, o que é considerado muito baixo pelos bancos.

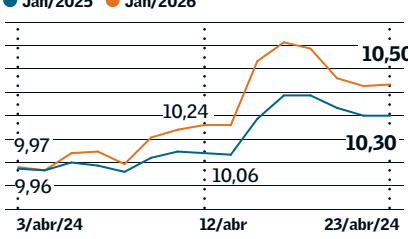
Procurado sobre a MP do crédito, o Itaú afirmou que “considera positivas as iniciativas propostas pelo governo e aguarda a publicação dos detalhes do programa para definir as condições da sua adesão”. O Bradesco disse que “considera que o programa de crédito e renegociação de dívidas é positivo” e que, portanto, deve aderir ao projeto. Ainda assim, ressaltou que aguardá a divulgação dos detalhes para conhecer melhor os modelos a serem implantados. Banco do Brasil e Caixa estiveram na cerimônia de lançamento do Acredita e já tinham deixado claro que vão participar — inclusive ajudaram a elaborar muitos pontos. O Santander não se pronunciou.

Ibovespa
Em pontos

queda de **0,34%**

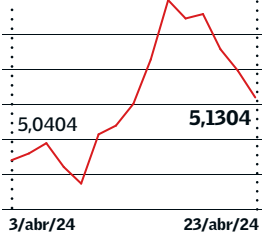
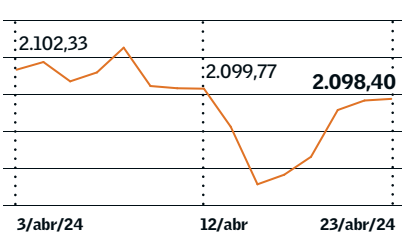
Bolsas internacionais
Variações no dia 23/abr/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	0,69
S&P 500	1,20
Euronext 100	1,06
DAX	1,55
CAC-40	0,81
Nikkei-225	0,30
SSE Composite	-0,74

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

queda de **0,74%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercados Dado vai na contramão da distribuição de dividendos, que cresceu 5,6% no período

Com juro alto, recompra de ação cai 14% em 2023

Matheus Prado
De São Paulo

Em um ambiente de juros elevados e diante de performance robusta — ainda que desigual — dos mercados acionários globais em 2023, as recompras de ações ao redor do mundo recuaram 14%, para US$ 1,11 trilhão, segundo mostra relatório da gestora Janus Henderson adiantado ao **Valor**. O dado vai na contramão da distribuição de dividendos, que registrou crescimento nominal de 5,6% na mesma janela, para US$ 1,66 trilhão.

Responsáveis por 70% do mercado mundial de recompras, os Estados Unidos registraram recuo de 17,05% na utilização do instrumento, o equivalente a uma queda de US$ 159 bilhões, e foram os principais detratores do período. Apenas as empresas de tecnologia diminuíram a aplicação da ferramenta em US$ 69 bilhões, com Microsoft e Meta, que distribuiu dividendos pela primeira vez, cortando cerca de 30%, e a Apple, outros 15%.

A redução bilionária nas recompras do setor ocorreu em um ano em que o Nasdaq Composite, principal índice de tecnologia do país, avançou 43,4%, fruto da escalada das ações ligadas à tese de inteligência artificial (IA) que levou papéis e o próprio referencial para patamares historicamente elevados. Assim, ficam menores a margem e o incentivo para que as empresas recomprem seus próprios papéis.

Ben Lofthouse, chefe de renda variável global da Janus Henderson, também atribui a menor utilização do instrumento, em âmbito geral, ao patamar mais elevado dos juros. Quando é mais barato tomar dívida, afirma, faz sentido para as empresas até mesmo pegarem capital emprestado e utilizar recursos para tirar capital próprio caro de circulação. Com as taxas nas máximas de vários anos, nota, o cálculo não é tão simples. "Algumas empresas estão pagando dívidas neste ponto do ciclo, utilizando dinheiro que em outro momento teria ido para recompras", diz.

"E muitas empresas usam recompras como válvula de escape, uma maneira de devolver capital excedente aos acionistas sem criar expectativas para dividendos que podem não ser sustentáveis a longo prazo. Isso é especialmente apropriado em indústrias cíclicas como petróleo ou bancos. Essa flexibilidade explica por que as recompras são mais voláteis do que os dividendos."

O executivo avalia, por outro lado, que um ano de baixa não descredibiliza o crescimento da indústria, que alcançou, e manteve no ano passado, patamar trilionário depois da queda generalizada dos mercados em 2020. Segundo ele, tudo se resume a uma busca por equilíbrio entre despesas de capital, necessidades de financiamento e retornos aos acionistas por meio de dividendos, recompras ou ambos.

Fora dos EUA, a Europa, aumentou a aplicação da modalidade em 2,9%, para US$ 146 bilhões, enquanto as empresas no Reino Unido recompraram ações em um volume de US$ 64,2 bilhões, queda de 2,6% em relação a 2022. No Brasil, houve queda de 34,3%, de US$ 6,7 bilhões para US$ 4,4 bilhões, enquanto a utilização do instrumento em mercados emergentes cresceu 5,83%, para US$ 29 bilhões, com destaque para China (subiu 32,2%, alcançando US$ 16,8 bilhões).

A Janus Henderson, que tinha aproximadamente US$ 335 bilhões em ativos sob gestão, compilou dados de recompra de ações a partir dos relatórios anuais de fluxo de caixa das 1,2 mil maiores empresas do mundo por capitalização de mercado.

Pausa no crescimento
Recompras de ações globais recuam em 2023 - em US$ bilhões

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Brasil	0	1,2	0	0,2	5,7	6,7	4,4
Emergentes (com Brasil)	7,9	13,6	16,1	17,4	37,5	27,4	29
América do Norte	518,7	786,6	764	510,6	844,6	996,5	812,3
Europa ex-Reino Unido	68,8	92,5	87,7	70,7	161	141,7	145,6
Reino Unido	16,4	42,1	32,3	12,8	25,1	65,8	64,2
Ásia-Pacífico ex-Japão	14,4	17,8	15,3	7,5	13,5	21,1	12,7
Japão	36,7	21,7	40,2	48,9	34,5	41,1	48,5
Total	**662,8**	**974,2**	**955,6**	**668,1**	**1116**	**1293**	**1112**

Fonte: Janus Henderson

Dólar perde força com atividade mais fraca nos EUA e real sobe

Eduardo Magossi, Arthur Cagliari, Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

Os rendimentos dos Treasuries e o dólar registraram quedas expressivas ontem, após a divulgação de dados de atividade mais fracos que o esperado nos Estados Unidos. A dinâmica possibilitou nova recuperação do real, mas teve efeito limitado nos mercados de juros e de ações. A percepção é que houve uma piora no cenário para a trajetória da política monetária doméstica. A bolsa sofreu ainda com o recuo de exportadoras de commodities metálicas.

No fechamento, o rendimento da T-Note de 2 anos caiu a 4,933%, de 4,976%, e o yield de 10 anos recuou a 4,606%, de 4,614%. Já o índice DXY recuava 0,37% no fim da tarde, a 105,69 pontos.

No mercado local, o dólar cedeu 0,74% ante o real, cotado a R$ 5,1304. Já a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 subiu de 10,79% para 10,82%. O Ibovespa recuou 0,34%, aos 125.148 pontos.

Uma leitura mais fraca do que o esperado do índice gerente de compras (PMI), na preliminar de abril dos EUA, derrubou os yields dos Treasuries e o dólar. Além disso, a ferramenta FedWatch, do CME Group, voltou a apontar apostas majoritárias em dois cortes de juros em 2024, e não apenas um, como passou a indicar desde a semana passada. Agora, 35% dos investidores apostam que os federal funds terminarão o ano entre 4,75% e 5% ante 32,8% ontem.

Segundo a S&P Global, o PMI composto dos EUA de abril caiu de 52,1 para 50,9, enquanto o índice de serviços recuou de 51,7 para 50,9 e o industrial cedeu de 51,9 para 49,9, entrando em terreno de contração. São os resultados mais baixos em cerca de cinco meses.

"O mercado esperava uma alta e obteve um recuo abaixo de 50. A narrativa que fundamentou o dado também foi baixista, com empresas cortando empregos a um ritmo não visto desde a crise financeira global, o que foi a principal razão do mercado reagir com uma queda expressiva", disse Padhraic Garvey, do ING Bank, notando que o leilão de T-Notes de 2 anos teve uma demanda forte, o que também ajudou a derrubar os yields.

35% esperam dois cortes de juros nos EUA

Outra explicação para a boa performance do real está no fato de que a posição vendida em dólar pelo investidor local se afastou do pico recente, o que gera menor pressão diante de estresses. No fim de janeiro, essa posição havia alcançado US$ 17,4 bilhões. À época, o J.P. Morgan citou tal posicionamento como um fator de preocupação. Desde então, esse posicionamento caiu. No fim de março, essa posição rondava os US$ 13,3 bilhões, ainda considerado um nível elevado. No fechamento de ontem, estava em US$ 7,97 bilhões.

Apesar de ter se recuperado parcialmente, agentes começam a ver um teto para apreciação do real. O economista-chefe do Banco Fibra, Marco Maciel, aponta que a curva de juros americana impede movimento expressivo do real, já que deve permanecer elevada. E menciona também a questão fiscal.

Nessa linha, no mercado de juros, houve continuação de um processo de revisão das taxas futuras. A sensação de que a Selic deve cair menos que o esperado neste ano se somou aos ajustes altistas observados no Boletim Focus, que consolidou a percepção de piora das expectativas dos investidores.

A mediana das projeções para a Selic no fim deste ano passou de 9,13% para 9,5% em uma semana, enquanto o ponto-médio das estimativas para o juro básico em 2025 subiu de 8,5% para 9%. Em outro movimento que acende um sinal de alerta, a projeção mediana para o IPCA em 2025 subiu pela terceira semana consecutiva e alcançou os 3,60%, de 3,56%.

"Esperamos que o Copom se mostre mais cauteloso, sobretudo em função da mudança de premissa sobre o cenário de corte de juros nos EUA. Adicionalmente, as incertezas domésticas devem adicionar um sentimento de maior vigilância, o que sustenta nossa expectativa de um Copom que altera seu plano de voo", informam economistas do Banco do Brasil, que alteraram sua projeção de Selic no fim do ciclo de 9,25% para 9,75%.

Instituições pedem mudança em proposta de regra para crise

Gabriel Shinohara
De Brasília

Os bancos e as instituições de pagamentos se mostraram preocupados com alguns pontos da proposta de resolução e de recuperação para o setor apresentada pelo Banco Central (BC) em consulta pública. Um dos pontos citados é a definição de "funções críticas" contida na minuta, além de especificação sobre quais tipos de instituições serão contempladas na regra.

A regulamentação trata de duas questões diferentes sobre enfrentamento de crises das instituições financeiras. A primeira é a implementação do planejamento de recuperação e resolução. A recuperação acontece quando há um processo de restabelecimento da viabilidade da instituição. Já a resolução ocorre quando a instituição não tem viabilidade e as medidas são para preservar funções consideradas críticas e diminuir os danos. A segunda questão é a elaboração e remessa do Plano de Recuperação e de Saída Organizada (PRSO), documento com diagnósticos e andamento dos processos. O prazo para envio de contribuições da consulta pública terminou na segunda. Agora, o BC deve analisar os insumos apresentados.

A proposta de novo regramento se aplica às instituições do Segmento 1 (S1), que são bancos com porte maior ou igual a 10% do PIB. Segundo o BC, apenas Banco do Brasil, Bradesco, BTG Pactual, Caixa, Itaú e Santander se encaixam no S1.

Em contribuição ao processo, a ABBC, que representa os bancos médios, propôs mudanças para especificar as regras para instituições fora do S1. A ABBC também propõe, entre outros pontos, que o BC torne público as funções que considerar críticas. Além disso, defende que essas instituições fora do S1 tenham um prazo de no mínimo 24 meses para apresentar os planos ou, alternativamente, 12 meses, caso o BC entenda que "instituições que não se enquadrem no S1 não devem ter prazo maior para adaptação".

Banco Central deve analisar os insumos apresentados e apresentar as regras

Já a Abipag, que representa instituições de pagamentos fora dos grandes bancos, pede a exclusão da norma das instituições de pagamento, sociedades de crédito direto (SCD), sociedades de empréstimo entre pessoas e sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte. Segundo a Abipag, a Financial Stability Board (FSB), que consolidou as recomendações sobre o tema, determina que funções críticas são as desempenhadas por instituições sistemicamente importantes e cuja descontinuidade repentina representa risco de contágio. A associação defende que as instituições de pagamento não se enquadram no segundo quesito por conta da regra específica de regime patrimonial, que determina, entre outras coisas, segregação patrimonial de terceiros em títulos públicos federais ou em espécie no BCB.

A segunda proposta da Abipag é de retirar da minuta a previsão de que os contratos firmados com terceiros prestadores de serviços críticos devem "incluir cláusulas específicas que impeçam a rescisão contratual desencadeada por evento de decretação de regime de resolução". A associação sugere que nesses casos, o terceiro deverá dar acesso, para o responsável pelo regime de resolução, às informações como contratos e acordos referentes aos serviços prestados.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) também propôs mudanças sobre o tema de "funções críticas". Segundo a federação, as definições de funções críticas e de serviços críticos na resolução estão muito amplas e podem trazer insegurança jurídica.

No caso das funções críticas, por exemplo, a proposta da Febraban é que sejam definidas como "atividades executadas por um conglomerado prudencial ou por uma entidade, para terceiros, que representem atividade essencial à economia e cuja substitutibilidade não possa ser implementada tempestivamente de modo a comprometer, de forma fundamentada pelo BC, a estabilidade do SFN, do SPB ou da economia".

Assim como a Abipag, a Febraban demonstrou preocupação com a determinação de cláusulas específicas que impeçam a rescisão contratual de terceiros prestadores de serviços por prazo de no mínimo 12 meses no caso de resolução. A federação sugeriu a exclusão desse trecho ou, alternativamente, a flexibilização da obrigação.

De quem é a culpa da alta na expectativa de inflação?

Análise

Alex Ribeiro
De São Paulo

A expectativa de inflação para 2025 subiu pela terceira semana seguida, de 3,56% para 3,6%, distanciando-se ainda mais da meta, definida em 3%. De quem é a culpa: da política monetária ou da política fiscal? A resposta é importante não apenas para apontar o dedo para os responsáveis, mas principalmente para saber o tamanho da iniciativa que será necessária na política de juros para colocar a inflação na meta.

Em parte, a responsabilidade deve ser atribuída ao Banco Central (BC). O ano de 2025 está dentro do chamado horizonte relevante de política monetária. Ou seja, está perfeitamente ao alcance do BC fazer o que for necessário com a Selic para colocar a inflação na meta.

Tem uma parte da responsabilidade fora do BC. Depois de maio de 2023, as expectativas de inflação melhoraram, mas desde julho nunca caíram abaixo de 3,5%. É uma espécie de opinião dos especialistas do mercado financeiro sobre o piso para a inflação, dado o arranjo mais geral da política econômica, com expansão fiscal e limites sobre o que a política monetária pode fazer para se contrapor a isso.

Esse impasse já existia. A novidade é que as expectativas de inflação para 2025 estão piorando há três semanas, apesar de o mesmo boletim Focus ter revisto para cima a sua projeção mediana para a Selic no fim do ciclo de distensão monetária, de 9% para 9,5% ao ano.

O recado que o mercado está dando nas projeções é que o grau de aperto é insuficiente para produzir uma queda significativa da inflação, menos ainda para levá-la à meta. Em 3,6%, a inflação projetada para 2025 se aproxima da alta esperada para este ano, de 3,73%. A projeção para os preços de serviços em 2025 passou de 4,11% para 4,28%, e os serviços costumam refletir de perto o grau de aquecimento do mercado de trabalho e da economia. Esse é um problema monetário.

É possível que isso tenha alguma relação com a política fiscal, após o governo revisar a meta de resultado primário de 2025. A trajetória de resultados primários prevista no Focus, que já não acreditava na meta anterior, não mudou. Segue com déficit primário de 0,7% do PIB em 2024, de 0,6% do PIB em 2025 e de 0,5% do PIB em 2026.

O fato de as previsões não terem mudado não significa que os riscos não tenham aumentado. As projeções indicam o cenário provável, mas não dizem nada sobre os riscos, que refletem as probabilidades de as coisas não saírem como o esperado. Os riscos costumam se refletir melhor nos preços de mercado.

Na semana passada, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reconheceram que o aumento da incerteza fiscal foi um dos fatores que pressionaram a taxa de câmbio (o outro, mais importante, foi o adiamento dos cortes de juros pelo Fed). A alta do dólar pega mais na inflação deste ano, mas contamina também 2025 pela inércia. Além disso, a revisão da meta significa que o impulso fiscal é maior.

Tudo isso dificulta o trabalho do BC, mas nada que seja impossível de administrar. Dentro de duas semanas, o Comitê de Política Monetária (Copom) vai divulgar sua projeção de inflação para 2025, que pela última vez estava em 3,2%. O modelo do BC costuma ter mais coerência interna do que as projeções do Focus, que reúne a visão de pessoas diferentes: a deterioração das expectativas pressiona a inflação, mas a Selic mais alta puxa a inflação para baixo.

A boa notícia é que, pelo menos por enquanto, o aumento da incerteza fiscal e relacionada ao ambiente externo não provocou uma deterioração adicional nas expectativas de inflação de longo prazo, que continua em 3,5% para 2026 e anos seguintes.

A mensagem geral é que, pelo menos neste momento, os especialistas do mercado entendem que as incertezas externa e fiscal podem até ter um impacto mais imediato na taxa de câmbio, provocando um ajuste de preços relativos — mas não levariam a uma perpetuação desse choque, com uma inflação mais alta no longo prazo, que seria muito mais custosa para combater.

Renda fixa Emissões feitas com taxas de juros baixas terão de ser refinanciadas, alerta estrategista

Empresas se aproximam do 'muro da dívida'

JOHN BOAL/MILKEN INSTITUTE

Eduardo Magossi
De São Paulo

Cerca de 21% da dívida corporativa americana "high yield", de mais retorno e maior risco de crédito, terá que ser refinanciada nos próximos três anos. Com a queda dos juros durante a pandemia, muitas empresas aproveitaram para fazer uma emissão recorde de títulos, que começarão a vencer a partir do próximo ano, em um cenário de taxas muito mais elevadas. Desde o início do ciclo de alta de juros, as taxas americanas saíram de perto de zero para o patamar de 5,25% a 5,50%. "Muitas empresas vão começar a sentir o impacto do aperto monetário a partir deste refinanciamento, o que pode provocar um aumento nos defaults", avalia a estrategista-chefe global da gestora Principal Asset Management, Seema Shah.

Embora um aumento expressivo na inadimplência não seja seu cenário-base, Seema acredita que esse ambiente vai impedir que muitos investidores aumentem sua exposição ao crédito. Segundo ela, com exceção dos segmentos de menor qualidade do espectro de crédito — que vai desde "junk bonds" (com grande probabilidade de calote) até "investment grade" (grau de investimento), apenas um degrau acima do high yield em termos de qualidade —, a maior parte será capaz de escalar o chamado "muro da dívida".

Esse é o nome dado pelo mercado ao montante de dívida high yield que terá de ser refinanciada entre 2025 e 2035. É quando um volume expressivo, de cerca de US$ 1,3 trilhão segundo o indicador High Yield do Barclays, precisará ser rolado, a grande maioria de emissões com o "carimbo" high yield, de empresas com notas de crédito BB e B.

"Desse total, cerca de US$ 330 bilhões vencem entre 2025 e 2027, o maior volume de vencimento inicial de um muro da dívida na história recente", disse ela em entrevista ao **Valor**. O maior volume, perto de US$ 500 bilhões, vence entre 2028 e 2029. "Para contexto, em 2023 foram emitidos US$ 176 bilhões de dívida high yield e, em 2024, até o momento, foram emitidos US$ 90 bilhões."

> "Custos maiores de refinanciamento podem reduzir a capacidade de rolar dívida e elevar defaults nesse nicho"
> *Seema Shah*

Alguns fatores fundamentam a expectativa da estrategista de um número menor de defaults do que o registrado em períodos de juros elevados. Em primeiro lugar, ela destaca a resiliência da economia dos EUA, o que tem mantido os spreads de crédito de high yield apertados. "Isso é reflexo do fato de que, apesar da alta nos juros, o mercado de crédito está com fundamentos fortes, amparado pela expectativa de que o Federal Reserve [Fed, banco central dos EUA] vai levar a economia a um pouso suave."

Ela destaca que os resultados das empresas permanecem sólidos, em um momento em que estão com seus caixas lotados. "Isso faz com que o setor corporativo esteja se beneficiando tanto de balanços positivos como de um cenário econômico firme, o que reduz o risco de que o refinanciamento da dívida se torne muito oneroso", afirma.

Seema lembra que os custos de refinanciamento sempre são maiores para credores de alto risco. "Mas o muro da dívida tem um viés qualitativo elevado, composto principalmente de emissores BB e B", disse. "Custos maiores de refinanciamento podem reduzir a capacidade de alguns credores de maior risco de rolar dívida e elevar os defaults nesse nicho, mas para o mercado de crédito como um todo o muro da dívida não deve provocar muitos estragos", avalia.

Segundo ela, os setores que terão mais dificuldades para se refinanciar serão o de telecomunicações e mídia, devido a desafios recorrentes. "O volume da dívida a vencer está bem diversificado, com as maiores partes nos setores de tecnologia, energia, financeiro, saúde e jogos."

Nem o cenário de o Fed adiar o início do afrouxamento monetário deve se tornar um risco. "O mercado de novas emissões de high yield mostrou uma força notável no início do ano e tem sustentado esse pulso nas últimas semanas, principalmente depois do recuo do Fed no corte nos juros", disse. Embora Seema acredite que esse ajuste do Fed não terá impacto duradouro no processo de refinanciamento, poderá haver uma desaceleração temporária entre as empresas para melhor gerenciar vencimentos futuros "em resposta ao avanço dos rendimentos dos Treasuries". "Mas, apesar disso, a demanda dos investidores segue firme."

Segundo ela, o maior risco seria o mercado primário fechar devido a algum evento macroeconômico imprevisto. O cenário-base da estrategista é de uma desaceleração modesta da economia americana e cortes graduais de juros a partir da metade de 2024, mas um pouso suave não é um resultado dado como certo.

Mesmo em um cenário de economia aquecida e inflação acima da meta de 2%, o resultado não seria trágico. "Embora seja verdade que as empresas terão que empregar uma fatia maior de sua receita no pagamento de juros se o Fed voltar a apertar, a força subjacente da economia também vai se refletir na melhoria dos fundamentos da empresa, colocando-as em posição mais forte para lidar om os custos mais altos." Para ela, historicamente, são raros os problemas de crédito quando o aperto monetário simplesmente reflete uma economia forte.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 23/04/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.641,3972740	0,04	0,40	2,87
IRF-M	1+**	20.070,9702820	0,00	-0,71	0,65
IRF-M	Total	18.176,9959150	0,01	-0,37	1,30
IMA-B	5***	9.136,2063430	-0,01	-0,27	1,78
IMA-B	5+****	11.231,6510810	-0,13	-1,73	-3,22
IMA-B	Total	9.821,8633420	-0,07	-1,03	-0,86
IMA-S	Total	6.607,9025850	0,04	0,69	3,40
IMA-Geral	Total	8.071,7511860	0,00	-0,10	1,53

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	09/04	08/04	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,10	29,65	32,90	28,05	30,12	33,72
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,26	25,89	24,98	23,95	26,45	26,82
Conta garantida pré - a.a.	41,46	41,26	43,89	44,57	52,30	50,90
Desconto de duplicata pré - a.a.	22,88	23,81	24,61	23,97	22,73	28,00
Vendor pré - a.a.	15,76	15,69	15,27	15,36	15,91	18,71
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,62	17,62	15,36	15,40	17,73	22,90
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,72	17,18	17,54	16,99	17,69	18,78
Conta garantida pós - a.a.	23,54	23,06	24,94	24,49	25,22	27,26
ACC pós - a.a.	9,05	8,49	8,57	9,04	8,61	8,34
Factoring - a.m.	3,31	3,33	3,29	3,30	3,34	3,65

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	23/04/24	22/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3100	5,3100	5,3400	5,3100	4,8000
1 mês	-	5,3300	5,3304	5,3224	5,3214	4,8153
3 meses	-	5,3479	5,3481	5,3506	5,3526	4,6291
6 meses	-	5,3902	5,3899	5,3888	5,3886	4,3035
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9100	3,9110	3,8990	3,9090	2,9020
1 mês	-	3,9131	3,9132	3,9121	3,9118	2,8848
3 meses	-	3,9256	3,9253	3,9239	3,9233	2,4674
6 meses	-	3,9431	3,9425	3,9414	3,9413	1,9736
1 ano	-	3,7433	3,7242	3,6738	3,6566	0,8835
Euribor ***						
1 mês	-	3,819	3,855	3,855	3,853	2,956
3 meses	-	3,891	3,904	3,892	3,903	3,261
6 meses	-	3,850	3,842	3,851	3,874	3,601
1 ano	-	3,734	3,702	3,669	3,682	3,854
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,00
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
T-Bill (1 mês)	5,38	5,38	5,38	5,38	5,36	3,31
T-Bill (3 meses)	5,37	5,38	5,39	5,36	5,37	5,07
T-Bill (6 meses)	5,37	5,37	5,37	5,31	5,30	5,04
T-Note (2 anos)	4,94	4,97	4,99	4,63	4,60	4,18
T-Note (5 anos)	4,64	4,65	4,70	4,22	4,19	3,66
T-Note (10 anos)	4,61	4,61	4,67	4,20	4,20	3,58
T-Bond (30 anos)	4,73	4,71	4,76	4,35	4,38	3,78

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	abr/24*	mar/24	Mês fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,69	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	3,32	12,35
CDI	0,69	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	3,32	12,35
CDB (1)	0,73	0,75	0,75	0,78	0,85	0,98	3,04	10,72
Poupança (2)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
Poupança (3)	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	2,25	7,60
IRF-M	-0,37	0,54	0,46	0,67	1,48	2,47	1,30	14,03
IMA-B	-1,03	0,08	0,55	-0,45	2,75	2,62	-0,86	11,81
IMA-S	0,69	0,86	0,82	0,99	0,92	0,91	3,40	12,58
Renda Variável								
Ibovespa	-2,31	-0,71	0,99	-4,79	5,38	12,54	-6,73	25,74
Índice Small Cap	-7,31	2,15	0,47	-6,55	7,05	12,46	-11,10	24,13
IBrX 50	-1,44	-0,81	0,91	-4,15	5,31	12,01	-5,44	24,88
ISE	-5,83	1,21	1,99	-4,96	6,04	15,06	-7,62	26,03
IMOB	-10,74	1,10	1,27	-8,46	8,69	14,85	-16,34	41,74
IDIV	-0,70	-1,20	0,91	-3,51	6,90	10,70	-4,48	27,20
IFIX	-1,02	1,43	0,79	0,67	4,25	0,66	1,87	23,44
Dólar Ptax (BC)	3,33	0,26	0,60	2,32	-1,91	-2,41	6,64	-1,66
Dólar Comercial (mercado)	2,29	0,86	0,71	1,75	-1,28	-2,49	5,73	-1,06
Euro (BC) (4)	2,31	0,07	0,25	0,54	-0,63	0,75	3,19	-2,29
Euro Comercial (mercado) (4)	1,49	0,71	0,38	-0,34	0,32	0,36	2,25	-1,60
Ouro B3	-	10,65	1,64	7,39	-0,98	-2,85	20,77	8,20
Inflação								
IPCA	-	0,16	0,83	0,42	0,56	0,28	1,42	3,93
IGP-M	-	-0,47	-0,52	0,74	0,59	0,50	-0,91	-4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 23/abr/24. ** Até mar/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 17/04/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.438.685,64					1.234,39	67.158,28	201.007,29	135.221,97
RF Indexados (2)	151.655,33	0,13	-0,55	1,05	9,21	-672,77	-1.934,88	-706,25	-5.726,08
RF Duração Baixa Soberano (2)	691.348,25	0,04	0,52	2,96	11,48	503,54	40.469,38	64.742,06	35.872,39
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	806.528,50	0,04	0,57	3,38	13,02	-83,53	9.844,02	26.991,66	17.497,31
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	128.664,06	0,04	0,05	3,40	12,61	374,31	5.307,78	25.761,21	31.984,39
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	168.366,48	0,05	0,18	2,60	8,77	-46,84	633,10	-1.065,17	-5.564,80
RF Duração Livre Soberano (2)	230.120,59	0,05	0,25	2,51	10,91	-462,51	-1.225,12	6.963,50	-9.371,93
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	679.158,94	0,05	0,35	2,85	11,70	1.502,84	2.533,83	17.193,08	-12.982,21
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	319.201,33	0,05	0,11	2,91	13,59	227,64	9.156,07	41.246,46	94.781,87
Ações	600.309,18					60,81	-1.207,40	-1.268,80	27.808,95
Ações Indexados (2)	10.995,79	0,01	-3,17	-7,44	16,78	-15,23	365,96	1.293,54	-688,89
Ações Índice Ativo (2)	34.041,37	0,03	-4,30	-7,31	16,39	-3,22	-87,60	-1.325,39	-3.443,04
Ações Livre	217.036,56	-0,08	-5,11	-5,54	20,29	29,83	-946,15	-727,01	-12.286,83
Fechados de Ações	124.211,21	0,16	-1,92	-4,36	4,39	4,03	-189,50	-1.155,32	29.096,72
Multimercados	1.652.062,44					-1.385,30	-10.958,56	-40.363,53	-179.028,54
Multimercados Macro	160.414,03	-0,01	-1,49	-0,33	6,96	-252,94	-3.849,17	-13.705,74	-45.290,44
Multimercados Livre	620.462,97	0,01	-0,34	1,25	10,27	-882,74	-527,02	3.807,17	-46.765,88
Multimercados Juros e Moedas	53.337,96	0,05	0,15	2,77	11,96	-133,59	-1.201,53	-3.349,55	-13.732,19
Multimercados Invest. no Exterior (2)	737.869,55	0,23	0,37	2,49	12,20	-142,57	-5.845,74	-28.277,94	-66.702,93
Cambial	6.213,46	0,53	5,16	10,10	11,69	-5,64	-116,14	-289,96	-1.629,53
Previdência	1.403.448,91					-422,90	2.109,77	13.315,29	39.072,03
ETF	41.247,15					567,11	-13,91	-2.372,49	36,57
Demais Tipos	1.961.093,26					-459,26	4.598,67	35.003,94	36.396,96
Total Fundos de Investimentos	**7.141.966,78**					**48,47**	**56.972,04**	**170.027,81**	**21.481,44**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.576.429,50**					**1.671,69**	**15.915,09**	**13.031,39**	**76.024,52**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.439,24**					-	-	-	-
Total Geral	**8.765.835,51**					**1.720,16**	**72.887,13**	**183.059,20**	**97.505,96**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de fevereiro de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	23/04/24	22/04/24	Há 1 semana	No fim de março	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,75	10,75	10,75	10,75	10,75	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	10,65	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	10,65	11,00	11,00	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8874	0,8317	0,8317	0,9181
CDI - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	10,65	10,65	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,2050	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,65	10,65	10,65	11,00	11,00	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8874	0,8874	0,8874	0,8317	0,8317	0,9181
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,63
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9959
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,03
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9514
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,39	10,41	10,36	10,36	10,41	13,62
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,31	10,33	10,28	10,05	10,08	13,47
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,50	10,51	10,53	10,66	10,66	13,64
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,44	10,45	10,43	10,50	10,54	13,64
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,39	10,41	10,36	10,37	10,40	13,62
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,34	10,37	10,31	10,25	10,27	13,58
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,31	10,33	10,28	10,06	10,09	13,48
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,32	10,30	10,35	9,85	9,85	12,81

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 23/04/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	99.759,27	10,653	46.637	10,652	10,658	10,658
Vencimento em jun/24	98.937,47	10,484	20.816	10,482	10,500	10,494
Vencimento em jul/24	98.166,47	10,431	206.454	10,428	10,450	10,434
Vencimento em ago/24	97.293,99	10,380	1.507	10,380	10,400	10,400
Vencimento em set/24	96.477,25	10,322	1.823	10,320	10,340	10,320
Vencimento em out/24	95.691,87	10,319	435.536	10,310	10,360	10,325
Vencimento em nov/24	94.843,10	10,308	2.078	10,300	10,340	10,300
Vencimento em dez/24	94.141,52	10,313	49	10,335	10,335	10,335
Vencimento em jan/25	93.383,52	10,298	1.268.656	10,285	10,345	10,315
Vencimento em fev/25	92.582,57	10,306	1.831	10,300	10,340	10,300
Vencimento em mar/25	91.862,48	10,309	5.011	10,295	10,350	10,295

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	5.129,64	-0,95	260.130	5.122,00	5.192,50	5.138,00
Vencimento em jun/24	5.143,17	-0,95	10.530	5.139,00	5.172,50	5.145,50
Vencimento em jul/24	5.157,68	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.174,47	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.189,44	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em mai/24	5.492,90	-0,53	5	5.498,50	5.498,50	5.498,50
Vencimento em jun/24	5.515,24	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jul/24	5.538,11	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	126.597	-0,39	86.290	125.765	127.420	126.580
Vencimento em ago/24	128.589	-	0	0	0	0
Vencimento em out/24	130.607	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 23/04/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,1620	5,1626	-0,80	3,33	6,64	2,24
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,1298	5,1304	-0,74	2,29	5,73	1,42
Dólar Turismo (R$/US$)	5,1598	5,3398	-0,93	2,53	5,79	1,78
Euro (BC) - (R$/€)	5,5197	5,5224	-0,34	2,31	3,19	-0,32
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,4899	5,4905	-0,27	1,49	2,25	-1,00
Euro Turismo (R$/€)	5,5512	5,7312	-0,44	1,61	2,21	-0,68
Euro (BC) - (US$/€)	1,0693	1,0697	0,47	-0,99	-3,23	-2,50
Ouro*						
B3 (R$/g)[1] [2]	-	-	-	-	20,77	5,57
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.321,90	-0,51	3,37	12,43	17,00
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.298,15	-2,68	4,13	11,43	15,71

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação. [2] Contrato = 250g

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	23/04/24	22/04/24	No fim de mar/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	157.539,33	157.572,08	171.154,28	173.997,89	-0,02	-7,95	-9,46
Valor-Coppead Mínima Variância	93.676,28	94.837,67	96.143,88	93.533,91	-1,22	-2,57	0,15

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 23/04/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 23/04/24

Índice	23/04/24	22/04/24	Em 28/03/24	29/12/23	23/04/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	175,64	173,05	177,78	165,54	152,70	1,50	-1,20	6,10	15,02
S&P BNY Emergentes	323,00	317,68	327,04	312,75	279,45	1,67	-1,24	3,28	15,59
S&P BNY América Latina	211,09	209,58	215,02	225,28	184,46	0,72	-1,82	-6,30	14,44
S&P BNY Brasil	210,41	209,47	214,40	232,95	183,06	0,45	-1,86	-9,68	14,94
S&P BNY México	332,12	326,64	342,11	331,67	302,76	1,68	-2,92	0,14	9,70
S&P BNY Argentina	231,45	233,58	211,50	178,27	118,07	-0,91	9,43	29,83	96,02
S&P BNY Chile	141,90	139,79	147,40	162,12	157,97	1,51	-3,73	-12,47	-10,17
S&P BNY Índia	2.766,46	2.764,99	2.755,62	2.923,01	2.767,52	0,05	0,39	-5,36	-0,04
S&P BNY Ásia	202,14	199,38	206,96	189,60	168,21	1,38	-2,33	6,61	20,17
S&P BNY China	308,01	301,65	306,36	336,11	328,11	2,11	0,54	-8,36	-6,12
S&P BNY África do Sul	212,94	215,19	205,76	199,87	245,22	-1,05	3,49	6,54	-13,16
S&P BNY Turquia	25,99	25,79	23,46	22,45	21,66	0,78	10,80	15,75	19,98

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
06/04 a 06/05	0,0227	0,5228	0,5228	0,6829
07/04 a 07/05	0,0486	0,5488	0,5488	0,7189
08/04 a 08/05	0,0843	0,5847	0,5847	0,7549
09/04 a 09/05	0,0840	0,5844	0,5844	0,7546
10/04 a 10/05	0,0836	0,5840	0,5840	0,7542
11/04 a 11/05	0,0808	0,5812	0,5812	0,7513
12/04 a 12/05	0,0569	0,5572	0,5572	0,7173
13/04 a 13/05	0,0211	0,5212	0,5212	0,6812
14/04 a 14/05	0,0567	0,5570	0,5570	0,7171
15/04 a 15/05	0,0824	0,5828	0,5828	0,7530
16/04 a 16/05	0,0844	0,5848	0,5848	0,7550
17/04 a 17/05	0,0599	0,5602	0,5602	0,7603
18/04 a 18/05	0,0672	0,5675	0,5675	0,7677
19/04 a 19/05	0,0362	0,5364	0,5364	0,7264
20/04 a 20/05	0,0101	0,5102	0,5102	0,6902
21/04 a 21/05	0,0363	0,5365	0,5365	0,7266
22/04 a 22/05	0,0626	0,5629	0,5629	0,7630

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 23/04/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	125.148	-0,34	-2,31	-6,73	19,91
IBrX	52.931	-0,33	-2,03	-6,23	20,26
IBrX 50	21.008	-0,32	-1,44	-5,44	20,76
IEE	85.982	-0,52	-3,01	-9,45	10,69
SMLL	2.092	-0,16	-7,31	-11,10	15,36
ISE	3.477	-0,41	-5,83	-7,62	16,57
IMOB	846	-0,22	-10,74	-16,34	22,80
IDIV	8.667	-1,08	-0,70	-4,48	21,79
IFIX	3.373	-0,20	-1,02	1,87	19,88
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.241	0,47	-5,46	-12,54	17,29
IBrX	10.253	0,47	-5,19	-12,07	17,63
IBrX 50	4.069	0,49	-4,62	-11,33	18,12
IEE	16.655	0,28	-6,14	-15,09	8,27
SMLL	405	0,64	-10,29	-16,63	12,84
ISE	673	0,40	-8,87	-13,37	14,02
IMOB	164	0,59	-13,61	-21,54	20,12
IDIV	1.679	-0,28	-3,90	-10,42	19,12
IFIX	653	0,61	-4,21	-4,47	17,25

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 23/04/24	22/04/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	283	284	-1,0	-11,0	-62,0
África do Sul	362	364	-2,0	-17,0	36,0
Argentina	1.175	1.143	32,0	-277,0	-732,0
Brasil	213	215	-2,0	3,0	18,0
Colômbia	274	278	-4,0	5,0	9,0
Filipinas	78	81	-3,0	-2,0	20,0
México	165	167	-2,0	-3,0	-2,0
Peru	108	110	-2,0	2,0	6,0
Turquia	247	248	-1,0	-20,0	-29,0
Venezuela	15.193	15.222	-29,0	-2.930,0	-8.899,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
ago/23	344.177	11/04/24	352.230
set/23	340.324	12/04/24	352.839
out/23	340.247	15/04/24	351.796
nov/23	348.406	16/04/24	351.557
dez/23	355.034	17/04/24	351.850
jan/24	353.563	18/04/24	351.813
fev/24	352.705	19/04/24	351.917
mar/24	355.008	22/04/24	351.761

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	23/04/24	22/04/24	19/04/24	18/04/24	17/04/24	16/04/24
Índice	2.098,40	2.098,18	2.096,90	2.090,60	2.088,19	2.086,90
Var. no dia	0,01%	0,06%	0,30%	0,12%	0,06%	-0,37%
Var. no mês	-0,27%	-0,28%	-0,34%	-0,64%	-0,76%	-0,82%
Var. no ano	1,61%	1,60%	1,53%	1,23%	1,11%	1,05%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 23/04/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,9500	36,9700	0,13960	0,13970
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,1620	5,1626
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,2597	36,3506	0,1420000	0,1424000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7374	0,7537
Colon (Costa Rica)	498,7700	504,9200	0,010220	0,010350
Coroa (Dinamarca)	6,9746	6,9751	0,7401	0,7402
Coroa (Islândia)	140,4500	140,6300	0,03671	0,03676
Coroa (Noruega)	10,9365	10,9404	0,4718	0,4721
Coroa (Rep. Tcheca)	23,5950	23,6050	0,2187	0,2188
Coroa (Suécia)	10,8271	10,8293	0,4767	0,4768
Dinar (Argélia)	134,2495	134,8395	0,03828	0,03846
Dinar (Kuwait)	0,3080	0,3081	16,7543	16,7617
Dinar (Líbia)	4,8696	4,8919	1,0552	1,0602
Direitos Especiais de Saque ***	1,3145	1,3145	6,7854	6,7862
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6721	3,6731	1,4054	1,4059
Dirham (Marrocos)	10,1270	10,1470	0,5087	0,5098
Dólar (Austrália)***	0,6476	0,6481	3,3429	3,3459
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,1620	5,1626
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,5389	2,5836
Dólar (Canadá)	1,3676	1,3677	3,7742	3,7749
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,1820	6,2577
Dólar (Cingapura)	1,3613	1,3622	3,7895	3,7924
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,1620	5,1626
Dólar (Hong Kong)	7,8360	7,8363	0,6587	0,6588
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5931	0,5935	3,0616	3,0640
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7443	6,8260	0,7562	0,7655
Euro (Comunidade Européia)***	1,0693	1,0697	5,5197	5,5224
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,8363	2,8930
Franco (Suíça)	0,9115	0,9118	5,6613	5,6639
Guarani (Paraguai)	7417,7200	7439,0900	0,0006939	0,0006960
Hryvnia (Ucrânia)	39,5000	39,8000	0,1297	0,1307
Iene (Japão)	154,8100	154,8200	0,03334	0,03335
Lev (Bulgária)	1,8284	1,8295	2,8215	2,8236
Libra (Egito)	48,0000	48,1000	0,1073	0,1076
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000058	0,000058
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00040	0,00040
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2430	1,2435	6,4164	6,4197
Naira (Nigéria)	1230,0000	1232,0000	0,00419	0,00420
Lira (Turquia)	32,5619	32,5739	0,1585	0,1585
Novo Dólar (Taiwan)	32,5620	32,5920	0,15840	0,15850
Novo Sol (Peru)	3,6987	3,6997	1,3952	1,3958
Peso (Argentina)	872,5000	873,0000	0,00591	0,00592
Peso (Chile)	951,4000	952,3000	0,005421	0,005426
Peso (Colômbia)	3907,4800	3908,4800	0,001321	0,001321
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2151	0,2151
Peso (Filipinas)	57,5500	57,5700	0,08966	0,08971
Peso (México)	17,0102	17,0207	0,3033	0,3035
Peso (Rep. Dominicana)	58,9100	59,3500	0,08698	0,08764
Peso (Uruguai)	38,5100	38,5400	0,13390	0,13410
Rande (África do Sul)	19,1242	19,1318	0,2698	0,2700
Rial (Arábia Saudita)	3,7507	3,7509	1,3762	1,3764
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001229	0,0001229
Ringgit (Malásia)	4,7780	4,7820	1,0795	1,0805
Rublo (Rússia)	93,2955	93,3045	0,05532	0,05534
Rúpia (Índia)	83,2690	83,3240	0,06195	0,06200
Rúpia (Indonésia)	16215,0000	16225,0000	0,0003182	0,0003184
Rúpia (Paquistão)	278,4500	279,0000	0,01850	0,01854
Shekel (Israel)	3,7720	3,7747	1,3675	1,3687
Won (Coréia do Sul)	1374,1000	1375,3200	0,003753	0,003757
Yuan Renminbi (China)	7,2445	7,2458	0,7124	0,7126
Zloty (Polônia)	4,0302	4,0317	1,2804	1,2810

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2322,69	0,01339	385,5116	385,5564

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	23/04/24	22/04/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.503,69	38.239,98	0,69	-3,27	2,16	13,89	32.417,59	39.807,37
EUA	Nova York	Nasdaq-100	17.471,47	17.210,89	1,51	-4,29	3,84	34,39	12.725,11	18.339,44
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	15.696,64	15.451,31	1,59	-4,17	4,57	30,02	11.799,16	16.442,20
EUA	Nova York	S&P 500	5.070,55	5.010,60	1,20	-3,50	6,30	22,67	4.055,99	5.254,35
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.011,72	21.871,96	0,64	-0,70	5,03	6,37	18.737,39	22.361,78
México	Cidade do México	IPC	56.633,75	56.551,90	0,14	-1,28	-1,31	4,54	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.347,93	1.344,21	0,28	1,12	12,78	10,85	1.046,70	1.415,24
Venezuela	Caracas	IBVC	62.278,90	63.631,22	-2,13	11,97	7,69	110,71	29.556,30	66.016,25
Chile	Santiago	IPSA	6.467,81	6.374,92	1,46	-2,65	4,36	23,74	5.226,93	6.726,52
Peru	Lima	S&P/BVL General	27.902,35	27.756,91	0,52	-1,64	7,48	25,22	21.161,78	29.727,98
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.245.750,97	1.268.375,75	-1,78	2,66	33,99	328,25	281.752,49	1.316.204,44
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.518,62	1.502,71	1,06	-0,51	8,82	9,43	3.425,66	4.057,14
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.137,65	17.860,80	1,55	-1,92	8,27	14,21	14.687,41	18.492,49
França	Paris	CAC-40	8.105,78	8.040,36	0,81	-1,22	7,46	6,98	6.795,38	8.205,81
Itália	Milão	FTSE MIB	34.363,75	33.724,82	1,89	-1,11	13,22	23,85	26.051,33	34.759,69
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.890,71	3.863,26	0,71	1,17	4,93	1,68	3.290,68	3.890,71
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.674,13	2.635,67	1,46	0,17	17,10	26,88	1.962,58	2.751,08
Espanha	Madri	IBEX-35	11.075,40	10.890,20	1,70	0,01	9,63	17,63	8.918,30	11.111,30
Grécia	Atenas	ASE General	1.447,82	1.420,40	1,93	1,79	11,96	30,28	1.085,11	1.447,82
Holanda	Amsterdã	AEX	874,79	866,51	0,96	-0,79	11,18	14,77	714,05	886,67
Hungria	Budapeste	BUX	65.939,26	65.125,52	1,25	0,85	8,77	49,52	43.367,52	67.407,86
Polônia	Varsóvia	WIG	84.839,47	84.463,90	0,44	2,53	8,13	35,94	61.875,44	84.839,47
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.592,89	6.515,47	1,19	4,97	3,07	6,33	5.729,40	6.609,90
Rússia	Moscou	RTS*	1.163,50	1.174,17	-0,91	2,33	7,39	14,16	969,33	1.174,17
Suécia	Estocolmo	OMX	2.546,33	2.511,41	1,39	1,11	6,18	13,35	2.049,65	2.550,50
Suíça	Zurique	SMI	11.469,15	11.327,77	1,25	-2,23	2,98	0,07	10.323,71	11.790,46
Turquia	Istambul	BIST 100	Feriado	9.645,02	-	5,50	29,11	92,43	4.400,76	9.814,19
Israel	Tel Aviv	TA-125	Feriado	1.957,36	-	-3,74	4,35	14,99	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	74.010,81	73.551,13	0,62	-0,70	-3,75	-5,01	69.451,97	78.977,88
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	37.552,16	37.438,61	0,30	-6,98	12,22	31,47	28.416,47	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.937,90	7.902,00	0,45	-2,65	1,38	5,52	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.675,05	1.678,26	-0,19	-4,15	-8,86	-18,93	1.433,10	2.083,36
China	Xangai	SSE Composite	3.021,98	3.044,60	-0,74	-0,63	1,58	-8,46	2.702,19	3.395,00
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.623,02	2.629,44	-0,24	-4,50	-1,21	3,09	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	16.828,93	16.511,69	1,92	1,74	-1,28	-16,17	14.961,18	20.297,03
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	73.738,45	73.648,62	0,12	0,12	2,07	23,61	59.655,06	75.038,15
Indonésia	Jacarta	JCI	7.110,81	7.073,82	0,52	-2,44	-2,23	4,24	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.357,46	1.349,52	0,59	-1,49	-4,12	-12,89	1.332,08	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	19.599,28	19.411,22	0,97	-3,43	9,31	25,61	15.370,73	20.796,20

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e aos Conselheiros da
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Paranaguá – PR

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Imobilizado e Intangível

Conforme Nota Explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2023 a
Companhia apresentou o saldo de R$ 574.846 mil no Ativo Imobilizado e Intangível. A Companhia contratou empresa especializada para realizar o levantamento patrimonial dos bens do imobilizado e intangível, conforme determina a NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado e teste de recuperabilidade – Impairment, conforme requer a NBC TG 01 (R4) – Valor Recuperável de Ativos; no entanto os trabalhos ainda não foram finalizados, e não foram realizados os devidos registros contábeis de acordo com o levantamento realizado. Consequentemente não foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos Valores correspondentes

As demonstrações contábeis da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, que emitimos relatório em 24 de março de 2023, com modificação de opinião similar ao parágrafo "Base para opinião com ressalva" acima; e sobre "Depósitos Judiciais" e Passivos Contingentes", que foram regularizados no decorrer do exercício de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor contábil do imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2023. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 20 de março de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Jones Nicolas Schneider
Contador CRC PR 054.669/O-9
Sócio

Demonstrações financeiras
PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
31 de dezembro de 2023 com relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Balanço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	325.739	210.416
Contas a receber	5	21.282	20.019
Impostos a recuperar	6	1.280	41.734
Estoques	7	15.135	15.888
Despesas de exercícios seguintes		82	602
Adiantamentos a empregados	8	1.159	1.194
Outros créditos	10	132.882	-
		497.559	289.853
Ativo não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos a recuperar	6	10.994	-
Depósitos judiciais	9	453.316	533.363
Outros créditos	10	1.405	3.478
Imobilizado	11	570.746	595.933
Intangível	11	4.100	2.728
		1.040.561	1.135.502
Total do ativo		1.538.120	1.425.355

	Nota	2023	2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores		6.729	19.611
Obrigações trabalhistas	12	15.037	14.885
Obrigações fiscais	13	11.772	9.274
Adiantamentos de clientes	14	17.889	10.561
		51.427	54.331
Não circulante			
Impostos, taxas e contribuições	13	260.464	354.405
Provisões de contingências	15	184.101	176.654
Impostos e contribuições diferidos		4.126	-
		448.691	531.059
Patrimônio líquido	16		
Capital social	16a	1.086.444	1.086.444
Prejuízos acumulados	16c	(48.442)	(246.479)
Total do patrimônio líquido		1.038.002	839.965
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.538.120	1.425.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações.

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Demonstração do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	17	620.960	434.009
Custo dos serviços prestados	18	(286.350)	(218.729)
Lucro bruto		334.610	215.280
Receitas (despesas) operacionais	19		
Despesas gerais e administrativas		(208.832)	(157.014)
Outros resultados operacionais		30.740	236.147
Lucro operacional antes do resultado financeiro		156.518	294.413
Receitas financeiras		75.197	35.959
Despesas financeiras		(400)	(42)
Resultado financeiro	20	74.797	35.917
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		231.315	330.330
Imposto de renda e contribuição social correntes		(38.510)	(17.131)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.126)	-
Resultado líquido do período	16	188.679	313.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2023	2022
Resultado do exercício	188.679	313.199
Outros resultados abrangentes	9.357	(3.281)
Total do resultado abrangente do período	198.037	309.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.086.444	(556.397)	530.047
Resultado líquido do período	-	313.199	313.199
Ajuste de exercícios anteriores	-	(3.281)	(3.281)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.086.444	(246.479)	839.965
Resultado líquido do período	-	188.678	188.679
Ajuste de exercícios anteriores	-	9.357	9.358
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.086.444	(48.443)	1.038.002

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do período	188.679	313.199
Depreciações e amortizações	38.672	36.992
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	7.447	(266.989)
Tributos diferidos sobre o lucro	4.126	-
Ajuste de exercícios anteriores	9.358	(3.281)
	248.282	79.921
Aumento (redução) dos ativos		
Contas a receber de clientes	(1.263)	(12.167)
Estoques	753	(2.344)
Tributos a recuperar	29.460	(4.502)
Despesas antecipadas	520	(172)
Depósitos judiciais	80.047	(11.676)
Demais créditos	(130.774)	(63.568)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(12.882)	(14.220)
Obrigações sociais e trabalhistas	152	1.032
Impostos e contribuições a recolher	(91.443)	54.534
Adiantamentos de clientes e outras obrigações a pagar	7.328	(785)
Fluxos de caixas das atividades operacionais	130.180	26.053
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Aquisição do Imobilizado e intangível	(14.859)	(36.067)
Baixa do imobilizado e intangível	2	67
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(14.857)	(36.000)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	115.323	(9.947)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	210.416	220.363
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	325.739	210.416
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	115.323	(9.947)

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

O Porto de Paranaguá iniciou sua operação em 1832 como um atracadouro gerido por particulares. Em 1917, o Governo do Paraná passou a administrar o Porto que recebeu o nome de Dom Pedro II em homenagem ao Imperador. No entanto, sua inauguração só ocorreu de fato no ano de 1935, em 17 de março, com a atracação do navio "Almirante Saldanha" da Marinha do Brasil.

Em 11 de julho de 1947, foi criada a Autarquia Estadual que levou o nome de Administração do Porto de Paranaguá, cuja denominação foi modificada posteriormente, no ano de 1971, pela Lei nº 6.249 efetivando a fusão com a Administração do Porto de Antonina criando a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), ficando a APPA responsável pela administração do Porto Dom Pedro II (Paranaguá) e do Porto Barão de Teffé (Antonina).

Algumas fases podem ser reconhecidas durante a evolução e história do Porto de Paranaguá. Tem-se a fase de estabelecimento às margens do Rio Itiberê, que ocorreu no século XVI; a fase de expansão, referente à mudança do porto para as margens da baía no início do século XX, tornando assim viável o acesso de embarcações maiores; e, por fim, a fase de especialização, na década de 1950, com granéis sólidos, iniciando com o café, e posteriormente com soja e farelo, originando o Complexo Corredor de Exportação, nos anos 1970.

Nos anos 1950 e 1960, com o auge do café, a cidade de Paranaguá teve uma expansão urbana entre os Rios Itiberê e Emboguaçu e Ilha dos Valadares. A construção da BR-277, em 1967, também se apresentou como um fator impactante no desenvolvimento do Porto de Paranaguá, sendo responsável pela ligação do litoral paranaense com o extremo oeste, resultando na ampliação da ligação entre novas áreas produtoras de cereais no Brasil, diversificando o volume de negócios no Porto.

Em 11 de dezembro de 2001 o governo do Paraná firmou um Convênio de Delegação com a União por intermédio do Ministério dos Transportes e com a regulação e fiscalização pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) com prazo de vigência de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Em 13 de agosto de 2019, o Estado do Paraná é o primeiro Estado do Brasil a receber autonomia para administrar contratos de exploração de áreas dos portos organizados. Com a medida, a gestão dos arrendamentos de instalações portuárias, que antes eram definidos pela Secretaria Nacional de Portos, passam a ser controlados pela empresa pública Portos do Paraná.

Na data de 05 de maio de 2020, foi assinado antecipadamente a prorrogação do Convênio de Delegação nº.37/2001, atualizando a vigência para até 1º de janeiro de 2052 e suas cláusulas conforme a legislação do setor, como por exemplo a Lei nº.13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), Lei nº.12.815/2013 (Marco Regulatório dos Portos) e demais normas que passaram a vigorar após dezembro de 2001.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 13.303/16, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Não há mudanças nas operações da Companhia, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R$), a moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua. Os valores apresentados nas Demonstrações e nas Notas Explicativas também são apresentados em milhares de reais exceto quando apresentados em outro formato indicado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

a) Valor justo de instrumentos financeiros; e
b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.5 Data de aprovação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações em 31 de janeiro de 2024.

3. Principais políticas contábeis

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

b. Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.
As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

c. Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Depósitos Judiciais

Representam depósitos realizados pela Companhia relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor líquido de realização.

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

d. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro.

e. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

f. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Não foram emitidos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Bancos conta movimento	80.823	20.764
Bancos conta vinculada (i)	1.052	1.392
Aplicações financeiras (ii)	302.536	273.848
Aplicações financeiras (iii)	(58.671)	(85.588)
	325.739	210.416

(i) Saldo de contas bancárias conjuntas com clientes e prestadores de serviços depositados a título de garantia de contratos. A relação dos contratos garantidos está relacionada na tabela a seguir, e os valores estão em milhares de reais:

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

Contrato	Cliente/Prestador	2023	Banco	Agência	C/C
009/2010	Cattalini Terminais Marítimos	15	001	0259-3	70.700-7
027/2010	Centrosul Serviços Marítimos Ltda.	370	001	0259-3	69.795-8
011/2010	CPA Terminal Paranaguá S.A.	112	001	0259-3	70.673-6
029/2010	Harbor Operações Portuárias	17	001	0259-3	70.672-8
014/1999	Cattalini Terminais Marítimos	34	001	0259-3	70.817-8
003/1995	Terminais Portuários Ponto do Felix	97	001	0259-3	71.254-X
093/2021	TEAPAR	233	001	0259-3	70.874-7
31/2019	MTRD Telecomunicações Ltda	1	001	0259-3	24.632-8
053/2014	Openport Sistemas Ltda	-	001	0259-3	68.576-3
053/2022	Gaesan Eng. Consultoria Técnica Ltda	-	001	259-3	67.901-X
018/2007	Bestra Equipamentos Industriais Ltda	5	001	0259-3	44.469-3
065/2012	Central de Serviços Gardin Ltda	3	001	0259-3	69.730-3
020/2012	E-Sales Soluções de Integração Ltda	1	001	0259-3	68.620-4
075-2012	Inforshop Suprimentos Ltda	1	001	0259-3	69.818-0
004/2016	Portal Serviços de Pavimentação Ltda	21	001	0259-3	62.640-6
006/2007	Sigmafone Telecomunicações Ltda	2	001	0259-3	44.473-1
009/2008	Técnica Joss de Elevadores	1	001	0259-3	58.752-4
096/2021	TRC Telecom Ltda.	136	001	0259-3	90.877-0
091/2021	Valdiney Felipe Queiroz	-	001	0259-3	90.876-2
N/I	Volvo - BR - Repres. Pinho Comissária	3	001	0259-3	71.253-1
		1.052			

(i) Valores aplicados em Certificados de Depósitos Bancários CDB e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 99,50%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 100% ao CDI. Os fundos são administrados em parte pelo Banco do Brasil e em parte pela Caixa Econômica Federal.

(ii) Refere-se a um bloqueio judicial nas cotas da aplicação junto ao Banco do Brasil – Fundo Exclusivo, como garantia de caixa na discussão de ações trabalhistas e cíveis em andamento. A composição do bloqueio está no item (iii) da NE nº 09.

5. Contas a receber

A Portos do Paraná, na condição de Autoridade Portuária é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ para os Portos do Paraná. As tarifas para movimentação de carga, descarga e baldeação são conhecidas por INFRAMAR (Receitas da Infraestrutura do acesso Aquaviário), para movimentação das cargas entre o berço e o armazém ou limite da área do porto são INFRAPORT (Receitas da Infraestrutura Terrestre) e pela utilização da infraestrutura de acostagem são as tarifas conhecidas como INFRACAIS (Receitas da Infraestrutura de Acostagem). O valor a receber de clientes em 31 de dezembro de 2023 é de R$21.282 (R$20.019 em 31 de dezembro de 2022). A composição destes títulos por idade de vencimento é apresentada no quadro a seguir:

	2023	2022
A vencer	16.872	15.660
Vencidos até 30 dias	39	57
Vencidos de 30 a 180 dias	31	333
Vencidos a mais de 180 dias (i)	4.340	3.969
	21.282	20.019

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

	2023	2022
Depósito judicial – processo 1749/07 (ii)	307.700	300.376
Provisão para perda (Ofício 170/17-TCE)	(307.700)	(300.376)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (iii)	21.709	21.709
Provisão para perda	(21.709)	(21.709)
	-	-

(i) O saldo de títulos vencidos a mais de 180 dias é composto da seguinte forma:

Cliente	Valor original
Terminais Port. Ponta do Félix	3.188
AIG Seguros Brasil S/A	299
Forte Solo Serviços Integrados	28
Informatizar	20
Outras	797
	4.332

(ii) O montante classificado nesta rubrica refere-se ao processo judicial nº 1749/2007(hoje tramitando na 1ª Vara Federal de Paranaguá sob o nº 5000750-31.2016.404.7008), no qual o SINDOP – Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná, questiona em nome de alguns de seus associados a legalidade de reajuste tarifário aprovado pela Resolução 715/2007-ANTAQ e autorizado pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP. E o juízo proferiu uma decisão liminar determinando que a diferença entre a tarifa originária e o reajuste fosse depositado em juízo até a resolução da lide. Para facilitar o controle a PORTOS DO PARANÁ emite faturas distintas referente a este acréscimo da tarifa aos clientes, os quais após efetuarem o depósito em juízo apresentam a administração portuária os comprovantes de recolhimento. Com a transformação da PORTOS DO PARANÁ em empresa pública, em setembro de 2014, estes valores foram reclassificados no ativo não circulante – créditos de longo prazo. Em 2017, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, em um processo de auditoria expediu o ofício nº 170/2017 que pontua a incerteza do recebimento dos valores depositados em juízo e que eles não geram aumento dos benefícios econômicos. Sendo assim, para cumprir a orientação do TCE e evitar o superdimensionamento do ativo da Companhia foi registrado como PCLD o montante idêntico desta rubrica. A contrapartida do lançamento foi realizada no Patrimônio Líquido para o montante de exercícios anteriores e em conta de resultado como reversão de receita para as faturas emitidas a partir de 2017. A PORTOS DO PARANÁ optou por manter na base tributável para fins de apuração de impostos e contribuições o valor depositado mensalmente pelos clientes, mantendo o conservadorismo adotado como prática de gestão. Em 2023 com o andamento da ação e decisão favorável em 1ªinstância, o juízo federal decidiu em sentença que os depósitos devem cessar a partir da data da decisão (maio de 2023) e que os valores faturados seriam totalmente recolhidos pela Autoridade Portuária.

(iii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi criada no exercício de 2015 após uma extensa e criteriosa análise dos títulos em aberto. O montante identificado no levantamento realizado pela Companhia constatou que estes títulos se referem a períodos anteriores a 2010. As limitações do sistema de gestão utilizado na época e a falta de documentos que informem e comprovem o andamento das cobranças realizadas impossibilitam juridicamente o direito de recebimento destes títulos. Por esta razão optou-se pela criação da provisão com contrapartida considerada indedutível para fins de apuração de tributos – IRPJ e CSLL. Os lançamentos realizados após estes registros iniciais recebem a tratativa conforme determina a norma contábil vigente.

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

6. Tributos a recuperar

	2023	2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.099	30.559
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	10.994	10.994
Programa de Integração Social - PIS	32	32
Contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS	149	149
	12.274	41.734
Circulante	1.280	41.734
Não circulante	10.994	-

7. Estoques

O gerenciamento do estoque é realizado no sistema GMS – Gestão de Materiais e Serviços utilizados por todas as entidades públicas estaduais do Paraná. Todos os itens (produtos e mercadorias, exceto bens do ativo imobilizado, adquiridos pela administração portuária transitam pelo almoxarifado, ou seja, são registrados na aquisição e baixados quando da solicitação através de requerimento de utilização enviado pelos departamentos da PORTOS DO PARANÁ ao setor responsável. A contabilidade realiza os registros de baixa no sistema de gestão – Sênior mediante relatório emitido no GMS. O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2023 é de 15.135 e em 31 de dezembro de 2022 é de 15.888

8. Adiantamentos

Os valores dos adiantamentos se referem ao cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2022/2023, que estabelece que o empregado quando de sua fruição de férias pode optar em receber a 1ª parcela do 13º Salário, juntamente com outras verbas específicas das suas férias.

	2023	2022
Férias	1.159	1.194
Total	1.159	1.194

9. Depósitos judiciais

Os depósitos registrados no Ativo da Companhia se referem a discussões judiciais na qual a PORTOS DO PARANÁ é parte. Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado destas ações não é possível determinar se estes valores retornarão à Companhia, em caso de ganho na ação, ou serão transferidas para o resultado como despesas dedutíveis para cálculo de IRPJ e CSL, em caso de decisão final não favorável a PORTOS DO PARANÁ. Os depósitos estão classificados conforme o quadro a seguir:

	2023	2022
Trabalhistas (i)	16.590	50.318
Tributos (ii)	277.928	378.225
Cíveis	100.126	19.232
Outros (iii)	58.672	85.588
Total	453.316	533.363

(i) O valor refere-se a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento e que, portanto, não foram finalizadas. Também constam registrados nesta rubrica os valores depositados para as ações que ocorreram o trânsito em julgado e estão na fase de liquidação de sentença.

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

(ii) Em novembro de 2014 a PORTOS DO PARANÁ ajuizou uma ação em face da União pleiteando o reconhecimento da imunidade tributária. Neste mesmo processo a Companhia solicitou o recolhimento através de depósito judicial para os valores apurados mensalmente dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil até o trânsito em julgado da ação de Imunidade Tributária. Em 26 de novembro de 2014, foi proferida decisão liminar autorizando a PORTOS DO PARANÁ a efetuar depósito judicial dos tributos federais. Em razão desta conduta prevista no Código Tributário Nacional – CTN, inciso II do art. 151, a exigibilidade dos tributos fica suspensa até a resolução da lide. Em dezembro de 2023 houve a decisão em caráter definitivo pelo levantamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, já que em junho do mesmo exercício a ação que trata este parágrafo transitou em julgado com a declaração de imunidade dos impostos da Empresa Pública. Assim houve o levantamento parcial do IRPJ e IRRF no valor aproximado de 98 milhões de reais e ainda há lide na Justiça Federal em relação a parte do IR e sobre o regime de recolhimento do PIS e COFINS.

(iii) O valor de R$58.872 em 31 de dezembro de 2023 e R$85.588 para 31 de dezembro de 2022 registrado em Outros refere-se ao bloqueio da aplicação financeira da PORTOS DO PARANÁ conforme mencionado na nota explicativa nº 04.

Bloqueios por natureza das ações judiciais

	2023	2022
Trabalhistas	16.589	2.784
Cíveis	100.126	82.804
	116.715	85.588

10. Outros créditos

	2023	2022
Convênio 54/2018 FUNESPAR	-	1.235
Convênio 021/2022 FUNPAR-UFPR	88	65
Provisão de IRRF sobre aplicações	-	861
Garantia Copel Comercialização S.A. - Contrato 042/2021	1.317	1.317
Indenização por descumprimento de contrato de arrendamento (i)	132.882	-
	134.287	3.478
Circulante	132.882	-
Não circulante	1.405	3.478

O Convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá tem por objetivo a cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre as Partícipes visando estruturar, implantar e gerenciar uma base de prontidão especializada no resgate e na despetrolização de fauna em caso de acidentes ambientais na área do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), em atendimento aos Planos de Emergência Individual (PEI) da APPA. O objeto do convênio é contraprestação obrigatória por parte da autoridade portuária, para a manutenção de sua licença ambiental para operação das atividades portuárias na baia de Paranaguá.

(i) Refere-se ao valor de indenização da Petrobras Transporte S.A (Transpetro) por descumprimento de contrato de arrendamento no valor de 132 milhões, pois a obrigação de investimento de construção do Píer de Combustíveis, Gases e Álcoois prevista na Cláusula 4.3 do Contrato de arrendamento 015/2006. O acordo entre as partes foi fechado em dezembro de 2023 no âmbito da Ação Ordinária nº 5012723-02.2019.4.04.7000.

11. Imobilizado e intangível

Imobilizado

	Veículos	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Construções	Máquinas Aparelhos e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos. de Informática e Tecnologia	Instalações	Equipamentos de medição	Imobilizado em andamento	Total
31 de dezembro de 2021	-	135.254	151.377	32.416	156.875	1.749	1.427	55.722	19	62.650	597.489
Aquisições	-	-	60	-	-	474	3.301	-	-	31.459	35.294
Baixas	(2.374)	-	-	(337)	(151)	-	-	-	-	-	(2.862)
Depreciação	-	-	(8.120)	(3.346)	(14.660)	(297)	(955)	(9.402)	(3)	-	(36.783)
Transferência	-	-	39.305	-	-	-	-	-	-	(39.305)	-
Baixa da depreciação	2.374	-	-	283	138	-	-	-	-	-	2.795
31 de dezembro de 2022	-	135.254	182.622	29.016	142.202	1.926	3.773	46.320	16	54.804	595.933
Aquisições	-	-	-	-	677	242	952	-	-	11.320	13.191
Baixas	-	-	-	-	-	(40)	-	-	-	-	(40)
Depreciação	-	-	(9.278)	(2.604)	(14.860)	(308)	(1.921)	(9.402)	(3)	-	(38.376)
Transferência	-	-	8	-	9.554	-	-	-	-	(9.562)	-
Baixa da depreciação	-	-	-	-	-	38	-	-	-	-	38
31 de dezembro de 2023	-	135.254	173.352	26.412	137.573	1.858	2.804	36.918	13	56.562	570.746

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

Intangível

	Intangível	Intangível em andamento	TOTAL
31 de dezembro de 2021	435	1.729	2.164
Aquisições	-	773	773
Amortização	(209)	-	(209)
31 de dezembro de 2022	226	2.502	2.728
Aquisições	**503**	**1.165**	**1.668**
Amortização	**(296)**	-	**(296)**
	433	**3.667**	**4.100**

Em consonância com os Princípios Contábeis Brasileiros e Normas Internacionais de Contabilidade, a administração da Portos do Paraná esclarece a situação de um inventário em andamento que não foi encerrado até o final do exercício de 2023.

O inventário em questão refere-se ao contrato nº58/2023 Consórcio GEPLAN/SETAPE/AVALIENGE para a execução do levantamento e avaliação dos bens de operacionais móveis, imóveis, inventário, cálculo de vidas úteis e teste de Impairment (teste do valor recuperável), levantamento topográfico e fundiário dos ativos do Complexo Portuário da APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, incluindo áreas arrendadas, assim como assessoria contábil para registro do resultado apresentado, o qual está em andamento de acordo com o cronograma que prevê a entrega do resultado em março de 2024.A administração da empresa está trabalhando diligentemente para concluir o inventário pendente o mais rápido possível, garantindo a precisão e a integridade das informações contábeis e financeiras.

Enquanto o inventário permanece em andamento, a empresa está adotando as seguintes práticas:
Continuidade na contabilização e no controle dos itens relacionados ao inventário em questão, garantindo a transparência e a acuracidade das demonstrações financeiras.
Monitoramento constante do progresso do inventário, com revisões periódicas realizadas pela administração junto à contratada para garantir a conformidade com as políticas e procedimentos estabelecidos.
Documentação adequada de todos os passos e decisões tomadas durante o processo de inventário, visando garantir a rastreabilidade e a prestação de contas.

12. Obrigações trabalhistas

	2023	2022
Ordenados a pagar	**2.819**	2.905
Provisão para Férias	**11.765**	11.588
Provisão para 13º Salário	**12**	-
Consignações folha	**291**	244
Pensões a pagar	**150**	148
Total	**15.037**	14.885

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

13. Obrigações fiscais e previdenciárias

	2023	2022
Encargos da Folha	**5.296**	7.931
Contribuição Previdenciária - INSS	**1.862**	1.647
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	**776**	721
Imposto de renda retido na fonte – IRRF Folha	**2.658**	2.488
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	**1.260**	2.533
Programa de Integração Social	**273**	543
Contribuições sobre o Faturamento	**252.092**	227.440
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	**207.492**	187.204
Programa de Integração Social - PIS	**44.599**	40.236
Impostos e Contribuições sobre Resultados	**8.372**	126.966
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	**8.372**	33.520
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	-	93.446
Encargos Retidos de Fornecedores	**4.943**	1.342
Contribuição Previdenciária (Lei 10.833/03)	**733**	467
Imposto de Renda Retido na Fonte (Lei 10833/03)	**469**	(40)
Outros Tributos Federais (PIS/COFINS/CSLL)	**2.432**	745
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	**1.309**	170
	272.236	363.679
Circulante	**11.772**	9.274
Não circulante	**260.464**	354.405

Em dezembro de 2023 houve a decisão em caráter definitivo pelo levantamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, já que em junho do mesmo exercício a ação que trata este parágrafo transitou em julgado com a declaração de imunidade dos impostos da Empresa Pública. Assim houve o levantamento parcial do IRPJ e IRRF no valor aproximado de 98 milhões de reais e ainda há lide NA Justiça Federal em relação a parte do IR e sobre o regime de recolhimento do PIS e COFINS, e em consequência a esse levantamento e da decisão judicial realizamos a baixa na conta de IRPJ a pagar. no valor de 93,446 milhões.

14. Adiantamento de clientes

Para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina o cliente deverá obrigatoriamente efetuar um adiantamento dos valores referente à operação pretendida. O aporte poderá ser através de caução, seguro ou fiança. Esta norma interna foi estabelecida na Ordem Serviço nº 237-12 e é utilizada inclusive para o consumo de água e energia elétrica dentro da área do porto organizado. Os adiantamentos são registrados na contabilidade e após o fechamento da operação, a PORTOS DO PARANÁ emite a fatura correspondente e compensa o valor do adiantamento recebido. Em 31 de dezembro de 2023 o valor desta conta é de R$17.889 e de R$10.561 em 31 de dezembro de 2022.

15. Provisões judiciais

	2023	2022
Trabalhistas	**65.485**	119.069
Cíveis	**89.178**	28.149
Precatórios (i)	**29.438**	29.436
Total	**184.101**	176.654

(i) As execuções para a cobrança de dívida de órgãos de Direito Público da União, Estados, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas se processam pela expedição de uma ordem de pagamento para inclusão desta dívida no orçamento público. Este título é conhecido como precatório requisitório e é expedido após decisão transitado em julgado da qual o ente público tenha sido condenado. Em algumas ações o juiz determina que o valor devido possa ser reconhecido como

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

precatório do Governo do Estado, podendo ou não ser aceito dentro do prazo estipulado, portanto, reconhecemos a provisão destas ações no curto prazo, pois caso o Estado determine o pagamento, a PORTOS DO PARANÁ deverá cumprir a requisição.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social da PORTOS DO PARANÁ é de R$1.086.443.861,38 (um bilhão, oitenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná.

O capital social da Companhia só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doação, bens, reservas e outros recursos de bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim com anuência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária.

b) Resultado do período

O resultado contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi um lucro de 188,679 milhões de reais e para o exercício de 31 de dezembro de 2022 a Companhia registrou um lucro contábil de 313,199 milhões de reais. Os lucros auferidos pela PORTOS DO PARANÁ deverão ser compensados com a conta de prejuízos acumulados.

O EBITDA, que significa Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, atingiu a marca de 195,190 milhões e o EBITDA Ajustado, que soma ao EBITDA outras despesas operacionais e PCLD, conseguiu atingir 299,800 milhões.

	2023	2022
EBITDA	**194.903**	330.914
EBITDA Ajustado	**299.800**	366.001
Margem EBITDA	**31%**	76%
Margem EBITDA Ajustado	**48%**	84%

c) Prejuízos acumulados

O prejuízo acumulado registrado no patrimônio líquido da PORTOS DO PARANÁ para 31 de dezembro de 2023 é de R$48.442 e de R$246.479 para o período findo em 31 de dezembro de 2022.

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

17. Receita operacional

	2023	2022
Infraestrutura de Acesso Aquaviário	**211.330**	184.978
Infraestrutura de Acostagem	**17.337**	10.511
Infraestrutura Operacional Terrestre	**89.060**	75.331
Receitas de Armazenagem	**3.165**	4.403
Receitas por Utilização de Equipamentos	**46.221**	33.181
Diversos Padronizados	**6.110**	3.949
Contratos de Arrendamento	**275.025**	170.982
Receitas Complementares	**13.006**	1.223
Receita operacional bruta	**661.254**	484.558
(-) Deduções da receita	**(40.294)**	(50.549)
Receita operacional líquida	**620.960**	434.009

As receitas da PORTOS DO PARANÁ são obtidas pela cobrança da disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários para que realizem as operações de importação e exportação de produtos e mercadorias e sua armazenagem. A disponibilização do cais, canal de acesso e armazéns são cobradas mediante emissão de faturas. Para cada espécie de tarifa cobrada há uma tabela cujo valores foram aprovados pelo órgão regulador – ANTAQ.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e sua cobrança ocorre conforme estipulado no contrato firmado com o arrendatário. A base para o cálculo do valor mensal devido compreende um valor sobre cada m² arrendado e o um valor sobre o volume de cargas movimentadas no mês.

As tarifas de armazenagem são cobradas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente. As demais receitas operacionais relacionadas com a utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas na contabilidade no fechamento de cada navio.

Em relação aos tributos incidentes sobre o faturamento, PIS e COFINS no caso da PORTOS DO PARANÁ, eles estão sendo discutidos na ação judicial interposta pela Administração Portuária em face da União para reconhecimento da Imunidade Tributária. Enquanto a lide perdurar, por prudência, a PORTOS DO PARANÁ apura as contribuições pelo regime não cumulativo e o valor mensal apurado é recolhido através de depósito judicial conforme liminar obtida junto a 1ª Vara Federal de Paranaguá em 26 de novembro de 2014. A partir de junho de 2023, as contribuições são apuradas no regime cumulativo, mediante a decisão que reconheceu a imunidade da empresa em relação aos impostos federais.

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

18. Custos operacionais

Os custos operacionais da PORTOS DO PARANÁ, compreendem gastos para manter a infraestrutura e as condições necessárias de funcionamento dos portos paranaenses, sendo todas aquelas relacionadas à atividade finalística da Autoridade Portuária, conforme a Lei 12.815/2013, o Convênio de Delegação da exploração dos portos paranaenses da União ao Estado do Paraná, e o Estatuto Social da empresa. Os custos são todas as obrigações como dragagem de manutenção do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, sinalização náutica, batimetria para verificação das profundidades, além de segurança portuária, gestão ambiental, estrutura e mão-de-obra de fiscalização, seguro compreensivo portuário etc. Os custos se classificam conforme tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados	2023	2022
Custos da Infraestrutura Marítima	**(128.812)**	(71.815)
Custos da Infraestrutura de Acostagem	**(2.326)**	(7.206)
Custos da Infraestrutura Terrestre	**(24.589)**	(8.209)
Custos Diversos Padronizados	**(4.281)**	(3.606)
Custos Indiretos	**(126.342)**	(127.893)
Total	**(286.350)**	(218.729)

19. Despesas

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas Administrativas	2023	2022
Despesas com Pessoal Adm.	**(78.467)**	(52.435)
Serviços de Terceiros e Utilidades	**(72.460)**	(43.989)
Despesas Gerais	**(19.233)**	(23.598)
Depreciação	**(38.376)**	(36.783)
Amortização	**(296)**	(209)
Total	**(208.832)**	(157.014)

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas operacionais	2023	2022
Despesas PCLD (i)	**(7.323)**	(29.229)
Outras Despesas Operacionais (ii)	**(97.287)**	(5.858)
Outras receitas(despesas) não recorrentes	**135.350**	271.234
Total	**30.740**	236.147

(i) As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05).

(ii) A linha de outras despesas operacionais se refere às despesas com ações judiciais executadas, pagamento taxas obrigatórias e despesas emergenciais para atendimento às ações de combate à pandemia de COVID-19. As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05).

(iii) O lançamento da reversão das provisões judiciais após a reclassificação jurídica de provável para possível, teve reflexo na linha Outras Receitas (sem impacto fiscal na apuração do LALUR, pois a despesa realizada quando do lançamento da provisão não foi dedutível).

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

20. Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Receita financeira		
Juros recebidos ou auferidos	**290**	128
Rendimento de aplicação financeira	**36.762**	35.831
Variações Monetárias Ativas	**38.142**	-
Outras Receitas Financeiras	**3**	-
Total	**75.197**	35.959
Despesa financeira		
Juros pagos	**(372)**	-
Descontos Financeiros	-	(2)
Tarifas bancárias	**(28)**	(40)
Total	**(400)**	(42)
Resultado financeiro	**74.797**	35.917

21. Instrumentos financeiros

A PORTOS DO PARANÁ, efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os objetivos e processos de gestão dos riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, são apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A PORTOS DO PARANÁ está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais em relação às contas a receber, depósitos e aplicações em instituições financeiras.

Todas as receitas da PORTOS DO PARANÁ, tanto as tarifas cobradas pelo acesso e utilização do cais, como também as receitas de apoio e armazenagem, são recebidas de forma antecipada do cliente, minimizando os riscos de inadimplência. A receita de arrendamento é cobrada mensalmente e, representou cerca de 30% do faturamento da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O montante do risco para o período findo em 31 de dezembro de 2023 está demonstrado a seguir:

	2023
Caixa e equivalente de caixa	**325.739**
Contas a receber	**21.282**
	347.021

b) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: as aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

c) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada no porto organizado é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro para que a PORTOS DO PARANÁ possa honrar os compromissos assumidos para manutenção da infraestrutura e investir recursos para tornar o porto mais eficiente.

d) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da infraestrutura portuária concedida ao Estado do Paraná por meio do 1º aditivo ao Convênio de Delegação nº 037/2001 com vigência até 2052. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

22. Transações com partes relacionadas

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Saldo a pagar a partes relacionadas

Entidades controlada pelo Estado do Paraná	2023	2022
Copel Distribuição S.A.	683	444
Cia de Tecnologia da Informação do Paraná	1.001	1.127
	1.684	1.571

Remuneração dos conselhos (em reais)

	2023	2022
CONSAD - Conselho de Administração	47.892,32	44.982,00
CONFISC - Conselho Fiscal	11.973,09	11.245,50
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	8.979,81	8.434,14
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	15.165,90	2.811,38
	84.011,12	67.473,02

Quantidade de membros

	2023	2022
CONSAD -Conselho de Administração	9	9
CONFISC - Conselho Fiscal	3	2
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	3	2
CIA – Comitê de Indicação e Avaliação	6	4
	21	17

PORTO DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – exceto se de outra forma indicado)

23. Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da Portos do Paraná e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 10 de janeiro de 2023 a 10 de janeiro de 2024.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a prédios móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 05/06/2013, e com vigência de 27 de janeiro de 2023 a 27 de janeiro de 2024. O período posterior de 28 de janeiro de 2024 a 26 de janeiro de 2025 já está contratado junto à AIG Seguros Brasil S.A. O Número da Proposta é 3102402071826 e está em fase de emissão da apólice.

O seguro-garantia foi emitido em 2022 para a garantia de ação de execução fiscal movida pela Procuradoria da Fazenda Nacional contra a Portos do Paraná, no entanto após o depósito judicial exigido, a apólice foi cancelada em agosto do corrente ano.

Abaixo, valores das coberturas vigentes (em milhares de reais):

	2023	2022
Riscos operacionais	45.000	135.000
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Seguro garantia	-	86.444

24. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que passíveis de publicação e/ou ajuste contábil no período com compreenda a data de fechamento do trimestre e a emissão desta Demonstração Contábil.

Paranaguá, 20 de março de 2024.

Rodrigo Neris Cavalcanti
CRC PR-066466/O-9
Contador Responsável

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor-Presidente

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

ANEXO I DA ATA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O Conselho Fiscal da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado o Relatório da Administração da APPA relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, aprovou, por unanimidade, a referida proposição.
Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 25 de março de 2024.
Marcio Fernando Nunes

Presidente

Luiz Augusto Silva

Vice-Presidente

Luiz Nicácio
Membro Titular

COMUNICAÇÃO INTERNA 2154/2024. Assinatura Qualificada realizada por: Luiz Nicacio em 26/03/2024 10:32. Assinatura Avançada realizada por: Luiz Augusto Silva (XXX.256.479-XX) em 26/03/2024 08:31 Local: SEPL/DG. Assinatura Simples realizada por: Márcio Nunes (XXX.875.939-XX) em 26/03/2024 09:47. Inserido ao documento 784.570 por: Cezar Tramujas Neto em: 25/03/2024 17:22. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade

COMUNICAÇÃO INTERNA 2154/2024.
Documento: ANEXOIPARECERSOBREORELATORIODAADMINISTRACAO2023CONFISC.pdf.
Assinatura Qualificada realizada por: Luiz Nicacio em 26/03/2024 10:32.
Assinatura Avançada realizada por: Luiz Augusto Silva (XXX.256.479-XX) em 26/03/2024 08:31 Local: SEPL/DG.
Assinatura Simples realizada por: Márcio Nunes (XXX.875.939-XX) em 26/03/2024 09:47.
Inserido ao documento 784.570 por: Cezar Tramujas Neto em: 25/03/2024 17:22.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CNPJ/MF Nº 79.621.439/0001-91- NIRE 41207943005

ANEXO I DA ATA DA 115ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O Conselho de Administração da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da APPA relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, aprovou, por unanimidade, a referida proposição.
Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 28 de março de 2024.

ALEX SANDRO DE ÁVILA
Presidente do Conselho de Administração

FERNANDO BUENO DE CASTRO
Membro Titular

RAFAEL MOURA DE OLIVEIRA
Membro Titular

GIOVANI DA SILVA FERREIRA
Membro Titular

CARLOS EIDAM DE ASSIS
Membro Titular

LEANDRO PAZZETTO ARRUDA
Membro Titular

JOSÉ AROLDO SOUZA MARTINS
Membro Titular

ADÃO NATALINO DA SILVA
Membro Titular

COMUNICAÇÃO INTERNA 2209/2024. Assinatura Avançada realizada por: Fernando Bueno de Castro (XXX.606.319-XX) em 28/03/2024 18:13, Jose Aroldo Souza Martins (XXX.748.443-XX) em 30/03/2024 20:45 Local: APPA/CONSAD, Rafael Moura de Oliveira (XXX.088.479-XX) em 31/03/2024 07:41, Giovani da Silva Ferreira (XXX.340.169-XX) em 01/04/2024 08:24 Local: APPA/CONSAD, Alex Sandro de Avila (XXX.479.349-XX) em 02/04/2024 11:13 Local: APPA/CONSAD. Assinatura Simples

COMUNICAÇÃO INTERNA 2209/2024.
Documento: ANEXOIATADA115REUNIAOORDINARIACONSADPARECERRELATORIOADM.pdf.
Assinatura Avançada realizada por: Fernando Bueno de Castro (XXX.606.319-XX) em 28/03/2024 18:13, Jose Aroldo Souza Martins (XXX.748.443-XX) em 30/03/2024 20:45 Local: APPA/CONSAD, Rafael Moura de Oliveira (XXX.088.479-XX) em 31/03/2024 07:41, Giovani da Silva Ferreira (XXX.340.169-XX) em 01/04/2024 08:24 Local: APPA/CONSAD, Alex Sandro de Avila (XXX.479.349-XX) em 02/04/2024 11:13 Local: APPA/CONSAD.
Assinatura Simples realizada por: Adão Natalino da Silva Júnior (XXX.328.699-XX) em 28/03/2024 17:57, Leandro Pazzetto Arruda (XXX.762.009- XX) em 28/03/2024 21:21, Carlos Eidam de Assis (XXX.747.289-XX) em 01/04/2024 11:29.
Inserido ao documento 787.372 por: Cezar Tramujas Neto em: 28/03/2024 16:57.

Companhia Piratininga de Força e Luz
CNPJ nº 04.172.213/0001-51 - NIRE nº 35.300.182.383
Companhia Aberta
Certidão da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 10 de Abril de 2024
Certifico o registro na *JUCESP* sob o nº 131.973/24-1 em 17.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR
COMPANHIA ABERTA
CNPJ 01.104.937/0001-70 - NIRE 33300162526

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, na sede da Companhia, à Rua São Bento, nº 01, 9º andar, sala 902, Centro, Rio de Janeiro, RJ, nos sites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (www.eletrobraspar.com.br), no link "Relações com Investidores", os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2024.

Ivo Sergio Baran
Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Companhia Aberta
CNPJ 43.776.517/0001-80
NIRE nº 35.3000.1683-1

FATO RELEVANTE

A **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp** ("Companhia" ou "Sabesp"), em atendimento às disposições da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 18 de abril de 2024, vem a público informar aos seus acionistas e ao mercado em geral que, recebeu ofício do Governo do Estado de São Paulo sobre a convocação dos representantes da URAE 1 - Sudeste para a 1ª reunião do Conselho Deliberativo que será realizada no dia 20 de maio de 2024, bem como do encaminhamento aos mencionados representantes dos seguintes documentos anexos:

(a) Minuta do Contrato de Concessão entre a URAE 1 - Sudeste e a Companhia e respectivos anexos;
(b) Minuta do Regimento Interno do Conselho Deliberativo da URAE 1 - Sudeste;
(c) Minuta do Plano Regional de Saneamento Básico nos termos do artigo 17 da Lei Federal nº 11.445/2007.

São Paulo, 22 de abril de 2024.
Catia Cristina Teixeira Pereira
Diretora Econômico-Financeira e de Relações com Investidores

SÚMULAS DE SOLICITAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A COPEL Distribuição S.A. torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra - IAT a renovação da Licença de Operação nº 43397, válida até 24/10/2024, para a Linha de Distribuição de Alta Tensão de Energia Elétrica – **LDAT 138 kV OLÍMPICO-PINHEIROS,** instalada no município de Cascavel, no Estado do PR.

A COPEL Distribuição S.A. torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra - IAT a renovação da Licença de Operação nº 35858, válida até 26/10/2024, para a Linha de Distribuição de Alta Tensão de Energia Elétrica – **LDAT 138 kV SÃO CRISTÓVÃO-COOPAVEL,** instalada no município de Cascavel, no Estado do PR.

SÚMULAS DE SOLICITAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

A COPEL Distribuição S.A. torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra - IAT a renovação da Licença Ambiental Simplificada nº 5973, válida até 23/10/2024, para a Subestação de Energia Elétrica – **SE 34,5 kV SAPOPEMA,** instalada no município de Sapopema, no Estado do PR.

A COPEL Distribuição S.A. torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra - IAT a renovação da Licença Ambiental Simplificada nº 5978, válida até 24/10/2024, para a Subestação de Energia Elétrica – **SE 34,5 kV ROSEIRA,** instalada no município de São José dos Pinhais, no Estado do PR.

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE LICENÇA PRÉVIA

A COPEL Distribuição S.A. torna público que irá requerer à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba - SMMA - a Licença Prévia, para transferência de titularidade da Linha de Distribuição de Alta Tensão de Energia Elétrica – **LDAT 69 kV HEXION-CIC,** instalada nos municípios de Araucária e Curitiba, no Estado do PR.

Entrevista Para Mario Felisberto, CIO da gestora, disparada das taxas futuras nas últimas sessões abriu oportunidades para posições táticas na renda fixa doméstica

‘Mercado parece ter exagerado’, diz Santander Asset sobre alta dos juros

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

A recente onda de volatilidade que dominou os mercados locais nas últimas semanas abriu algumas oportunidades pontuais no mercado de juros doméstico, mas, na bolsa e no câmbio, ainda não há prêmios suficientes que justifiquem uma tomada maior de risco. Na visão do executivo-chefe de investimentos (CIO) da Santander Asset, Mario Felisberto, em entrevista ao **Valor**, o momento errático dos ativos locais inspira maior cautela e se traduz em uma postura mais tática para aproveitar assimetrias de curto prazo e não há, neste momento, uma convicção estrutural que permita apostar em cenários de prazo mais longo.

Valor: *O cenário global tem se mostrado mais desafiador nos últimos meses e disparou uma série de revisões recentemente. Como a Santander Asset atravessou o período?*

Mario Felisberto: Já esperávamos para este ano um quadro que classificamos como mais equilibrado em comparação aos últimos anos, no sentido de haver um crescimento mais moderado e, em paralelo, uma inflação que está convergindo para as metas. Isso traz muitas vantagens em termos de estabilidade. Certamente tivemos algumas modificações em nossas projeções, mas não estamos falando de uma mudança substancial de cenário. Ele segue parecido com o que víamos antes.

Valor: *Houve ansiedade no mercado sobre cortes de juros do Fed?*

Felisberto: Quando tentamos limpar um pouco os ruídos, a discussão é muito mais sobre o momento em que o Fed vai iniciar os cortes de juros e com que velocidade eles se darão. Como a economia dos EUA tem mostrado resiliência e a inflação está mais resistente, não parece existir uma pressa ou uma pressão por cortes de juros. A incerteza aumentou um pouco e não seria surpresa se o Fed precisasse postergar mais um pouco o início do ciclo. Obviamente isso tem impactos no mercado.

Valor: *E essas mudanças de cenário influenciaram o portfólio da Santander Asset?*

Felisberto: Desde o começo do ano estamos cautelosos. Principalmente por considerar que o mercado exagerou um pouco nas expectativas em relação ao corte de juros, em termos de ‘timing’ e de tamanho dos cortes. Os mercados, no fim do ano passado, pareciam já precificar um movimento bem otimista e preferimos adotar essa postura cautelosa. De lá para cá, a bolsa americana seguiu seu movimento de alta, justificado, em parte pela trajetória sólida da economia dos EUA e, em parte, pela preferência dos investidores por temas como inteligência artificial e tecnologia.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Felisberto, da Santander Asset, vê oportunidades táticas na renda fixa, mas câmbio e bolsa sem prêmio suficiente

Valor: *Esse movimento da bolsa americana deve continuar?*

Felisberto: Mesmo considerando alguns fatores positivos, não vemos espaço para altas adicionais das bolsas globais, então adotamos uma visão cautelosa. E, do lado da renda fixa global, achamos que o mercado agora pode ter exagerado um pouco a precificação de movimento de cortes nos EUA, ainda que não o suficiente para ter uma posição mais convicta. Qualquer posicionamento nosso em renda fixa global tem uma natureza tática e de curto prazo, mais para aproveitar algum exagero do mercado do que propriamente uma tendência de queda mais acentuada. Até porque estamos com um risco potencial de postergar um pouco mais os cortes de juros.

> “Incerteza aumentou um pouco e não seria surpresa se o Fed precisasse postergar mais o início do ciclo”
> *Mario Felisberto*

Valor: *E isso se reflete também no cenário local?*

Felisberto: Tudo que eu falei para a economia global vale, também, para a economia local. Estamos com um cenário mais equilibrado para a economia global. Temos um crescimento de 2,2%, contra 2,9% no ano passado e uma inflação de 3,6%, contra 4,6% no ano passado. É uma inflação ainda acima da meta, mas já bem próxima dela. Não temos um cenário muito fora do equilíbrio da economia em termos de crescimento e inflação. O que temos visto são indicações de uma economia mais resiliente. O crescimento surpreendeu um pouco para cima e a inflação não chega a surpreender para cima, mas também não há surpresas para baixo, tanto em termos de número como de qualidade, como vimos no segundo semestre do ano passado.

Valor: *E em relação à condução da política monetária?*

Felisberto: O BC já trouxe a Selic de 13,75% para 10,75%. A essa altura, ainda tem um espaço para cortes adicionais, mas o espaço não é tão significativo quanto era lá atrás. Então ele mesmo sinalizou que não quer se comprometer com o passo de 0,5 ponto percentual por muitas reuniões porque quer observar os dados sobre atividade, inflação, e o próprio cenário global sobre o câmbio, para ver qual o melhor passo para cortar os juros ao longo dos próximos meses.

Valor: *O cenário global traz cautela para os cortes na Selic?*

Felisberto: O cenário global, na margem, tira um pouco de espaço para o corte de juros. Alteramos a nossa projeção de Selic no fim deste ano de 9% para 9,5%. Não é uma mudança significativa, mas coloca uma injeção de cautela. Temos visto o comportamento do dólar lá fora e como isso está impactando a moeda aqui dentro. É uma variável que o BC tem que monitorar atentamente. Isso pode ter impacto na inflação e, portanto, no espaço para os cortes. E também vemos a dinâmica da política fiscal local, que é um fator para ser monitorado de perto e que aumenta a incerteza em relação ao caminho que o BC tem para cortar os juros. Isso coloca um pouco de assimetria para cima, no sentido de tirar o espaço para cortar os juros. O BC tem que observar o impacto que isso tem sobre as expectativas e o comportamento das variáveis econômicas.

Valor: *E como se traduz para o mercado de juros local?*

Felisberto: A renda fixa parece ter um pouco de prêmios do ponto de vista tático. Fizemos uma revisão para cima na perspectiva para a taxa Selic, mas o mercado parece ter exagerado um pouco na reação e isso gera um pouco de prêmio, principalmente na parte mais curta da curva de juros. Não é uma visão que colocamos de modo mais estrutural. É um posicionamento que capturamos nos fundos de renda fixa ativa, ao avaliarmos que o mercado pode ter uma descompressão.

Valor: *O mercado tem migrado para uma visão de que a Selic pode ser reduzida em 0,25 ponto já em maio. Essa também é a visão da Santander Asset?*

Felisberto: Obviamente, a esta altura, o BC está querendo ter mais graus de liberdade para definir os próximos passos, comparado com o que ele tinha nas últimas reuniões. O que me parece é que, mesmo com a piora das variáveis, com alta do câmbio e aumento da percepção de risco local e global, não haveria uma deterioração suficiente para o BC mudar o ritmo. Mas é claro que tivemos uma mudança relevante de cenário nas últimas semanas e o BC tem que observar o comportamento dessas variáveis. Até agora, acho que ele não deveria mudar o ritmo para a próxima reunião, mesmo sendo uma decisão mais difícil, um ‘close call’.

Valor: *Para vocês, também houve exageros em outros mercados, como no câmbio?*

Felisberto: No câmbio não temos uma percepção de exagero e isso vai na linha de fortalecimento do dólar lá fora, com impacto nas moedas de mercados emergentes. O real sofreu um pouco mais por ter tido um aumento na percepção de risco local. Não vemos exagero.

Valor: *E na bolsa?*

Felisberto: Enxergamos a bolsa local com cautela. Quando existe toda essa mudança na percepção de risco sobre a economia local, sobre a trajetória de taxa de juros global, o ambiente não deixa claro que as variáveis vão se alinhar para uma potencial melhora da bolsa. Também não achamos que houve exagero na bolsa nessa realização recente. O fato de a bolsa ter caído não traz uma visão muito atrativa de valorização potencial. Obviamente, pensando a médio prazo, o mercado parece descontado, mas, no curto prazo, o cenário parece carregado de incertezas.

BB e Bradesco vencem e OPA da Cielo deve prosseguir

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro
De São Paulo

A assembleia especial da Cielo convocada para deliberar sobre a exigência de um novo laudo no âmbito da oferta pública de aquisição de ações (OPA) feita por Bradesco e Banco do Brasil terminou com vitória dos controladores. A maioria dos acionistas rejeitou a exigência de um segundo laudo, o que significa que a OPA pode prosseguir com a avaliação original, feita pelo Bank of America (BofA).

Foram 280,15 milhões de votos favoráveis à exigência de novo laudo, 380,32 milhões contrários e 18,48 milhões de abstenções.

No dia original da assembleia, em 2 de abril, BB e Bradesco elevaram o preço oferecido na OPA de R$ 5,35 para R$ 5,60 e informaram que já tinham o apoio de minoritários que representavam 7% do capital social da companhia, conseguindo fazer algumas gestoras que tinham questionado inicialmente o laudo trocarem de lado. Com a nova proposta, a assembleia foi suspensa por 21 dias. Na ocasião, o mega investidor Luiz Barsi indicou que continuaria defendendo a necessidade de uma nova avaliação. Nesta terça-feira a ação da Cielo fechou a R$ 5,59.

Na carta em que questionavam o laudo original, os minoritários diziam que, corrigindo três pontos que eles consideravam que estavam errados, o preço subiria para R$ 7,89 por ação, muito acima do ofertado pelos controladores. Entretanto, BB e Bradesco foram duros na negociação e indicaram desde o começo que não chegariam nem perto desse valor. Os minoritários, assim, ficaram encurralados, já que, se o eventual segundo laudo viesse com um valor muito maior do que o primeiro, os controladores poderiam simplesmente desistir da OPA.

Em geral, nos casos de OPA, após ser publicado o mapa de votos da AGE, a CVM tem até 60 dias para analisar o processo. Após o aval do regulador, os controlados devem fazer a oferta em dez dias, e o leilão em si é realizado entre 30 e 45 dias após isso. Ou seja, o processo inteiro deve levar entre 90 e 120 dias.

A Cielo vem perdendo participação há alguns trimestres e participantes de mercado e analistas apontam para uma postura competitiva mais agressiva das credenciadoras ligadas a bancos não listadas na bolsa — ou seja, Rede e Getnet. No ano passado, a Cielo perdeu a liderança do setor para a Rede, que vem adotando uma estratégia de integração entre adquirência e serviços bancários para pequenas e médias empresas. Nesse contexto, a avaliação de analistas é a que sair da bolsa contribuirá com a oferta de produtos mais integrada por BB e Bradesco.

Caminhos para abertura dos FIPs para o varejo

Palavra do gestor

Sergio Cutolo

A facilitação do acesso do investidor de varejo a diferentes tipos de investimento, sempre com os devidos cuidados, é debatida há algum tempo pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Com a publicação da Resolução 175, o regulador avançou ao liberar investimentos de até 100% no exterior para o varejo e permitir o acesso desse mesmo público aos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs). Mas há espaço para ir além: os Fundos de Investimentos em Participações (FIPs), hoje restritos aos investidores qualificados e profissionais, poderiam ser flexibilizados para todos. A CVM estuda essa possibilidade e, para a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), ela é uma progressão natural a ser adotada, que pode beneficiar investidores e mercado.

Limitar a oferta de produtos financeiros com base no valor financeiro do investidor não é mais justificável, dada a crescente necessidade de diversificação. O fortalecimento das práticas de “suitability” e a disseminação de informações são o caminho para a maior oferta de produtos para todos os tipos de cliente. Essa discussão atravessa fronteiras: além do Brasil, Reino Unido, Estados Unidos e Austrália também debatem como ampliar as alternativas para o varejo.

Na seara regulatória, já existem normas que podem ajudar na oferta de produtos mais sofisticados, como os FIPs. É o caso da possibilidade de limitação da responsabilidade do cotista prevista na Resolução CVM 175, que impede o investidor de perder mais do que investiu no caso de o fundo atingir patrimônio líquido negativo, e que poderia ser estendida para os FIPs.

Mas quais outras medidas poderiam ajudar a levar os FIPs com segurança para o varejo? A Anbima se debruçou sobre o tema e elaborou uma série de propostas que foram apresentadas à CVM.

O regime informacional desses fundos é uma delas. Os investidores de varejo precisam de informações claras e objetivas sobre os produtos que são ofertados, e não seria diferente com os FIPs. Por isso, foi sugerida a criação de uma lâmina específica para esse produto, com publicação no mínimo trimestral, que resuma suas principais características — prazos, destinação de recursos, taxas, retorno, classificação de risco, entre outras — de forma que o investidor tenha tudo o que precisa para a tomada de decisão.

A redução da complexidade do produto também fomentaria seu alcance. Uma das propostas da Anbima é a realização de apenas uma chamada de capital ao longo da vida do fundo ou eventual estrutura de investimento, devendo o montante total ser aportado no momento inicial da aplicação. Hoje, as chamadas são abertas à medida que o fundo encontra projetos para investir.

Outra questão é a limitação de valor para investir nos FIPs. A Assessoria de Análise Econômica e Gestão de Riscos da CVM, em estudo em 2021, levantou discussão sobre o assunto. O problema é que a medida traria complexidades operacionais para o mercado, que teria que fazer esse controle.

Como alternativa — e considerando que o suitability possibilita um monitoramento quanto a adequação dos investimentos às características e os objetivos do cliente —, a associação propõe que o investidor possa aplicar qualquer quantia, desde que assine um termo no qual declara ter ciência de que está fazendo um investimento de longo prazo e que o valor aportado não prejudica sua saúde financeira.

Permitir que o varejo acesse os FIPs trará benefícios e será um impulso para a indústria de fundos brasileira, que já é a 11ª maior do mundo, segundo dados da Anbima. Para os investidores, a flexibilização oferece uma nova oportunidade de diversificação, juntamente com a perspectiva de retornos potencialmente mais atrativos. Para os prestadores de serviços, abre novas possibilidades de captação de recursos com uma base mais ampla de investidores. E, para a economia do país, propicia a injeção de novos recursos destinados ao estímulo de setores específicos, promovendo o investimento de longo prazo.

Sergio Cutolo é vice-presidente da Anbima
E-mail diretoria@anbima.com.br

Judiciário Um total de 16 casos teve o apoio do Núcleo de Processos Estruturais Complexos (Nupec)

STF passa a calcular impacto econômico de processos levados a julgamento

Jéssica Sant'Ana e Beatriz Olivon
De Brasília

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) já tomaram 16 decisões sobre processos com repercussão econômica e social relevante baseados no apoio da análise econômica feita pelo núcleo de assessores criado especificamente para esse fim. É uma forma de tentar trazer uma análise "independente" e mais "crível" aos dados e posições apresentados pelas partes, e que afetam governo, empresas e pessoas, afirmou em entrevista exclusiva ao **Valor** Guilherme Mendes Resende, assessor econômico do gabinete da presidência da Corte e um dos integrantes desse núcleo.

A área foi criada pelo presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, no segundo semestre do ano passado, para fornecer subsídios aos ministros — são eles que decidem se o parecer vai ou não influenciar a tomada de decisão. Cabe ao relator do processo solicitar ou não o apoio da área técnica. A iniciativa ganha ainda mais força diante do julgamento de uma série de ações recentes com impacto econômico relevante e com alguns processos com dados totalmente distintos fornecidos pelas partes.

O caso mais emblemático foi o da "revisão da vida toda" dos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em que o governo calculava um impacto de R$ 480 bilhões em caso de derrota para a União e o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), representando os aposentados, falava em um impacto de apenas R$ 1,5 bilhão.

ROSINEI COUTINHO/STF
Guilherme Resende: "Mostramos se estamos de acordo com os valores do processo"

Resende contou que o trabalho do Núcleo de Processos Estruturais Complexos (Nupec) inclui desde calcular o possível impacto das decisões a partir de dados fornecidos pelas partes até desenvolver metodologias próprias ou adaptar métodos que já existem para o processo concreto. Em alguns casos, eles observam que os parâmetros macroeconômicos utilizados pelas partes estão defasados ou otimistas ou pessimistas demais, e pedem atualização ou eles mesmo fazem esse ajuste.

O objetivo é oferecer aos ministros do STF cenários e potenciais prós e contras de decisões do ponto de vista econômico. "É feito um parecer, e não uma visão nossa se é devido ou não, isso é uma questão de mérito. Mas mostramos se estamos de acordo com aqueles valores [de impacto] que estão no processo", afirmou. As notas técnicas não trazem uma solução, e sim apontam caminhos, destacou.

Resende avalia que em alguns casos é possível ter uma compatibilização do direito com o impacto nas contas públicas da decisão, mas há processos em que pode existir um impacto econômico relevante para a União, porém há um direito maior a ser defendido. "As decisões aqui não são eminentemente econômicas. É uma questão de direito, muitas vezes. Mas, mesmo assim, não impede os ministros de quererem saber quais são esses impactos e tomarem uma decisão bem informada", explicou.

O primeiro processo analisado pelo Nupec foi o da taxa de correção das contas do FGTS. O ministro Luís Roberto Barroso, relator, considerou os cenários levantados pelo núcleo para alterar seu voto — propôs a correção pela poupança, mas colocou um limite temporal (modulação) com a regra valendo apenas a partir do ano de 2025 e para novos depósitos. Um risco para a União nesse caso era ter que corrigir o passado de todas as contas de FGTS. O processo ainda está em tramitação.

No caso do teto de precatórios, o núcleo reuniu as propostas que foram apresentadas por acadêmicos e apresentou os prós e contras da ideia do governo, que era classificar os encargos dos precatórios como dívida financeira (fora do cômputo da meta de resultado primário) e deixar somente o valor original como despesa primária, o que, conforme mostrou Resende na nota técnica apresentada aos ministros, contraria padrões internacionais e poderia criar um "incentivo perverso" na gestão fiscal do Estado, empurrando o governo a jogar despesas para precatórios, já que parte da conta não afetaria a meta.

"A proposta do governo seria uma solução que, talvez, trouxesse um alívio para as contas do governo. Mas o que a gente fez? Analisou essa proposta e viu soluções alternativas para mostrar para os ministros", contou. "No Supremo, são vários os fatores que vão ter que estar por trás da decisão, não só os econômicos, há questões sociais, culturais, segurança jurídica, ou seja, são vários fatores que vão ter que ser levados em conta na decisão. O econômico é mais um nível de informação para tomar a decisão."

Um processo mais recente analisado pelo Nupec foi um mandado de injunção em que a Defensoria Pública da União pediu em nome de um morador em situação de rua auxílio-moradia de R$ 500. O núcleo adaptou estudos existentes sobre o tema para estimar o impacto financeiro da concessão de moradia a pessoas economicamente vulnerabilizadas. Também apontou que há políticas alternativas dos governos federal e estaduais para o déficit habitacional.

O núcleo, além de atuar nos casos concretos, também pretende fazer outros estudos, como para mostrar o impacto que as decisões do STF têm na sociedade. "Muitos falam do custo do Judiciário, mas também pouco se fala dos benefícios. Hoje, não se sabe codificar esse benefício que o STF gera", disse. "Muitas vezes, é interessante olhar para casos passados e ver qual foi o impacto daquela decisão anterior", completou.

Um acordo de cooperação foi fechado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para aproveitar a expertise do órgão antitruste nesse caso de mensuração global do impacto de um órgão público. Um grupo de trabalho será formado definir uma agenda mais específica de cooperação, que envolverá outras funções, como capacitação de servidores.

Hoje, o Nupec é composto por quatro pessoas, mas há o desejo de que seja expandido — uma possibilidade seria a contratação de servidores externos, como o economista fez na sua equipe de pesquisas quando estava no Cade. Resende está no Supremo desde setembro do ano passado, mas é pesquisador do Ipea e, entre 2016 e 2023, foi economista-chefe do Cade.

A equipe vem conseguindo dar vazão aos pedidos que chegam, mas a expectativa é que as solicitações aumentem conforme o núcleo se torne mais conhecido pelos ministros. "O ministro pede uma vez e, normalmente, logo em seguida já pede de novo. Vemos que a demanda está aumentando", afirmou.

Destaque

Golpe bancário

A Caixa Econômica Federal (CEF) não terá que restituir a uma correntista os valores transferidos para terceiros, acreditando estar realizando um trabalho em home office para receber comissões. As tarefas consistiam em fazer depósitos, que seriam devolvidos com acréscimo — algumas devoluções de fato aconteceram, até que o dinheiro não retornou mais e a cliente teve um prejuízo de R$ 22,8 mil. "Ocorre que as transações foram realizadas pela própria autora, através de conta bancária vinculada à [CEF] — sem que existisse indício de fraude eletrônica — com destino às contas de serviços vinculadas ao PagSeguro, não havendo notícia de que as alegadas fraudes tenham sido informadas à [Caixa]", afirma a juíza Roberta Monza Chiari, da 2ª Vara da Justiça Federal em Joinville (SC), em sentença. A correntista relatou que recebeu, por meio de um aplicativo de mensagens, um convite para trabalhar em casa e ser remunerada por isso. Ela deveria fazer transferências, para receber as quantias de volta com as comissões. Foram seis transferências em dois dias seguidos, em novembro de 2023. Quando percebeu, segundo a petição inicial, "que se tratava de um golpe financeiro muito bem elaborado", a cliente registrou um boletim de ocorrência e comunicou as instituições financeiras [CEF, Banco do Brasil e PagSeguro], mas não conseguiu o ressarcimento (com informações do TRF-4).

Fintechs podem apurar IR pelo lucro presumido

Marcela Villar
De São Paulo

A Receita Federal definiu que as fintechs podem apurar Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL pela sistemática do lucro presumido e não obrigatoriamente pelo lucro real. A possibilidade de escolha entre os dois regimes de tributação — desde que o faturamento seja abaixo de R$ 78 milhões — é vista como positiva pelo mercado, pois traz flexibilidade e pode significar, a depender do perfil da empresa, uma redução da carga tributária de até 50%.

O esclarecimento foi feito pelo órgão por meio da Solução de Consulta nº 50/2024, publicada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit). A interpretação vincula todos os auditores fiscais do Brasil. O documento trata apenas das sociedades de crédito direto (SDCs), tipo de fintech que dá empréstimo a pessoas físicas e jurídicas apenas com capital próprio. Porém, especialistas entendem que a consulta pode ser estendida a outros modelos de negócios. De acordo com dados do Banco Central, autoridade que regulamentou o segmento em 2018, existem hoje 118 SCDs no país.

Como essas sociedades têm características muito semelhantes às de uma instituição financeira — obrigatoriamente submetidas ao lucro real —, alguns contribuintes não sabiam se deveriam também apurar o tributo por meio desse modelo. A Cosit disse que não, pois elas não estão no rol elencado pela Lei nº 9.718, de 1998, que determina quais empresas são obrigadas a seguir o regime.

O entendimento da Receita Federal é de que o rol trazido pela lei é taxativo. "O alcance do dispositivo aqui sob consulta (artigo 14, inciso II, da Lei nº 9.718, de 1998) não abrange o gênero 'instituições financeiras' de forma indistinta, limitando-se assim a obrigatoriedade à sistemática do lucro real, na forma que ali normatizada, somente às espécies de instituições financeiras ali expressamente citadas", afirma a Cosit.

Na visão do órgão, para que "novas espécies de instituições financeiras ali não inicialmente indicadas" sejam abarcadas pela obrigatoriedade do lucro real, é preciso editar "novo dispositivo de lei", sob pena de violação ao Código Tributário Nacional (CTN). "Rejeita-se aqui a hipótese de que o intérprete possa, sem nova manifestação expressa do legislador tributário, considerar abrangidas na supracitada hipótese, espécies de instituições financeiras outras que não as expressamente elencadas", completa o órgão.

O advogado Thiago Marigo, sócio do escritório Freitas, Leite e Avvad Advogados, já orienta clientes nesse mesmo sentido. "A solução de consulta da Receita vai ao encontro desse entendimento de que, embora existam similaridades com as demais instituições financeiras, como a lei não a colocou de forma taxativa como uma empresa obrigada ao lucro real, a SCD tem liberdade de escolher", diz.

A principal diferença de tributação é que, enquanto no lucro real se aplica as alíquotas de 34% de IRPJ e CSLL sobre a diferença entre receitas e despesas, no lucro presumido se aplica as alíquotas sobre um porcentual da margem de lucro estimada.

"Essa margem de presunção que é dada pela lei pode ser menor que a lucratividade efetiva. Em alguns casos, pode ser mais econômico, mas não necessariamente", afirma o advogado. Essa economia pode chegar a 50%. "Quanto maior a margem de lucro da empresa, maior a economia e tende a ser melhor pelo lucro presumido", conclui.

O tributarista Diogo Olm Ferreira, do VSBO Advogados, alerta que outra consequência da apuração pelo lucro real para as SCDs seria a obrigatoriedade do regime não cumulativo do PIS e da Cofins, que tem alíquotas mais altas, embora admita tomada de crédito. Porém, pode não ser interessante pelas baixas despesas.

Por outro lado, se ela tiver prejuízo, acrescenta, seria melhor usar o lucro real, uma vez que não se recolheria impostos no período. "A Receita evita aplicação de alguns tratamentos considerados gravosos, como alíquota de CSLL mais alta e a obrigatoriedade do regime", diz.

DIVULGAÇÃO

"Lei não as colocou de forma taxativa como empresas obrigadas ao lucro real"
Thiago Marigo

Segundo Denis Passerotti, sócio do escritório Passerotti Sociedade de Advogados, as dúvidas sobre a aplicação do regime tributário começaram a surgir com a vinda das fintechs para o Brasil. "A solução de consulta foi feita com base em uma interpretação das normas que não previa anteriormente esse tipo de negociação por meio eletrônico", afirma. A resposta da Receita, segundo ele, apesar de só mencionar o IRPJ, é aplicada para a CSLL, pois ambos devem ser recolhidos da mesma forma.

O diretor da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs), Diego Perez, afirma que o setor esperava uma definição mais clara da lei e que vinha discutindo com o governo sobre a diferença de tratamento que as entidades deveriam ter ante as instituições financeiras tradicionais. De acordo com ele, a maioria optava pelo lucro real "para evitar risco de fiscalização". "Agora ficou claro que se pode adotar o lucro presumido e ter ganho operacional, por conta de um custo tributário reduzido e elas devem avançar na captação mais eficiente de clientes", diz.

Perez ainda afirma que existem hoje 713 empresas associadas à ABFintechs, de um universo de 1.489. A resposta da solução de consulta, acrescenta, apesar de específica para sociedades de crédito direto, deve se estender às outras categorias, como sociedades de empréstimo entre pessoas (SEPs) e instituições de pagamento (IPs).

Recuperação de produtor rural e segurança jurídica

Opinião Jurídica

Laura Bumachar e Bruno Gozzi

A oferta de crédito privado vem impulsionando o agronegócio no Brasil e possibilitando que produtores rurais expandam suas atividades sem enfrentar a burocracia governamental. Como reflexo, ano a ano crescem os estoques de títulos como CPR, LCA e CRA.

Porém, também vêm aumentando os casos de recuperação judicial no setor. Um estudo do Serasa apontou que a quantidade de pedidos de recuperação judicial de agricultores pessoa física subiu mais de 500%: de 20 casos em 2022 para 127 em 2023.

Esses números podem estar relacionados a um fator jurídico: desde 2022, a Lei nº 14.112 reforçou a segurança para o devedor ao tratar de forma mais específica da recuperação judicial de produtor rural.

Nesse contexto, preocupam, pelo potencial de encarecer o crédito privado, decisões judiciais que agridem institutos importantes para a indústria de financiamento, especialmente as garantias fiduciárias, que em regra não se sujeitam à recuperação judicial.

É inegável que as garantias têm papel essencial para a concessão de crédito. Ainda assim, não são raras as decisões que, sob o pretexto de proteger o agricultor em dificuldade, postergam em muitos meses ou até anos o acesso dos credores aos bens dados em garantia e lhes impõem o ônus de aguardar o transcurso do período legal de blindagem do devedor (stay period).

Esse período, dentro do qual deveria ser votado o plano de recuperação, tem a duração de 180 dias e pode ser "prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional".

Apesar da clareza do dispositivo, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu em 2023 que o período de blindagem pode ser estendido, além da prorrogação permitida pela lei, se aprovado pelos credores reunidos em assembleia. Ocorre que os credores detentores de garantia fiduciária não têm direito de voto em assembleia, o que significa que o período de blindagem poderia ser estendido à sua revelia, potencialmente impedindo a satisfação do credor fiduciário por tempo indefinido e causando insegurança jurídica.

O intuito da lei ao restringir o direito de credores fiduciários durante o período de blindagem é obstar "a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade" e, certamente, não perpetuar o inadimplemento de obrigações prioritárias como aquelas garantidas por alienação fiduciária.

Tratando, por exemplo, de uma garantia de alienação fiduciária de imóvel, pode-se argumentar que o procedimento de sua excussão não deveria ser suspenso de forma total, como usualmente acontece, pois há uma série de passos preparatórios, antes da efetiva "retirada" do bem do devedor (notificação para pagamento, consolidação da propriedade em nome do credor e leilões).

A segurança jurídica deve existir para ambas as partes (credora e devedora) e suspender o processo de excussão de imóvel dado em alienação fiduciária antes de se atingir o estágio da efetiva "retirada" do devedor pode ser interpretado como violação do direito do credor fiduciário e negativa de aplicação ao disposto na própria lei recuperacional.

Sem contar que é discutível se a propriedade do imóvel rural seria essencial para a continuidade da atividade agrícola, pois o agricultor pode operar sobre áreas arrendadas ou com posse precária de terras já leiloadas, restringindo-se apenas por prazo razoável (até a colheita ou o fim do período de blindagem) a imissão do vencedor do leilão na posse do imóvel.

Não fosse isso suficiente, nessa recente e preocupante "onda" de recuperações judiciais de produtores rurais, as alegações de essencialidade de bens, para obstar excussão de garantias fiduciárias, vêm incluindo praticamente todos os bens do devedor, desde o imóvel até a produção final.

Em 2022, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que o "produto final da atividade empresária" não pode ser considerado essencial pelo juízo da recuperação judicial para "autorizar o descumprimento de contratos firmados pelos devedores".

Embora essa decisão não seja vinculante e o tema não esteja pacificado, o precedente da Corte Superior é importante para nortear a análise dos juízes e tribunais que conduzem as recuperações judiciais de produtores rurais pelo país afora.

A falta da devida cautela pelo Poder Judiciário na análise da essencialidade de bem dado em garantia para a atividade agrícola pode inviabilizar a utilização de garantias fiduciárias no financiamento desse setor e, por consequência, encarecer o crédito ou diminuir a disponibilidade de recursos privados para o agronegócio.

Se a Lei nº 14.112/2021 deu o conforto que faltava para produtores rurais se utilizarem em maior escala do instituto da recuperação judicial, a recente explosão de casos dá ao Poder Judiciário a oportunidade de assegurar a segurança jurídica também para os credores.

O amadurecimento do sistema recuperacional, inclusive no que diz respeito à preservação do direito de não sujeição dos credores fiduciários, nos termos da lei, é parte da análise de risco na concessão do crédito ao agronegócio.

Insegurança jurídica e enfraquecimento de garantias, se chancelados pelo Poder Judiciário, têm o potencial de levar o spread do crédito a patamares que, em última análise, podem se mostrar insustentáveis para as margens do agronegócio. Nesse cenário, os efeitos poderiam ser muito ruins não apenas do ponto de vista jurídico, mas principalmente para a economia do país.

Laura Bumachar e Bruno Gozzi são, respectivamente, sócia e associado da área de Resolução de Conflitos do Dias Carneiro Advogados

Fator Seguradora S.A.

CNPJ/MF nº 33.061.862/0001-83 - NIRE 35.3.0014460-1

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 15 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 15 de março de 2024, às 09:00 (nove horas), na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 387, 2º andar, conjunto 21, 5º andar, conjuntos 51 e 52, e 6º andar, conjunto 62, Vila Nova Conceição, CEP 04543-121. **2. Convocação:** Dispensada, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme disposto no art. 124, § 4º da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. **3. Presença:** Compareceram à Assembleia todos os diretores estatutários da Companhia, Sr. Luís Eduardo Alves de Assis, Sr. Pedro Mattosinho, Sr. Luiz Antonio da Fonseca, Sr. Silvio Steinberg, Sr. Gilberto Teruhiko Moriama e os representantes legais dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica pela assinatura aposta no "Livro de Presença de Acionistas". **4. Mesa:** Presidente da Mesa: Sr. Luís Eduardo Alves de Assis; Secretário da Mesa: Sr. Luiz Antonio da Fonseca. **5. Ordem do Dia: (i)** aprovar o Relatório da Diretoria, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** aprovar a destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** aprovar e ratificar o pagamento de juros sobre capital próprio realizado em 06 de julho de 2023; **(iv)** fixar a verba global para a remuneração da Diretoria da Companhia para o corrente exercício social; **(v)** ratificar a entrada de novo acionista no quadro societário da Companhia; e **(vi)** ratificar a composição da Diretoria da Companhia e as funções a serem exercidas pelos seus membros perante a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), nos termos da regulamentação aplicável. **6. Deliberações:** Após estudos e debates sobre as matérias da ordem do dia, os acionistas decidiram: (i) Aprovar, sem ressalvas ou emendas, o Relatório da Diretoria, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, arquivados na sede da Companhia e devidamente publicados no Jornal Folha de São Paulo, folhas A15, A16, A17, A18 e A19, no dia 26 de fevereiro de 2024; (ii) Aprovar a destinação do lucro líquido no valor de R$ 26.858.427,66 (vinte e seis milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos), referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, da seguinte forma: (a) R$ 1.342.921,38 (um milhão, trezentos e quarenta e dois mil, novecentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, para a Reserva Legal; (b) R$ 13.131.251,64 (treze milhões, cento e trinta e um mil, duzentos e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos) para a Reserva Estatutária da Companhia; e (c) R$ 12.384.254,64 (doze milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) referente ao pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia, sendo que R$ 6.434.015,51 (seis milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, quinze reais e cinquenta e um centavos) foram pagos em 06 de julho de 2023 e R$ 5.950.239,13 (cinco milhões, novecentos e cinquenta mil, duzentos e trinta e nove reais e treze centavos) foram pagos em 27 de dezembro de 2023, conforme deliberado e aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2023. Com relação à distribuição do dividendo mínimo obrigatório do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, fica aprovada a sua não distribuição, tendo em vista o pagamento antecipado de R$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) a título de dividendos intercalares, conforme aprovado na Assembléia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2023; (iii) Aprovar e ratificar o pagamento de juros sobre capital próprio da Companhia no valor total de R$ 6.434.015,51 (seis milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, quinze reais e cinquenta e um centavos), já pago em 06 de julho de 2023; (iv) Fixar a verba global de R$ 10.786.358,00 (dez milhões, setecentos e oitenta e seis mil, trezentos e cinquenta e oito reais) para a remuneração da Diretoria para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos do artigo 152 da Lei nº 6.404/76; (v) Ratificar a entrada do novo acionista Fator Capital S.A., registrado no CNPJ sob nº 10.863.097/0001-10, no quadro societário da Companhia, decorrente do Instrumento de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, datado de 22 de dezembro de 2023, por meio do qual a Fator Capital S.A. adquiriu 337 (trezentas e trinta e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, representativas de 7% (sete por cento) do capital social de emissão da Companhia, de titularidade do Banco Fator S.A., sendo que a efetiva transferência das ações ocorreu no dia 28 de dezembro de 2023; e (vi) Ratificar a composição da Diretoria da Companhia e as funções a serem exercidas pelos seus membros, nos termos exigidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em cumprimento ao disposto nas Resoluções CNSP nºs 382/2020, 383/2020, 416/2021, 422/2021, 431/2021, 432/2021, e Carta Circular SUSEP/CGRAT nº 9/2014/SUSEP/CGRAT, Carta Circular SUSEP/CGRAT nº 1/2016/SUSEP-CGRAT, e Circulares SUSEP nºs 234/2003 e 612/2020, conforme abaixo descrito: (a) o **Diretor Presidente, Sr. Luís Eduardo Alves de Assis,** brasileiro, economista, separado judicialmente, portador da cédula de identidade nº 5.906.923 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 033.426.558-44, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional à Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 387, 2º andar, conjunto 21, 5º andar, conjuntos 51 e 52, e 6º andar, conjunto 62, Vila Nova Conceição, CEP 04543-121, com prazo de mandato até a Assembleia Geral Ordinária (AGO), a ser realizada em 2025, fica responsável: (i) pelas funções administrativo-financeiras nos termos da Circular SUSEP nº 234/2003; e (ii) pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade e auditoria, nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021; (b) o **Diretor Comercial, Sr. Luiz Antonio da Fonseca,** brasileiro, securitário, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 07.990.398-5 - Detran/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 976.261.637-53, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional à Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 387, 2º andar, conjunto 21, 5º andar, conjuntos 51 e 52, e 6º andar, conjunto 62, Vila Nova Conceição, CEP 04543-121, com mandato até a AGO a ser realizada em 2025, fica responsável: (i) pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos do registro das operações de seguros, nos termos da Resolução CNSP nº 383/2020; (ii) pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados, nos termos da Resolução CNSP 431/2021; e (iii) pela Política Institucional de Conduta, prevista na Resolução CNSP nº 382/2020; (c) o **Diretor de Garantias, Sr. Pedro Mattosinho,** brasileiro, economista, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº M7928934 - SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 081.686.307-50, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional à Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 387, 2º andar, conjunto 21, 5º andar, conjuntos 51 e 52, e 6º andar, conjunto 62, Vila Nova Conceição, CEP 04543- 121, com mandato até a AGO a ser realizada em 2025, fica responsável: (i) pelas relações com a SUSEP, nos termos da Circular SUSEP nº 234/2003; (d) o **Diretor de Controles Internos, Sr. Gilberto Teruhiko Moriama,** brasileiro, administrador de empresas, separado judicialmente, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.944.526-9 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 251.812.728-35, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional à Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 387, 2º andar, conjunto 21, 5º andar, conjuntos 51 e 52, e 6º andar, conjunto 62, Vila Nova Conceição, CEP 04543-121 com mandato até a AGO a ser realizada em 2025, fica responsável: (i) pelos Controles Internos, nos termos da Resolução CNSP nº 416/2021; (ii) pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98, conforme os termos das Circulares SUSEP nºs 234/2003 e 612/2020; e (iii) pelos controles internos destinados especificamente à prevenção e combate aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou aos crimes que com eles possam relacionar-se, bem como à prevenção e coibição do financiamento do terrorismo nos termos da Circular SUSEP nº 612/2020; e (e) o **Diretor de P&C, Sr. Silvio Steinberg,** brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.617.616-5 - SPP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 218.435.718-97, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional à Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 387, 2º andar, conjunto 21, 5º andar, conjuntos 51 e 52, e 6º andar, conjunto 62, Vila Nova Conceição, CEP 04553-121, com mandato até a AGO a ser realizada em 2025, fica responsável: (i) pela área técnica, nos termos da Circular SUSEP nº 234/2003 e da Resolução CNSP nº 432/2021; e (ii) pelos procedimentos atuariais nas normas em vigor, conforme Resolução CNSP nº 432/2021. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejou fazer uso da palavra, a Assembleia foi encerrada com a lavratura desta ata que, lida e conferida, foi por todos assinadas. São Paulo, 15 de março de 2024. **Mesa: Presidente da Mesa** - Sr. Luís Eduardo Alves de Assis; **Secretário da Mesa** - Sr. Luiz Antonio da Fonseca. **Acionistas: Banco Fator S.A. - CNPJ: 283.746.268-36 - Diretor; Gilberto Teruhiko Moriama - CPF: 251.812.728-35; Fator Capital S.A. De Acordo: Sr. Luís Eduardo Alves de Assis, Sr. Luiz Antonio da Fonseca, Sr. Pedro Mattosinho, Sr. Silvio Steinberg, Sr. Gilberto Teruhiko Moriama. JUCESP** nº 143.423/24-1 em 11/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

COMUNICADO

Despacho de Autorização de Inexigibilidade
Nº do Processo: 024.00063761/2024-71
Interessado: CAF - COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
Assunto: Aquisição de itens de nutrição em atendimento às demandas judiciais

Trata-se da aquisição de FÓRMULA METABÓLICA, em atendimento às demandas judiciais, conforme solicitação da COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, constante do doc. 0025311869.

À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0025808122, cujos termos acolho, **AUTORIZO** a **INEXIGIBILIDADE**, com fundamento no disposto no inciso I do artigo 74 da Lei federal nº 14.133/2021, bem como a aquisição do item 01, por intermédio da empresa **CMW SAÚDE & TECNOLOGIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**, no valor total de **R$ 121.260,00 (cento e vinte e um mil duzentos e sessenta reais)**, considerando que a exclusividade de representação e distribuição da marca do produto no país está sob sua responsabilidade doc.0025426986.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
CORREIOS SEDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Internacional nº 239/24 CS

Aquisição de Sistema de Triagem Automático de Encomendas. UASG: 148002 - CORREIOS SEDE. Recebimento das Propostas e obtenção do Edital: http://www.correios.com.br ou https://www.gov.br/compras/pt-br até 17/05/2024 às 09h e início da disputa às 10h. Informações pelo e-mail: licitacoes@correios.com.br e telefone: (61) 2141-7069, no horário de 8h às 18h.

ALESSANDRO DE JESUS MOREIRA
Gerente Corporativo de Licitações CS

EDUCAÇÃO

ABERTURA DE CONSULTA PÚBLICA

CONSULTA PÚBLICA **Nº 90004/SME/2024 -** PROCESSO SEI **Nº 6016.2023/0139509-0**

Objeto: **Registro de Preços para a futura aquisição de Material de Consumo: Luvas Descartáveis em Látex e em Nitrilo (tamanhos M e G), para atendimento à Rede Municipal de Educação -** A Minuta de Edital estará disponível para exame e eventuais sugestões **até às 16h do dia 30/04/2024,** no site https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio, e na SME/COMPS - Núcleo de Licitação e Contratos - Rua Dr. Diogo de Faria, 1247 - sala 316 - Vila Clementino. As eventuais sugestões poderão ser encaminhadas através do e-mail smelicitacao@sme.prefeitura.sp.gov.br, por telefone (11) 3396-0517 ou protocoladas no endereço supra, dentro do prazo e horário estipulados.

CONSULTA PÚBLICA **Nº 90005/SME/2024** - Processo SEI **Nº 6016.2024/0019721-1**

Objeto: **Registro de Preços para futura aquisição de Produto para Prevenir Assaduras e Toalhas Umedecidas, destinados à distribuição para os alunos de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação.** O Termo de Referência estará disponível para exame e eventuais sugestões **até às 16h do dia 30/04/2024,** no site https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio, e na SME/COMPS - Núcleo de Licitação e Contratos - Rua Dr. Diogo de Faria, 1247 - sala 316 - Vila Clementino. As eventuais sugestões poderão ser encaminhadas através do e-mail smelicitacao@sme.prefeitura.sp.gov.br, por telefone (11) 3396-0517 ou protocoladas no endereço supra, dentro do prazo e horário estipulados.

Fleury S.A.

GrupoFleury

Companhia Aberta

CNPJ nº 60.840.055/0001-31 - NIRE 35.300.197.534

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de agosto de 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada em 30 de agosto de 2023, às 11h00, na Avenida Morumbi, 8860 - 8º andar, Jardim das Acácias - São Paulo/SP, CEP 04703-002. **2. Convocação e Presença:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração do Fleury S.A. ("Companhia"), por meio de teleconferência, conforme artigo 15, § 3º do Estatuto Social da Companhia: Srs. (i) Marcio Pinheiro Mendes; (ii) Fernando Lopes Alberto; (iii) Rui Monteiro de Barros Maciel; (iv) Luiz Carlos Trabuco Cappi ; (v) Samuel Monteiro dos Santos Junior; (vi) Ivan Luiz Gontijo Junior; (vii) João Roberto Gonçalves Teixeira; (viii) Regina Pardini; (ix) Áurea Maria Pardini; (x) Victor Cavalcanti Pardini. **3. Mesa**: Presidente: Marcio Pinheiro Mendes; Secretário: Fernando Aguiar Camargo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio.; e (iii) a autorização para a administração da Companhia adotar todas as providências e praticar todos os atos necessários para o cumprimento das deliberações que forem tomadas. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração, por maioria de votos e sem quaisquer restrições, decidem: Nos termos dos Artigos 11(d) e 18 (d) do Estatuto Social, aprovar o pagamento aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio, no montante bruto total de R$ 92.530.235,00 (noventa e dois milhões, quinhentos e trinta mil, duzentos e trinta e cinco reais), correspondente ao valor bruto por ação de R$ 0,16921545896. Os juros sobre o capital próprio, líquidos do imposto de renda retido na fonte, serão pagos aos acionistas da Companhia em 31 de outubro de 2023. Farão jus ao pagamento de juros sobre o capital próprio os acionistas da Companhia no fechamento do pregão de 04 de setembro de 2023, sendo as ações da Companhia negociadas na condição "ex-juros sobre o capital próprio" a partir de 05 de setembro de 2023 (inclusive). Nos termos do parágrafo quarto do Artigo 31 do Estatuto Social e da legislação aplicável, o valor líquido dos juros sobre o capital próprio acima aprovados serão imputados aos dividendos a serem pagos pela Companhia em relação ao exercício social a encerrar em 31 de dezembro de 2023. **Autorização da Administração:** Autorizar a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para fins de implementar as deliberações ora aprovadas, inclusive a divulgação do Fato Relevante. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: Mesa: Marcio Pinheiro Mendes, Presidente; Fernando Aguiar Camargo, Secretário. Conselheiros: Sr. Marcio Pinheiro Mendes; Sr. Fernando Lopes Alberto; Sr. Rui Monteiro de Barros Maciel; Sr. Luiz Carlos Trabuco Cappi ; Sr. Samuel Monteiro dos Santos Junior; Sr. Ivan Luiz Gontijo Junior; Sr. João Roberto Gonçalves Teixeira; Sra. Regina Pardini; Sra. Áurea Maria Pardini; Sr. Victor Cavalcanti Pardini. *Esta ata confere com a original lavrada em livro próprio.* São Paulo, 30 de agosto de 2023. **Marcio Pinheiro Mendes** - Presidente. JUCESP nº 365.615/23-7 em 14/09/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Isa Capital do Brasil S.A.

CNPJ nº 08.075.066/0001-30

Errata

Em nossa demonstração financeira publicada no jornal Valor Econômico em 23.04.2024, na data do relatório dos auditores independentes onde se lê: 20 de Março de 2024 leia-se 19 de Abril de 2024.

CULTURA

AVISO - ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90006/2024/SMC-G** - Processo SEI: **6025.2024/0007447-0**

Critério de julgamento de MENOR PREÇO UNITÁRIO POR DIÁRIA DE 12 HORAS

Objeto: **registro de preço para execução de serviços de agente produtor operacional, que compreende o acompanhamento de eventos, desde a captação de informações em suas diversas frentes (locais do evento, atrações artísticas, órgãos de apoio, fornecedores, etc), passando pelo monitoramento das montagens e desmontagem das estruturas, bem como vistas dos serviços durante o evento, dentro do contexto de captação, anotação ou registro de repasse de informação para balizar as decisões e deliberações da secretaria municipal de cultura - smc, sendo o serviço contratado por meio de pagamento de diárias, conforme as especificações constantes do termo de referência que integra o edital de licitação do presente pregão eletrônico como anexo** - Data/hora da sessão pública: **13 de maio de 2024, às 10:30 horas** - Local: https://www.gov.br/compras - Download do edital: https://www.gov.br/compras ou https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio

BBD Participações S.A.

CNPJ nº 07.838.611/0001-52 — NIRE 35.300.335.295

Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária
Edital de Convocação

Convidamos os acionistas desta Sociedade a reunirem-se em Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária a serem realizadas cumulativamente no dia 30 de abril de 2024, às 11h30, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, a fim de: **Assembleia Geral Extraordinária:** Examinar, discutir e votar proposta do Conselho de Administração para alterar parcialmente o Estatuto Social, no "caput" do Artigo 22, alterando a quantidade mínima de 10 (dez) para 5 (cinco) membros naquele Órgão. **Assembleia Geral Ordinária:** 1. tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; 2. deliberar sobre proposta do Conselho de Administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2023; 3. eleger os membros do Conselho de Administração; e 4. fixar a remuneração dos Administradores. Osasco, SP, 19 de abril de 2024. Luiz Carlos Trabuco Cappi - *Presidente do Conselho de Administração*.

CIAVAL Administradora de Bens e Direitos SPE S.A. - Em Liquidação

CNPJ/MF nº 29.270.070/0001-41 - NIRE 35.3.0051139-5

Edital de Convocação - 01ª Chamada - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os acionistas da CIAVAL Administradora de Bens e Direitos SPE S.A. - Em Liquidação ("Companhia"), para participarem, no dia 30 de abril de 2024, às 10 horas, da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada de forma exclusivamente digital, sendo, considerada, nos moldes do artigo 5º, §3º da Resolução CVM nº 81/22, realizada a Assembleia em sua sede social, localizada à Avenida São Luís, 50, conjunto 32-E, República, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01046-926, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** a) Examinar, discutir e votar as contas do liquidante e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e b) Examinar, discutir e votar as contas dos atos e operações praticados no âmbito da liquidação da Companhia, bem como sobre o relatório e o balanço do estado da liquidação, na forma do artigo 213 da Lei 6.404/76. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** a) Homologar o aumento do capital social da Companhia, com admissão de novos acionistas. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 126 da Lei 6.404/76, para participar da Assembleia Geral, os acionistas ou seus representantes, deverão apresentar à Companhia: (i) quando se tratar de pessoa física: (a) original, cópia simples ou autenticada do documento de identidade (RG ou RNE e CPF) do acionista; (b) original, cópia simples ou autenticada (mecânica ou digitalmente por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil) do instrumento de outorga de poderes de representação com reconhecimento de firma do outorgante ou com assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma; (ii) quando se tratar de pessoa jurídica: (a) original, cópia simples ou autenticada (mecânica ou digitalmente por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil) dos atos societários que comprovem a representação legal do acionista; (b) original, cópia simples ou autenticada (mecânica ou digitalmente por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil) da última consolidação do Contrato/Estatuto Social do acionista; (c) original, cópia simples ou autenticada do documento de identidade (RG ou RNE e CPF) dos representantes legais do acionista; (d) original, cópia simples ou autenticada (mecânica ou digitalmente por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil) da certidão simplificada da Junta Comercial do Estado sede do acionista; e (e) original, cópia simples ou autenticada (mecânica ou digitalmente por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil) do instrumento de outorga de poderes de representação com reconhecimento de firma do outorgante ou com assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma; (iii) em qualquer caso, quando representado por procurador: (i) apresentar, além dos documentos acima (a) original, cópia simples ou autenticada do documento de identidade (RG ou RNE e CPF) do procurador; e (ii) observar que (a) a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 01 (um) ano, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei 6.404/76; (b) a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, nos termos do artigo 654, §1º e §2º da Lei 10.406/2002; (b) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, conforme previsto no artigo 126, §1º, da Lei 6.404/76; (c) as pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão se fazer representar por procurador constituído na forma dos seus documentos societários, conforme definido no processo CVM RJ2014/3578, julgado em 2014.11.04; (iv) quando se tratar de acionista estrangeiro: (a) tradução juramentada para português dos documentos tratados acima, sendo dispensado o reconhecimento de firma dos signatários por Tabelião Público, o apostilamento ou a legalização em Consulado Brasileiro caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila); e (v) em todos os casos, seja informado e-mail do acionista para recebimento do link para participação da Assembleia Geral. A Companhia solicita que os documentos tratados acima lhe sejam direcionados com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral, aos cuidados do Sr. Liquidante - Lucas Saulo Pinheiro França, com cópia obrigatória para o advogado da Companhia, Dr. Leonardo Luiz de Campos Machado Filho, com escritório profissional sito à Rua Correia de Melo, 92, sala 809-A, Chácara Santo Antônio, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04726-220 e endereço eletrônico leonardo.machado@camposmachado.adv.br, a fim de serem conferidos e, estando em conformidade, haja a habilitação do acionista na Assembleia Geral, ou, conforme o caso, seja solicitada a complementariedade dos documentos apresentados. A Companhia, tendo em vista a adoção da Assembleia Geral na modalidade exclusivamente eletrônica, encaminhará para todos os acionistas devidamente habilitados, link para acessar acompanhamento da Assembleia Geral com antecedência de 02 (duas) horas à 01 (uma) hora da realização da Assembleia. Sem prejuízo do disposto nesse Edital, os Acionistas ainda poderão se fazer presente mediante exercício de voto por Boletim de Voto a Distância, que o pode ser obtido diretamente no site da Companhia (www.ciaval.com.br) ou com os advogados da Companhia, por meio do endereço de e-mail leonardo.machado@camposmachado.adv.br. Os Boletins de Voto a Distância, para sua validade em Assembleia Geral, devem ser encaminhados diretamente à Companhia aos cuidados do Sr. Liquidante - Lucas Saulo Pinheiro França, com cópia obrigatória para o advogado da Companhia, Dr. Leonardo Luiz de Campos Machado Filho, com escritório profissional sito à Rua Correia de Melo, 92, sala 809-A, Chácara Santo Antônio, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04726-220 e endereço eletrônico leonardo.machado@camposmachado.adv.br até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização da Assembleia Geral. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia. **Lucas Saulo Pinheiro França -** Liquidante.

PAULUS

PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO

CNPJ nº 61.287.546/0001-60

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Reais)*

ATIVO		2023			2022		
Circulante	**Notas**	**Social**	**Educacional**	**Total**	**Social**	**Educacional**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	3	555.522	81.050	**636.572**	406.454	79.162	**485.616**
Títulos e valores mobiliários	4	72.805.990	-	**72.805.990**	78.818.506	-	**78.818.506**
Contas a receber	5	26.809.712	465.779	**27.275.491**	23.237.549	471.037	**23.708.586**
Estoques	6	61.218.611	-	**61.218.611**	56.599.039	-	**56.599.039**
Adiantamentos	-	3.606.606	143.461	**3.750.067**	3.288.479	183.585	**3.472.064**
Outros créditos	-	872.286	371.395	**1.243.681**	372.247	687.469	**1.059.716**
Total do ativo circulante		**165.868.727**	**1.061.685**	**166.930.412**	**162.722.274**	**1.421.253**	**164.143.527**
Não circulante							
Depósitos judiciais	13	388.787	-	**388.787**	376.121	-	**376.121**
Outros créditos	-	303.360	-	**303.360**	315.965	-	**315.965**
Imobilizado	7	102.130.219	10.477.653	**112.607.872**	101.595.348	9.775.902	**111.371.250**
Intangível	8	223.448	-	**223.448**	377.025	22.037	**399.062**
Total do ativo não circulante		**103.045.814**	**10.477.653**	**113.523.467**	**102.664.459**	**9.797.939**	**112.462.398**
Total do ativo		**268.914.541**	**11.539.338**	**280.453.879**	**265.386.733**	**11.219.192**	**276.605.925**

PASSIVO		2023			2022		
Circulante	**Notas**	**Social**	**Educacional**	**Total**	**Social**	**Educacional**	**Total**
Financiamentos	9	365.318	-	**365.318**	-	-	-
Fornecedores	9	6.730.662	107.701	**6.838.363**	7.677.934	141.498	**7.819.432**
Obrigações trabalhistas e tributárias	10	4.625.621	579.607	**5.205.228**	4.242.735	588.884	**4.831.619**
Adiantamentos de clientes	11	14.183.805	275.621	**14.459.426**	13.657.756	420.555	**14.078.311**
Direitos autorais a pagar	-	2.566.029	-	**2.566.029**	2.994.053	-	**2.994.053**
Outras contas a pagar	12	7.704.949	50.261	**7.755.210**	5.912.766	58.509	**5.971.275**
Total do passivo circulante		**36.176.384**	**1.013.190**	**37.189.574**	**34.485.244**	**1.209.446**	**35.694.690**
Não circulante							
Financiamentos	9	752.179	-	**752.179**	-	-	-
Fornecedores	9	-	-	-	137.280	-	**137.280**
Provisão para demandas judiciais	13	952.445	-	**952.445**	850.711	-	850.711
Total do passivo não circulante		**1.704.624**	**-**	**1.704.624**	**987.991**	**-**	**987.991**
Patrimônio líquido							
Patrimônio social	14	305.485.601	(65.562.357)	**239.923.244**	307.265.725	(64.456.752)	**242.808.973**
Superávit / Déficit do período		6.354.943	(4.718.506)	**1.636.437**	2.424.066	(5.309.795)	**(2.885.729)**
Total do Patrimônio líquido		**311.840.544**	**(70.280.863)**	**241.559.681**	**309.689.791**	**(69.766.547)**	**239.923.244**
Total do passivo		**349.721.552**	**(69.267.673)**	**280.453.879**	**345.163.026**	**(68.557.101)**	**276.605.925**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita Líquida de Prestação Serviço Educacional	15	**12.106.997**	**7.924.108**
(-) Custos Serviços Educacionais:		**(6.306.699)**	**(4.625.091)**
(-) Custo dos Serviços Educacionais		(6.306.699)	(4.625.091)
(=) Superávit / Déficit Bruto Serviço Educacional		**5.800.298**	**3.299.017**
(-) Despesas Administrativa e Operacional:		**(10.518.804)**	**(8.608.812)**
(-) Despesas administrativas	*16*	(2.813.139)	(2.483.845)
(-) Despesas comerciais	*17*	(198.323)	(80.664)
(-) Despesas gerais	*18*	(3.652.435)	(3.559.736)
(-) Despesas tributárias		(31.439)	(63.223)
(-) Despesas financeiras	*19*	(4.935.357)	(3.280.430)
(+) Receitas financeiras	20	57.106	30.834
(+) Outras receitas / (despesas) operacionais	21	1.054.783	828.252
(=) Déficit Operacional Educacional		**(4.718.506)**	**(5.309.795)**
Receita Líquida de Atividades Sociais - Fonte de Recursos	15	**150.029.233**	**129.047.264**
(-) Custos das mercadorias e serviços:		**(68.084.850)**	**(61.410.855)**
(-) Custo mercadoria / produtos vendidos		(46.751.514)	(38.421.655)
(-) Custo com industrialização		(21.333.336)	(22.989.200)
(=) Superávit Bruto das Atividades Sociais - Fonte de Recursos		**81.944.383**	**67.636.409**
(-) Despesas e Receitas Operacionais:		**(75.589.440)**	**(65.212.343)**
(-) Despesas e Receitas Operacionais das Atividades Sociais		**(69.741.773)**	**(59.438.741)**
(-) Despesas administrativas	*16*	(32.547.213)	(27.887.721)
(-) Despesas comerciais	*17*	(13.588.663)	(12.377.967)
(-) Despesas gerais	*18*	(36.993.649)	(29.249.369)
(-) Despesas tributárias		(848.811)	(848.519)
(-) Despesas financeiras	*19*	(1.778.893)	(1.595.470)
(+) Receitas financeiras	20	9.640.868	10.035.347
(+) Outras receitas / (despesas) operacionais	21	6.374.588	2.484.958
(-) Despesas e Receitas Operacionais – Seminários e Conventos		**(5.847.667)**	**(5.773.602)**
(-) Despesas administrativas	*16*	(1.096.316)	(1.018.399)
(-) Despesas comerciais	*17*	(17.665)	(3.244)
(-) Despesas gerais	*18*	(4.590.084)	(4.743.038)
(-) Despesas tributárias		(16.879)	(21.524)
(-) Despesas financeiras	*19*	(938)	(1.078)
(+) Receitas financeiras	20	7.620	2.340
(+) Outras receitas / (despesas) operacionais	21	(133.405)	11.341
(=) Superávit Operacional Atividades Sociais		**6.354.943**	**2.424.066**
(=) Superávit (Déficit) do Período (toda Entidade)		**1.636.437**	**(2.885.729)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Reais)*

	2023	2022
Das atividades operacionais		
Superávit / (déficit) do período	**1.636.437**	**(2.885.729)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	8.090.558	7.628.609
Constituição da provisão de risco de crédito	764.011	548.951
Constituição da (reversão) provisão para contingências trabalhistas e fiscais	101 734	(158.618)
Constituição da provisão para perdas com estoques	332 521	650 968
Constituição da provisão de risco de crédito com outras contas	209.947	18.055
Resultado líquido na alienação de ativo imobilizado	(3.302.992)	817 652
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) de contas a receber	(4.540.863)	(5.170.720)
(Aumento) de estoques	(4.952.093)	(12.848.039)
(Aumento) de adiantamentos e outros créditos	(462.029)	(2.157.949)
Aumento (redução) de fornecedores	(1.118.349)	916.080
Aumento de obrigações trabalhistas e tributárias	373.609	875 562
Aumento de adiantamentos e obrigações com clientes	381.115	615 124
Aumento (redução) de direitos autorais a pagar	(428.024)	276 778
Aumento em contas a pagar	1.783.935	2.669.856
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	**(1.130.483)**	**(8.203.420)**
Atividades de Investimentos		
Venda de ativo imobilizado	3.645.000	177.670
Aquisição de ativo imobilizado	(9.493.573)	(13.196.572)
Aquisição de ativo intangível	-	(1.700)
Regaste de títulos e valores mobiliários	6.012.516	21.222.198
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos	**163.943**	**8.201.596**
Pagamento de empréstimos e financiamentos		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(105.173)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	1.222.670	-
Caixa Líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	**1.117.497**	**-**
Aumento / (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**150.957**	**(1.824)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	**485.616**	**487.440**
No final do período	**636.573**	**485.616**
Aumento / (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**150.957**	**(1.824)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em Reais)*

	Patrimônio Social	Resultado do Período Acumulado	Total Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**250.212.296**	**(7.403.323)**	**242.808.973**
Incorporação Resultado do período anterior	(7.403.323)	7.403.323	-
Déficit do período	-	(2.885.729)	(2.885.729)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**242.808.973**	**(2.885.729)**	**239.923.244**
Incorporação Resultado do período anterior	(2.885.729)	2.885.729	-
Superávit do período	-	1.636.437	1.636.437
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**239.923.244**	**1.636.437**	**241.559.681**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos em reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Natureza social e econômica - A PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO ("PAULUS") é uma Instituição, (associação civil de direito privado), sem fins lucrativos, de natureza beneficente, filantrópica, assistencial, social, educativa, cultural e religiosa, fundada em 20/08/1931, com seu primeiro Estatuto Social registrado em 25 de março de 1937, que tem por missão: '***Promover e formar integralmente a pessoa humana inserida na cultura da Comunicação, através da assistência social, educacional e cultural'***. Portadora de autonomia administrativa e financeira, a PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO desenvolve, numa perspectiva de operacionalização, as atividades meio que priorizam resultados da Instituição. Para sua autossustentação e realização das suas atividades finalísticas, a consecução de suas atividades meio é a forma encontrada pela instituição para a geração de recursos financeiros, assim denominados como "*Fontes de Recursos*" para o exercício da atividade fim, haja vista, que não recebe nenhum tipo de subvenção. Tendo como visão institucional: 'Ser referência significativa na Sociedade, na Promoção da assistência social, na formação educacional integral e cultural do ser humano', a Instituição realiza as seguintes atividades meio: • Editoração, produção e distribuição de obras escritas, artísticas, fonográficas, audiovisuais e multimídias, bem como, programas de rádio e de televisão; • Produção e impressão de obras por meio de sua infraestrutura do Centro PAULUS de Produção; • Vendas de produções próprias e alheias em suas livrarias e postos de distribuição, inclusive através de meios eletrônicos; • Produção e duplicação de audiovisuais e fonogramas em laboratório próprio ou de terceiros; • Serviços de educação Superior em Faculdade própria; e • Locação de bens próprios. **1.2. Objetivos sociais -** Na perspectiva de impacto social, para atender sua missão institucional a PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO tem como finalidade definidos em seu estatuto: • A promoção humana assistencial e social; • A promoção da assistência social; • A promoção de ensino em seus vários graus; e • A promoção cultural da população. **1.3. Segmentos de Assistência Social e Educação -** Para cumprir os objetivos e suas finalidades, com ênfase nos resultados para a sociedade, a PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO realiza Programas, Projetos e Serviços específicos nas áreas da assistência social, educação e cultura, com conteúdo que contribui para a formação do ser humano em sua totalidade. São realizadas diversas ações de relevância e abrangência em todo o território nacional através dos Programas de Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e concessão de bolsas de estudo pelo PROUNI, além da distribuição de conteúdo que visam a formação do ser humano. No **segmento socioassistencial** as atividades consistem no atendimento gratuito, continuado, permanente e planejado, de crianças, adolescentes e jovens através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conforme Resolução CNAS 109 de 11/11/2009; através de capacitações e formações continuadas (assessoramento) para o fortalecimento de movimentos sociais, organizações de assistência social, lideranças comunitárias, trabalhadores, gestores, conselheiros e usuários do Sistema Único de Assistência Social; através do acesso ao saber e da disseminação de conhecimento (Defesa e Garantia de Direitos) como pressuposto da inclusão social, conforme Resolução CNAS 027 de 19/09/2011. No **segmento educacional**, a FAPCOM, instituição de ensino superior, fundada em 31 de outubro de 2005, é referência na área de Comunicação Social. Mantida pela PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO, tem como missão promover o ser humano por meio de formação integrada às áreas de Comunicação, Filosofia e Tecnologia, com sólidos conhecimentos teóricos e práticos, para atuar no mundo do trabalho com profissionalismo, ética e responsabilidade social. Para isso conta com os cursos de graduação em Jornalismo; Rádio, Televisão e Internet; Publicidade e Propaganda; Relações Públicas; Filosofia (bacharelado e licenciatura), Produção Multimídia, Produção Audiovisual e Fotografia; além de cursos livres e cursos de extensão. Conta também com os cursos de Pós-graduação Lato Sensu em Produção Editorial, Gestão de Serviços do Sistema Único de Assistência Social e Gestão de Mídias Digitais. A instituição de ensino, Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação – FAPCOM, realiza atendimentos de jovens e adultos por meio da concessão de bolsas de estudo (ensino superior) integral e parcial (50%), conforme Lei do PROUNI nº 11.096 de 13/01/2005 e Lei complementar nº 187 de 16/12/21 com alterações promovidas pela Lei nº 14.350 de 25/05/22, e Decreto 11.791/2023 - Regulamenta a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição. **1.4. Auditoria externa -** As demonstrações financeiras foram devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade e Comissão e Valores Mobiliários.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1. Base de apresentação - a) *Declaração de conformidade* - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 R1 – "Entidades sem Finalidades de Lucros" e pelo pronunciamento técnico para pequenas e médias empresas, emitido pelo CPC, para os aspectos não abordados pela ITG. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 04 de abril de 2024. *b) Base de mensuração* - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no seu custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. *c) Moeda funcional e moeda de apresentação* - As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. *d) Uso de estimativa e julgamento* - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa em contas a receber, para perdas em estoques e provisão para contingências. A Instituição revisa suas estimativas anualmente. **2.2. Resumo das principais políticas contábeis -** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. *a) Resultado do período* - O resultado do período é apurado em conformidade com o regime de competência. Em atendimento ao DOU 22.12.2016 que aprovou a NBC TG 47, as receitas da Instituição oriundas das atividades meio estatutárias, são reconhecidas se há certeza da sua realização e se for provável que benefícios econômicos fluirão para a Instituição. *b) Caixa e equivalentes de caixa* - Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento, com liquidez imediata, e sem restrições. *c) Títulos e valores mobiliários* - Os títulos e valores mobiliários são compostos pelas aplicações financeiras, classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Estas aplicações financeiras estão com rendimentos reconhecidos até a data do balanço, não ultrapassando o valor de mercado. (Vide item 4). *d) Contas a receber* - Os valores de clientes são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. *e) Estoques* - São avaliados ao custo médio de aquisição ou de fabricação, que não excede o valor de realização ou reposição. As provisões para perdas ou obsolescência são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. *f) Intangível* - Representado, principalmente pelo direito de uso de imóveis, calculado a partir dos termos pactuados nos contratos firmados entre a Instituição e os terceiros que lhe outorgam o referido direito. *g) Imobilizado* - O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota nº 7. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, se necessário. *h) Avaliação do valor recuperável dos ativos* - A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. *i) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)* - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. *j) Ajuste a valor presente de ativos e passivos* - Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Instituição concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste. *k) Ativos e passivos contingentes* - As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. *l) Imposto de Renda e Contribuição Social* - A Instituição goza de imunidade do Imposto de Renda e Contribuição Social para fatos geradores intrinsecamente relacionados às atividades expostas em Estatuto. Em razão disso, não há provisão contábil e nem recolhimento dos referidos impostos. *m) Instrumentos financeiros* - Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Instituição se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. *n) Informações por área de atuação (origem e aplicação dos recursos)* - Os recursos que mantêm a obra da Instituição são próprios, oriundos de operações desenvolvidas, com atividades que também são, por princípio, finalidades da instituição, visando elevar a formação e o nível cultural das pessoas. Assim, como proposta operativa, a Instituição exerce atividades e oferece conteúdos no intuito de gerar fontes de receitas líquidas, a serem revertidas para as obras socioassistenciais que são ofertadas de forma totalmente gratuita aos beneficiários. Nessa esteira, a consecução dos programas, projetos e serviços socioassistenciais e educacionais é concretizada pelos recursos advindos de suas atividades meio, conforme previsto no inciso III, Artigo 3º do seu Estatuto Social. Logo, por consequência lógica da geração de recursos descritos no estatuto, os custos e as despesas verificadas nos programas, projetos e serviços socioassistenciais são indissociáveis e integralmente absorvidos no custo global do segmento de atuação Social da Instituição. A Instituição cumpre a segregação conforme Lei 187 e regulamentações, e a ITG 2002 (R1). Para fins de segregação por área de atuação nas demonstrações, adotou a metodologia alinhada às finalidades estatutárias, demonstrando a segregação em duas linhas de atuação: Educacional e Social. Em função da indissociabilidade, no Social estão englobadas todas as atividades relacionadas a promover e formar integralmente a pessoa humana inserida na cultura da Comunicação, através da assistência social e cultural. A fim de atender aos dispositivos em Lei quanto à evidenciação da preponderância dos custos e despesas, a Instituição demonstrou em notas explicativas os custos e despesas dos segmentos certificáveis Social, Educacional e a parte relacionada dos Seminários e Conventos separadamente. *o) Mensuração do trabalho voluntário* - A mensuração do trabalho voluntário dos membros, dirigentes estatutários, para fins de atendimento ao disposto na ITG 2002(R1) de 21 de agosto de 2015, é feita com base na atividade do voluntário, o volume mensal de horas e o custo hora calculado com base na legislação da filantropia - Lei 187/2021, que admite a remuneração de dirigentes no limite de cinco diretores, com remuneração limitada a 70% do maior salário do Poder Executivo Federal. O valor do trabalho voluntário é registrado na receita e despesa, ou segmento, dependendo da área de atuação do voluntário. *p) Demonstração do Resultado abrangente* - Em função de não terem ocorrido efeitos nos resultados abrangentes da Instituição, conforme preconizado na Resolução CFC nº 1.185/2009 que aprovou a NBC TG 26, alterada em 22/12/2017, passando a ser grafada como NBC TG 26 (R4) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, esse demonstrativo não está sendo apresentado no conjunto das demonstrações financeiras da Instituição.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representados por:

	2023			2022		
Descrição	**Social**	**Educacional**	**Total**	**Social**	**Educacional**	**Total**
Caixa geral	439.238	717	**439.955**	356.180	2.528	**358.708**
Bancos - conta movimento	45.769	2.574	**48.343**	50.057	-	**50.057**
Créditos – Fies	70.515	77.759	**148.274**	217	76.634	**76.851**
Total	**555.522**	**81.050**	**636.572**	**406.454**	**79.162**	**485.616**

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Representados por:

	2023			2022		
Descrição	**Social**	**Educacional**	**Total**	**Social**	**Educacional**	**Total**
Aplicações financeiras	*72.805.990*	-	*72.805.990*	*78.818.506*	-	*78.818.506*
Total	***72.805.990***	**-**	***72.805.990***	***78.818.506***	**-**	***78.818.506***

Como política interna, a Instituição mantém essas aplicações como fundo de reservas de recursos próprios, previsto no **Plano Orçamentário Institucional**. Este fundo é composto por dois grupos de categorias de reservas, com percentuais previstos para cada compromisso futuro assumido ou situação considerada de risco. São elas: a) reservas de garantia operacional e; b) reservas de garantia de infraestrutura e tecnologia. Esse fundo visa, prioritariamente, a garantia da sustentabilidade e continuidade dos projetos e ações sociais, e, além disso, visa também dar segurança institucional na continuidade das operações, ao assegurar a atualização de infraestrutura e tecnologia, compromissos assumidos junto aos seus colaboradores, clientes de periódicos, público assistido nos serviços sociais, fornecedores e ao próprio governo. Ademais, a constituição do fundo de reserva, incluído no planejamento, previne a necessidade de recorrer a instituições bancárias em eventuais períodos de recessão. Ressalta-se que, a constituição de Fundo de Reserva é autorizada pela Lei nº 13.019/2014, artigo 2, inciso I, alínea "a" e aprovada a sua constituição em Assembleia Geral Ordinária da Instituição, realizada em 27 de março de 2019.

5. CONTAS A RECEBER

Representado por:

	2023			2022		
Descrição	**Social**	**Educacional**	**Total**	**Social**	**Educacional**	**Total**
Duplicatas a receber	24.420.307	-	**24.420.307**	21.770.514	-	**21.770.514**
Mensalidades a receber	-	1.003.394	**1.003.394**	-	1.150.228	**1.150.228**
Cartões de crédito	3.816.225	117.326	**3.933.551**	3.003.673	80.420	**3.084.093**
Cheques	238.495	16.680	**255.175**	237.848	16.680	**254.528**
Subtotal	**28.475.027**	**1.137.400**	**29.612.427**	**25.012.035**	**1.247.328**	**26.259.363**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.665.315)	(671.621)	**(2.336.936)**	(1.774.486)	(776.291)	**(2.550.777)**
Total	**26.809.712**	**465.779**	**27.275.491**	**23.237.549**	**471.037**	**23.708.586**

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A abertura do saldo de títulos a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	2023			2022		
Títulos segundo os vencimentos	**Social**	**Educacional**	**Total**	**Social**	**Educacional**	**Total**
A vencer	25.067.898	132.319	**25.200.217**	20.036.358	185.066	**20.221.424**
Vencidos						
Até 30 dias	1.086.122	137.584	**1.223.706**	2.340.735	91.774	**2.432.509**
De 31 a 60 dias	235.540	66.604	**302.144**	517.023	48.201	**565.224**
De 61 a 90 dias	161.500	54.938	**216.438**	139.538	50.323	**189.861**
De 91 a 120 dias	108.029	44.778	**152.807**	73.651	46.659	**120.310**
De 121 a 180 dias	150.623	29.556	**180.179**	130.244	49.014	**179.258**
Acima de 180 dias	1.665.315	671.621	**2.336.936**	1.774.486	776.291	**2.550.777**
Subtotal - Vencidos	**3.407.129**	**1.005.081**	**4.412.210**	**4.975.677**	**1.062.262**	**6.037.939**
Total	**28.475.027**	**1.137.400**	**29.612.427**	**25.012.035**	**1.247.328**	**26.259.363**

A seguir demonstramos a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Descrição	**Social**	**Educacional**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.297.920)	(910.590)	**(2.208.510)**
Adições	(559.884)	(78.522)	**(638.406)**
Baixas e reversões	83.318	212.821	**296.139**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.774.486)	(776.291)	**(2.550.777)**
Adições	(647.888)	(116.123)	**(764.011)**
Baixas e reversões	757.059	220.793	**977.852**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.665.315)	(671.621)	**(2.336.936)**

6. ESTOQUES

Representado por:

	2023			2022		
Descrição	**Social**	**Educacional**	**Total**	**Social**	**Educacional**	**Total**
Produtos acabados e mercadorias – Centro de Distribuição	21.766.853	-	21.766.853	17.226.274	-	**17.226.274**
Produtos acabados – Lojas	6.127.729	-	6.127.729	5.590.372	-	**5.590.372**
Mercadorias adquirida de terceiros	14.550.892	-	14.550.892	13.970.955	-	**13.970.955**
Mercadorias e fretes em trânsito / poder terceiros / feiras	1.553.216	-	1.553.216	903.888	-	**903.888**
Produtos em elaboração	2.219.153	-	2.219.153	1.649.072	-	**1.649.072**
Matérias-primas	17.025.921	-	17.025.921	18.949.589	-	**18.949.589**
Outros	263.309	-	263.309	264.831	-	**264.831**
Provisão para perdas	(2.288.462)	-	(2.288.462)	(1.955.942)	-	**(1.955.942)**
Total	**61.218.611**	-	**61.218.611**	**56.599.039**	-	**56.599.039**

A seguir demonstramos a movimentação da provisão para perdas nos estoques:

Descrição	**Social**	**Educacional**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.304.974)	-	**(1.304.974)**
Adições	(722.649)		**(722.649)**
Baixas e reversões	71.681	-	**71.681**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(1.955.942)**	-	**(1.955.942)**
Adições	(379.997)	-	**(379.997)**
Baixas e reversões	47.477	-	**47.477**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(2.288.462)**	-	**(2.288.462)**

A provisão para perda em estoque é constituída com base nos itens em estoque com lenta movimentação, considerados de difícil realização, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração.

7. IMOBILIZADO

A Instituição, revisa periodicamente as estimativas de vidas úteis e valores residuais dos bens do seu ativo imobilizado e o teste de recuperabilidade.

		Social					Educacional					
Descrição	**% Taxa Anual**	**2022**	**Adições**	**Baixas**	**Transf.**	**2023**	**2022**	**Adições**	**Baixas**	**Transf.**	**2023**	**Total - 2023**
Terrenos		**18.945.928**	-	(84.000)	**-**	**18.861.928**	-	-	**-**		**-**	**18.861.928**
Edificações	**2 a 4**	**76.416.007**	46.416	(598.989)	230.016	**76.093.450**	**18.073.099**	-	-	-	**18.073.099**	**94.166.549**
Moveis e Utensílios	**10**	**7.726.886**	582.338	(14.708)	44.000	**8.338.516**	**1.193.237**	355.850	-	-	**1.549.087**	**9.887.603**
Equipamentos de informática	**20**	**5.176.831**	246.053	(51.265)	-	**5.371.619**	**1.882.939**	67.019	(5.599)	-	**1.944.359**	**7.315.978**
Equipamentos de segurança	**10**	**150.240**	8.386	-	-	**158.626**	**215.386**	-	-	-	**215.386**	**374.012**
Veículos	**20**	**2.549.794**	1.328.652	(112.925)	-	**3.765.521**	-	-	-	-	**-**	**3.765.521**
Máquinas e equip. industriais	**5 a 10**	**53.911.527**	288.937	-	-	**54.200.464**	**459**	-	-	-	**459**	**54.200.923**
Equipamentos de comunicação	**20**	**548.510**	-	-	-	**548.510**	**1.457.592**	3.631	-	-	**1.461.223**	**2.009.733**
Outros ativos	**10 a 20**	**159.133**	-	-	-	**159.133**	**2.284**	-	-	-	**2.284**	**161.417**
Imobilizado em andamento		**6.161.694**	5.859.570	(173.354)	(274.016)	**11.573.894**	**382.694**	706.720	-	-	**1.089.414**	**12.663.309**
Subtotal		**171.746.550**	8.360.352	(1.035.241)	-	**179.071.661**	**23.207.691**	1.133.220	(5.599)	-	**24.335.312**	**203.406.973**
Depreciação												
Edificações		**(32.127.474)**	(2.902.888)	601.241	-	**(34.429.121)**	**(9.169.681)**	(265.717)	-	-	**(9.435.398)**	**(43.864.519)**
Móveis e Utensílios		**(5.176.043)**	(472.267)	14.592	-	**(5.633.718)**	**(900.530)**	(67.347)	-	-	**(967.877)**	**(6.601.595)**
Equipamentos de informática		**(4.535.412)**	(265.254)	26.376	-	**(4.774.290)**	**(1.757.680)**	(57.849)	55	-	**(1.815.474)**	**(6.589.763)**
Equipamentos de segurança		**(94.333)**	(12.510)	-	-	**(106.843)**	**(201.832)**	(4.685)	-	-	**(206.517)**	**(313.359)**
Veículos		**(2.059.342)**	(281.474)	112.925	-	**(2.227.891)**	-	-	-	-	-	**(2.227.891)**
Máquinas e equip. industriais		**(25.482.546)**	(3.599.137)	-	-	**(29.081.683)**	**(383)**	(46)	-	-	**(429)**	**(29.082.112)**
Equipamentos comunicação		**(516.971)**	(11.790)	-	-	**(528.761)**	**(1.399.743)**	(30.220)	-	-	**(1.429.963)**	**(1.958.724)**
Outros ativos		**(159.082)**	(54)	-	-	**(159.136)**	**(1.942)**	(60)	-	-	**(2.002)**	**(161.138)**
Subtotal		**(70.151.201)**	(7.545.374)	755.134	-	**(76.941.441)**	**(13.431.790)**	(425.924)	55	-	**(13.857.659)**	**(90.799.101)**
Imobilizado líquido		**101.595.348**	814.978	(280.107)	-	**102.130.219**	**9.775.902**	**707.295**	**(5.544)**	-	**10.477.653**	**112.607.872**

8. INTANGÍVEL

Quadro da movimentação do ano de 2023:

Descrição	% Taxa Anual	Social 2022	Adições	Baixas	Transf.	2022	Educacional 2022	Adições	Baixas	Transf.	2022	Total-2023
Marcas e Patentes		85.070	-	-	-	85.070	-	-	-	-	-	85.070
Softwares	20	3.158.992	-	-	-	3.158.992	763.245	-	-	-	763.245	3.922.237
Subtotal		3.244.062	-	-	-	3.244.062	763.245	-	-	-	763.245	4.007.307
Amortização												
Softwares		(2.867.037)	(153.577)	-	-	(3.020.614)	(741.208)	(22.037)	-	-	(763.245)	(3.783.859)
Direito de Uso												
Intangível líquido		377.025	(153.577)	-	-	223.448	22.037	(22.037)	-	-	-	223.448

9. FINANCIAMENTO E FORNECEDORES

9.1. Financiamentos - Os financiamentos estão em moeda nacional e foram tomados para suportar a necessidade de capital de giro da Entidade. Sua composição é demonstrada:

Instituição financeira	*Modalidade*	*Taxa de juros*	*Período*	*Vlr. Financiado*	*Vlr. Amortizado*	*2023*	*2022*
Banco Itaucard (a) - Sustentável	CCB	1,48% a.m.	36 meses	651.746	245.943	405.803	-
Banco Itaucard (a) - Sustentável	CCB	1,33% a.m.	36 meses	885.650	173.956	711.694	-
Total						1.117.497	-
Circulante						365.318	-
Não circulante						752.179	-

(a) As operações de Financiamento foram contratadas pela Entidade para aquisição de veículos.

As modalidades acima estão garantidas pelos próprios bens financiados ou arrendados e por notas promissórias.

9.2.Fornecedores: Representado por:

Descrição	2023 Social	Educacional	Total	2022 Social	Educacional	Total
Nacional	6.722.573	107.701	6.830.274	7.632.187	141.498	7.773.685
Exterior	8.089	-	8.089	183.027	-	183.027
Total	6.730.662	107.701	6.838.363	7.815.214	141.498	7.956.712
Parcela do circulante	6.730.662	107.701	6.838.363	7.677.934	141.498	7.819.432
Parcela do não circulante	-	-	-	137.280	-	137.280

O saldo de fornecedores do exterior refere-se à aquisição de livros para revenda e aquisição de itens de manutenção de equipamentos gráficos. A abertura do saldo de títulos a pagar pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

Descrição	Nacional - 2023 Social	Educacional	Total	Exterior - 2023 Social	Educacional	Total
A vencer						
Em até 30 dias	4.552.531	105.057	4.657.588	-	-	-
De 31 a 120 dias	2.061.320	2.644	2.063.964	8.089	-	8.089
De 121 a 360 dias	108.722	-	108.722	-	-	-
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-
Total	6.722.573	107.701	6.830.274	8.089	-	8.089

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Representado por:

Descrição	2023 Social	Educacional	Total	2022 Social	Educacional	Total
Obrigações trabalhistas						
Previdenciárias – FGTS (1) / INSS (2)	646.208	102.330	748.538	564.699	88.026	652.725
Provisão - férias, 13º e encargos	3.052.674	331.151	3.383.825	2.776.495	373.546	3.150.041
IRRF (3) sobre salários	455.741	136.224	591.965	413.920	116.628	530.548
Outros	35.054	4.419	39.473	14.689	534	15.223
Subtotal	4.189.677	574.124	4.763.801	3.769.803	578.734	4.348.537
Obrigações tributárias						
Federais - PIS (4) / COFINS (5) / IRRF (3) / CSLL (6) sobre terceiros / IPI (9)	32.160	4.659	36.819	36.929	4.747	41.676
Estaduais - ICMS (7) a recolher	382.381	-	382.381	384.871	-	384.871
Municipais - ISS (8) a recolher	5.842	824	6.666	6.373	800	7.173
Outros	15.561	-	15.561	44.759	4.603	49.362
Subtotal	435.944	5.483	441.427	472.932	10.150	483.082
Total	4.625.621	579.607	5.205.228	4.242.735	588.884	4.831.619

(1) Fundo de Garantia do Trabalhador Social (FGTS); (2) Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS); (3) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF); (4) Programa de Integração Social (PIS); (5) Contribuição Social para Seguridade Social (COFINS); (6) Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL); (7) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); (8) Imposto Sobre Serviço (ISS); (9) Imposto Sobre Produto Industrializado (IPI).

11. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Representado por:

Descrição	2023 Social	Educacional	Total	2022 Social	Educacional	Total
Adiantamento de clientes por assinaturas	13.377.034	-	13.377.034	12.456.701	-	12.456.701
Adiantamento de clientes periódicos e outros	806.771	275.621	1.082.392	1.201.055	420.555	1.621.610
Total	14.183.805	275.621	14.459.426	13.657.756	420.555	14.078.311

Os saldos de adiantamento de clientes referem-se, principalmente, aos valores recebidos de assinaturas e periódicos para os quais ainda não foram entregues as respectivas mercadorias. Estes saldos são reconhecidos no resultado do exercício como receitas, em conformidade com o regime de competência.

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Representado por:

Descrição	2023 Social	Educacional	Total	2022 Social	Educacional	Total
Matéria-prima de terceiros em nosso poder consignado	4.057.400	-	4.057.400	3.482.530	-	3.482.530
Merc. de terceiros em nosso poder consignado	928.652	-	928.652	713.393	-	713.393
Contas a pagar	2.029.069	29.550	2.058.619	1.223.424	44.044	1.267.468
Empréstimo consignado	180.479	20.570	201.049	133.991	14.465	148.456
Créditos bancários	509.349	141,00	509.490	359.428	-	359.428
Total	7.704.949	50.261	7.755.210	5.912.766	58.509	5.971.275

13. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Depósitos judiciais - A Instituição é parte em ações judiciais perante tribunais decorrentes do curso normal das suas operações envolvendo questões trabalhistas, tributárias e cíveis. Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão desses processos, os quais totalizam em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 os seguintes valores:

Descrição	2023 Social	Educacional	Total	2022 Social	Educacional	Total
Depósitos judiciais trabalhistas	12.866	-	12.866	200	-	200
Depósitos judiciais fiscais	375.921	-	375.921	375.921	-	375.921
Total	388.787	-	388.787	376.121	-	376.121

Provisão para demandas judiciais - Em atendimento à Resolução CFC 1.180/2009, a Instituição, com base em informações de seus advogados, na análise das demandas judiciais, com probabilidade de perda classificada como provável, constituiu provisão, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, conforme relacionamos a seguir:

	Provisões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	850.711	850.711
Adições – provisões	271.836	271.836
Baixas	(170.102)	(170.102)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	952.445	952.445

Ainda com base em informações de seus advogados na data-base 31/12/2023, para cumprimento da Resolução, divulgamos a soma de (R$ 1.081.234) trabalhistas e processos tributários (R$ 327.714) como processos com probabilidade de perda possível.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Instituição é formado pelos resultados acumulados desde a data de sua fundação, em 20 de agosto de 1931. Os superávits, quando ocorrem, são destinados à manutenção das atividades sociais em atendimento aos objetivos estatutários, atendendo aos dispositivos legais vigentes e o Princípio Contábil da Continuidade da Instituição. A incorporação do superávit na conta Patrimônio Social, é efetuada por deliberação da Assembleia Geral no exercício seguinte, dentro das regras legais e de acordo com a ITG 2002 (R1) item nº 15.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Como proposta operativa, a Instituição exerce suas atividades conforme previsto no inciso III, Artigo 3º do seu Estatuto Social, no intuito de gerar fontes de receitas líquidas, a serem revertidas para a consecução dos programas, projetos e serviços socioassistenciais e educacionais.

Descrição	2023	2022
Receita Bruta Prestação Serviço Educacional	**17.967.705**	**12.330.925**
(+) Serviços Educacionais Ensino Superior com ProUni (Lei nº 11.096/05)	3.575.864	2.492.306
(+) Serviços Educacionais Ensino Superior sem ProUni (Lei nº 11.096/05)	14.391.841	9.838.619
(-) Deduções	**(2.284.844)**	**(1.914.512)**
(-) Descontos Incondicionais	(2.262.412)	(1.887.197)
(-) Devoluções Matrículas/Mensalidades	(22.432)	(27.315)
(-) Bolsas Serviços Educacionais	**(3.575.864)**	**(2.492.305)**
(-) Bolsas Parciais - 50% - (Lei nº 11.096/05) - Ensino Superior	(622.574)	(629.664)
(-) Bolsas Integrais - 100% - (Lei nº 11.096/05) - Ensino Superior	(2.953.290)	(1.862.641)
Receita Líquida de Prestação Serviço Educacional	**12.106.997**	**7.924.108**
Descrição	**2023**	**2022**
(+) Receita das Atividades Sociais – Fonte de Recursos	**157.365.685**	**134.530.318**
(+) Receita com industrialização	20.402.558	16.512.103
(+) Receita com vendas	136.963.127	118.018.215
(-) Deduções	**(7.336.452)**	**(5.483.054)**
(-) Devoluções	(2.420.818)	(1.303.277)
(-) ICMS s/ Vendas	(4.915.634)	(4.179.777)
Receita Líquida de Atividades Sociais – Fonte de Recursos	**150.029.233**	**129.047.264**

O aumento na rubrica de Receitas (Fonte de Recursos) deve-se à expansão em canais de venda da Instituição.

16. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2023 Social	Educacional	Seminários e Conventos	Total	2022 Social	Educacional	Seminários e Conventos	Total
Salários e encargos	36.820.515	2.773.160	1.004.985	**40.598.660**	32.521.300	2.450.439	927.148	**35.898.887**
Despesas com seguros	270.993	40.926	91.331	**403.250**	250.175	38.262	91.251	**379.688**
Reversão de valores para custo dos produtos e serviços vendidos	(10.540)	(947)	-	**(11.487)**	(15.217)	(4.856)	-	**(20.073)**
Reversão de valores destinação aos projetos sociais	(4.533.755)	-	-	**(4.533.755)**	(4.868.537)	-	-	**(4.868.537)**
Total	**32.547.213**	**2.813.139**	**1.096.316**	**36.456.668**	**27.887.721**	**2.483.845**	**1.018.399**	**31.389.965**

17. DESPESAS COMERCIAIS

Descrição	2023 Social	Educacional	Seminários e Conventos	Total	2022 Social	Educacional	Seminários e Conventos	Total
Correios e distribuição	6.964.632	-	-	**6.964.632**	6.305.934	-	120	**6.306.054**
Feiras e eventos	841.642	71.563	-	**913.205**	953.659	77.417	600	**1.031.676**
Desp. viagens e comerciais	5.225.689	10.637	3.897	**5.240.223**	4.820.717	11.217	2.524	**4.834.458**
Perdas (reversão) estimada devedores duvidosos/Incobráveis	843.724	116.123	13.768	**973.615**	574.976	(7.970)	-	**567.006**
Reversão de valores para custo dos produtos vendidos	(287.024)	-	-	**(287.024)**	(277.319)	-	-	**(277.319)**
Total	**13.588.663**	**198.323**	**17.665**	**13.804.651**	**12.377.967**	**80.664**	**3.244**	**12.461.875**

18. DESPESAS GERAIS

As despesas operacionais são realizadas para a consecução dos programas, projetos e serviços socioassistenciais e educacionais, conforme previsto no inciso III, Artigo 3º do seu Estatuto Social.

Descrição	2023 Social	Educacional	Seminários e Conventos	Total	2022 Social	Educacional	Seminários e Conventos	Total
Despesas com divulgação	1.392.236	636.839	2.060	**2.031.135**	1.206.497	773.576	4.020	**1.984.093**
Despesas com insumos	3.852.012	338.148	265.653	**4.455.813**	3.779.238	288.947	378.070	**4.446.255**
Despesas gerais e com funcionamento	10.118.224	430.627	3.010.199	**13.559.050**	8.756.484	370.154	2.884.238	**12.010.876**
Despesa com trabalho voluntário	1.705.605	189.512	-	**1.895.117**	1.609.061	178.785	-	**1.787.846**
Despesas com manutenção	6.523.255	354.067	243.321	**7.120.643**	6.173.353	546.730	296.563	**7.016.646**
Despesas com serviços gerais	4.259.699	1.294.499	603.713	**6.157.911**	3.822.602	931.403	732.527	**5.486.532**
Despesas depreciação	7.101.003	447.750	465.138	**8.013.891**	6.588.811	512.299	447.620	**7.548.730**
Programa de Assessoramento Defesa e Garantia de Direito	11.826.283	-	-	**11.826.283**	1.654.041	-	-	**1.654.041**
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	1.723.507	-	-	**1.723.507**	6.379.754	-	-	**6.379.754**
Coordenação dos programas, Projetos e serviços Socioassistenciais	555.165	-	-	**555.165**	537.093	-	-	**537.093**
Reversão de valores para custo dos produtos vendidos	(12.063.340)	-	-	**(12.063.340)**	(11.257.565)	-	-	**(11.257.565)**
Reversão de valores destinação aos projetos sociais	-	(39.007)	-	**(39.007)**	-	(42.158)	-	**(42.158)**
Total	**36.993.649**	**3.652.435**	**4.590.084**	**45.236.168**	**29.249.369**	**3.559.736**	**4.743.038**	**37.552.143**

19. DESPESAS FINANCEIRAS

Descrição	2023 Social	Educacional	Seminários e Conventos	Total	2022 Social	Educacional	Seminários e Conventos	Total
Descontos concedidos	1.140.286	4.916.914	-	**6.057.200**	1.048.021	3.263.464	-	**4.311.485**
Juros passivos	124.412	1.139	588	**126.139**	20.263	69	1078	**21.410**
Variação cambial passiva	76.181	-	-	**76.181**	125.737	-	-	**125.737**
Despesas bancárias	438.014	17.304	350	**455.668**	401.449	16.897	-	**418.346**
Total	**1.778.893**	**4.935.357**	**938**	**6.715.188**	**1.595.470**	**3.280.430**	**1.078**	**4.876.978**

20. RECEITAS FINANCEIRAS

Descrição	2023 Social	Educacional	Seminários e Conventos	Total	2022 Social	Educacional	Seminários e Conventos	Total
Variação cambial ativa	*208.546*	-	-	**208.546**	*120*	-	-	**120**
Juros	*372.785*	*55.256*	-	**428.041**	*257.645*	*30.601*	-	**288.246**
Rendimento de aplicações financeiras	*8.402.279*	-	-	**8.402.279**	*9.708.778*	-	-	**9.708.778**
Descontos obtidos	*657.258*	*1.850*	*7.620*	**666.728**	*68.804*	*233*	*2.340*	**71.377**
Total	**9.640.868**	**57.106**	**7.620**	**9.705.594**	**10.035.347**	**30.834**	**2.340**	**10.068.521**

21. OUTRAS (DESPESAS) / RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2023 Social	Educacional	Seminários e Conventos	Total	2022 Social	Educacional	Seminários e Conventos	Total
Perdas com alienação ou baixa de ativo imobilizado	(16.812)	-	(137.909)	**(154.721)**	(519.784)	(44)	(834)	**(520.662)**
Ganhos com alienação ou baixa de ativo imobilizado	3.645.000	-	-	**3.645.000**	142.503	8.500	-	**151.003**
Receitas com aluguéis/locação	1.592.176	794.021	-	**2.386.197**	1.540.020	640.774	-	**2.180.794**
Perdas com rescisões de contratos	(400.000)	-	-	**(400.000)**	-	-	-	**-**
Receitas com direitos autorais e streaming música	100.011	-	-	**100.011**	169.183	-	-	**169.183**
Recebimento de contribuições espontâneas / doações	-	-	-	-	29.817	-	-	**29.817**
Residual decorrentes de operações com produtos de sucata	(465.063)	-	-	**(465.063)**	-	-	-	**-**
Receitas decorrentes de operações comerciais com clientes e produto	895.597	71.250	-	**966.847**	377.552	-	-	**377.552**
Recuperações de despesas operacionais	158.296	-	4.504	**162.800**	47.009	237	12.175	**59.421**
Receitas com trabalho voluntário	1.705.605	189.512	-	**1.895.117**	1.609.061	178.785	-	**1.787.846**
Reversão / (Provisão) perda estoque constituídas no período de apuração imediatamente anterior	(738.488)	-	-	**(738.488)**	(1.069.022)	-	-	**(1.069.022)**
Reversão / (Provisão) contingências de ativos constituídas no período de apuração imediatamente anterior	(101.734)	-	-	**(101.734)**	158.619	-	-	**158.619**
Total	6.374.588	1.054.783	(133.405)	**7.295.966**	2.484.958	828.252	11.341	**3.324.551**

22. TRABALHO VOLUNTÁRIO

	2023	2022
Membros da Diretoria	91.840,28	86.641,77
Membros Conselho Fiscal	53.937,94	50.884,85
Valor total mensal	145.778,22	137.526,62
Valor total anual	***1.895.116,86***	***1.787.846,06***

23. SEGUROS

A Instituição adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2023, está demonstrada a seguir:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada (R$ aproximado)
Empresarial	Danos materiais causados por incêndio, explosão, fumaça, danos elétricos, subtração de bens, responsabilidade civil e assegura a perda do aluguel.	210.150.000

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

(i) *Instrumentos financeiros* - Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: • Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários: Os saldos mantidos em bancos de primeira linha têm seus valores de mercado substancialmente similares aos saldos contábeis. • Empréstimos e financiamentos: Os valores de mercado para os empréstimos e financiamentos são substancialmente similares aos dos saldos contábeis e refletem o saldo para quitação na data do balanço. • Contas a receber, adiantamento de clientes e fornecedores a pagar: Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado nas datas de encerramento dos exercícios, considerando-se a sua natureza e seus prazos de vencimento. (ii) *Gerenciamento de riscos* - *Risco de crédito* - A Instituição não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Instituição realiza operações em instituições com baixo e médio risco avaliadas por agências independentes de classificação. *Risco de liquidez* - A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Instituição possui aplicações com vencimento em curto e médio prazo. *Gestão de risco de capital* - A Instituição, ao administrar o risco de capital observa investimentos em aplicações com o menor risco e com a liquidez em conformidade com a operacionalização da missão institucional. Os objetivos são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, no que se refere aos programas sociais, cumprimento de obrigações assumidas, provisões judiciais e trabalhistas e, em particular, com o alto volume de recebimentos antecipados de assinaturas periódicas. A Instituição mantém gestão preventiva, com reserva de capital para gerir seu fluxo de caixa no intuito de não depender de empréstimos. *Operações com instrumentos derivativos* - A Instituição não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2023, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

25. SEGMENTO EDUCACIONAL - EVIDENCIAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DA RECEITA COM A DESPESA

Em atendimento aos parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Base da Educação e sua regulamentação; e em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.409/2012, que aprovou a ITG 2002 R1, item nº 27, letra J, o quadro da relação dos gastos com pessoal e receita líquida da FAPCOM é demonstrado da seguinte forma:

Os gastos com pessoal administrativo e acadêmico no **exercício de 2023** representou 74% da receita líquida de serviços educacionais (89% em 2022).

26. SEGMENTO EDUCACIONAL - BASE DE ALUNOS

No exercício de 2023, a FAPCOM atendeu **1.887** alunos de graduação e 36 alunos de pós-graduação.

27. CERTIFICAÇÕES, TÍTULOS E REGISTROS

A PAULUS, ao desenvolver seus programas, projetos e serviços socioassistenciais, viabilizando-os técnica e economicamente, o faz, cumprindo com todas as imposições legais vigentes. No seu custeio, os valores efetivamente aplicados para a execução das atividades socioassistenciais e educacionais são integralmente gerados pela PAULUS, refletindo assim a vocação de participação social da Instituição para cumprimento de sua missão centenária no mundo. Ademais, utiliza em grande escala seus equipamentos, otimizando seus recursos humanos nas **cinco regiões do país** em agentes de projetos sociais e seu recurso técnico e mercadológico a serviço de suas metas socioassistenciais e educacionais. Há, por parte da Instituição, firme engajamento em promover os direitos humanos e as devidas e necessárias mudanças no panorama social brasileiro. Resultado de suas convicções e políticas sociais é constatado por sua trajetória e por seus diversos títulos e registros concedidos pelos órgãos reguladores, conforme segue: *a) Registro de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS* - A Instituição é reconhecida como Beneficente de Assistência Social, atua nas políticas de assistência social e educação, demonstra sua preponderância na assistência social. Teve seu pedido de renovação (Processo: 71000.075380/2009-21) deferido por meio da Portaria SNAS/MDS nº 1.012/2012, conforme publicado no DOU de 15.10.2012. Período de vigência: de 01.01.10 a 31.12.14. Protocolado pedido de renovação em 16/12/2014 conforme Processo nº 71000.141721/2014-21 referente ao triênio **2015 a 2017**, o qual foi indeferido e encontra-se em fase administrativa recursal e *subjudice*. O indeferido em sede administrativa foi através da Portaria nº 52 de 26 de fevereiro de 2019 e publicada no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 2019, com prazo recursal de 30 dias a contar da publicação no DOU, nos termos da Lei Federal nº 12.101/09. Ocorre que, devido à insegurança jurídica apresentada pela demora em análise do recurso administrativo, a Instituição optou pela judicialização do caso, propondo a respectiva Ação Ordinária com. Pedido de Tutela Provisória de Urgência contra a União Federal (Ação nº 1017260-29.2019.4.01.3400 – perante a 16ª Vara Federal Cível da Subseção Judiciária do Distrito Federal), no qual foi deferido parcialmente o pedido de Tutela Provisória em 8 de agosto de 2019, em favor da Instituição para que seja observado o efeito suspensivo ao Recurso Administrativo até que o referido recurso seja analisado administrativamente, assim como para que toda e qualquer coercitiva contra a Instituição baseada na ausência do CEBAS seja suspensa. Em 26 de agosto de 2019, o Ministério da Cidadania publicou no Diário Oficial da União a Portaria nº 150 de 22 de agosto de 2019, prevendo a suspensão dos efeitos do indeferimento do pedido de renovação do CEBAS formulado nos autos do processo de nº 71000.141721/2014-21, até que o recurso seja analisado administrativamente. Em 22/02/2020, a ação foi julgada **PROCEDENTE**, com a confirmação da tutela de urgência concedida, para determinar que a União observe o efeito suspensivo conferido ao Recurso Administrativo interposto no Processo nº 71000.141721/2014-21 (Recurso autuado nº 71000.016248/2019-59), nos termos do art. 35, § 2º, da Lei nº 12.101/09, bem como que se abstenha de aplicar, contra a Instituição Autora, medidas coercitivas em razão da ausência do CEBAS, incluídas as restrições daí decorrentes, até a sua respectiva análise. Em 28/05/2020, a União interpôs Recurso de Apelação, objetivando a reforma da sentença para julgar improcedentes os pedidos da Autora. Em 28/08/2020, a Autora protocolou contrarrazões ao Recurso de Apelação da União. **Atualmente**, o processo se encontra na conclusão do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)/SEDS/SNAS/SEDS/Ministério da Cidadania desde agosto de 2021. *Pedidos de renovação do Registro de Entidade Beneficente de Assistência Social*: Protocolado pedido de renovação em 14 de dezembro de 2017 conforme processo 71000.080898/2017-96 referente ao triênio **2018 a 2020**, o processo atualmente encontra-se em análise. Protocolado pedido de renovação em 27 de novembro de 2020 conforme processo 235874.0026396/2020 referente ao triênio **2021 a 2023**, o processo atualmente encontra-se em análise. Protocolado pedido de renovação em 7 de agosto de 2023 conforme Processo nº 71000.061139/2023-72 referente ao triênio 2024 a 2026, o processo atualmente encontra-se em análise. *b) Certificação de entidade de utilidade pública nos âmbitos estaduais e municipais* - A Instituição é: • Declarada como sendo de Utilidade Pública no Estado de São Paulo / SP, através do Decreto nº 49.824 de 25 de julho de 2005; • Declarada como sendo de Utilidade Pública Municipal, São Paulo / SP, através do Decreto nº 7.959 de 31 de janeiro de 1969. *c) Outras certificações registros* - • Possui registro no Conselho Estadual de Assistência Social/SP – CONSEAS – sob o nº 0123/SP/2000; • Possui registros nos Conselhos Municipais de Assistência Social de São Paulo/SP (529/12), Osasco/SP (038/2012), Belém/PA (163/2015), Caxias do Sul/RS (036/2015), Goiânia/GO (0362/2016), Campina Grande/PB (284/2015), Cuiabá/MT (0179/2016), Campinas/SP (151A/2018), Cotia/SP (035/19) e Natal/RN (065/2020). Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (0799/CMDCA/1998/SP) e Osasco (Registro nº 1.16.151. Artigo 7º Item II da Lei Municipal nº 4.583/13, da Resolução Normativa nº 016/2012-CMDCA, artigos 90 e 91 da Lei nº 8.069 de 13.07.90); e • Possui Registro na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social / SMADS-SP, sob o nº 30.268, e na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social / SEDS/SP, sob o nº 352/1941 (Pró-Social).

28. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A Pia Sociedade de São Paulo é entidade beneficente de assistência social, imune à incidência de impostos conforme o art. 150, inciso VI, "c", da Constituição Federal e imune de contribuições para a seguridade social conforme o art. 195, §7º da Constituição Federal e art. 3º da Lei nº 187 de dezembro de 2021 regulamentada pelo Decreto 11.791.de novembro de 2023. Para ser aplicável à imunidade constitucional prevista no artigo 150, VI, alínea "c", a Instituição cumpre com os requisitos descritos no artigo 14 do Código Tributário Nacional: I – não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; II - aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; III - mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. Para usufruir da imunidade do pagamento das contribuições de que tratam os dispositivos em lei, cumpre os seguintes requisitos: I) não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da Instituição, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; II) aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III) apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV) mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V) não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI) conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial; VII) cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII) apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. *"DEMONSTRATIVO DA IMUNIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUIDAS* - A imunidade do pagamento das contribuições sociais (INSS, COFINS E PIS S/ FOLHA DE PAGAMENTO) no exercício de 2023 e 2022 foi de:

	2023	2022
INSS (quota patronal)	11.313.370	9.942.240
COFINS	2.041.247	2.738.824
PIS sobre folha de pagamento	371.027	325.443
Total	**14.600.188**	**13.006.607**

Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas do PIS e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de livros, no mercado interno. Base: inciso VI, do artigo 28, da Lei nº 10.865/2004.

29. ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO

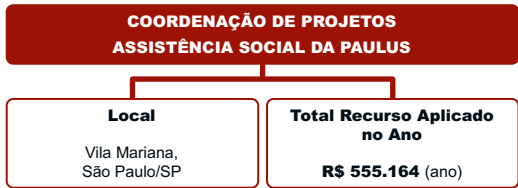
As informações apresentadas a seguir são suplementares às demonstrações financeiras, sendo divulgadas com base nos controles gerenciais e operacionais da Instituição. A Instituição dispõe de infraestrutura direta e indireta para o desenvolvimento, viabilização e execução dos projetos sociais e educacionais. Para tanto, conta com as Unidades Mantidas nos diversos Estados da Federação que funcionam de forma sistêmica e unificada, sendo toda a sua força de trabalho direcionada para os seus objetivos finalísticos. **Todas as unidades mantidas são equipadas com recursos técnicos, materiais e humanos para viabilizar os programas, projetos e serviços socioassistenciais e educacionais, proporcionando seja de forma direta ou de forma indireta, o atendimento e acompanhamento dos beneficiados, sendo, portanto, a infraestrutura uma parte indivisível e indissociável de sua organização**. No exercício de 2023, utilizando recursos financeiros próprios, a PAULUS manteve de forma gratuita, permanente, contínua e planejada os programas de assessoramento, defesa e garantia de direitos, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e as concessões das bolsas de estudo do PROUNI, cumprindo assim com os preceitos instituídos na legislação. **29.1. Aplicação dos recursos -** Os recursos gerados pela Instituição são destinados diretamente à assistência social para realização de suas atividades socioassistenciais e educacionais: programa de assessoramento, defesa e garantia de direitos com foco no fortalecimento a participação, autonomia e protagonismo dos usuários, formação e capacitação de lideranças comunitárias, trabalhadores, gestores e conselheiros; defesa, efetivação e construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos; serviços de atendimento às crianças, adolescentes e adolescentes com foco na convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (ambos dirigidos ao público atendido por meio da política de assistência social). Na educação, são atendidos jovens e adultos através da concessão de bolsas de estudo - PROUNI. **Todas as despesas são consideradas benefícios concedidos aos beneficiários em atendimento à missão estatutária.** A PAULUS, observando os seus princípios estatutários e finalísticos e seguindo a sua vocação espiritual e institucional, gera e mantém de forma própria, sem qualquer subsídio governamental, os recursos que são destinados aos programas, projetos e serviços socioassistenciais e educacionais. **29.2. Gratuidades concedidas -** No ano de **2023,** a Instituição aplicou o total de **R$ 17.680.818** em seus programas e serviços socioassistenciais e educacionais, sendo **R$ 14.104.954** voltados aos **programas e serviços sociais (assistência social)** e **R$ 3.575.864 voltados ao programa de bolsas de estudo (educação).**

80%	Assistência Social	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos
20%	Educação	PROUNI – Programa Universidade para todos

29.2.1. Gratuidades assistência social - Os programas e serviços especializados de Atendimento, Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos são realizados pela PAULUS de forma inteiramente gratuita, contínua, permanente e planejada. A Instituição prioriza a destinação dos recursos de acordo com sua vocação, missão e amplitude demográfica de atendimento. Nesse ambiente de fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no país, na inovação dos métodos de trabalhos e de gestão dos serviços socioassistenciais, a PAULUS se inscreve no cenário nacional oferecendo sua contribuição na inserção e no fortalecimento das redes de atenção e promoção de seu público-alvo, e mostra os resultados obtidos com base nessa caminhada. • Atendimento – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, indicado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social), compõe as ofertas de serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, garantia à efetivação do direito à convivência familiar, comunitária e à proteção da família, mediante novas oportunidades e reflexão acerca da realidade social. A PAULUS executa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em seus três Centros de Convivência, localizados na Freguesia do Ó (São Paulo/SP), Vila Mariana (São Paulo/SP) e Jardim Santa Maria (Osasco/SP), atendendo à prerrogativa de estimular a convivência comunitária e o fortalecimento de vínculos familiares.

• Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos: Foi estruturado para proporcionar assessoramento na formação, aperfeiçoamento profissional, produção e disseminação de saberes de interesse e demanda das lideranças comunitárias, movimentos sociais, trabalhadores e usuários; em conformidade com o Sistema Único da Assistência Social / Resolução nº 27/2011/CNAS. Os Programas de Assessoramento, denominados de InovaSUAS e Direito e Cidadania são realizados com alto investimento técnico especializado e executado nas cinco regiões do país.

PROGRAMA InovaSUAS	PROGRAMA DIREITO E CIDADANIA
Nº Beneficiários Atendidos **59** percursos formativos **1.054** horas/atividades **205** municípios de 15 Estados **2.889** participantes **8.662** atendimentos **265.470** exemplares impressos e disseminados gratuitamente por intermédio de **32** instituições parceiras	**Nº Beneficiários Atendidos** **26** percursos formativos para educadores sociais e técnicos dos SCFV **480** horas/atividades **71** municípios de **12** Estados **1.366** participantes **2.259** atendimentos **99.751** kits de livros (4 livros cada) = totalizando **399.004 livros**
Local / Região atendida Nacional	**Local / Região atendida** Nacional
Total Recurso Aplicado **R$ 3.782.322**	**Total Recurso Aplicado** **R$ 8.043.961**
Recurso por Atendido **R$ 436,65**	**Recurso por Atendido** **R$ 80**

• Coordenação dos Programas, Projetos e Serviços Socioassistenciais:

29.2.1.1. Formalização dos projetos sociais - A Instituição no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais formaliza através de Relatório de Atividades (anual), por Programa, Projeto e Serviço: os objetivos do mesmo, a origem de recursos, a infraestrutura, a tipificação e caracterização dos serviços executados (conforme Resolução do CNAS nº 109/09, Resolução nº 027/11 e Decreto nº 6.308/07); público-alvo, formas de acesso, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial, metodologia, número de atendidos e atendimentos, interlocução com a rede, CRAS e CREAS, parcerias, demonstração da forma de participação dos usuários e as estratégias utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto, e os resultados obtidos. ***29.2.2. Gratuidades educacionais -*** • Programa Universidade para todos – PROUNI: A FAPCOM – Faculdade PAULUS de Tecnologia e Comunicação, localizada em São Paulo, realiza a concessão das bolsas de estudo integral (100%) e parcial (50%), que se dá em conformidade aos dispositivos do Programa Universidade para Todos – PROUNI, do Governo Federal.

BOLSAS DE ESTUDO PROUNI

Quantidade de Bolsa Integral (100%)	Quantidade de Bolsa Parcial (50%)
282 Alunos	**135 Alunos**
Recurso Aplicado **R$ 2.953.290**	Recurso Aplicado **R$ 622.574**

Total Anual de Recurso Aplicado **R$ 3.575.864**

29.2.2.1. Da concessão dos recursos em assistência educacional – educação superior - A Instituição aderiu ao Programa Universidade Para Todos – PROUNI, através do qual concede bolsas de estudo integrais (100%) e parciais (50%) aos beneficiários do programa. ***29.2.2.2. Demonstrativo do cumprimento de bolsas -*** Em atendimento à Lei e regulamentação referente à concessão de bolsas educacionais, a Instituição: a) Deve conceder anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes; b) Deve obrigatoriamente conceder 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, caso não atinja a meta (a); c) E, conceder bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para complementar a relação de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes.

		31/12/2023
I	Alunos matriculados	884
II	Alunos bolsistas integrais	162
III	Alunos Inadimplentes (inadimplentes por período superior a 90 dias)	24
IV	***Alunos pagantes (I-II-III)***	***698***
V	Alunos com bolsas integrais necessárias para atender à concessão1 para 5 (IV/5)	140
VI	***Saldo excedente de alunos com bolsas (Relação 1 para 5)***	***22***
VII	Alunos com bolsas integrais necessárias para atender à concessão 1 para 9 (IV/9)	78
VIII	***Saldo excedente de alunos (Relação 1 para 9)***	***84***

No exercício 2023, a Instituição cumpriu com a obrigação da proporção de 1 (uma) bolsa integral para cada 5 (cinco) pagantes alcançando o número mínimo exigido. Para fins de aplicação das proporções demonstradas, foi considerado como alunos pagantes, o total de alunos que não possuem bolsas de estudo integrais, excluindo-se os inadimplentes por período superior a 90 (noventa) dias, cujas matrículas tenham sido recusadas no período letivo imediatamente subsequente ao inadimplemento, conforme definido em regulamento e legislação. A data-base de verificação utilizada na elaboração dessas demonstrações foi **11/03/2024.** As quantidades de alunos no item I refere-se à posição no encerramento do ano letivo 2023 (31/12/2023).

30. BENEFÍCIOS - PÓS-EMPREGO

Informamos que não há plano de benefícios pós-emprego, tais como complemento de aposentadoria, seguro e/ou assistência médica aos empregados.

São Paulo, 31 de dezembro de 2023.

CLAUDIANO AVELINO DOS SANTOS Presidente	**ALEXANDRE DA SILVA CARVALHO** Tesoureiro	**VANESSA KELLI PERES DAS CHAGAS** Contadora - CRC 1SP 227.172/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal no uso de suas atribuições examinou o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social e as respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, e tomando como base o parecer dos auditores independentes, expressa que as demonstrações mencionadas, examinadas à luz dos Estatutos Sociais em vigor, encontram-se em condições de serem apresentadas à Diretoria e aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária da associação.

São Paulo, 4 de abril de 2024.
O Conselho

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos conselheiros e administradores da
PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO
São Paulo – SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as Demonstrações Contábeis do ***PIA SOCIEDADE DE SAO PAULO*** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido, e dos Fluxos de Caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais Políticas Contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Efetuamos o acompanhamento do inventário nos estoques físicos da Entidade, realizados como parte integrante do fechamento do Balanço de 2023, onde presenciamos o descumprimento das diretrizes contidas nas instruções internas em relação as contagens. Salientamos que esse desrespeito às normas afetou de forma relevante a fidedignidade das quantidades estocadas, não sendo possível nos certificamos da exatidão das quantidades físicas dos Estoques na data-base de 31/12/2023.

A Entidade não efetuou a verificação de possível desvalorização significativa “impairment” do Estoque conforme determina a Resolução CFC nº 1.292/10 – NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Diante disso não nos foi possível determinar se ajuste da conta resultará em efeito relevante sobre as Demonstrações Contábeis do exercício de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa “opinião com ressalva”.

Ênfase

Pedido de renovação quanto ao reconhecimento de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 27 (a) que descreve que a Entidade mantém discussão jurídica referente à renovação de seu registro como “Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS” do triênio 2015 a 2017, o qual foi indeferido, tendo a Entidade impetrado Ação Ordinária com Pedido de Tutela Provisória de Urgência contra a União Federal, sendo que, em 22 de agosto de 2019 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria nº 150, prevendo a suspensão dos referidos efeitos do indeferimento do pedido de renovação do CEBAS da Entidade até que o recurso seja analisado administrativamente. Ressalta-se ainda que em 14 de dezembro de 2017, a Entidade protocolou pedido de renovação do CEBAS referente o triênio 2018 a 2020, e em 27 de novembro de 2020, protocolou pedido de renovação referente ao triênio de 2021 a 2023, protocolou pedido de renovação em 07 de agosto de 2023 referente ao triênio de 2024 a 2026, cujos processos atualmente encontram-se em análise.

Atualmente, o processo se encontra na conclusão do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)/SEDS/SNAS/SEDS/Ministério da Cidadania desde agosto de 2021.

Os assessores jurídicos da Entidade avaliam como remota a chance de perda para a Entidade nesses processos, todavia, até o presente momento não há desfechos definitivos quanto a essas questões.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 26 de março de 2024.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2 SP 024.298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador - CRC- SP 187.003/ O- 0 - CNAI – SP – 1620

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG 533201 - Pregão Eletrônico n° 90020/2024. Objeto: Aquisição de um conjunto composto por 02 quadros de alimentação elétrica de baixa tensão e 01 quadro com chaves ATS de transferência automática. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, às 9h do dia 08/05/2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção “fornecedores - editais de licitação” e www.doe.sp.gov.br - opção “enegociospublicos”.

AVISOS DE JULGAMENTO DE RECURSO E DE REVOGAÇÃO

Pregão Eletrônico n° 049/2023 - OC n° 5131015108520230C00106 - Prestação de serviços de recepção, compreendendo o desenvolvimento das atividades de orientação, informação e atendimento para o Posto Poupatempo Sé, conforme especificações constantes do Termo de Referência que integra este edital como Anexo I. A Pregoeira comunica que: 1) Foi negado provimento pela autoridade superior ao recurso interposto pela licitante PRO - RODA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. quanto à intenção de revogação; 2) Comunicamos a Revogação do certame, pela autoridade competente da Prodesp, com base nos elementos constantes dos autos.

AVISO DE MODIFICAÇÃO DE EDITAL E PRORROGAÇÃO DA DATA DA LICITAÇÃO

UASG 533201 - Pregão Eletrônico n° 90022/2024. Objeto: Aquisição de material de cabeamento estruturado para colocation TJ-SP. A Prodesp comunica modificações procedidas no Anexo I - Termo de Referência e no Anexo I-A - Declaração de Produtos a Serem Fornecidos do edital do Pregão Eletrônico n° 90022/2024, conforme Comunicado n° I que encontra-se disponível nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção “fornecedores - editais de licitação” e www.doe.sp.gov.br - opção “enegociospublicos”.

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

INÊS249

Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A.

Companhia Fechada - CNPJ nº 33.009.945/0001-23

Relatório da Diretoria - Exercício de 2023

Prezados Acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativos	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	369.101	355.702
Contas a receber de clientes	753.259	834.018
Estoques	1.045.488	781.589
Mútuo a receber	220.000	100.000
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	7.202	–
Ativo fiscal corrente	7.236	48.273
Despesas antecipadas	6.145	8.381
Outras contas a receber	44.361	20.662
Total do ativo circulante	2.452.792	2.148.625
Ativo fiscal corrente	21.262	35.236
Ativo fiscal diferido	167.411	103.365
Depósitos judiciais	14.212	12.582
Outras contas a receber	13.150	11.146
Total do realizável a longo prazo	216.035	162.329
Imobilizado	288.197	320.412
Total do ativo não circulante	504.232	482.741
Total do ativo	2.957.024	2.631.366

Passivos	2023	2022
Fornecedores	835.785	117.465
Impostos de renda e contribuição social a recolher	–	83.597
Passivo fiscal corrente	41.330	32.426
Obrigações sociais e previdenciárias	104.725	97.705
Juros sobre o capital próprio	23.746	97.983
Dividendos propostos	30.170	49.316
Passivo por arrendamentos de direito de uso	11.500	6.852
Outras contas a pagar e provisões	87.948	63.704
Total do passivo circulante	1.135.204	549.048
Provisão para contingências	28.766	35.271
Passivo por arrendamentos de direito de uso	40.894	52.384
Outras contas a pagar e provisões	2.641	2.641
Total do passivo não circulante	72.301	90.296
Patrimônio líquido		
Capital social	1.141.677	1.141.677
Reservas de capital	4.941	4.941
Reservas de lucros	602.901	845.404
Total do patrimônio líquido	1.749.519	1.992.022
Total do passivo e patrimônio líquido	2.957.024	2.631.366

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Fluxos das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	595.297	1.187.205
Ajustes para:		
Depreciação	39.120	31.870
Depreciação do direito de uso	7.501	4.885
Provisão para destruição de estoques	(10.126)	(16.026)
Provisão de contingência	(2.007)	478
Provisões diversas	27.761	(12.481)
Perda esperada *(impairment)* de contas a receber	676	4.683
Resultado na venda de ativo imobilizado	(319)	1.154
Variação cambial não realizada	(89)	11
	657.814	1.201.779
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(39.983)	(25.937)
Partes relacionadas	838.099	(141.309)
Estoques	(253.773)	(27.957)
Ativo fiscal corrente	55.011	28.827
Outras contas a receber	(25.649)	4.364
Despesas antecipadas	2.236	(3.414)
Depósitos judiciais	(1.630)	15.379
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(4.105)	(11.089)
Passivo fiscal corrente	8.904	(4.001)
Obrigações sociais e previdenciárias	7.020	6.750
Pagamentos antecipados de clientes	(2.493)	(1.614)
Outras contas a pagar	(1.024)	(573)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.240.427	1.041.205
Contingências pagas	(4.498)	(7.410)
Pagamento e compensação de imposto de renda e contribuição social	(247.316)	(409.479)
Fluxo de caixa líquido proveniente de atividades operacionais	988.613	624.316
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Mútuo a receber - partes relacionadas	(120.000)	1.386
Aquisição de ativo imobilizado	(10.652)	(26.048)
Recebimento pela venda de equipamento	972	123
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	(129.680)	(24.539)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(650.000)	(650.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(188.712)	(18.964)
Pagamento de passivo por arrendamentos de direito de uso	(6.822)	(268)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(845.534)	(669.232)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	13.399	(69.455)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º janeiro	355.702	425.157
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	369.101	355.702
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	13.399	(69.455)
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa:		
Adição de arrendamento por direito de uso (Notas 10 e 18)	2	2.027
Desreconhecimento de ativos de direito de uso	(22)	(40)
Aquisição de ativo imobilizado ainda não liquidado	4.427	2.863
Dividendos mínimos obrigatórios propostos, mas não pagos	30.170	49.316

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.141.677	4.941	112.480	683.651	–	1.942.749
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	821.927	821.927
Dividendos distribuídos - AGO 27.05.2022	–	–	–	(606.391)	–	(606.391)
Destinações:						
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(116.947)	(116.947)
Dividendos propostos	–	–	–	–	(49.316)	(49.316)
Reserva de retenção de lucros	–	–	41.096	614.568	(655.664)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.141.677	4.941	153.576	691.828	–	1.992.022
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	502.826	502.826
Dividendos distribuídos - AGO 23.02.2023	–	–	–	(350.684)	–	(350.684)
Dividendos distribuídos - AGO 27.04.2023	–	–	–	(250.000)	–	(250.000)
Destinações:						
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(114.475)	(114.475)
Dividendos propostos	–	–	–	–	(30.170)	(30.170)
Reserva de retenção de lucros	–	–	25.141	333.040	(358.181)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.141.677	4.941	178.717	424.184	–	1.749.519

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - exceto lucro líquido por ações em Reais)

	2023	2022
Receita líquida	4.546.303	4.001.308
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(3.645.194)	(2.461.265)
Lucro bruto	901.109	1.540.043
Despesas de vendas	(372.670)	(239.100)
Despesas administrativas	(112.179)	(126.720)
Perda esperada *(impairment)* do contas a receber	(676)	(4.683)
Outras despesas operacionais	(335.000)	(357.803)
Outras receitas operacionais	491.614	348.339
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	572.198	1.160.076
Receitas financeiras	34.638	35.139
Despesas financeiras	(11.539)	(8.010)
Resultado financeiro líquido	23.099	27.129
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	595.297	1.187.205
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(156.517)	(359.707)
Diferidos	64.046	(5.571)
Lucro líquido do exercício	502.826	821.927
Quantidade de ações no final do exercício	140.979	140.979
Lucro líquido do exercício por ação - R$	3.567	5.830

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	502.826	821.927
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	502.826	821.927

Diretoria

Lorice Felisbina Faria Scalise
Presidente

Pedro Marques Lückmann
Diretor Financeiro

Contador

Ricardo Alves Brasileiro
CRC 1SP225026/O-6

As demonstrações financeiras completas, estão publicadas nesta data, no site do Jornal Valor Econômico: https://valor.globo.com/valor-ri/

www.roche.com.br

PECINI LEILÕES | GALLERIA FINANÇAS

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - PRESENCIAL

DATA: 1º Público Leilão: 03/05/2024 às 11h45 | 2º Público Leilão: 07/05/2024 às 11h45
LOCAL: Avenida Rotary nº 187, Jardim das Paineiras, Campinas/SP – CEP: 13.092-509

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada por **COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO**, inscrita no CNPJ nº 04.200.649/0001-07, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, **na modalidade exclusivamente PRESENCIAL**, de acordo com os art. 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97 e posteriores alterações, o **IMÓVEL**: **LOTE DE TERRENO Nº 23 da QUADRA "A", do Loteamento PARQUE MONTREAL, sobre o qual consta a construção de uma CASA RESIDENCIAL não averbada na matrícula**, situado à Rua Joaquim Gonçalves Cunha (antiga Rua 02), nº 32, Parque Montreal, Campinas/SP. **ÁREA CONSTRUÍDA: 285,82m²** (conforme laudo de avaliação de 22/05/2023). **ÁREA DO TERRENO: 250,00m². Medidas e confrontações do Terreno:** 10,00m de frente para a Rua Joaquim Gonçalves Cunha; 10,00m nos fundos, confrontando com o Lote nº 15; 25,00m da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando do lado direito com o Lote nº 24 e do lado esquerdo com o Lote nº 22. Matrícula Imobiliária nº 107.871 do 3º CRI de Campinas/SP. Inscrição Cadastral: 3451.24.37.0277.00000. Consolidação da propriedade em 08/04/2024. **Lances Mínimos: 1º Público Leilão: R$ 364.603,17. 2º Público Leilão: R$ 239.714,76. Informações e Regras: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, as áreas informadas, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, à vista, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira em até 24h do encerramento do leilão nas contas correntes a serem indicadas, bem como todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI e emolumentos de qualquer natureza, decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU existentes e no limite apurado **até** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores vencidos e não apurados **após** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5.** O Arrematante arcará com custas/despesas para regularização da construção e benfeitorias junto a todos os órgãos competentes, devendo observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; **6. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes do ato; **7.** A venda será feita em caráter ***ad corpus***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **8.** A descrição do imóvel é restrita às informações contidas na matrícula imobiliária e Laudo de Avaliação. Ficam os Devedores Fiduciantes **SILVANA MARIA FRANCISCO DA SILVA** – CPF nº 256.804.198-66, **MÔNICA CRISTINA DA SILVA LOPES** – CPF nº 219.697.248-70 e **ANDRÉ LUIS DA SILVA** – CPF nº 223.683.338-51, comunicados e intimados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Anuente: **CARLOS EDUARDO LOPES** – CPF nº 215.821.958-03. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777.

MPF Ministério Público Federal | Procuradoria da República em São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 2/2024 (90002/2024 no PNCP) - UASG 200049

Nº Processo: 1.34.001.011347/2023-39. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços, inclusas todas as peças e componentes de reposição, para atendimento à Procuradoria da República no Município de Marília/SP, nos termos do Edital e seus anexos. Total de itens licitados: 1. Entrega das propostas: a partir do dia das 08h00 do dia 24/04/2024. Abertura da sessão: dia 13/05/2024 às 14h30 no site www.gov.br/compras/pt-br. O Edital está à disposição para consulta nos endereços eletrônicos: https://www.gov.br/pncp/pt-br e https://apps.mpf.mp.br/apps/f?p=481:203. Poderá ser solicitado também pelo e-mail prsp- licitacao@mpf.mp.br.

São Paulo, 22 de abril de 2024
FÁBIO TEYDI ARAKI
Pregoeiro - PR/SP

SEIVA S.A. FLORESTAS E INDÚSTRIAS

Companhia Aberta
CNPJ nº 87.043.832/0001-73 - NIRE 35300521781

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NA SEDE SOCIAL, NA AVENIDA DOUTORA RUTH CARDOSO, 8.501, 6º ANDAR, CONJUNTO 1, PARTE, PINHEIROS, SÃO PAULO, SP, ÀS 17H00MIN DO DIA 20 DE MARÇO DE 2024

1. A reunião contou com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Seiva S.A. Florestas e Indústrias ("Companhia"), tendo sido presidida pelo Sr. Gustavo Werneck da Cunha e secretariada pela Sra. Daniela Derzi Barretto. 2. O Conselho de Administração, por unanimidade, aprovou a eleição do Sr. Rafael Lebensold, brasileiro, solteiro, advogado, RG nº 32.502.902-7 SSP/SP, CPF/MF nº 313.927.248-05 e com endereço profissional na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 8º andar, conjunto 2, Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05425-070, como Diretor e em complementação do mandato em curso. Considerando a deliberação aprovada acima, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição:

DIRETORIA	
Rafael Dorneles Japur	Diretor Diretor de Relações com Investidores
Marcos Eduardo Faraco Wahrhaftig	Diretor
Rafael Lebensold	Diretor

O membro nomeado e eleito nesta Reunião do Conselho de Administração toma posse mediante a assinatura do respectivo termo de posse lavrado no respectivo Livro de Atas de Reuniões da Companhia e declarou, sob as penas da lei, que (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) não está condenado a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta; (iii) atende ao requisito de reputação ilibada; (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia; e (v) que conduzirá a administração da Companhia de acordo com os termos e condições previstos na legislação aplicável e no Estatuto Social. 3. Nada mais foi tratado. Mesa: Gustavo Werneck da Cunha (Presidente), Daniela Derzi Barretto (Secretária). Gustavo Werneck da Cunha (Presidente), Rubens Fernandes Pereira e Rafael Dorneles Japur (Conselheiros). São Paulo, 20 de março de 2024. Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Daniela Derzi Barretto - Secretária. JUCESP nº 154.843/24-6 em 18/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PRESIDENTE EPITÁCIO

PROC. 054/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 020/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto a Concorrência Eletrônica nº 020/2024, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório, para contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para execução de obra de recapeamento asfáltico de várias vias públicas do Distrito do Campinal, com recursos oriundos do Tesouro Municipal.** A concorrência eletrônica ocorrerá no dia **17/05/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 24 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal, Hevair Luiz Rodrigues da Silva - Secretário de Obras e Esportes e Cultura e Sérgio Antônio Maroto - Secretário de Planejamento.**

PROC. 057/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico nº 025/2024, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório para contratação de profissionais e empresas especializadas para ministrar a execução de Trabalho Técnico Social do Projeto de Urbanização da Vila Porto Tibiriçá, com recursos oriundos do Contrato de Repasse CAIXA 0478215-96/2018 - Urbanização do Bairro Vila Porto Tibiriçá.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **28/05/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 24 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Dulce Mara Rizzatto Menezes - Secretária de Assistência Social.**

PROC. 050/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico nº 020/2024, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório para aquisição de 01 (uma) motocicleta, zero km, para atender o ESF Vila Maria, com recursos oriundos de Emenda Impositiva do Vereador Alberto Gomes Barbosa.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **29/05/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 24 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e José Carlos Botelho Tedesco - Secretário de Saúde.**

PROC. 055/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico nº 023/2024, cujo objeto é a **Abertura de Processo Licitatório para contratação de empresa para prestação de serviços de seguro veicular para frota municipal da Secretaria de Educação.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **03/06/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 24 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Leonardo Menezes Trombeta - Secretário de Educação e Esportes.**

PROC. 010/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO - 2ª EDIÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico nº 007/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada contratação de serviços de lavanderia para atender a Secretaria de Saúde e demais secretarias que necessitem.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **04/06/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 24 de abril de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e José Carlos Botelho Tedesco - Secretário de Saúde.**

EZTEC Construindo qualidade de vida

Ez Tec Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 08.312.229/0001-73 - NIRE 35300334345 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 14 de Março de 2024

Data, Hora e Local: Dia 14/3/24, às 10:00, na sede social da Companhia. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Flávio Ernesto Zarzur; Secretário: Roberto Mounir Maalouli. **Deliberações:** Por unanimidade: **(i)** com fulcro no parecer favorável emitido pelo Comitê de Auditoria da Companhia, em reunião realizada em 13/3/24, na forma do **Anexo I**, e tendo em vista a recomendação de sua aprovação por este órgão, aprovar os resultados das operações da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31/12/23, nos termos do artigo 17, inciso X, do Estatuto Social da Companhia; **(ii)** aprovar o orçamento anual para o exercício social de 2024, nos termos do artigo 17, inciso XI do Estatuto Social, o qual ficará arquivado na sede da Companhia; **(iii)** aprovar as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, acompanhados do relatório dos auditores independentes da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/23, nos termos do artigo 17, inciso X, do Estatuto Social, os quais serão submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária; **(iv)** aprovar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/23, com base nas Demonstrações Financeiras aprovadas no item (iii) acima, nos termos da Proposta da Administração; **(v)** aprovar a declaração de dividendos intercalares aos acionistas, com base no lucro líquido apurado nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/23, no valor bruto total de R$ 19.664.561,20, correspondente a R$ 0,09015242554 por ação ordinária. Fica ainda aprovado que os dividendos serão pagos em 28/3/24, e não serão objeto de qualquer atualização monetária. Farão jus aos dividendos ora declarados os acionistas que constarem da base acionária da Companhia no final do pregão do dia 21/3/24. Fica consignado que a partir de 22/3/24, inclusive, as ações da Companhia passarão a ser negociadas ex dividendos na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão. Os procedimentos relativos ao pagamento dos dividendos ora declarados serão divulgados pela Companhia através de Aviso aos Acionistas. A declaração ora deliberada é aprovada ad referendum da deliberação sobre destinação do lucro de tal exercício, a ser tomada em AGO. Os dividendos ora declarados são imputados ao dividendo obrigatório referente ao lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/23. **(vi)** aprovar a proposta de limite global anual da remuneração dos administradores no valor líquido de R$ 30.000.000,00 para o exercício social de 2024; **(vii)** aprovar a proposta de alteração do Estatuto Social para reformulação dos cargos da diretoria estatutária, com a consequente alteração do Artigo 18 e seus respectivos parágrafos do Estatuto Social da Companhia; **(viii)** autorizar a convocação da AGO e AGE da Companhia, a ser realizada no dia 26/4/24, para deliberar sobre: (a) em sede de AGO: (a.i) as matérias previstas no art. 132 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") (itens (iii), (iv) e (v) acima); e (a.ii) o limite global anual da remuneração dos administradores da Companhia referente ao exercício social corrente, nos termos do artigo 17, inciso V, do Estatuto Social da Companhia e da Proposta da Administração a ser divulgada nos termos da regulamentação aplicável (item (vi) acima); e (b) em de AGE, a proposta de alteração do estatuto social da Companhia, nos termos do art. 135 da Lei das S.A. (item (vii) acima). **Encerramento:** Nada mais, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. JUCESP nº 155.537/24-6 em 18/4/24. Maria Cristina Frei - Secretária-Geral. **Aviso:** O texto acima é um resumo da respectiva ata. O inteiro teor desse documento poderá ser consultado na versão digital do jornal: "https://valor.globo.com/valor-ri/" desta data.

PECINI LEILÕES | TECNISA Mais construtora por m²

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATAS: 1º Público Leilão – 03/05/2024 às 11h15 | 2º Público Leilão – 07/05/2024 às 11h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial - matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **HALIFAX INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.** – CNPJ nº 08.679.759/0001-54, com base nos artigos 26 e 27 da Lei nº 9.514/97, e posteriores alterações, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 192, 19º ANDAR DO EDIFÍCIO SUNRISE (BLOCO A), INTEGRANTE DO CONDOMÍNIO SUMMER FAMILY RESORT,** situado à Rua Cabiúna, nº 42, no 42º Subdistrito – Jabaquara, São Paulo/SP. Áreas: Privativa: 145,080m²; Relativa ao depósito nº 86, do 2º subsolo: 3,000m², vinculada como acessório; Comum (inclui garagem): 114,976m²; Total: 263,056m²; FIT: 0,59906% (da qual 0,00536% refere-se ao depósito), com direito ao uso de 02 vagas na garagem coletiva, para estacionamento de 02 veículos (um em cada vaga), de forma indeterminada. Matrícula nº 171.812 do 8º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Imob.: 089.119.0075-3. **Valores: 1º Leilão: R$ 1.694.718,36. 2º Leilão: R$ 1.814.350,94. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, nos termos do Edital de Leilão e Regras Para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, **à vista**, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de Condomínio e IPTU existentes **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **6.** Venda realizada em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **7.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Ficam os fiduciantes **DINEY AQUINO SERRANO** – CPF nº 821.848.871-53 e **ELISA SUMOYAMA MENEZES SERRANO** – CPF nº 225.822.498-58, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

CNPJ/ME nº 87.376.109/0001-06

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os acionistas desta Companhia, convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), que será realizada no dia 02/05/2024, com início às 09h30 horas, por meio de videoconferência; por questões de segurança, pedimos que envie um e-mail a caixa departamental govcorporativo@zurich-santander.com.br, solicitando o link de acesso até o dia 29/04/2024, em primeira chamada, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(I)** Eleger membros titulares e suplentes do Conselho de Administração; e **(II)** Ratificar a composição dos membros do Conselho de Administração. Encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, cópias dos documentos referentes às matérias a serem deliberadas na AGOE convocada. São Paulo, 22/04/2024. ***Claudio Alberto Chiesa*** – *Presidente do Conselho de Administração.*
(23, 24 e 25/04/2024)